



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rafael Bruno Gonçalves

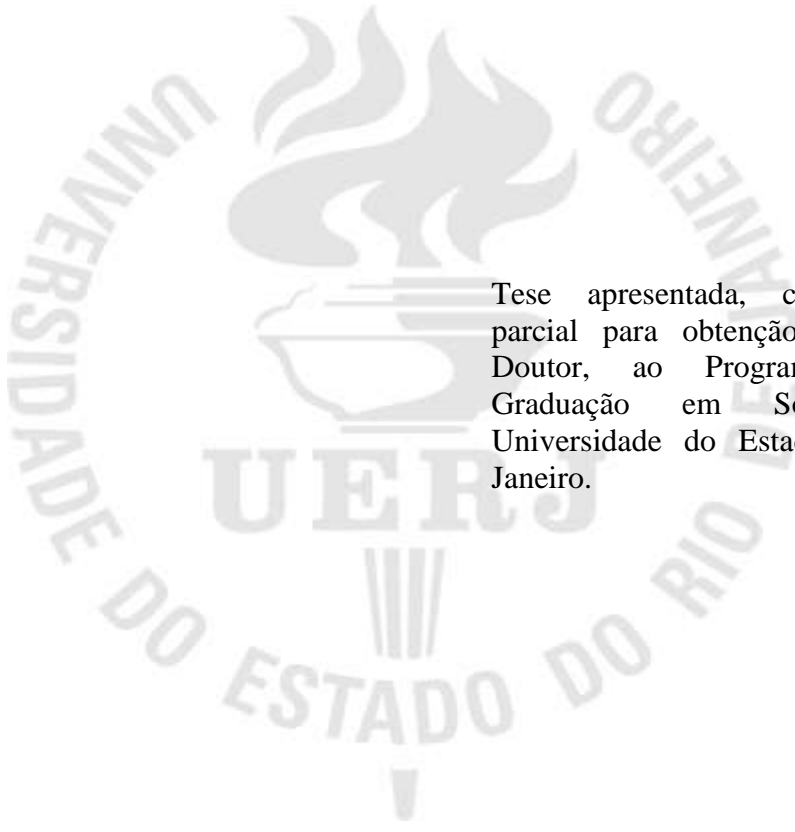
**O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma  
análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos  
Deputados (2003-2014)**

Rio de Janeiro

2016

Rafael Bruno Gonçalves

**O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Alba Zaluar

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

G635 Gonçalves, Rafael Bruno.  
O discurso religioso na política e a política no discurso religioso:  
uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara  
dos Deputados / Rafael Bruno Gonçalves. – 2016.  
260 f.

Orientadora: Alba Zaluar.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Religião – Brasil- Teses. 2. Câmara dos Deputados – Teses. 3.  
Sociologia – Teses. I. Zaluar, Alba. II. Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,  
desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Rafael Bruno Gonçalves

**O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de junho de 2016.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alba Zaluar (Orientadora)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Argelina Maria Cheibub Figueiredo

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado Almeida

Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr. Teun Adrianus van Dijk

Universitat Pompeu Fabra, Barcelona

Rio de Janeiro

2016

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Ângela e Ubirajara (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Alba Zaluar, por ter depositado o seu interesse nessa “empreitada” discursiva, mas principalmente pela sua amizade, confiança e por todas as sugestões e críticas estimulantes nesses últimos quatro anos.

A minha namorada Graciele Macedo Pedra, pelo seu companheirismo, amor, dedicação, serenidade e por todo o carinho. A você, minha admiração e gratidão.

A minha família, sobretudo a minha mãe, por todo o carinho, incentivo, apoio incondicional e amor.

Ao meu irmão, Vinicius Bruno, amigo e companheiro de todas as horas.

Aos professores do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialmente a Gláucio Ary Dillon Soares, Argelina Figueiredo, Fabiano Santos, Adalberto Moreira Cardoso, Frédéric Vandenberghe, Carlos Antonio Costa Ribeiro e a ex-professora do IESP, Diana Nogueira de Oliveira Lima, pelo seu fundamental apoio no início da minha pesquisa.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Yvonne Maggie e Marcos Figueiredo (*in memoriam*), pelas valiosas observações, sugestões e críticas.

Aos funcionários do IESP, em especial Cristiana Avelar, Leonardo de Oliveira, Louise Lopes Veloso, Florita Santos e a ex-funcionária, Caroline Carvalho.

Aos meus amigos, colegas e ex-colegas da UERJ, que de alguma forma participaram desse processo.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, em especial Daniel de Mendonça, Alvaro de Augusto de Borba Barreto, Léo Peixoto Rodrigues e aos pesquisadores do projeto “Virando a casaca? Uma análise dos pronunciamentos dos deputados da direita brasileira no governo Lula” (2003-2006).

Aos membros do Grupo *Investigacions en Sociologia de la Religió* (ISOR) do Departamento de Sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), especialmente a minha co-orientadora durante o período sanduíche de estudos no exterior, professora Dra. María del Mar Griera i Llonch, e aos demais colegas pesquisadores do grupo, Avi Astor, Anna Clot-Garrel, Esther Fernández Mostaza e Wilson Muñoz.

A Marco Arduino, amigo que tive o prazer de dividir o alojamento durante a minha estância em Barcelona.

A Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, pelas informações sobre o funcionamento da Frente Parlamentar Evangélica e ao pessoal da Seção de Atendimento do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ) da Câmara dos Deputados, pelo envio dos materiais solicitados durante a pesquisa.

A Christina Vital da Cunha, que atenciosamente me auxiliou na construção do roteiro de perguntas para a pesquisa de campo.

Aos membros do Instituto de Estudos de Religião do Rio de Janeiro (ISER), pelo envio de publicações e informações.

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo financiamento desta pesquisa e pela concessão da bolsa de Doutorado Sanduíche.

Aos pastores e obreiros que gentilmente me concederam as entrevistas durante o trabalho de campo realizado nas igrejas evangélicas.

## RESUMO

GONÇALVES, R. B. *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*. 2016. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presença dos evangélicos na política brasileira vem obtendo cada vez mais visibilidade nas discussões sobre o lugar da religião no espaço público. Os evangélicos passaram a se constituir não mais como grupo contrário aos assuntos de ordem política, mas sim como segmento em conformidade com o discurso rigorosamente político, passando a compor desde 2003 a Frente Parlamentar Evangélica. Diante do crescimento desses atores religiosos na arena legislativa, o propósito desta tese é contribuir para o entendimento da ação discursiva dos evangélicos nos espaços políticos de atuação, ou seja, analisando a forma como os grupos religiosos desenvolvem seus posicionamentos diante das discussões que são promovidas em um ambiente laico, neste caso, a Câmara dos Deputados. Pretende-se verificar as alterações da retórica empregada por esses políticos, o surgimento dos enunciados e as formações discursivas neste cenário de disputas, compreendendo os atributos ideológicos que vão surgindo na medida em que a fala política e religiosa são transformadas diante dos embates discursivos. Os temas abordados pelos evangélicos que representam os *corpora* submetidos à análise discursiva são os seguintes: as relações entre a Frente Parlamentar Evangélica com o Estado de Israel, os pronunciamentos sobre o Projeto de lei N° 122 de 2006, as discussões em torno do aborto e a repercussão diante da posse do deputado Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O trabalho visa trazer uma contribuição para as pesquisas voltadas para as metamorfoses do perfil dos políticos evangélicos, a participação e a expansão deste ator político religioso, com a finalidade de avaliar a inserção evangélica na classe política brasileira.

Palavras-chave: Religião. Evangélicos. Câmara dos Deputados. Discurso.



## ABSTRACT

GONÇALVES, R. B. *The religious discourse in politics and the politics in religious discourse: an analysis of the performance of the Evangelical Parliamentary Front in the Chamber of Deputies (2003-2014)*. 2016. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The presence of evangelicals in Brazilian politics is getting more visible in discussions about the place of religion in public space. Evangelicals began to be not as group opposed to matters of politics, but as a segment in accordance with the strictly political discourse, giving rise to since 2003 the Evangelical Parliamentary Front. Before the growth of these religious actors in the legislative arena, the purpose of this thesis is to contribute to the understanding of discursive action of evangelicals in political areas of activity, namely, analyzing how religious groups develop their positions on the discussions that are promoted in a secular environment, in this case, the Chamber of Deputies. It is intended to verify the changes the rhetoric employed by these politicians, the emergence of enunciations and discursive formations in this scenario of disputes, including the ideological attributes that arise in that speech policy and religious are transformed before discursive clashes. The topics covered by evangelicals representing the *corpora* submitted to discourse analysis are: the relationship between the Evangelical Parliamentary Front with the State of Israel, the statements made on the Project of law N° 122 of 2006, discussions around abortion and the impact on the deputy's possession Marco Feliciano as president of the Commission on Human rights and Minorities. The thesis aims to bring a contribution to the researches for the metamorphoses of the evangelical politician profile, participation and expansion of this religious political actor, in order to assess the evangelical inclusion in the Brazilian political class.

Keywords: Religion. Evangelicals. Chamber of Deputies. Discourse

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Distribuição das religiões (% da população brasileira 1991-2010) .....	66
Gráfico 2 -	População de evangélicos por denominação religiosa (2000) .....	67
Gráfico 3 -	População de evangélicos por denominação religiosa (2010) .....	68
Gráfico 4 -	Frequência de termos utilizados (em números absolutos) pelos deputados federais evangélicos sobre Israel .....	114
Gráfico 5 -	Pronunciamentos sobre Israel na Câmara dos Deputados (2003 – 2014).....	115
Figura 1 -	As três formações discursivas sobre Israel .....	126
Gráfico 6 -	Proposições com o tema aborto na Câmara dos Deputados (2003-2014) .....	169
Gráfico 7 -	Proposições apresentadas na Câmara dos Deputados por evangélicos e não evangélicos com o tema aborto (2003-2014) .....	177
Gráfico 8 -	Pronunciamentos sobre o aborto na Câmara dos Deputados (2003-2014) ....	179
Gráfico 9 -	Percentual de pronunciamentos sobre o aborto por denominação religiosa (2003-2014) .....	180
Gráfico 10 -	Frequência de termos utilizados (em números absolutos) pelos deputados federais evangélicos sobre o aborto .....	188
Gráfico 11 -	Percentual de proposições apresentadas na CDHM (03/2013 – 02/2014).....	215
Gráfico 12 -	Percentual de proposições apresentadas por denominação religiosa na CDHM (03/2013 – 02/2014) .....	216
Gráfico 13 -	Situação das proposições apresentadas na CDHM (03/2013 – 02/2014) .....	217
Gráfico 14 -	Frequência de termos (em números absolutos) identificados nos discursos de deputados favoráveis à permanência de Feliciano na presidência da CDHM .....	220
Gráfico 15 -	Frequência de termos (em números absolutos) identificados nos discursos de deputados contrários à permanência de Feliciano na presidência da CDHM .....	221

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Deputados da FPE por partido político durante a 52 <sup>a</sup> , 53 <sup>a</sup> e 54 <sup>a</sup> Legislatura ...	84
Tabela 2 -	Distribuição dos evangélicos da FPE por denominação religiosa.....	86
Tabela 3 -	Deputados e Senadores evangélicos na FRENPAZBRIL .....	110
Tabela 4 -	Pronunciamentos de parlamentares evangélicos com a utilização do termo “Terra Prometida” .....	117
Tabela 5 -	Pronunciamentos de parlamentares evangélicos relacionados a Israel como “Parceiro tecnológico” .....	119
Tabela 6 -	O posicionamento dos deputados evangélicos sobre a atuação de Oswaldo Aranha na ONU .....	121
Tabela 7 -	Pronunciamentos sobre o tema PLC 122/2006, homossexualidade e orientação sexual (2003 – 2014).....	137
Tabela 8 -	Pronunciamentos de deputados evangélicos sobre homossexualidade, orientação sexual e o PLC 122 por denominação religiosa (2003 – 2014) ....	139
Tabela 9 -	Matérias publicadas sobre o PLC 122/2006 no portal de notícias da Assembleia de Deus .....	143
Tabela 10 -	Frentes Parlamentares contrárias ao aborto.....	168
Tabela 11 -	Classificação do discurso evangélico sobre o aborto .....	184
Tabela 12 -	Pontos nodais “Defesa da vida” e “Defesa da família” explorados por parlamentares evangélicos .....	189
Tabela 13 -	Ponto nodal “Defesa da Vida” explorado por parlamentares não evangélicos.....	191
Tabela 14 -	Distribuição dos evangélicos da FPE na 52 <sup>a</sup> Legislatura (2003-2007) .....	253
Tabela 15 -	Distribuição dos evangélicos da FPE na 53 <sup>a</sup> Legislatura (2007-2011) .....	254
Tabela 16 -	Distribuição dos evangélicos da FPE na 54 <sup>a</sup> Legislatura (2011-2015) .....	255
Tabela 17 -	Proposições apresentadas por parlamentares evangélicos na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano (2013-2014) .....	256
Tabela 18 -	Proposições apresentadas por parlamentares não evangélicos na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano (2013-2014) .....	259

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
AD	Análise do Discurso
AEVB	Associação Evangélica Brasileira
BC	Breves Comunicações
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEPIB	Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CONIB	Confederação Israelita do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPB	Conselho Nacional dos Pastores do Brasil
CONCEPAB	Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil
CP	Comunicações Parlamentares
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
FENASP	Fórum Evangélico Nacional Ação Social e Política
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FRENPAZBRIL	Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz
GAPE	Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos
GE	Grande Expediente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IELB	Igreja Luterana do Brasil
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
ISER	Instituto de Estudos da Religião

IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
ITC	Instituto Teológico Carisma
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEP	Movimento Evangélico Progressista
OD	Ordem do Dia
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pequeno Expediente
PFC	Projeto de Fiscalização e Controle
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMR	Partido Municipalista Renovador
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PP	Partido Progressista
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRC	Projeto de Resolução
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão

PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REQ	Requerimento
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNSCOP	Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1	<b>O CORPUS DISCURSIVO ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE</b> .....	26
1.1	<b>Definindo a Análise do Discurso</b> .....	26
1.1.1	<u>Teorias do discurso: a escola francesa</u> .....	28
1.1.2	<u>O Círculo de Mikhail Bakhtin</u> .....	36
2	<b>O PROTESTANTISMO NO CAPITALISMO E NAS INSTITUIÇÕES MODERNAS</b> .....	40
2.1	<b>Discussões prévias sobre a religião na abordagem sociológica</b> .....	40
3	<b>SURGIMENTO DAS DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS NO BRASIL E A PRESENÇA NA POLÍTICA</b> .....	55
3.1	<b>A chegada dos protestantes e a eclosão pentecostal</b> .....	56
3.2	<b>A inserção dos evangélicos na política brasileira</b> .....	69
3.2.1	<u>Os primórdios da participação</u> .....	70
3.2.2	<u>Anos 80: uma década de mudanças</u> .....	72
3.2.3	<u>Década de 90 e a virada do milênio</u> .....	76
4	<b>CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E A OPINIÃO DE LIDERANÇAS EVANGÉLICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA</b> .....	81
4.1	<b>Inserção na política na percepção dos membros da comunidade evangélica</b> .....	87
5	<b>AS RELAÇÕES ENTRE A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E O ESTADO DE ISRAEL</b> .....	96
	<b>Introdução</b> .....	96
5.1	<b>Antecedentes bíblicos: A “Terra Prometida” e o surgimento do sionismo</b> .....	97
5.2	<b>O papel do Brasil na ONU e a criação do Estado de Israel</b> .....	101
5.3	<b>A postura dos evangélicos sobre o Estado de Israel</b> .....	105
5.4	<b>A Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz (FRENPAZBRIL)</b> .....	110
5.5	<b>O discurso evangélico sobre Israel</b> .....	113
5.5.1	<u>A análise das formações discursivas</u> .....	124
	<b>Considerações finais</b> .....	129
6	<b>O DISCURSO EVANGÉLICO SOBRE O PLC 122/2006 NO CONGRESSO NACIONAL</b> .....	131

	<b>Introdução</b> .....	131
6.1	<b>O Projeto de Lei da Câmara N° 122, de 2006</b> .....	132
6.1.1	<u>Os embates discursivos em torno do PLC 122/2006</u> .....	135
6.2	<b>Deputados evangélicos e o discurso sobre o PLC 122/2006</b> .....	136
6.2.1	<u>Os discursos favoráveis ao PLC 122/2006</u> .....	152
	<b>Considerações finais</b> .....	156
7	<b>PARLAMENTARES EVANGÉLICOS E O ABORTO NA PAUTA LEGISLATIVA</b> .....	158
	<b>Introdução</b> .....	158
7.1	<b>Debates envolvendo os evangélicos sobre o aborto: o caso norte-americano</b> .....	163
7.2	<b>O aborto na agenda parlamentar no Brasil</b> .....	166
7.2.1	<u>Frentes parlamentares mobilizadas contra o aborto</u> .....	167
7.3	<b>Projetos de Leis e outras proposições com o tema aborto nas últimas legislaturas na Câmara dos Deputados</b> .....	169
7.3.1	<u>O Projeto de Lei N° 1.135 de 1991</u> .....	170
7.3.2	<u>Polêmicas em torno do Estatuto do Nascituro</u> .....	172
7.4	<b>O posicionamento dos evangélicos sobre o aborto</b> .....	176
7.4.1	<u>Aspectos do discurso evangélico em torno do aborto</u> .....	183
	<b>Considerações finais</b> .....	193
8	<b>EVANGÉLICOS NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS: OS EMBATES EM TORNO DA ELEIÇÃO DE MARCO FELICIANO (2013-2014)</b> .....	196
	<b>Introdução</b> .....	196
8.1	<b>A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)</b> .....	198
8.1.1	<u>Estrutura interna e atribuições</u> .....	201
8.2	<b>Pastor Marco Antônio Feliciano</b> .....	202
8.2.1	<u>O ingresso na política</u> .....	204
8.3	<b>A chegada de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)</b> .....	209
8.3.1	<u>A trama dos acontecimentos na CDHM</u> .....	213
8.4	<b>Proposições apresentadas na CDHM durante a presidência de Feliciano</b> .....	214
8.5	<b>Análise discursiva dos pronunciamentos sobre Marco Feliciano</b> .....	219
8.6	<b>O polo antagônico: a identificação do “outro” na fronteira discursiva</b> .....	224
8.7	<b>Evangélicos na condição de “vítimas”: a estratégia discursiva</b> .....	227



8.8	<b>Direitos humanos na concepção dos parlamentares evangélicos</b> .....	229
	<b>Considerações finais</b> .....	234
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	236
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	244
	<b>APÊNDICE A</b> – Roteiro de perguntas .....	252
	<b>APÊNDICE B</b> – Distribuição dos evangélicos da FPE na 52ª Legislatura (2003-2007) .....	253
	<b>APÊNDICE C</b> – Distribuição dos evangélicos da FPE na 53ª Legislatura (2007-2011) .....	254
	<b>APÊNDICE D</b> – Distribuição dos evangélicos da FPE na 54ª Legislatura (2011-2015) .....	255
	<b>APÊNDICE E</b> – Proposições apresentadas por parlamentares evangélicos na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano (2013-2014) .....	256
	<b>APÊNDICE F</b> – Proposições apresentadas por parlamentares não evangélicos na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano (2013-2014) .....	259

## INTRODUÇÃO

O crescimento da participação dos evangélicos na política desde a redemocratização vem chamando cada vez mais atenção de pesquisadores no campo das ciências sociais e de outras áreas de conhecimento. As mudanças no campo religioso e as decorrentes análises sobre os primórdios da entrada dos evangélicos no espaço político (PIERUCCI, 1989; FRESTON, 1993, 1994; FERNANDES et al, 1996; MARIANO & PIERUCCI, 1992; MARIANO, 1995; FONSECA, 1996; BASTIAN, 1999, NOVAES, 2001; MACHADO, 2006) fomentaram pesquisas cada vez mais preocupadas com as transformações que ocorreram, e continuam ocorrendo, no Brasil, em virtude do crescimento da população evangélica e o declínio do número de católicos, causando novos efeitos na politização deste segmento e também no deslocamento das questões de natureza política para outros âmbitos do social.

Essas informações corroboram a importância da continuidade de estudos voltados para a compreensão da proliferação de candidaturas evangélicas nos diferentes espaços políticos, ou seja, a forma como esta participação ocorre, o que mudou e o que continuou desde a entrada na política de candidaturas oficiais das igrejas, assim como o perfil deste novo ator político evangélico que a cada eleição ganha mais visibilidade.

A inserção de políticos evangélicos, de vertentes protestantes históricas, pentecostais clássicos e neopentecostais, trouxe para a esfera política uma retórica de cunho confessional que, ao longo dos anos, foi modificando o seu caráter, resultado da combinação com outras tendências discursivas características do ambiente legislativo, evidenciando a capacidade de articulação política e a disposição dos parlamentares evangélicos no tratamento dos assuntos que entram em pauta neste espaço. Conforme foi identificado na leitura exploratória dos pronunciamentos oriundos de membros da Frente Parlamentar Evangélica desde a sua fundação, em 2003, os discursos de natureza religiosa são observados não apenas nas circunstâncias que remetem à apresentação dos mandatos, prática muito comum entre os deputados no início de cada legislatura, nas referências de datas comemorativas religiosas, ou na exaltação de atividades desenvolvidas pelas igrejas evangélicas, mas também na sustentação dos posicionamentos contrários sobre temas de conteúdo moral e religioso, tais como as pesquisas com células-tronco embrionárias humanas, aborto, homossexualidade, consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, entre outros assuntos que emergem no âmbito político. Estes correspondem aos temas caracteristicamente explorados nos ambientes dos

quais tais parlamentares são provenientes, ou seja, as igrejas de diferentes orientações, mas que também repercutem no campo político.

Todavia, os pronunciamentos desses parlamentares evangélicos não estão apenas concentrados nesses temas, pelo contrário, percebe-se que, apesar de ainda existir a menção sobre tais assuntos, na maioria dos casos identificados nas seções legislativas, esses deputados evangélicos demonstram atenção nas questões tipicamente políticas que surgem, e não apenas em matérias de conotação religiosa. Os evangélicos passaram a se constituir não mais como segmento avesso aos assuntos de ordem política, mas sim como grupo em conformidade com o discurso rigorosamente político. De certa forma, isso demonstra a capacidade de interpretação e negociação destes atores políticos, principalmente, quando diz respeito a temas de cunho corporativo ou religioso. No entanto, o discurso dos evangélicos na Câmara dos Deputados é heterogêneo, ou seja, existe uma pluralidade de posicionamentos diante dos mais diversos temas que vão surgindo em pauta, inclusive daqueles parlamentares que pertencem à Frente Parlamentar Evangélica, o que torna difícil a afirmação de que existe um grupo evangélico coeso, que vota sempre em unidade.

O discurso dos parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados a partir da formação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 constituirá o *corpus* de análise nesta pesquisa, pois, é a partir deste momento que se pretende visualizar o crescimento organizativo dos evangélicos no Congresso nacional e a capacidade de influência desses atores religiosos no campo político. Contudo, a análise não estará concentrada apenas no discurso evangélico, mas sim em torno de outros *corpora* que surgirão ao longo da pesquisa, situando as temáticas mais recorrentes que são abordadas pelos parlamentares evangélicos e não evangélicos, verificando as congruências e discrepâncias sobre os principais assuntos tratados por estes parlamentares. Pretende-se também verificar as transformações da retórica empregada por esses segmentos, a constituição dos enunciados e as formações discursivas neste cenário de disputas, compreendendo os atributos ideológicos que vão aparecendo na medida em que a fala política e religiosa são modificadas e tornadas mais complexas para ter eficácia no parlamento. Trata-se de transformações de conteúdo, de enunciação e de circulação de temáticas.

Diante do crescimento desses atores religiosos no cenário político, o propósito desta tese é contribuir para o entendimento da ação política de segmentos evangélicos nos espaços de atuação, ou seja, analisando a forma como grupos religiosos constroem seus posicionamentos diante das discussões que são promovidas em um ambiente laico, neste caso, a Câmara dos Deputados. No Brasil, a inserção de políticos evangélicos acabou resultando em

uma politização do discurso religioso (BURITY, 2006). A emergência desses novos intérpretes reforça a ideia de expansão dos horizontes do político, moldando novas estruturas e práticas de atuação. Presume-se, neste projeto, que a existência de uma “bancada evangélica” homogênea que vota e apresenta suas posições em bloco não pode ser sustentada pela análise da ação discursiva desses deputados. O que existe de fato é a suposição de que, apesar da heterogeneidade, são raros os momentos em que se estabelece uma unidade discursiva.

Nesta tese, o objeto são os discursos dos deputados evangélicos no Congresso Nacional, suas formações discursivas, seus conflitos, incongruências e hesitações. Em se tratando de políticos, atenção será dada às relações que estabelecem com seus outros no discurso pela via do agonismo ou do antagonismo. Serão eles capazes de conviver agonicamente na polifonia onde não há dominante ou estarão buscando antagonicamente, contra os outros considerados como inimigos, dominar a política e o político<sup>1</sup>?

Dentre as justificativas para a pertinência deste estudo estão: a necessidade de compreender a diversidade das práticas empregadas por estes parlamentares religiosos, ou seja, as aspirações que mobilizam as denominações evangélicas com a intenção de penetrar no campo político; a defesa de uma moralidade e da ética “(...) que constituiu um ponto de convergência da maioria dos deputados evangélicos, sejam eles pertencentes a igrejas históricas ou pentecostais” (ORO, 2006, p.111). As mudanças na utilização da retórica religiosa promovidas por este segmento, que passou a adotar uma postura pragmática a fim de angariar recursos, benefícios ou simplesmente adeptos. Isso também representa outro ponto importante a ser verificado, assim como as diferentes normas e valores morais propriamente religiosos, mobilizados no âmbito legislativo, na tentativa de justificar a atuação política como mandato a serviço de “Deus”, “missão religiosa” no parlamento, extensão do ministério pastoral em alguns casos, entre outras argumentações. Nesta investigação, os símbolos, signos e expressões que são mencionados pelos evangélicos para invocar sentimentos, bem como as atitudes e falas que ocasionam situações de aproximação ou distanciamento de outros grupos políticos, representam aspectos importantes na construção desses discursos de legitimação do trabalho legislativo desempenhado por tais parlamentares.

Tomando como exemplo as discussões sobre o aborto no Legislativo Federal, tema que será discutido no sétimo capítulo desta tese, trata-se de um tema que mobiliza o

---

<sup>1</sup> Aqui os termos “político” e “política” seguem a caracterização de Chantal Mouffe. O primeiro se refere ao antagonismo, elemento constitutivo das sociedades humanas, e o segundo como a totalidade de regras, práticas e instituições, onde se determinam as ordens e organizam a coexistência humana (MOUFFE, 2007).

posicionamento contrário não apenas de parlamentares evangélicos, como também de católicos e de outros setores, onde é possível identificar o conflito de diferentes identidades coletivas que constituem diferentes posições políticas, imersas em uma confrontação agônica, ou até mesmo antagônica, entre categorias morais representadas pelos oponentes como discursos do “bem” versus discursos do “mal” (MOUFFE, 2007). Através de uma leitura que caracteriza o espaço político como o espaço de conflitos ideológicos, pode-se perceber o quanto os posicionamentos dos deputados evangélicos estão imersos nesta lógica de disputa moral e como, a partir desta imersão, eles assumem uma feição política, sem deixar de lado os preceitos religiosos, na tentativa de dar outros contornos para as questões que, segundo a doutrina evangélica, estão em desacordo com os fundamentos bíblicos.

A problemática que esta tese pretende responder é a seguinte – Fundamentado na ação discursiva dos parlamentares evangélicos e em possíveis metamorfoses identificadas no âmbito legislativo, como se manifesta este novo perfil de atuação dos políticos evangélicos? Como este grupo difere dos parlamentares não-evangélicos? É possível identificar um fenômeno de politização do religioso, no momento em que este trata de questões que são características do meio evangélico, mas que adquirem novos aspectos quando são mencionadas no campo político?

Através desses questionamentos iniciais, este trabalho pretende investigar as metamorfoses ocorridas no que se refere à atuação parlamentar de políticos religiosos. O trabalho visa trazer uma contribuição para os estudos que investigam a transformação do perfil dos políticos evangélicos, a participação e a expansão deste ator político religioso, com o propósito de avaliar a inserção evangélica na classe política, apresentando as principais características dos assuntos abordados por este grupo, contrastando-os com os assuntos tratados pelos parlamentares pertencentes aos demais segmentos na Câmara, como por exemplo, a bancada ruralista, empresarial, sindical, feminina, etc.

A pesquisa apoiou-se em algumas hipóteses que apontam as démarches a seguir: a primeira hipótese testada é a de que, para que os políticos evangélicos continuassem ampliando os espaços ocupados no âmbito político, garantindo assim o crescimento das denominações, foi necessário “politizar” o discurso em algumas circunstâncias, substituindo assim o discurso confessional empregado. Entende-se que a politização representa um investimento na política que implica em uma mudança do discurso religioso, ocasionando oposições políticas no interior da arena religiosa, uma estratégia que pretende ocupar espaços na esfera pública por organizações religiosas, que se propõem a “salvar” a política de práticas como, por exemplo, a corrupção (BURITY, 2006) ou dos ataques aos valores da moralidade,

da família tradicional e aos “bons costumes”. Trata-se de tentativas de estabelecer novos “contornos”, em termos de significados, atribuindo outras características sobre os temas mais recorrentes que são mencionados no Legislativo.

A segunda hipótese se refere às condições verificadas no discurso evangélico no momento em que é estimulado, mais precisamente durante a tramitação de propostas legislativas, participação e execução de políticas públicas, nos debates e nas discussões que se seguem. Uma característica muito particular deste segmento religioso é a forma como mobiliza os seus discursos, quase sempre como esforço de reação, que procura demarcar uma oposição às iniciativas situadas nas agendas que não são elaboradas pelos evangélicos. Em poucas ocasiões o discurso evangélico configura-se como um discurso propositivo, dado que, na maioria das vezes, ele procura somente responder a determinadas reivindicações que passam a ser percebidas pelos evangélicos como “ofensas” e “ataques” à liberdade religiosa, à família tradicional, à vida, à ética e à moral. Somado a isso, constitui uma estratégia comum dos políticos evangélicos o discurso que se posiciona enquanto segmento ameaçado, cujo propósito é arregimentar apoiadores para as suas demandas.

Com relação aos objetivos desta tese, a pesquisa pretendeu compreender a ação discursiva do segmento evangélico na Câmara, identificando como esses congressistas constroem seus discursos utilizando a retórica religiosa, baseada em preceitos confessionais, como justificativa para a atuação parlamentar diante das demandas que surgem no decorrer do processo legislativo. Procurou também examinar as congruências e discrepâncias entre parlamentares evangélicos e não evangélicos, em torno das temáticas mais recorrentes que mobilizam os posicionamentos destes políticos, sejam eles religiosos ou não; os temas que ganham maior relevância nos discursos evangélicos captados durante o processo legislativo, que constituirão as formações discursivas, bem como a forma como estes assuntos são caracterizados pelos parlamentares não evangélicos e a repercussão em torno destes temas.

A pesquisa aqui apresentada também pretendeu compreender o campo discursivo construído pelo segmento evangélico, o tratamento dado por estes parlamentares e outras lideranças religiosas, exteriores ao campo político, no que diz respeito a temas que são considerados como próprios do discurso confessional, seus instrumentos de afirmação, a relação antagônica e a amplitude desses discursos, assim como a caracterização que adquirem quando são mencionados no espaço político.

No que se refere ao processo de desenvolvimento da pesquisa, priorizou-se como fonte primordial os pronunciamentos provenientes de parlamentares evangélicos, e não evangélicos, com mandatos na 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup> e 54<sup>a</sup> legislatura da Câmara dos Deputados, período que

compreende o ano de 2003 até 2014. Em 2003 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica, organismo que reúne deputados federais e senadores de diferentes orientações religiosas e partidárias. O recorte de análise se justifica pelo fato de compreender legislaturas encerradas, ou seja, 52<sup>a</sup> – 2003 a 2007, 53<sup>a</sup> – 2007 a 2011 e 54<sup>a</sup> 2011 a 2015. Todavia, eventualmente poderão surgir discursos provenientes de legislaturas anteriores ou da atual legislatura (55<sup>a</sup>) durante a exposição dos excertos destinados à análise discursiva.

Tais pronunciamentos foram encontrados nos Diários Oficiais e na página eletrônica da Câmara dos Deputados. Os temas que constituíram os capítulos foram selecionados através de uma leitura prévia das notícias do Portal Oficial da Frente Parlamentar Evangélica<sup>2</sup> e da revista oficial da organização. Também serviram de referencial na identificação destes temas, os boletins eletrônicos de acompanhamento dos mandatos parlamentares disponibilizados pela Câmara dos Deputados mediante a criação de um cadastro que permite o recebimento de informações sobre o exercício de cada deputado. Outros documentos também foram reunidos e organizados através de um *clipping*, como: matérias de jornais, revistas, incluindo periódicos que enfocam o tema explorado, e informações disponíveis em meios digitais.

Após a identificação dos assuntos mais recorrentes que constituíram as quatro grandes temáticas exploradas na tese, ou seja, temas notáveis, foi iniciado o momento de coleta desses assuntos nos Diários Oficiais. A busca foi realizada no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados<sup>3</sup> utilizando os operadores AND ou NEAR na pesquisa avançada da página eletrônica para identificar os pronunciamentos que apresentavam mais de um termo, próximos ou adjacentes um do outro, e o operador OR para identificar os pronunciamentos que continham um dos termos pesquisados ou ambos, por exemplo, no tema que constituiu o sétimo capítulo, ou seja, as discussões em torno do aborto no legislativo Federal. Para a identificação e reunião dos discursos, foram utilizadas as palavras-chave “aborto”, “abortamento”, “direito à vida” e “nascituro” no campo *texto integral* e *assunto*. Através desta primeira busca, foi realizada a seleção dos pronunciamentos de cada parlamentar evangélico no período supracitado.

A organização desses discursos ocorreu por meio da elaboração de tabelas contendo o nome do deputado, UF e partido, a data do pronunciamento, excertos textuais e o número da página. Após esta primeira organização e identificação, foi realizada a aplicação dos principais aspectos teóricos sobre o *corpus* produzido através da coleta de dados. Com relação

---

<sup>2</sup> <http://www.fpebrasil.com.br/portal/>

<sup>3</sup> <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>

ao desenvolvimento da pesquisa, deve-se esclarecer que a aplicação dos conceitos, aqui entendidos enquanto categorias analíticas, foi realizada mais como uma tentativa de diálogo com os temas que constituíram os *corpora* discursivos do que como uma análise propriamente discursiva. Em outras palavras, a investigação esteve voltada para a identificação de algumas noções metodológicas provenientes da análise do discurso no interior dos principais assuntos explorados como, por exemplo, a produção dos sentidos, a disposição dos enunciados, as formações discursivas e a intertextualidade, sempre levando em consideração os contextos sociais onde são produzidos os discursos. A pesquisa não foi uma proposta lexicométrica, ou seja, simples estatística com as palavras, mas sim análise que busca verificar o sentido por trás dos enunciados. A fala na ação política de cada parlamentar evangélico dentro do Congresso Nacional constitui o objeto de análise, assim com as interações, as construções ideológicas, os duelos e as diferentes situações em que os discursos buscam se complementar no jogo político que se trava nesta instituição.

A pesquisa também utilizou outras abordagens metodológicas, como a execução de entrevistas com lideranças religiosas de diferentes igrejas evangélicas (ver roteiro no Apêndice A). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros de seis tradições evangélicas distribuídas entre as seguintes denominações: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Primeira Igreja Batista, Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil<sup>4</sup>. O roteiro de entrevistas abordou os seguintes assuntos: trajetória do entrevistado, papel da igreja, formação religiosa dos fieis, relações de gênero, homossexualidade, aborto e sexualidade. Priorizando as questões direcionadas para a relação entre religião e política, foram realizados questionamentos que buscavam explorar o conhecimento do entrevistado sobre a existência ou não de um projeto político da igreja, o papel da religião na política, a realização ou não de um “voto evangélico”, o processo de escolha interna das candidaturas, a opinião sobre a atuação dos políticos evangélicos e a ocorrência/carência das discussões em torno dos temas oriundos da política no púlpito das igrejas. A amostra desta pesquisa buscou evidenciar as diferentes opiniões sobre os temas explorados no roteiro, de adeptos de tradições protestantes históricas, pentecostais clássicos e neopentecostais, todos apresentavam

---

<sup>4</sup> Todas as entrevistas foram realizadas no município de Pelotas, RS, entre os anos de 2014 e 2015. A escolha do município se deu em função de dois fatores: a presença protestante na região, ou seja, assim como em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul, Pelotas apresenta uma maior concentração de protestantes históricos por conta da imigração; e a maior disponibilidade dos pastores e obreiros residentes nas cidades do interior em conceder entrevistas, diferente do que ocorre nos grandes centros urbanos.



características diferenciadas, sobretudo nas avaliações relacionadas ao papel desempenhado pelos evangélicos na política institucional.

Sobre o momento da transcrição das entrevistas, este não pode ser reduzido ao simples trabalho de análise das falas, pois, deve se levar também em consideração o contexto da ação do que foi dito (ZALUAR, 1986), que muitas vezes não é registrado nos diários de campo. A realização das entrevistas e a observação participante representaram momentos importantes para a reflexão sobre os diversos tipos de relacionamento que podem ser estabelecidos entre o pesquisador e o pesquisado (Id. *ibid.*), assim como o “choque” que a presença do pesquisador provoca no contexto social do encontro entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Como aborda Alba Zaluar (op. Cit.), a alteridade nunca é resolvida nos diversos encontros realizados durante o trabalho de campo. As falas registradas nas entrevistas realizadas antes dos cultos representam elementos importantes na constituição dos dados da pesquisa.

A tese está organizada em oito capítulos. O primeiro, mais teórico-metodológico, realiza a apresentação das principais categorias desenvolvidas por autores que discutem a Análise do Discurso (AD). Os conceitos expostos servirão como categorias de análise nesta pesquisa. O propósito deste capítulo é apresentar as diferentes tradições teóricas no ramo da AD, evidenciando as principais contribuições que auxiliarão no desenvolvimento da análise discursiva através da aplicação dos conceitos.

O segundo capítulo versa sobre as teorias sociológicas que se ocupam da religião, assim como os fenômenos sociais provenientes desta dimensão de estudo e as interfaces com outros campos como, por exemplo, o político e o econômico. A abordagem clássica de Max Weber, sobretudo os seus estudos sobre o protestantismo, a rotinização do carisma, o ascetismo e suas variantes ocupam um lugar central neste capítulo, assim como as discussões de Peter Berger, José Casanova e David Lehmann sobre a modernidade, secularização, dessecularização, pluralismo, fundamentalismos e os movimentos religiosos na contemporaneidade.

O terceiro capítulo trata do surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política. Através da exposição de um panorama histórico sobre estas transformações teológicas a que os evangélicos estiveram e ainda estão submetidos, o objetivo é compreender o conjunto de crenças e práticas sustentadas por estas tradições religiosas, as discrepâncias identificadas, sobretudo em torno dos dogmas religiosos e a forma como estas denominações se radicaram no país. O capítulo também versa sobre o envolvimento dos religiosos na política institucional e os impactos causados desde a Primeira República (1889-1930) até o término da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015).

O quarto capítulo descreve o processo de formação da Frente Parlamentar Evangélica, compreendendo a sua forma de atuação, princípios de organização interna, finalidades e a sua composição partidária e denominacional nas últimas legislaturas. O capítulo também apresenta uma amostragem das diferentes opiniões de lideranças evangélicas entrevistadas durante o trabalho de campo sobre a atuação religiosa na política.

O quinto capítulo destaca o posicionamento dos parlamentares evangélicos sobre o Estado de Israel, visto que em várias ocasiões estes deputados fizeram uso da tribuna para reverenciar de forma assertiva o papel de Israel para a preservação dos dogmas religiosos. Em diversas circunstâncias são referidos os pronunciamentos que exaltam Israel como um potencial parceiro do Brasil, no aprimoramento de novas tecnologias e na troca de experiências políticas entre os deputados dos dois países. O conjunto desses temas servirá como subsídio para a análise discursiva, com o propósito de compreender como os diferentes enunciados provenientes de parlamentares evangélicos vão na direção de um fundamentalismo religioso sustentado nos ensinamentos bíblicos capazes de legitimar a posição favorável ao estado israelense e ao predomínio bélico no Oriente Médio.

O sexto capítulo aborda o posicionamento de parlamentares evangélicos diante da tramitação do Projeto de Lei Nº 5.003 de 2001, que mais tarde seria modificado para Projeto de Lei da Câmara Nº 122, de 2006. Foi realizada uma análise das estratégias aplicadas por deputados evangélicos no momento em que estes procuram impedir avanços do segmento LGBT, verificando como se dá a influência deste *lobby* sobre as decisões do poder público. Foram identificadas as discussões travadas no campo político e religioso sobre o tema da homossexualidade, tendo como ponto de referência os posicionamentos de parlamentares no Congresso Nacional e outros segmentos que manifestam suas posições favoráveis e contrárias ao PLC 122/2006.

O sétimo capítulo versa sobre as discussões promovidas por parlamentares evangélicos sobre o aborto na Câmara dos Deputados. Os pronunciamentos identificados desde a criação da FPE até o término da 54ª Legislatura evidenciam que os posicionamentos provenientes de parlamentares evangélicos, na maioria dos casos contrários à prática do aborto, carregam elementos de diferentes dimensões, e não só utilizam argumentos de cunho religioso no momento da edificação discursiva, mas também justificativas derivadas de diferentes campos, como o jurídico, o científico, o político e o da saúde.

O oitavo e último capítulo aborda um dos momentos de maior polarização e efervescência entre evangélicos e não evangélicos na Câmara dos Deputados, a eleição do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos

Humanos e Minorias (CDHM) durante a 54<sup>o</sup> Legislatura. Os parlamentares evangélicos justificavam que a presença de Feliciano na CDHM representava uma luta entre o “bem” e o “mal”, situação que exigia o discernimento dos “inimigos” e a articulação de diferentes posicionamentos. Com este contexto, era possível identificar o acirramento das posturas conservadoras no Congresso Nacional, já que o próprio deputado pastor Marco Feliciano se anunciava como uma alternativa conservadora, um político imbuído da função de defender a “família brasileira” e os valores religiosos. O capítulo procura apresentar, através da análise do discurso, as diferentes posições de deputados evangélicos e não evangélicos nos momentos de proteção e de crítica sobre a eleição de Marco Feliciano, assim como as consequências ocasionadas com a posse do parlamentar e as funções desenvolvidas pela CDHM durante o período em que Feliciano esteve à frente. Por fim, serão realizadas as considerações finais da presente tese.

## 1 O *CORPUS* DISCURSIVO ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE

### 1.1 Definindo a Análise do Discurso

As principais categorias desenvolvidas por autores que discutem a Análise do Discurso (AD) servirão como principal aporte metodológico para esta pesquisa. No entanto, já que o *corpus* e as categorias deverão emergir dos próprios discursos, este referencial teórico será utilizado apenas com o intuito de orientar, em um primeiro momento, o estabelecimento dos critérios de seleção dos temas que serão destinados à análise e à construção da base de dados.

É possível afirmar que determinadas características discursivas assumem diferentes enfoques nos estudos sobre o discurso. Algumas dão maior ênfase à linguagem, outras à produção de sentido, aos significados e à materialidade do discurso. A AD é um ramo do conhecimento científico que procura compreender os sentidos e as significações dos discursos, assim como a lógica de funcionamento, as condições de produção e de emergência das alocações, assim como as relações estabelecidas entre as várias formas de enunciação.

Diversas correntes formularam teorizações voltadas para os estudos discursivos como, por exemplo, o Círculo de Bakhtin, a Escola Francesa de Análise do Discurso, a tradição anglo-saxônica, a abordagem da análise crítica do discurso, esta última representada pelos trabalhos de Norman Fairclough e Teun van Dijk, bem como a Escola de Essex. Nesta escola, entre outras áreas de estudo, desenvolvem-se trabalhos direcionados para a compreensão do social através da análise do discurso, mais precisamente pela abordagem denominada “pós-marxista”, presente na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Essa diversidade de tendências teóricas que se ocupam de um mesmo objeto, qual seja, o discurso, demonstra a variedade de fontes empíricas e procedimentos analíticos.

Tomando como exemplo apenas o conceito de discurso, é possível identificar as seguintes concepções voltadas para a explicação da noção. Representando a escola francesa, Michel Foucault (1997) entende que o discurso deve ser compreendido como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram (...) as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1997, p.136). Já segundo a caracterização de Ernesto Laclau, autor precursor da escola de Essex, o discurso constitui:

Esta totalidade que inclui dentro de si o linguístico e o extralinguístico (...) que chamamos discurso. Em um momento justificaremos esta decisão; porém o que deve estar claro desde o começo é que por discurso não entendemos uma combinação de

fala e escritura, e sim, pelo contrário, a fala e a escritura são somente componentes internos das totalidades discursivas (LACLAU, 1993, p.114).

Para Mikhail Bakhtin (1997), o discurso é entendido como a “língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 181). Por fim, para Norman Fairclough (2003), autor que representa a abordagem Crítica de Análise do Discurso (ACD), os discursos são entendidos como:

(...) formas de representar aspectos do mundo – material, mental e social. Esses aspectos podem ser representados de formas diferentes, o que gera diferentes discursos, diferentes perspectivas sobre o mundo, associadas com diferentes relações que as pessoas têm com este, o que depende de sua posição, de sua identidade social e pessoal e das relações sociais estabelecidas com outras pessoas. Porém, os discursos não somente representam o mundo: eles também projetam mundos possíveis, podendo estar ligados a projetos de mudança da realidade. A relação entre discursos diferentes faz parte da relação entre pessoas diferentes: elas podem se complementar, competir, dominar (...). Os discursos são um dos recursos que as pessoas empregam para se relacionarem (FAIRCLOUGH, 2003, p.124).

Compreendendo estas distintas filiações teóricas, para Pêcheux e Foucault, representantes da tradição francesa, a análise do discurso procura apontar os significados dos sentidos que se encontram encobertos e que precisam ser desvelados através da investigação das regularidades discursivas, ou na crítica às ideologias. Já para Bakhtin é importante pôr em evidência o caráter social de cada discurso, sobretudo pela sua capacidade de manter um vínculo com as ideologias dos segmentos sociais, onde seus sujeitos enunciativos estão relacionados. Para Bakhtin, os discursos passam a ser entendidos como alocações sociais, que favorecem a visualização de opiniões repartidas pelos membros dos segmentos sociais que os movimentam em comparação com outros, em tempos e situações distintas.

A teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau pode ser considerada uma nova forma de pensamento sobre o tratamento de algumas questões clássicas como a caracterização do social e do político. Para o autor, todo objeto se constitui em um objeto de discurso. (LACLAU & MOUFFE, 1987). Dentro de uma determinada estrutura enunciativa, o discurso não revela apenas um caráter mental, mas também material, ele é capaz de estabelecer a coesão entre os gestos e as palavras, assim, todo discurso é uma prática discursiva. Essa capacidade de unir diferentes palavras e ações mostra o caráter complexo da categoria de discurso, porque nem sempre os diferentes elementos que surgem no momento da produção de sentido são explícitos. O conceito de discurso de Laclau propõe abarcar todas essas

complexidades que surgem no processo de produção dos sentidos, mesmo aquelas difíceis de perceber em um primeiro instante.

Por fim, para a teoria crítica de análise do discurso, segundo Teun van Dijk (2006), diferente de outras tendências teóricas que procuram estudar tanto o discurso como a ideologia, como a perspectiva filosófica adotada por Foucault e Pêcheux, o que importa é o estabelecimento de uma proposta multidisciplinar, capaz de combinar uma análise dos aspectos cognitivos, linguísticos, culturais e sociais identificados no texto e no seu contexto, adotando uma perspectiva sociopolítica crítica. O discurso deve ser entendido como um evento comunicativo específico, complexo, que envolve uma quantidade de atores sociais capazes de intervir em um ato comunicativo dentro de uma determinada situação específica (que envolve tempo, lugar, circunstâncias) e determinado por outras características do contexto (DIJK, 2006).

É importante frisar que esta tese não tem a pretensão de situar diferentes tradições teóricas de acordo com o grau de relevância e aplicação nos estudos acadêmicos e classificar em uma escala as abordagens mais pertinentes no campo da AD. O propósito deste capítulo é apresentar essas diferentes teorias, evidenciando as principais contribuições que auxiliarão na análise discursiva empreendida nesta pesquisa. Contudo, deve-se mencionar que o principal aporte que subsidiará esta tese é a teoria advinda da tradição francesa de análise do discurso, em conjunto com os demais conceitos aqui entendidos enquanto categorias de análise provenientes de outras correntes de pensamento no campo da AD. Justifica-se esta escolha metodológica pela maior capacidade de aplicabilidade das noções provenientes desta tradição no estudo do tema empírico desta tese, assim como a abundância de pesquisas oriundas da escola francesa voltadas exclusivamente para o discurso político e religioso<sup>5</sup>.

### 1.1.1 Teorias do discurso: a escola francesa

O quadro teórico e metodológico apresentado por Michel Foucault (1997, 2008), Dominique Maingueneau (1997, 1998 e 2008) e outros autores oriundos da escola francesa<sup>6</sup>, orientará alguns momentos da presente pesquisa, ou seja, o escopo da análise que será em

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Jean-Jacques Courtine (2009) e Patrick Charaudeau (2013).

<sup>6</sup> Trabalhos de Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Patrick Charaudeau e de autores brasileiros influenciados pela escola francesa, como Eni Puccinelli Orlandi e José Luiz Fiorin, também auxiliarão a presente tese.

torno dos pronunciamentos identificados no plenário da Câmara dos Deputados, focalizado nos discursos proferidos pelos parlamentares evangélicos.

Foi exatamente na denominada Escola Francesa de Análise do Discurso, baseada nas concepções advindas do estruturalismo nos estudos sobre o discurso político, que foi possível ocorrer uma convergência entre psicanálise, análise textual e linguística. A teoria de Michel Foucault desempenhou um papel fundamental nesta corrente de pensamento, principalmente através da obra *A Arqueologia do Saber* (1997), estudo que obteve destaque através das análises empreendidas em torno do funcionamento das denominadas formações discursivas. Foucault, neste livro, decide questionar a ordem das “sínteses acabadas”, que muitas vezes são aceitas antes de qualquer tipo de exame. No que diz respeito à análise discursiva, Foucault enfatiza:

A análise do campo discursivo trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 1997, p.31-32).

É preciso esclarecer o que Foucault define por enunciado. Na sua arqueologia, o enunciado é sempre tratado como um acontecimento, onde nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. Como o autor argumenta, trata-se de um acontecimento estranho porque está ligado de um lado por um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória ou na materialidade dos manuscritos (FOUCAULT, 1997).

Com isso, Foucault estabelece distinções sobre as relações entre os enunciados, as relações entre grupos e enunciados estabelecidos e, também, relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente, ou seja, o autor pretende descrever todo esse jogo de relações enunciativas em seus próprios espaços. Porém, para ele, o discurso é sempre linguístico, está objetivado nas palavras usadas. Com relação ao que é considerado por Foucault como discurso, a passagem a seguir evidencia bem a sua proposta.

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que

pensa, que conhece, e que o diz: é ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 1997, p.61).

Outra categoria conveniente para a realização da análise dos acontecimentos discursivos é a das formações discursivas. Para investigar principalmente como se constrói o discurso sobre a loucura, Foucault determina uma linha de pesquisa voltada para as diversas relações que se estabelecem entre objetos e que constroem este tipo de discurso, revelando a forma como os mesmos se relacionam em uma dispersão. A formação desses objetos geralmente é garantida por um conjunto de relações entre o que o autor denomina como instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Sobre a formação discursiva com relação à temporalidade, na sua arqueologia, Foucault defende que:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos (...); coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (FOUCAULT, 1997, p. 82).

A categoria relacionada às formações discursivas, como poderá ser percebida adiante, traz uma pertinente contribuição para a construção da análise em questão. Por fim, Foucault argumenta que, com relação ao discurso, este possui regras, visto que não é possível falar sobre tudo em todos os momentos ou em qualquer um deles. No capítulo do livro *A Arqueologia do Saber* (1997) destinado à descrição dos enunciados, o autor apresenta uma definição de discurso:

Chamaremos discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 1997, p.135).

Percebe-se, assim, que as formações discursivas, a partir das quais emergem os enunciados sobre o sujeito, constituem uma regularidade em meio às dispersões de diversos outros enunciados. Nos estudos voltados para a identificação dos sentidos no interior de uma formação discursiva, Michel Pêcheux (1997) assevera que:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, como se estivesse preso a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1997, p. 161).



As palavras, conforme adverte Pêcheux, podem adquirir ou perder o sentido de acordo com a formação discursiva em que se situam. Ainda sobre o método arqueológico foucaultiano de análise do discurso é importante destacar que a investigação percorre o enunciado até a formação discursiva. A regularidade na dispersão apresentada por Foucault, em meio a tudo o que foi verificado sobre o sujeito nos enunciados e séries enunciativas presentes no *corpus*, constitui os diversos dizeres fixados, como também outros que vão se fixando por meio de processos discursivos sobre o sujeito.

Autor conhecido pela sua abordagem interdisciplinar, nomeadamente pelas análises filosóficas da linguagem, simbolismo religioso, texto e contexto, Paul Ricoeur traz importantes contribuições para os estudos preocupados com a dinâmica da escrita e o discurso. Para Ricoeur, o texto é considerado mais do que um caso particular de comunicação inter humana, ele é o paradigma do distanciamento na comunicação. Devido a isto, o texto revela um caráter central da própria historicidade da experiência humana, a saber, que ela é uma espécie de comunicação na e pela distância (RICOEUR, 1990). Ricoeur introduz muito claramente o sujeito do discurso, apesar das constrações sociais e linguísticas que existem historicamente.

Sobre o discurso, Ricoeur adverte que este apresenta, mesmo sendo oral, um traço primitivo de distanciamento, denominado dialética do evento e da significação. O discurso passa a ser considerado como evento quando algo acontece quando alguém fala. O discurso entendido como significação é aquele que se ultrapassa como evento. A tensão entre ambos produz o discurso como obra do sujeito, a dialética da fala e da escrita.

O discurso é sempre considerado discurso de alguém acerca de algo; refere-se a um contexto que pretende descrever, manifestar ou representar. Ricoeur tem uma preocupação em libertar este sujeito discursivo do seu exílio marginal e precário. Para ele, o discurso é o evento da linguagem, representando algo ativo, ou seja, o resultado de uma ação humana, um acontecimento diacrônico. O autor argumenta que o mesmo possui:

(...) uma estrutura própria, mas não é uma estrutura no sentido analítico do estruturalismo, isto é, como um poder combinatório baseado nas oposições prévias de unidades discretas. É, antes, uma estrutura no sentido sintético, isto é, como o entrelaçamento e o efeito recíproco das funções de identificação e predicação numa só e mesma frase (RICOEUR, 2013, p.24).

Sobre a relação entre fala e escrita, Ricoeur (2013) observa que a escrita pode salvar a instância do discurso pelo fato de que ela possui a capacidade de fixar o “dito” da fala, e não o evento da fala, ou seja, a exteriorização intencional constitutiva do par “evento – significação”

(RICOEUR, 2013). A escrita representa o pensamento humano traduzido da linguagem falada, em outras palavras, a escrita toma o lugar da fala.

Outro autor que merece destaque, também advindo da tradição francesa de análise do discurso, é Dominique Maingueneau. Neste capítulo serão explorados principalmente alguns aspectos teóricos que contribuíram para o desenvolvimento da sua análise mais recente sobre a formação dos discursos constituintes.

No livro *Gênese dos discursos* (2008), o autor realiza a alusão constante de que a construção da identidade (discursiva) necessita da presença do Outro, que pode ser implícita ou polêmica, e que passa a ser entendida como intertextualidade. Seu trabalho dedica-se a propor novos conceitos, novas formas de tratar o discurso, além do que já era estabelecido pela tradição francesa presente no denominado movimento *Althusseriano*.

A obra de Maingueneau (2008), demonstra a sua pertinência para a análise, porque trata de investigar o discurso religioso na sua dimensão “doutrinal”. Ao utilizar algumas definições de Michel Foucault, autor referido ao longo do livro, Maingueneau propõe não apenas empregar como unidade de análise certa formação discursiva, mas a interação entre duas ou mais formações discursivas.

Na sua concepção, o discurso deve ser pensado como “prática discursiva”, repleto de regras que determinam a especificidade de uma enunciação. Assim como Foucault, Maingueneau trata de estabelecer um *corpus* discursivo de análise, neste caso, o discurso religioso do humanismo devoto e do jansenismo no século XVII. Concebe que o discurso não pode ser percebido como um gênero, em que outros tipos seriam dele derivados. Não existe um discurso único, em forma absoluta e acabada. Os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicando-se em várias dimensões (MAINGUENEAU, 2008).

Contudo, o autor estabelece uma distinção entre universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Estes dois últimos demonstram maior importância para fins de aplicação em análises, sobretudo pela noção de concorrência entre os discursos que acabam surgindo dentro do mesmo campo discursivo.

“Concorrência” deve ser entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto à aliança, a neutralidade aparente etc (...) entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc. (...) esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas (MAINGUENEAU, 2008, p.34).

Segundo Maingueneau (2008), é dentro do campo discursivo que se constitui um discurso. No que diz respeito a este, outro aspecto importante abordado na sua obra é com relação às restrições estabelecidas. O discurso resulta do relacionamento desse sistema de limitações dos códigos advindos de uma determinada conjuntura histórica, e é precisamente isso que o acaba individualizando. O sistema de restrições não pode ser concebido como a “essência” de um discurso, pois não existe uma essência. Ele é apenas uma estrutura de elementos e regras que se pode investir e combinar de maneiras diferentes nos universos textuais mais diversos.

Uma importante passagem, para os fins desta análise, traz um exemplo sobre o discurso político-eleitoral, mais precisamente como ele se constitui em uma determinada conjuntura. O discurso apresenta-se sob a forma de um conjunto, da seguinte maneira:

Todo o discurso que quer ser aceito é obrigado a se impor determinado número de temas: ampliação das liberdades, segurança dos cidadãos, qualidade de vida (...) serão tratados diferentemente pelos discursos que serão obrigados a abordá-los (...). É por sua formação discursiva e não pelos seus temas que se define a especificidade de um discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 84).

A importância dessa passagem destacada ganhará maior destaque, sobretudo no momento em que será realizada a análise discursiva dos pronunciamentos no plenário da Câmara, o momento em que os temas assumem a sua forma específica de maneira mais explícita. O discurso é construído diante do que o “Outro” (MAINGUENEAU, 2008) pode integrar e por ele ser integrado. Neste permanente ato de construção, o discurso procura responder os seus inimigos e também os seus aliados, ele obedece a uma dinâmica de conflito, dá e recebe golpes, ou seja, uma situação na qual estamos sempre envolvidos, a ação conflituosa, a polêmica, está sempre presente no interior do discurso.

Conforme define Jean-Jacques Courtine, outro expoente da escola francesa, a AD deve realizar o fechamento de um determinado espaço discursivo, o que passa a ser caracterizado como o momento de constituição de um *corpus* de análise. Ela também deve supor um procedimento linguístico de demarcação das relações que são inerentes ao objeto de análise, por exemplo, um texto, algo material fora do subjetivo. A AD produz, no discurso, uma relação do linguístico, as palavras proferidas, com a exterioridade da língua. Courtine defende que “(...) se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (COURTINE, 2009, p.32). Trata-se de uma tentativa de estabelecimento do discurso como objeto de estudo, privilegiando a percepção da relação entre língua e ideologia.

O surgimento da AD está caracterizado não só por uma constante procura em determinar um novo sentido teórico sobre a relação entre o linguístico e o extralinguístico, como também por uma transformação da posição do observador face ao objeto de pesquisa. Entende-se que a linguagem, através de um plano discursivo, não pode apenas reproduzir algo já dado, sendo parte de uma edificação social que rompe com a ficção de naturalidade entre os limites do linguístico e os do extralinguístico. A linguagem não está desagregada da interação social.

Para o analista do discurso, deve-se pensar a materialidade deste e não o discurso na continuidade da língua. A noção de condição de produção do discurso representa um conteúdo que é, ao mesmo tempo, empírico, concreto, real, simbólico, único e heterogêneo, evidenciando-se, assim, como conteúdo que apresenta uma situação de instabilidade e conflito. Segundo Courtine (2009), cabe à AD identificar os protagonistas, decompondo os movimentos, verificando os alvos e as estratégias utilizadas por cada agente discursivo, e é particularmente em um campo fechado que surge este “teatro” discursivo.

As sequências discursivas que podem ser submetidas à análise são extraídas de um campo discursivo restrito. Estas podem ser caracterizadas como: “(...) sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p.57). A partir desta identificação é possível realizar o “filtro” de pesquisa, delimitando, então, o primeiro campo discursivo de referência.

Na AD outro elemento importante é a constituição de um *corpus* discursivo. Segundo Courtine, o *corpus* deve responder a exigências de exaustividade, de representatividade e de homogeneidade. Este também deve ser estruturado segundo um plano definido em referência a determinado estado das condições de produção do discurso. Para o autor, a primeira etapa voltada para a constituição do *corpus* corresponde à delimitação de um “campo discursivo de referência” dentro do “universal do discurso”, isto é, do conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de análise (COURTINE, 2009).

Na lógica da AD, os textos fazem sentido não por sua relação com um contexto, mas por sua inserção em uma determinada formação discursiva, que, segundo o autor, é o que determina, numa formação ideológica dada e numa conjuntura, o que pode e deve ser dito, o que significa dizer, mais precisamente, que as palavras, expressões e proposições recebem seu sentido na formação discursiva na qual são elaboradas.

Para a AD é necessário articular, em forma de *corpus*, conjuntos de discursos produzidos a partir de posições ideológicas contraditórias. É neste sentido que tal referencial teórico demonstra sua pertinência na análise do discurso de parlamentares evangélicos, visto

que se trata de um segmento que muitas vezes é percebido como coeso e consonante, mas que no “universo discursivo” investigado apresenta sentidos antagônicos e uma atuação heterogênea. Todavia, os discursos produzidos a partir de posições ideológicas antagônicas não representam de modo algum entidades separadas, pois estes permanecem em contato pela circulação e pela troca dessas posições entre os diversos conjuntos de discursos.

O conceito de formação discursiva serve para delimitar uma forma de *corpus* que tenha a capacidade de preservar, na análise do discurso político, a possibilidade de identificar através das produções e das mudanças discursivas, o efeito inscrito das contradições ideológicas de um determinado grupo social na materialidade dos discursos.

O espaço político abordado nesta pesquisa representa o que é denominado como campo da discursividade, o campo onde um bloco de formações de enunciados que se encontram em disputa, delimita-se reciprocamente em uma determinada região do universo discursivo. A disputa aqui entendida refere-se tanto ao conflito aberto, quanto a uma situação de aliança e neutralidade entre discursos que remetem à mesma função social, mas que divergem em termos de sentido, estabelecendo em algumas circunstâncias uma relação antagônica, ou agônica<sup>7</sup>, em torno de determinados temas que surgem no espaço político.

Para se entender a estrutura de um discurso, deve se levar em consideração o fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica, e que este mesmo discurso pode integrar o seu polo oposto, e por ele ser integrado, em uma reversibilidade essencial (MAINGUENEAU, 2008).

Segundo Maingueneau, é dentro do campo discursivo que se constitui um discurso. Um campo discursivo não é uma estrutura homogênea, existem sempre dominantes e dominados, posicionamentos centrais e periféricos. Um campo pode incluir diversos subcampos: “(...) no interior de uma mesma corrente política, por exemplo, pode haver confronto entre diversos discursos para o monopólio da legitimidade enunciativa” (Idem, p. 20). Para Maingueneau, aquele que realiza a análise do discurso, na maioria das vezes, não estuda a totalidade de um campo discursivo, mas sim pretende extrair dele um

---

<sup>7</sup> Chantal Mouffe introduz na Teoria do Discurso a distinção entre antagonismo e agonismo. A noção agonística foi desenvolvida por Mouffe no livro *El retorno de lo político* (1999) e a distinção foi aperfeiçoada no livro *La Paradoja democrática* (2012). Começando com a diferenciação entre “a política” e “o político”, Mouffe se refere ao “político” como a dimensão da hostilidade e antagonismo que está sempre presente na sociedade. A “política”, segundo a autora, se refere ao conjunto de práticas, discursos, instituições que buscam estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana para, a partir disto, adequar-se à dimensão do político. Na compreensão deste contexto de conflito, para Mouffe, é importante distinguir os dois tipos de relação política, o antagonismo, que ocorre entre inimigos e o agonismo, que ocorre entre adversários. O agonismo, diferente do antagonismo, reconhece a existência da dimensão discursiva concorrente e lhe atribui legitimidade, já que, apesar da discordância, o adversário tem o direito de defender as suas ideias e continuar no jogo do político e da política.

subconjunto, chamado de espaço discursivo, constituído de pelos menos dois tipos de posicionamentos discursivos que possam manter relações particularmente fortes, seja de conflito, seja de concordância.

Percussora da análise discursiva no Brasil, Eni Orlandi observa que a Análise do Discurso (AD) não está interessada apenas na transmissão da informação, pois, no funcionamento da linguagem, que estabelece uma relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e também pela história, o que se percebe é um emaranhado processo de constituição destes sujeitos e produção de sentidos, e não uma simples transmissão de informação (ORLANDI, 2013). O discurso é resultante de sentidos gerados entre autores, e estes, não devem ser confundidos com os atos de fala<sup>8</sup>.

Segundo Orlandi, a AD tem o propósito de compreender como um objeto simbólico produz sentidos, “como ele está investido de significância para e por os sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (Idem, p.26).

A autora adverte que cada material utilizado na pesquisa exige que seu analista, de acordo com a pergunta de partida formulada, coloque em movimentação conceitos que não seriam utilizados por outro analista, em virtude de suas questões mobilizadas. Uma análise nunca é igual à outra, devido à utilização de conceitos diferentes, e isto poderá repercutir de forma crucial no momento em que será realizada a descrição dos materiais de pesquisa.

### 1.1.2 O Círculo de Mikhail Bakhtin

Na perspectiva bakhtiniana de análise existe uma preocupação sobre o princípio dialógico, monológico e a polifonia verificada nos discursos e na constituição dos enunciados. Com relação ao dialogismo, este é um conceito que posteriormente foi utilizado pelos analistas franceses, e que passou a ser chamado de intertextualidade<sup>9</sup>. Bakhtin desenvolve sua

---

<sup>8</sup> No tocante aos atos de fala, outros autores já manifestavam preocupação sobre o tema, sobretudo os provenientes da pragmática linguística como John Austin e John Searle, pioneiros na teorização relacionada à dimensão ilocutória da linguagem. Para eles, todo ato de linguagem está situado num quadro institucional capaz de determinar um conjunto de direitos e obrigações para todos os seus participantes. Searle estabelece uma separação dentro das investigações sobre os atos de fala. O autor observa a possibilidade de existir atos de fala diretos e indiretos, e que estes atos poderão apresentar dois sentidos: o literal e o não-literal.

<sup>9</sup> Não é possível identificar o conceito de intertextualidade na obra de Bakhtin, assim como de outros autores do Círculo. Segundo José Luiz Fiorin “na obra bakhtiniana, não ocorrem os termos interdiscurso, intertexto, interdiscursivo, interdiscursividade, intertextualidade. No conjunto da obra do autor russo aparece uma única vez o termo intertextual” (FIORIN, 2006, p. 162). Julia Kristeva foi a responsável pela introdução do termo em 1967, apoiada na teoria de Bakhtin.

teoria buscando compreender o diálogo entre os interlocutores e também o diálogo entre os discursos. A especificidade das ciências humanas, segundo Bakhtin, está relacionada ao fato de que o seu objeto de pesquisa é o texto, ou seja, o discurso.

As relações dialógicas, que incluem a atitude dialógica do falante em seu próprio discurso, de acordo com o autor, representam o objeto da metalinguística (BAKHTIN, 1997), pois a língua não deve ser entendida somente como sistema. São essas relações que determinam as particularidades de uma determinada estrutura discursiva. O dialogismo não deve ser entendido como uma mera comunicação face a face, assim como ele não pode dizer que existem dois dialogismos, ou seja, entre discursos e entre interlocutores. O dialogismo ocorre sempre entre discursos, assim, o interlocutor só garante a sua existência enquanto discurso. Nesse caso, ocorre o embate entre dois discursos: o do locutor e o do interlocutor (FIORIN, 2006). Para Bakhtin as relações dialógicas são impossíveis sem o estabelecimento de relações lógicas e concreto-semânticas que só se materializam nos atos de fala de um autor.

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa. Nesse sentido, todo enunciado tem uma espécie de autor, que no próprio enunciado escutamos como o seu criador. Podemos não saber absolutamente nada sobre o autor real, como ele existe fora do enunciado. As formas dessa autoria real podem ser muito diversas. Uma obra qualquer pode ser produto de um trabalho de equipe, pode ser interpretada como trabalho hereditário de várias gerações, etc. e, apesar de tudo, sentimos nela uma vontade criativa única, uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente. A reação dialógica personifica toda enunciação à qual ela reage (BAKHTIN, 1997, p.218).

Bakhtin observa que as relações dialógicas podem ser identificadas não apenas entre as enunciações caracterizadas como relativamente integrais, pois o aspecto dialógico é perceptível em qualquer parte significativa do enunciado<sup>10</sup>, até mesmo em uma palavra isolada, no momento em que esta não seja entendida como palavra impessoal da língua, mas sim como um signo da posição semântica verificada no interior de um determinado processo dialógico, que passa a ser entendido como:

(...) representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro. Por isso, as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas

---

<sup>10</sup> Para Pêcheux, precursor da escola francesa, o enunciado adquire uma conotação muito próxima da linha desenvolvida por Bakhtin nos seus trabalhos anteriores. Segundo o autor francês, todo enunciado é capaz de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente do seu sentido para transformar-se. Todo enunciado, toda sequência discursiva, é linguisticamente descritível como uma série de pontos possíveis, disponibilizando lugar para a interpretação. Segundo o autor, é nesse campo que é preciso desenvolver a análise do discurso. Convém mencionar que Pêcheux não sofreu uma influência teórica dos escritos de Bakhtin e dos demais adeptos do Círculo.

vozes (...). Por outro lado, as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem, isto é, numa abordagem não mais linguística. (...) as relações dialógicas são possíveis também com a sua própria enunciação como um todo, com partes isoladas desse todo e com uma palavra isolada nele, se de algum modo nós nos separamos dessas relações, falamos com ressalva interna, mantemos distância face a elas, como que limitamos ou desdobramos a nossa autoridade (BAKHTIN, 1997, p.218-219).

Na sua obra, Bakhtin também procura dar ênfase para a compreensão dos enunciados, produto da relação entre os indivíduos que estão organizados no plano social. Contrapondo-se ao subjetivismo idealista e ao objetivismo abstrato, Bakhtin defende que a estrutura da enunciação representa uma ordenação social, e que esta só se realiza entre os sujeitos falantes, assim, a “interação verbal constitui a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN, 2006, p.125). Pensando na linguagem enquanto aspecto fundamental e complementar da interação social, para Bakhtin, a enunciação, entendida como ato de fala, só poderá ser esclarecida a partir do momento que se estabelece essa interação. Sobre os traços constitutivos dos enunciados, o autor observa que:

Qualquer enunciado concreto é um elo na cadeia de comunicação de voz de uma esfera particular. Os próprios limites do enunciado são determinados por uma mudança de sujeitos de fala. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, e não são autossuficientes; eles estão conscientes e mutuamente refletem um ao outro. Estas reflexões mútuas determinam o seu personagem. Cada enunciado está cheio de ecos, reverberações e outras declarações a que ele está relacionado pela comunalidade da esfera de comunicação de voz. Cada enunciado deve ser considerado como essencialmente uma resposta a anteriores declarações da esfera dada (nós entendemos a palavra “resposta” aqui no sentido mais amplo) (BAKHTIN, 1986, p.91).

Para Bakhtin, o social deve ser entendido como elemento constituinte das enunciações concretas. As fronteiras da enunciação servem como unidades elementares da comunicação verbal (que se estabelece entre sujeitos determinados). A enunciação, que reúne forma e conteúdo, refere-se ao objeto (proposição), mas também ao sujeito, entendido como quem produz a conotação, ou seja, a forma de expressar algo além do seu sentido literal, através de associações realizadas com outras palavras, em diferentes contextos. Em todo momento a enunciação está em relação com outras enunciações proferidas no passado, entendidas como respostas antecipadas às enunciações futuras (TODOROV, 1984). O enunciado é orientado ao outro, dentro de um contexto de diversidade de diferentes dizeres, presentes, passados e futuros que compõem um universo discursivo.

Foi a partir das discussões promovidas por Bakhtin sobre os enunciados, que surgiram os estudos voltados para a polifonia (CAZARIN, 2005). O conceito de polifonia foi introduzido pelo autor nas suas discussões no campo da literatura, mais precisamente na



caracterização de obras, como os escritos de Dostoievski. O termo procura explicar as várias vozes que se manifestam, sem que nenhuma possa ser entendida como a voz dominante.

No seu livro *Problemas da poética de Dostoievski* (1997), Bakhtin resolveu adotar o conceito de polifonia para nomear a multiplicidade de vozes que podem ser percebidas no romance, isto é, as vozes do autor, do herói e as outras diversas vozes, criando uma nova espécie de novela, a novela polifônica. Explicitando o conceito de polifonia, Bakhtin observa que:

A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento (BAKHTIN, 1997, p.35).

O que vai caracterizar a polifonia é o lugar do autor como compositor do coro de vozes que entram no processo dialógico. Contudo, este compositor possui um ativismo singular, pois ele rege vozes que cria ou recria, e deixa que os mesmos se manifestem com liberdade, evidenciando uma mudança radical na posição do autor sobre as pessoas que estão representadas, mas que ele abdica de dominar ou conduzir (BEZERRA, 2008).

A polifonia deve ser definida através dos seus traços de convivência e pela interação, verificadas no interior de uma mesma obra, da diversidade de vozes e consciências independentes e imisturáveis. Essas vozes e consciências não representam o objeto do discurso do autor, pois as mesmas constituem os sujeitos dos seus próprios discursos. Cada voz possui a sua autonomia, diante da estrutura que sustenta a obra, como se fossem outras vozes que ecoam ao lado da palavra do autor (BEZERRA, 2008), adaptando-se com ela e com as vozes dos demais protagonistas. O conceito de polifonia desenvolvido por Bakhtin, pela sua capacidade de operacionalização, não se restringe apenas ao domínio das pesquisas literárias, pois o termo pode ser aplicado a partir das análises sobre os enunciados e os seus consequentes desenvolvimentos que procuram dar enfoque para a atividade verbal resultante da comunicação dialógica.

## 2 O PROTESTANTISMO NO CAPITALISMO E NAS INSTITUIÇÕES MODERNAS

### 2.1 Discussões prévias sobre a religião na abordagem sociológica

O envolvimento dos evangélicos na política ganhou notoriedade nos estudos acadêmicos nas últimas décadas. Acompanhando o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil, sobretudo as neopentecostais, o quadro atual de pesquisas voltadas para este tema evidenciou um aumento significativo, principalmente nas análises direcionadas para a compreensão das mudanças que ocorreram em torno da inserção religiosa na esfera política, onde os evangélicos passaram a adquirir maior visibilidade em outros espaços públicos, saindo da esfera do privado. Fé e política, em algumas circunstâncias, tornam-se sinônimos. Uma das razões utilizadas pelos evangélicos para justificar a atuação na política, sobretudo pelos neopentecostais, é a preocupação em dar respostas concretas para as demandas do seu público. Neste capítulo, serão exploradas algumas premissas teóricas utilizadas para a compreensão sociológica da religião, assim como os fenômenos sociais provenientes desta dimensão de estudo e as interfaces com outros campos como, por exemplo, o político e o econômico.

Os estudos sociológicos clássicos sobre o protestantismo geralmente estão associados às abordagens de Weber, ou em algum momento perpassaram as principais ideias deste autor. Seu trabalho não se limitou apenas à análise de uma religião, mas também buscou compreender religiões diversas, ainda pouco conhecidas no início do século XX, como o hinduísmo, o budismo tibetano, o cristianismo, o confucionismo e o judaísmo antigo (WEBER, 1982). Trata-se de estudos sobre as religiões mundiais que influenciaram a formulação weberiana sobre o racionalismo moderno, ou seja, o desenvolvimento da técnica, da ciência, da contabilidade, do direito, entre outros assuntos.

No tocante à questão da religião na modernidade e as imbricações com o surgimento da burocracia, Weber (1982) observa que o bispo, o sacerdote e o pregador não são, como na antiguidade cristã, meros detentores de um carisma especificamente pessoal. Os valores supramundanos e sagrados que eles ofertam:

(...) são proporcionados a todos os que parecem dignos deles e que os solicitam. Antigamente, esses líderes agiam sob a ordem pessoal de seu senhor; em princípio, só eram responsáveis perante ele. Hoje em dia (...) esses líderes religiosos são funcionários a serviço de um propósito objetivo, que na “igreja” da atualidade se tornou rotineiro e, por sua vez, ideologicamente oco (WEBER, 1982, p. 232-233).

Weber defende que na sociologia da religião, não se deve esclarecer o religioso pelo religioso, mas sim, entender como o comportamento religioso regula as outras atividades humanas e é por elas regulada, numa perspectiva que hoje se chamaria relacional. Toda a ação originada por motivos religiosos ou mágicos é uma ação racional, que no mínimo é relativa. Weber observa que, por mais incisivas que as influências sociais possam ter existido sobre uma ética religiosa, pensada em termos econômicos e políticos, esta recebe sua identidade

(...) principalmente das forças religiosas e, em primeiro lugar, do conteúdo de sua enunciação e promessa. Frequentemente, a geração seguinte reinterpreta essas anunciações e promessas de modo fundamental, ajustando as revelações às necessidades da comunidade religiosa. Quando isso ocorre, então, é comum que as doutrinas religiosas se ajustem às *necessidades religiosas*. Outras esferas de interesse só poderiam ter uma influência secundária; com frequência, porém, tal influência é muito óbvia e, por vezes, decisiva (WEBER, 1982, p.312).

O autor concebe a religião como um elemento-chave para o entendimento da cultura, e esta constitui uma janela de entrada para a percepção da formação de regras morais e de significados constitutivos das instituições e das ações no Oriente e no Ocidente. O pensamento weberiano aponta a religião (mais precisamente o protestantismo na versão puritana) como a força simbólica ou o sentido que moveu a ação econômica dos seus seguidores, permitindo o surgimento do capitalismo europeu, ou seja, a sua ética racional predominante.

Weber enfatiza que a ética religiosa possui graus diferentes de penetração na esfera da ordem social, assim, o autor observa que:

Na medida em que os pontos de vista religiosos têm conformado de maneira sistemática-racional o mundo como um cosmos, mais essencial pode chegar a ser a tensão ética no que diz respeito às ordens do mundo, e tanto mais, quando maior é a sistematização destes últimos de acordo com a sua própria lógica (*Eingensetzlichkeit*). Surge a ética religiosa de rechaço do mundo, e enquanto tal, carente do caráter normalizador dos direitos sagrados. Precisamente a tensão que introduz em suas relações com o mundo é um forte motivo dinâmico de desenvolvimento<sup>11</sup> (WEBER, 1997, p.254).

Nos seus estudos sobre a dominação carismática e a relação com as qualidades pessoais, Weber também destina atenção para a ideia de rotinização do carisma. Esta rotinização pode ser realizada “na forma de *apropriação*<sup>12</sup> de poderes de mando e oportunidades aquisitivas pelos sequazes ou discípulos, e com *regulação* de seu recrutamento” (WEBER, 2009, p.164). Para o autor, essa tradicionalização ou legalização,

<sup>11</sup> Todas as traduções são de inteira responsabilidade do autor desta tese.

<sup>12</sup> Grifo do autor.

conforme existam ou não estatutos, pode tomar para si diferentes formas típicas: na forma de recrutamento segundo o carisma pessoal; na mudança das normas carismáticas para estamentais tradicionais; ou por meio da criação e apropriação de cargos e oportunidades aquisitivas *individuais* para os seus membros (WEBER, 2009). O conceito de rotinização elaborado por Weber ajuda a compreender o ingresso dos políticos evangélicos nas funções legislativas, mais especificamente a forma de apropriação destes poderes políticos e a resultante configuração adaptada para os regulamentos exigidos pelo exercício de um mandato. Muitos políticos evangélicos exercem o papel de liderança dentro de partidos ou outras organizações políticas em virtude do carisma diante dos seus partidários. Para isso, o político evangélico precisa garantir determinadas qualidades neste processo de rotinização do carisma. Sobre este aspecto, Weber especifica alguns detalhes que fazem parte da rotinização:

Condição prévia de rotinização do carisma é a eliminação de sua atitude alheia à economia, sua adaptação a formas fiscais (financeiras) da provisão das necessidades e, com isso, as condições econômicas capazes de render impostos e tributos. Em relação aos “leigos” das missões em processo de prebendalização está o “clero”, o membro participante (com participação) (...) do quadro administrativo carismático, mas agora rotinizado (sacerdotes da “igreja” nascente); perante os “súditos fiscais”, estão os vassalos, prebendários e funcionários da associação política nascente – em caso de racionalidade, do “Estado” –, ou talvez os funcionários de partido, que substituíram os “homens de confiança (WEBER, 2009, p.165).

Weber observa que o carisma representa um fenômeno inicial, característico de dominações religiosas proféticas ou políticas, de conquista, que, todavia, cede aos poderes do cotidiano no instante que a dominação está assegurada e, principalmente, assim que adquire caráter de massa (WEBER, 2009). Outro aspecto que deve ser mencionado é a razão estimulante da rotinização do carisma. Para o autor, alguns motivos capazes de impulsionar a lógica da rotinização são:

(...) o empenho por assegurar, vale dizer, por legitimar as posições de mando e as oportunidades econômicas para os sequazes e adeptos do senhor. Outro é a necessidade objetiva da adaptação das ordens e do quadro administrativo às exigências e condições normais de uma administração cotidiana. Estes constituem, particularmente, pontos de referência para uma tradição administrativa e jurisdicional necessários tanto a um quadro administrativo normal quanto aos dominados. Além disso, é preciso haver alguma ordenação dos cargos dos membros do quadros administrativos (WEBER, 2009, p.166).

O excerto acima explica algumas características da metamorfose do discurso evangélico no momento em que este ingressa no domínio da política institucional. Deixando de lado alguns pretextos relativos à crença religiosa, os políticos evangélicos procuram adaptar as suas necessidades de acordo com as condições a que estão submetidos no campo político, levando os seus seguidores a crer na importância das condições já identificadas

dentro de uma lógica diferente daquela presente na igreja. Discursos carregados de elementos religiosos são substituídos por discursos de natureza administrativa e/ou jurídica em razão da necessária adaptação nesta nova esfera de ação que envolve questões de natureza política e que contribuem para legitimar posições de mando e reconhecimento (carisma). As informações oferecidas por Weber demonstram que mesmo nas circunstâncias que remetem ao surgimento de lideranças religiosas e políticas carismáticas, dotadas de discursos emotivos, salvadores, baseados em argumentos situados no campo da irracionalidade, é possível verificar que este tipo de carisma, acaba sendo absorvido pela lógica inflexível das instituições, sendo inclusive incorporado, como demonstra Weber, a habitual lógica de rotinização, tomando formas institucionalizadas racionais. Neste caso, pode ser citado como exemplo explicativo o político que não adota apenas o discurso confessional, mas que leva em consideração outros enunciados que emergem neste novo padrão institucional para moldar os seus argumentos, alguns inclusive laicos.

Nos estudos sobre as religiões, a teoria weberiana também procura compreender as questões voltadas para o ascetismo e suas variantes<sup>13</sup>. O ascetismo ativo é entendido como uma ação praticada pelo devoto, desejada por Deus, que se distingue das doutrinas voltadas para um misticismo, onde é identificada a possessão do sagrado, e não uma ação. Se por um lado o indivíduo, na postura ascética, é entendido como um instrumento, no misticismo ele representa um “depósito” do divino. Sobre isto, Weber observa que:

A ação no mundo é vista, assim, como um perigo para o estado irracional e outros estados religiosos voltados para o outro mundo. O ascetismo ativo opera dentro do mundo; o ascetismo racionalmente ativo, ao dominar o mundo, busca domesticar o que é da criatura e maligno através do trabalho numa vocação “mundana” (ascetismo do mundo). Tal ascetismo contrasta radicalmente com o misticismo, se este se inclina para a fuga do mundo (fuga contemplativa do mundo) (WEBER, 1997, p. 159).

O pentecostalismo clássico, que no Brasil é representado pelas duas igrejas situadas na primeira onda pentecostal (FREESTON, 1993), a Congregação Cristã no Brasil (São Paulo,

---

<sup>13</sup> De acordo com o Glossário apresentado na obra de Max Weber *“A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”*, o termo ascese, ascético, ou ascetismo é utilizado para denominar o controle austero e disciplinado do próprio corpo, evitando o sono, o sexo, a fala, a alimentação, o consumo de bebidas e outros prazeres mundanos. Weber identifica duas modalidades de ascese: a ascese do monge, desempenhada “fora do mundo”, intitulada “extramundana”, e a ascese do protestante puritano, chamada de “intramundana”. Neste último tipo, o trabalho diário e ordenado representa um dever religioso, a mais adequada forma de obedecer, “no interior do mundo”, a vontade divina. Dessa forma, nas análises sociológicas de Weber, o protestantismo puritano recebe o rótulo de “protestantismo ascético” (WEBER, 2004).

1910) e a Assembleia de Deus (Pará, 1911), manifestavam desde os primórdios uma conduta mais próxima deste ascetismo.

Essa postura difere daquela identificada na teologia da prosperidade, propagada pelas igrejas neopentecostais e caracterizada como uma fuga do ideário do protestantismo ascético. A acumulação de riquezas, através do trabalho diário calculado racionalmente, de acordo com a doutrina protestante, representava uma forma de validação do estado de graça de cada um, ou de escolha para a vida eterna (WEBER, 2004). Segundo Ricardo Mariano (2012), diferente desta riqueza obtida de forma não prevista, onde o acúmulo primitivo de capital resultava do respeito de uma conduta ética puritana, que renunciava qualquer tipo de consumo supérfluo, o neopentecostalismo passou a manifestar um tipo de postura na qual:

(...) o crente não procura a riqueza para comprovar seu estado de graça (...). Como todos os demais, crentes e incrédulos, ele quer enriquecer para consumir e usufruir de suas posses nesse mundo. Sua motivação consumista, notadamente mundana, foge totalmente ao espírito do protestantismo ascético, sobretudo de vertente calvinista. Isso não quer dizer que o neopentecostalismo, ou sua Teologia da Prosperidade, não tenha afinidade com o capitalismo. Ele tem, só que é completamente distinta daquela do puritanismo. Isto é, sua afinidade com o capitalismo nada tem a ver com a crença no trabalho como vocação nem com o ascetismo intramundano. (...) Uma religião densamente sacral, “mágica”, anti-intelectualista e cada vez menos ascética, como a pentecostal, seguramente apresenta pouca afinidade com o chamado espírito do capitalismo (MARIANO, 2012, p. 185).

A motivação do crente neopentecostal está mais voltada para a satisfação de suas necessidades materiais, mundanas, no incentivo do consumo e do melhoramento econômico individual. As igrejas evangélicas, na figura do pastor, mobilizam um tipo de carisma que é identificado através do seu reconhecimento na qualidade de salvador, na busca de uma forma capaz de conduzir a vida em torno de um valor sagrado. Weber observa que a profecia ou mandamento passam a constituir a sistematização e racionalização do modo de vida. Esta interpretação ocorre geralmente com as crenças caracterizadas como verdadeiras “religiões de salvação”, ou seja, com as religiões que oferecem aos seus fiéis a libertação da dor e do sofrimento (WEBER, 1997), prática comumente identificada na teologia promovida pelas igrejas pentecostais, e de forma vertiginosa nas neopentecostais.

Ainda sobre as contribuições da teoria weberiana para o entendimento das religiões evangélicas, um dos aspectos da sua obra que merece destaque é a questão do dualismo sobre as formas da Teodiceia. Pureza e bondade coexistem com a impureza e a maldade dentro de uma dinâmica de conflito. Weber comenta que:

(...) o mundo da pureza e o mundo da impureza, de cuja mistura emanou o mundo empírico fragmentário, separam-se repetidamente em dois reinos à parte. A esperança escatológica mais moderna, porém, faz que o deus da pureza e da

benevolência vença, tal como o cristianismo faz que o Salvador triunfe sobre o mal. A forma mais coerente de dualismo é a concepção popular mundial do céu e inferno, que restabelece a soberania de Deus sobre o espírito do mal, que é Sua criatura e com isso acredita que a onipotência divina está salva (WEBER, 1997, p. 188-189).

A cura da dor e do sofrimento através da fé estava na base da doutrina do novo pentecostalismo. Todavia, aos poucos, as igrejas neopentecostais, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, passaram a seguir uma prática mais voltada para a luta, em situações que beiram à hostilidade contra outras religiões que constituem o polo antagônico no imaginário neopentecostal. A umbanda e o candomblé possuem razões indiscutíveis para temer a expansão do novo pentecostalismo, uma vez que o propósito da guerra espiritual estabelecida contra as religiões de matriz africana é, “além de converter os adeptos das religiões adversárias, fechar centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes ao redor dos templos crentes” (MARIANO, 2012, p.117). Para os representantes deste novo pentecostalismo, céu e inferno estão em um permanente duelo.

Seguindo os avanços científicos que as discussões sociológicas sobre a religião nas sociedades contemporâneas vêm desempenhando, outro autor, discípulo de Weber, passou a ocupar um lugar de destaque nestes desdobramentos teóricos. A perspectiva teórica de Peter Berger é muito utilizada nas pesquisas sobre a relação entre modernidade, pluralismo, secularização, dessecularização e os movimentos religiosos contemporâneos.

As propostas do autor, reconhecido internacionalmente, de entender a sociologia como uma disciplina humanística, defendendo a sociedade como uma construção social, assim como os seus estudos do fenômeno religioso e do papel da secularização e do pluralismo religioso nas sociedades contemporâneas (GRIERA & CLOT, 2013), representam elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria voltada para a investigação das transformações que as religiões estão evidenciando nas últimas décadas, e, mais precisamente, para compreender o novo pentecostalismo.

Para Berger, a religião surge como uma resposta coletiva diante de qualquer ameaça de caos e desordem. A busca por sentido é compreendida como algo intrínseco da natureza humana e pode ser considerada como uma necessidade antropológica do indivíduo (GRIERA & CLOT, 2013). Berger estabelece sua definição sobre a religião no livro *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião* (1985), afirmando que esta representa “um empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado” (1985, p.38). Em outras palavras, a religião é resultado de um processo de construção social que cria e fornece qualidades sagradas a um cosmos. A religião representa um dos mecanismos mais eficazes de legitimação e de conservação do mundo.

Berger também concentrou a sua teoria nas questões relacionadas à secularização e dessecularização. O autor escreve no seu trabalho *Secularization and de-secularization* (2001) que foi necessário abandonar as antigas posições sobre a secularização, argumentando que a tese limitava o conhecimento baseado em evidências empíricas em diferentes partes do mundo<sup>14</sup>. Com a finalidade de investigar as transformações sobre as religiões, era necessário compreender os processos de dessecularização assim como da efervescência religiosa e do pluralismo religioso (GRIERA & CLOT, 2013). Para Berger, apesar da secularização provocada durante a modernização, é possível identificar neste mesmo período a emergência de potentes movimentos contrassecularizantes, capazes de impulsionar e revitalizar as religiões. Neste sentido, surgem novas manifestações ortodoxas e conservadoras, destacando-se os católicos e os pentecostais, na América Latina, África e Ásia. A respeito das implicações verificadas nesses novos movimentos religiosos conservadores, Berger adverte que é necessário estabelecer uma distinção entre os movimentos políticos que nascem no marco de uma religião, e que são inspirados por esta, daqueles que somente utilizam a religião como mecanismo estratégico para legitimar as suas demandas políticas (BERGER, 2001). No caso do envolvimento evangélico na política brasileira, é possível verificar os dois casos, visto que as candidaturas tanto podem ser inspiradas pelos seus dogmas quanto pela utilização da filiação religiosa para justificar as suas reivindicações no âmbito político.

No artigo *pluralismo global y religion* (2005), entre outros assuntos, Berger procura entender o que distingue um grupo religioso “progressista” ou “liberal” de um grupo “conservador”, afirmando que existe uma diferença crucial entre a religião tradicional e a neotradicional. A primeira, em termos psicológicos, pode ser mais “descontraída e tolerante”, já a segunda é necessariamente tensa e terá certa inclinação para a intolerância. No caso brasileiro é possível corroborar esta afirmação de Berger, uma vez que existem igrejas neopentecostais que sustentam a sua teologia de batalha espiritual contra o “Diabo”, através do antagonismo com as religiões de matriz africana.

No mesmo trabalho, Berger observa que as tradições religiosas podem manifestar mudanças com relação ao posicionamento político, visto que elas não se mantêm necessariamente invariáveis ao longo do tempo. As transformações ocorridas no Brasil

---

<sup>14</sup> Cecília Mariz tece algumas críticas à tese de Berger sobre a dessecularização. Pela escolha deste termo, Berger admite ter existido em algum momento o processo de secularização (MARIZ, 2001). Todavia, a escolha do termo, para a pesquisadora, contradiz aparentemente sua crítica elaborada à teoria da secularização. O autor sustenta no seu texto que o mundo continua “furiosamente religioso como sempre foi, e em alguns lugares mais do que nunca”. Com essa sentença, Mariz questiona a adequação da utilização do conceito de “dessecularização”. O termo, segundo a autora, deveria ser reservado apenas naquelas circunstâncias onde uma secularização tivesse sido revertida (Idem). Se o mundo continua, como afirma Berger, “furiosamente religioso” como sempre foi, não faz sentido empregar a palavra “dessecularização” (MARIZ, 2001, p. 27).



também corroboram a tese de Berger, pois as igrejas pentecostais e neopentecostais abandonaram a postura sectária de não se envolver na política e passaram a utilizar o lema “irmão vota em irmão”.

Conforme afirma Berger no seu livro *O dossel sagrado*, a religiosidade é criada no interior dessa realidade marcada pelo pluralismo, e isto ocorre em virtude do processo de racionalização. Para os propósitos desta tese, o debate entre secularização e dessecularização representará um elemento imprescindível. Como é possível notar com os evangélicos, através do seu proselitismo e da capacidade de estabelecer uma dinâmica pluralista, a religião ainda possui uma grande capacidade de influência em outras áreas que saem do privado, inclusive a política, tema desta tese.

Berger é um autor preocupado com as questões que envolvem a modernidade e o desenvolvimento do pluralismo na sociedade. Nos seus últimos escritos, o autor comenta sobre a tese apresentada por alguns pensadores dentro da sociologia da religião como teoria da secularização, tese que afirma categoricamente que a modernidade conduz à secularização, e que isto passa a ser entendido como um prejuízo irreparável na influência das organizações religiosas sobre a sociedade, assim como uma carência de credibilidade do entendimento baseado em preceitos religiosos na consciência das pessoas (BERGER, 2004).

Berger chega a dizer, ainda, que um grande número de indivíduos consegue viver sem a motivação de convicções religiosas, ou simplesmente sem o desenvolvimento de práticas religiosas. Contudo, o autor afirma que este tipo de comportamento secular pode ser entendido como uma novidade absoluta. Para o sociólogo, provavelmente sempre existiram indivíduos que viviam bem sem se importar com as Igrejas (BERGER, 2004).

Com relação aos indícios sobre uma eventual mudança da situação das religiões, no sentido apresentado pela tese da secularização, Berger afirma categoricamente que fora da Europa e nos Estados Unidos, ela é inadequada. Para o autor, o renascimento islâmico e o êxito evangélico em diversos países mostram como os movimentos religiosos se adaptam muito bem nas sociedades modernas.

Pode-se observar no mundo inteiro o sucesso do protestantismo evangélico, cujo capítulo mais impressionante é o pentecostalismo. Este novo protestantismo se propaga como fogo no capinzal em grandes regiões da Ásia Oriental e Meridional, na África ao sul do Saara e – o que mais admira – em muitos países da América Latina. Muitas vezes são exatamente as camadas mais envolvidas pela modernização que mais se inflamam pelo entusiasmo religioso (BERGER, 2004, p.48).

Para Berger, a teoria convencional da secularização perde rapidamente a credibilidade no momento que ela deixa o contexto religioso da Europa Ocidental (BERGER, 2004).

Segundo o autor, é importante mencionar que a modernização, em algumas circunstâncias, pode provocar a secularização, assim como também é verdade que a relação entre estes dois fenômenos não é nem direta nem causal (GRIERA & CLOT, 2013). Um olhar panorâmico sobre o mundo atualmente torna evidente que a modernização não somente provocou um crescimento da secularização, como também favoreceu a emergência de potentes movimentos contrassecularizadores, impulsionando a revitalização religiosa em toda parte. Dessa forma, Berger enfatiza que “o mundo, com algumas notáveis exceções, é tão religioso como sempre foi, e, em alguns lugares, mais do que nunca” (BERGER, 1999, p.2-3).

José Casanova é outro autor que desenvolve estudos voltados para a compreensão desses novos movimentos religiosos em tempos de globalização, preocupado com questões que envolvem o transnacionalismo e o pluralismo religioso, fenômenos que conduzem a desterritorialização das religiões. Nos seus recentes trabalhos, Casanova procura observar a relação entre religião, estado e nação na modernidade. Contudo, é na sua obra mais comentada, *Public Religions in the Modern World* (1994), que o autor começa a traçar a teoria que vai questionar posteriormente a relação entre modernidade e secularização.

Casanova observa que o conceito de secularização é carregado de ambiguidade e multifuncionalidade. O autor defende que existem três significados para este termo: a secularização como separação de esferas seculares, dentre elas a econômica, o Estado e a ciência, do mesmo modo que um movimento geral na direção da modernização; a secularização como declínio, que representa a redução das práticas religiosas e seus valores nas sociedades modernas; e, por fim, a secularização como privatização, isto é, como tendência histórica moderna, ou condição normativa onde a religião tende a se privatizar (CASANOVA, 1994). Na Europa, segundo Casanova, estes três processos andaram juntos, e por muito tempo acreditava-se que a modernidade inclinava-se não só à distinção de esferas religiosas e seculares, como também à privação de costumes e crenças religiosas.

Para o autor, dentro de uma perspectiva global, pode-se afirmar que a secularização como diferenciação é coadunável com vários tipos de dinâmicas religiosas presentes, assim, Casanova observa que sociedades seculares na Europa podem ser caracterizadas praticamente como “sem religião”. Contudo, segundo o autor, nos Estados Unidos, a secularização como diferenciação entre normas e valores provenientes de campos religiosos e seculares conduz ao aumento das religiões. No caso brasileiro, Casanova observa que ocorre o mesmo, visto que nas últimas décadas o país se modernizou. O catolicismo perdeu a sua supremacia, mas ocorreu ao mesmo tempo no Brasil uma eclosão de várias religiões, sobretudo as pentecostais. A diferenciação, neste cenário que Casanova denomina de “primeira secularização”, é

identificada em diversas partes do mundo, e não significa obrigatoriamente que as religiões entraram em declínio ou que perderam a sua finalidade.

Nos trabalhos que procura repensar a secularização dentro de uma perspectiva global, a partir da análise do contexto europeu e norte-americano, o autor observa que enquanto o declínio das teses sobre a privatização constituíram o alvo de diversas críticas e revisões na última década, a compreensão da secularização como um único processo de diferenciação funcional das diversas esferas institucionais ou subsistemas das sociedades modernas continua sendo relativamente indiscutível nos estudos sociológicos, particularmente dentro da sociologia europeia (CASANOVA, 2007). Com relação à utilização da categoria de secularização, Casanova comenta que:

Como uma conceitualização analítica de um processo histórico, a secularização é uma categoria que faz sentido dentro do contexto da dinâmica interna e externa, específicos da transformação do cristianismo europeu ocidental desde a Idade Média até o presente. Mas a categoria torna-se problemática, uma vez que é generalizada como um processo universal de desenvolvimento societal e uma vez que é transferida para outras religiões do mundo e outras áreas civilizacionais com muitas diferenças dinâmicas de estruturação das relações e tensões entre religião e mundo, ou entre transcendência e imanência cosmológica mundana (CASANOVA, 2007, p. 12).

Segundo o autor, todas as religiões do mundo estão sofrendo uma transformação radical, da mesma forma que ocorreu durante a expansão colonial europeia, através dos processos de modernização e globalização. Contudo, é uma transformação que está acontecendo de vários modos. Para Casanova, todas as religiões do mundo precisam obrigatoriamente responder à expansão global da modernidade, bem como aos seus desafios mútuos e recíprocos. Todas elas passam por vários processos de atualização e competem umas com as outras no sistema global emergente das religiões (CASANOVA, 2007).

Nas condições identificadas na modernidade, “encontros intercivilizacionais, imitações culturais e subvenções, difusões diaspóricas, hibridismo, crioulização e hifenizações transculturais são partes integrantes do presente global” (CASANOVA, 2007, p. 17). Para o autor, os pesquisadores devem estar menos obcecados com o declínio da religião, e mais em sintonia com as novas e variadas formas que a religião está assumindo no mundo e que podem ser investigadas em três níveis diferentes de análise: o individual, o grupal e o social (CASANOVA, 2007).

Sobre a relação entre religião e política, Casanova submete à análise sociológica o crescimento das religiões protestantes evangélicas, tomando como exemplo os Estados Unidos. Para tanto, o autor elenca três tipos de “desestabelecimento”, procurando

compreender as implicações e as consequências através de uma inesperada entrada de religiões fundamentalistas na esfera pública na sociedade moderna (CASANOVA, 1994). O primeiro desestabelecimento – A Secularização do Estado – fala sobre a separação do Estado das instituições eclesiais e da dissociação dos cidadãos oriundos de comunidades políticas de qualquer comunidade religiosa. Porém, para o autor, a secularização do Estado não trouxe em sua esteira o declínio ou a privatização da religião. Pelo contrário, como é amplamente reconhecida hoje, a proteção constitucional do livre exercício da religião cria um quadro estrutural para a emergência de uma expansão sem precedentes daquilo que Martin Marty<sup>15</sup> chama “a colcha de retalhos do protestantismo denominacionista” (CASANOVA, 1994).

O segundo desestabelecimento – A Secularização da Vida e da Mente e a Primeira Mobilização do Fundamentalismo Protestante – procura compreender os “resultados advindos da secularização no ensino superior americano e a perda de hegemonia cultural protestante sobre a esfera pública da sociedade civil americana” (CASANOVA, 1994, p.137). A Guerra Civil nos Estados Unidos representa o marco inicial deste processo. Para Casanova, o desestabelecimento da ética protestante provocou a secularização da moral pública e a emergência de um sistema pluralista de regras e formas de vida (CASANOVA, 1994).

O terceiro desestabelecimento – A Secularização do Mundo da Vida e a Segunda Mobilização do Fundamentalismo Protestante – assevera que no renascimento político do fundamentalismo protestante:

(...) pode-se encontrar quatro posturas diferentes: uma reação defensiva para proteger o mundo da vida dos fundamentalistas da invasão de fora, uma ofensiva pró-ativa para restaurar o modo de vida americano, um impulso teocrático contrarrevolucionário de impor a moralidade bíblica sobre a nação e uma participação proativa nos assuntos públicos da nação. Em momentos diferentes, em diferentes setores, e em diferentes fases do movimento de qualquer uma das posturas, pode-se tomar ascendência (CASANOVA, 1994, p.157).

Sobre a opção destes religiosos por legendas de direita e a consequente inserção na política, Casanova argumenta que o fenômeno da religião no espaço público em países como Brasil, Polônia, Espanha e EUA, representa uma tendência para a “desprivatização” da religião, que é o processo pelo qual a religião abandona seu lugar atribuído à esfera privada e entra na indiferenciada esfera pública da sociedade civil (CASANOVA, 1994).

Em *Public Religions*, o autor explica que a mobilização de uma Nova Direita Cristã nos Estados Unidos deve ser vista como um caso paradigmático de uma religião pública

---

<sup>15</sup> Autor luterano norte-americano que possui extensa bibliografia sobre religião nos Estados Unidos.

presente na sociedade política. A transformação do protestantismo evangélico em uma Nova Direita Cristã pode ser entendida através dos:

(...) dilemas básicos que enfrentam qualquer religião, particularmente uma fundamentalista, que quer entrar no campo competitivo da política democrática moderna e quer marcar vitórias lá. A lógica do fundamentalismo tem maiores afinidades com um “agônico” do que com um modelo “discursivo” de esfera pública. Mas até mesmo as políticas eleitorais agônicas modernas possuem certas regras de engajamento que são hostis ao fundamentalismo. O nome *Moral Majority*<sup>16</sup> já sinalizou simultaneamente a declaração fundamentalista à hegemonia, a escolha de mobilização eleitoral como o caminho para o poder e a influência pública, e uma vontade implícita de apresentar as práticas cognitivas e reivindicações morais do fundamentalismo (...). No entanto, o sucesso de mobilização eleitoral exige não só o ajuste estratégico com as regras e a dinâmica da sociedade organizacional e política eleitoral, mas também compromissos ideológicos, que tendem a minar os princípios e identidades fundamentalistas (CASANOVA, 1994, p. 165).

Ainda sobre a privatização ou desprivatização religiosa e as imbricações na política, Casanova observa que é improvável que tanto os regimes autoritários quanto os sistemas democráticos liberais modernos poderão banir a religião da esfera pública. Os regimes autoritários até podem ser capazes de impor temporariamente, através de medidas repressivas, a privatização da religião. Já os regimes democráticos, pelo contrário, apresentam maior dificuldade de impor tais tipos de medidas, a não ser que estas sejam realizadas através da tirania de uma maioria secular sobre as minorias religiosas (CASANOVA, 2007).

Fundamentado em bases democráticas ou liberais, Casanova percebe que não é possível encontrar razões convincentes que permitam o banimento da religião da esfera pública democrática. A exclusão poderia ocorrer no máximo por razões históricas pragmáticas como, por exemplo, na defesa da separação entre “Igreja” e “Estado”, embora Casanova afirme que não está convencido de que a separação completa é uma condição suficiente e necessária para a democracia (CASANOVA, 2007). Sobre a imposição de limites na esfera pública democrática<sup>17</sup> para a religião, o autor diz que:

A tentativa de estabelecer um muro de separação entre “religião” e “política” é injustificada e provavelmente contraproducente para a própria democracia. Cercar o “livre exercício da religião” *per se* deve conduzir ao cerceamento do livre exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos religiosos e isto acabará infringindo a vitalidade de uma sociedade civil democrática. Discursos religiosos particulares ou práticas religiosas particulares podem ser censuráveis e suscetíveis à

<sup>16</sup> Grifo do autor.

<sup>17</sup> Neste caso a esfera pública representa o espaço que está aberto para o debate do qual podem participar teoricamente todos, de dentro e de fora das respectivas instituições. Contudo, o Estado deve permanecer laico para não se identificar com nenhuma denominação religiosa.

proibição legal em algum terreno democrático ou liberal, mas não porque eles são “religiosos” *per se* (CASANOVA, 2007, p.20).

Outro cientista social com papel destacado nos estudos sobre religião é David Lehmann. Seus últimos trabalhos são voltados para a compreensão dos novos movimentos religiosos carismáticos, o neopentecostalismo, o fundamentalismo islâmico e o judaísmo ortodoxo, situações que ele passou a chamar de “renascimento fundamentalista” no mundo.

Seus estudos sobre as novas formas de valorização da religião buscam compreender os diversos tipos de fundamentalismo em nível global, não na forma de organizações fechadas, na modalidade de seitas ou qualquer outro tipo de agrupamento religioso sectário, avesso para/com tudo que está ao seu entorno, mas sim como organizações cientes de tudo que ocorre no mundo, entendendo que a sua presença no mundo transcende as fronteiras estabelecidas no espaço linguístico e político. O despertar desta consciência representa uma característica fundamental neste projeto de pertencimento ao mundo moderno. Lehmann não procura adequar os movimentos religiosos mencionados anteriormente dentro da sua definição de fundamentalismo. Seu estudo quer compreender se estes movimentos apresentam características comuns, que possam ser utilizadas para constatar a existência de uma forma religiosa capaz de atravessar as fronteiras confessionais, e que suas particularidades são provenientes de seus atos distintos de inserção, de interpretação, dos processos contemporâneos de globalização cultural e econômica (LEHMANN, 2000). Sobre a utilização do termo “fundamentalismo”, Lehmann considera:

(...) as formas carismáticas, pentecostais ou evangélicas do cristianismo, ao judaísmo ultraortodoxo e ao fundamentalismo islâmico. Não se trata de uma definição analítica, e difere das definições tradicionais porque, no que se refere ao cristianismo, tem sido habitual que os estudiosos diferenciaram nitidamente entre, por um lado, as seitas que insistem na absoluta infalibilidade do texto bíblico e, por outro, os pentecostais, que dão prioridade aos dons do Espírito. No entanto, na atualidade, dita diferença é mais de grau do que de espécie, pois pentecostais e evangélicos invocam rotineiramente a Bíblia como um texto infalível e, quando se compara entre igrejas e movimentos, se vê que as questões doutrinárias tem pouco significado (LEHMANN, 2000, p.94-95).

Ainda sobre a utilização da Bíblia, no tocante à maior importância dada pelos evangélicos acerca das experiências de conversão e “mudança de vida”, assim como os rituais e o simbolismo religioso em detrimento da doutrina, Lehmann (2000) comenta que na retórica e na apologética evangélica diária fica imprecisa a sua significação “teológica” e conseqüentemente a sua expressão institucional. O que vale é a força, e não o conteúdo, da citação do texto bíblico, a força do denunciador epíteto evangélico de “antibíblico”, e o recurso pontual da oração, dos sermões e das críticas mordazes, utilizando como referencial

os capítulos e versículos do livro sagrado, não exatamente com a menção integral de trechos exatos destes capítulos, que muitas vezes é considerada como algo secundário (LEHMANN, 2000). Com relação ao crescimento constante do fundamentalismo, e das mudanças que as organizações evangélicas estão passando, com implicações que extrapolam os limites determinados pelas igrejas, gerando impactos em outros domínios como o político, o autor compreende que:

Em termos latino-americanos, estes crentes, ou simplesmente evangélicos, designam uma identidade completamente nova, uma multidão de igrejas, pequenas e grandes, caracterizadas pelos peculiares modos de vestir, falar e da vivência cotidiana de seus congregados. A dinâmica política é evidente: constitui-se uma Associação de Evangélicos Brasileiros e os evangélicos estão crescentemente presentes na política de muitos países latino-americanos, sem falar da “Christian Coalition” nos Estados Unidos (LEHMANN, 2000, p.95).

O autor afirma que no contexto latino-americano, os pentecostais não têm criado sérios problemas para regimes de regulação religiosa (LEHMANN, 2013). O envolvimento na política é na maioria das vezes de tipo corporativista, uma atuação que busca cargos e recursos, e que não apresenta um tipo de retórica político-religiosa que é verificada nos Estados Unidos, por exemplo, onde existe uma associação destes segmentos religiosos com movimentos dos direitos civis, vinculada com um tipo de cristianismo fundamentalista e ligada aos assuntos que destacam os direitos civis, a política social, distribuição de tributos e gastos do governo (LEHMANN, 2013). Lehmann observa que o envolvimento dos evangélicos na política não representa um problema para a laicidade, porque eles não exigem tipos de prerrogativas como aquelas exigidas pela Igreja Católica em alguns países da América Latina, no passado.

Lehmann também afirma que o pentecostalismo, mais precisamente o novo pentecostalismo, centra-se precisamente sobre o progresso humano, sucesso e bem estar. O neopentecostalismo retomou os temas da conversão, da cura e da glossolalia, tudo isso combinado com os cultos espetaculares e da ênfase no sucesso mundano, compondo coreografias da vida como um drama, em que o crente enfrenta ameaças diárias das “forças do mal” (LEHMANN, 2013). Tomando como exemplo o modelo desenvolvido pela Igreja Universal do Reino de Deus, o autor comenta que o seu modelo foi imitado por outras igrejas no Brasil, na África e na Europa, constituindo-se como a força mais dinâmica neste novo movimento evangélico, caracterizada por igrejas centralizadas de grande escala com um alcance internacional (LEHMANN, 2013).

As pregações no interior das igrejas neopentecostais consistem em resumos de exortações de cunho moralizador, acompanhadas de exemplos de histórias de vida real,

sucesso material e da vitória dos fieis sobre as adversidades da vida. “Céu e inferno são de fato aqui na terra, e as Igrejas oferecem uma cura para as aflições do mundo mais do que um refúgio” (LEHMANN, 2013, p.18). A principal tarefa da Igreja não é curar o mundo, mas sim capacitar os indivíduos. Procedimentos e símbolos são adotados e abandonados, dessa forma, é dada pouca atenção para a formação de um “sistema” ou “tradição” no interior dessas igrejas. Artefatos e símbolos são emprestados e, em seguida, são reduzidos como decorações sazonais, como mostra a utilização da parafernália judaica ou quase judaica pela Igreja Universal e outras denominações neopentecostais (LEHMANN, 2013).

Outros autores preocupados com as questões sobre secularização, pluralismo, laicidade, Estado, Igrejas, e as transformações que ocorreram na esfera da política, surgirão nas próximas seções desta tese e subsidiarão o escopo da análise. A literatura sociológica especializada almeja compreender a emergência destes novos segmentos religiosos, fenômeno que vem ocasionando uma “fragmentação” destas alternativas religiosas através da eclosão de grupos capazes de romper as fronteiras internacionais. Isso ocorre no caso do neopentecostalismo brasileiro, ocasionando aquilo que é apontado por Patrícia Birman como consequência do pluralismo, onde o religioso deixa o campo institucional e penetra em outros espaços que são menos delimitados em suas fronteiras, produzindo não apenas novas alternativas para os sujeitos, como também novos procedimentos referentes a essas escolhas (BIRMAN, 2001). O próximo capítulo pretende apresentar as questões voltadas para o crescimento das denominações evangélicas no Brasil, segunda maior comunidade evangélica no mundo (FREESTON, 2006), que aborda conjuntamente a interação entre política e religião e os impactos que esta imbricação vai gerar, tanto no âmbito confessional, relativo ao universo das crenças e práticas religiosas, quanto no secular.



### 3 SURGIMENTO DAS DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS NO BRASIL E A PRESENÇA NA POLÍTICA

Os dados apresentados nos últimos censos populacionais demonstraram o crescimento do número de fiéis evangélicos no Brasil, um país de maioria católica. O que identifica essas igrejas é a forma como se apresentam diante da sociedade, a atitude de suas lideranças, sobretudo dos pastores, pela adoção de um *ethos* baseado na “evangelização”, como se fossem os mensageiros oficiais e propagadores do que está escrito na Bíblia, difundindo a mensagem cristã, considerada por eles como a única palavra. Para muitas denominações evangélicas, ao longo do tempo, essa forma de transmitir a mensagem contida na Bíblia foi se convertendo, adquirindo novos aspectos, conforme alegam as lideranças evangélicas, buscando entender as novas necessidades, tentando acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade.

Muitos adeptos da pregação do Evangelho cristão alegam que o trabalho exercido dentro de uma igreja representa um trabalho de engajamento no que consideram uma justa caminhada para “o despertar da fé” das pessoas, na busca do avivamento, desempenhando uma batalha espiritual que pretende levar a mensagem da salvação. Todavia, vale lembrar que estas são ações que sempre desempenham algum tipo de proselitismo religioso. Clara Mafra (2001) comenta que no caso brasileiro, um motivo para investigar o cenário religioso no país é que esse segmento religioso ainda se identifica, e é identificado como “um povo missionário e cristão” (MAFRA, 2001, p.11). Para a autora, enquanto muitas outras tendências oriundas do cristianismo contemporâneo procuram vivenciar uma diminuição de sua estratégia missionária, os evangélicos, nas suas diversas divisões, inclinam-se para experimentar o processo inverso. Porém, levando em consideração as metamorfoses que ocorreram na forma como as igrejas evangélicas pregam a salvação e a forma de intervenção no mundo, Mafra também afirma que no Brasil ocorreu uma “releitura singular da mensagem cristã por pessoas que continuam se identificando como evangélicas” (MAFRA, 2001, p.12). As próximas páginas serão dedicadas para a exposição de um panorama histórico sobre estas transformações teológicas que os evangélicos estiveram e a que ainda estão submetidos. O propósito é compreender o conjunto de crenças e práticas sustentadas por estas vertentes religiosas, as discrepâncias identificadas, especialmente em torno dos dogmas confessionais, e a forma como estas denominações se radicaram no país.

A divisão do movimento obedecerá à classificação apresentada por Paul Freston (1993) na sua tese de doutorado<sup>18</sup> e depois aperfeiçoada por Clara Mafra (2001) e Ricardo Mariano (2012), entendendo que o pentecostalismo no Brasil se divide em três ondas: o pentecostalismo clássico, que surgiu na década de 1910; o deuteropentecostalismo<sup>19</sup>, que começou entre os anos 50 e 60 (MARIANO, 2012); e o neopentecostalismo, cujo começo é no final dos anos 70.

### 3.1 A chegada dos protestantes e a eclosão pentecostal

Diferente do que ocorre nos Estados Unidos, país com maior número de protestantes, no Brasil, o termo *evangélico* é utilizado para se referir tanto às denominações protestantes históricas: Luterana, Metodista, Batista, Presbiteriana, Episcopal, Congregacional, etc., quanto às pentecostais: Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Nova Vida, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional do Reino de Deus, etc. (PIERUCCI; MARIANO, 1992). Autores que se preocupam com o tema da religião, na maioria das vezes diferenciam os evangélicos em duas categorias: protestantes históricos e pentecostais. Os protestantes históricos surgiram na Europa, mais precisamente entre a Reforma Protestante do século XVI e o final do século XX. Os pentecostais surgiram nos Estados Unidos nos primórdios do século XX (NOVAES, 1998) e tiveram como referência religiosa o metodismo wesleyano e o movimento *holiness*, que, entre outros aspectos, enfatiza a santificação do Espírito Santo, o falar em línguas e os estados de êxtase.

Ricardo Mariano observa que os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, creem que Deus, através da exaltação do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua procedendo da mesma maneira que no cristianismo primitivo, afastando espíritos malignos, curando enfermos, dividindo bênçãos e dons espirituais, promovendo milagres, dialogando com os seus seguidores, e demonstrando infinitamente o Seu poder supremo e inigualável compaixão (MARIANO, 2012). Ainda sobre este aspecto, existem questões, de ordem doutrinária que evidenciam certas discrepâncias entre os protestantes históricos e os pentecostais.

---

<sup>18</sup> Na sua tese intitulada “*Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*”, de 1993, Freston realiza uma análise pioneira sobre a atuação dos evangélicos na política brasileira.

<sup>19</sup> Ricardo Mariano utiliza o radical grego *deutero* (encontrado no título do quinto livro do pentateuco) que representa uma nomenclatura apropriada para o segundo ou segunda onda pentecostal (MARIANO, 2012).

Apesar das diferenças internas entre os pentecostais, eles partilham a crença de uma segunda e súbita vinda de Cristo e de que possuem o acesso diário aos dons e carisma do Espírito Santo (NOVAES, 1998). As igrejas protestantes históricas são aquelas consideradas como herdeiras mais diretas da Reforma como, por exemplo, os luteranos, metodistas, presbiterianos e batistas. Citando como caso análogo a teologia da Igreja Luterana, a denominação afirma que é baseada nos ensinamentos bíblicos, na obediência das “Sagradas Escrituras” cujo propósito é um só: promover a Cristo<sup>20</sup>. Acerca desse aspecto, durante a entrevista realizada com o pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, o mesmo afirmou que a função da Igreja é difundir o evangelho de Jesus Cristo, e aproveitou a ocasião para citar a palavra bíblica de Jesus que diz: “assim com o pai me enviou eu também vos envio”. A Igreja, segundo o pastor, é enviada com a missão de propagar o evangelho de Jesus Cristo e também de difundir os valores do Reino de Deus, sempre respeitando uma postura ética.

Historicamente, a vinda dos primeiros protestantes no Brasil teve início a partir de 1555, com as ocupações francesas. Já no século XVII, o protestantismo retornou com os holandeses, contudo, nenhuma dessas passagens ocasionou no estabelecimento desta religião no Brasil (GERTZ, 2001). Até 1810 o catolicismo era a única religião oficial no país. O primeiro grupo de protestantes que se estabeleceu de forma definitiva foi o dos luteranos, que, a partir de 1819, chegaram ao Brasil através da imigração alemã. Em 1824 chegam os primeiros grupos de imigrantes alemães, a maioria luteranos, e se estabelecem especialmente no Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, é promulgada a Constituição do Império do Brasil, que estabelece, no seu artigo 5º que “a religião católica romana continuará a ser a religião oficial do Império.

Os luteranos sempre foram minoria entre os evangélicos na sociedade brasileira, cenário que ainda persiste. O luteranismo está dividido em duas igrejas: a maior, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). A partir deste momento, outras igrejas como a Anglicana, Batista, Presbiteriana e Episcopal foram ganhando espaço no Brasil e hoje são conhecidas como igrejas protestantes tradicionais.

A primeira onda do pentecostalismo chegou ao país através de dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que, expulsos da Igreja Batista, fundaram a Igreja

---

<sup>20</sup> Através do seu portal na internet, os luteranos procuram afirmar a sua identidade, buscando contextualizar e atualizar a herança da Reforma Protestante e o papel da Bíblia. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo/identidade>. Acesso em 16 jan. 2016.

Assembleia de Deus, em Belém no Pará, no ano de 1911 e, concomitantemente, através da Igreja Congregação Cristã no Brasil, fundada por um italiano ex-presbiteriano, Louis Francescon, na cidade de São Paulo, em 1910. Embora sejam missionários europeus, a conversão destes três foi realizada nos Estados Unidos, país de onde vieram com a missão de evangelizar os brasileiros (MARIANO, 2004).

As duas igrejas demonstravam um perfil anticatólico e sectário, associado ao comportamento ascético de rejeição do mundo e na ênfase no dom de falar em línguas estranhas, a glossolalia (MARIANO, 2012). A Congregação Cristã, além de evidenciar um perfil de isolamento das demais igrejas e organizações pentecostais, procurou manter-se mais fiel à conduta sectária, adotando também uma postura apolítica através da defesa intransigente da separação entre Estado e religião. A Assembleia de Deus apresentava uma postura diferente, visto que evidenciava uma maior disposição para adaptar-se às transformações que estavam em processo no pentecostalismo e na sociedade.

As pequenas casas utilizadas como igrejas pela Assembleia de Deus se multiplicaram na região norte e logo começaram a surgir em outros estados. Nessas casas, os assembleianos reuniam o povo humilde, que utilizava trajes mais simples, de acordo com o padrão dos missionários suecos: vestidos longos e cabelos compridos para as mulheres e paletó e calça para os homens. A nítida aparência digna dos assembleianos contrastava com o falatório forte e enérgico da oração em línguas estranhas, numa mistura de ordem e energia mística incompreensível (MAFRA, 2001). Durante a liturgia desenvolvida nos cultos, os membros da Assembleia de Deus procuravam dar ênfase para o Espírito Santo, alegando que a presença do mesmo só poderia ser garantida quando experimentada nessas ocasiões de louvor. Mafra observa que, através desta via apoiada na ênfase no Espírito Santo:

(...) os novos evangélicos deram continuidade ao protestantismo por um lado, criticando veladamente o excessivo rigor, formalismo e contenção das igrejas históricas de missão e por outro, valorizando e abrindo espaço na sua dinâmica congregacional para o improvisado e a irreverência. Na versão assembleiana o caminho de santificação conjuga imersão no Espírito e leitura da palavra. Isso produziu ao menos transformações importantes na reprodução do universo evangélico. Em primeiro lugar, suas Escolas Dominicais muito facilmente se tornaram verdadeiros centros de alfabetização (...) a ênfase na capacitação pura e simples da escritura e leitura, alargou a porta de entrada na igreja da reduzida camada média baixa para as camadas populares. Em segundo lugar, uma concepção mais solta da agência do Espírito Santo permitiu a maximização da tendência batista de fazer de cada membro da igreja um missionário. (...) No *ethos*<sup>21</sup> assembleiano, “organizar demais a obra missionária é uma heresia”, o que faz com que sejam poucos critérios (e os empecilhos) para se abrir uma nova Assembléia. (...) Como terceiro ponto saliente a relação entre liderança e membros das igrejas. Ao contrário

---

<sup>21</sup> Grifo do autor.

dos seus predecessores, Daniel Berg e Gunnar Vingren não criaram muitos mecanismos de contenção das experimentações culturais a partir da propaganda de sua mensagem. A disciplina (...) incidiu basicamente sobre o comportamento dos fiéis (...) e não nas questões teológicas (MAFRA, 2001, p.31-32).

Acerca da doutrina religiosa, a Assembleia de Deus é uma denominação que desde os primórdios da sua fundação não oculta a ruptura que realizou com as demais igrejas evangélicas. Essa prática é apoiada pelo trabalho de reinterpretação da Bíblia, mais precisamente no interesse à figura do Espírito Santo na Trindade, levando também em consideração a unidade orgânica da denominação. Neste aspecto, os assembleianos inspiram-se na seguinte passagem da Bíblia, adotada enquanto provérbio que orientará a coesão da igreja.

12 Porque assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo.

13 Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito.

14 Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos.

27 Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo.

28 A uns estabeleceu Deus na igreja, principalmente, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres; depois, operadores de milagres; depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas. (NOVO TESTAMENTO, CORÍNTIOS, Capítulo 12, p. 1162-1163, 2010).

Com relação à doutrina que regulamenta a organização interna, os assembleianos enfatizam que a Igreja representa um “Corpo”, uma congregação imbuída de uma finalidade: a salvação, pois ela é habitada por Deus e pretende demonstrar o amor e a compaixão, através do trabalho de pregação do Evangelho seguindo os preceitos das escrituras sagradas. Ainda sobre a forma como a Igreja lida com as questões religiosas, durante a entrevista realizada em um templo da Assembleia de Deus, o pastor revelou que a função essencial da denominação é a evangelização das pessoas, através do perdão dos pecados, o cuidado das coisas do Reino de Deus e o aconselhamento da leitura da Bíblia seguindo a doutrina da fé e a inspiração do Espírito Santo.

Respeitando a sua conduta proselitista, a Assembleia de Deus cresceu e rapidamente se espalhou por todo o Brasil, no primeiro momento através dos avanços de migração entre Norte e Nordeste, em seguida com o término do ciclo da borracha, da região Norte para o Sudeste. Dessa forma, acompanhando os fluxos do público trabalhador que a Assembleia de Deus se consolidou como a maior igreja pentecostal no país em pouco tempo (MAFRA, 2001).

Como demonstra o Censo 2010 do IBGE, a Assembleia de Deus possui mais de 12 milhões de seguidores. A Igreja também apresenta um perfil bastante descentralizado, compreendendo diferentes vertentes que não se relacionam harmonicamente, principalmente através do papel desempenhado pelas suas lideranças. A Assembleia de Deus Ministério de Belém é a que apresenta um perfil mais tradicional e conservador. Seu líder é o pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), primeira entidade que representa a denominação em nível nacional. Outro ramo da Assembleia de Deus é a Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério Madureira (CONAMAD), liderada pelo bispo Manoel Ferreira. Entre as vertentes citadas, a CONAMAD é a que possui maior adesão das Assembleias (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). Existe também a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, comandada pelo pastor Silas Malafaia, a Assembleia de Deus em Belém do Pará, liderada pelo pastor Samuel Câmara, a Assembleia de Deus Bom Retiro, conduzida pelo pastor Jabes Alencar e Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, presidida pelo pastor e deputado federal Marco Feliciano, em São Paulo.

O segundo tipo de igrejas pentecostais que surgiram no Brasil foram as deuteropentecostais, que começaram a ser implementadas na década de 1950, no momento em que dois missionários dos Estados Unidos criaram, em São Paulo, o movimento Cruzada Nacional de Evangelização, movimento que marcou o novo estilo de pregação, através da instalação de tendas que circulavam pelas cidades do interior de São Paulo, e que se expandiu para outras regiões do país, acelerando o crescimento do pentecostalismo. Em 1951 foi fundada a igreja do Evangelho Quadrangular na cidade de São João da Boa Vista, no estado de São Paulo. Foi Harold Edwin Willians, missionário da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, que, após diversas tentativas missionárias fracassadas pelo interior do estado, decidiu realizar um jejum. Após o jejum, o missionário alegou ter tido uma visão: a do seu colega de confissão Raymond Boatright pregando para multidões no Brasil (MAFRA, 2001). Foi o início da “ofensiva evangelística” dos norte-americanos, circunstância que passou a identificar as seguintes mudanças no interior das igrejas pentecostais:

(...) a quebra da rotina do espaço de culto como espaço de contrição e simplicidade, a soma exuberante de elementos signos de modernidade, desde o vestuário do pastor à sua informalidade e sensualidade, os corinhos alegres e contagiantes, inaugurou um outro estilo de manifestação do Espírito Santo. Nele, o imprevisto tendia à informalidade; a autonomia se fazia através do maior direcionamento da mensagem (MAFRA, 2001, p.35).

Foi através deste movimento que teve início a evangelização focalizada na pregação da cura divina, processo que atraía multidões de seguidores. A “ofensiva” buscava propagar os quatro princípios fundamentais da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular: Jesus Salva, Jesus Batiza, Jesus Cura e Jesus Voltará. Os princípios foram baseados nas declarações de fé de Aimée Semple McPherson, a evangelista considerada fundadora da Igreja, em 1923, em Los Angeles.

Preocupados com a evangelização direcionada para as massas, os deuteropentecostais foram pioneiros no trabalho de difusão do evangelismo através do rádio, do evangelismo itinerante realizado ao abrigo de tendas de lona e de concentrações de fiéis em lugares públicos (MARIANO, 2012). Segundo Mariano, os métodos inovadores e eficientes desempenhados pelos membros da Igreja do Evangelho Quadrangular em pouco tempo:

(...) atraíram, além de fiéis, pastores de outras confissões evangélicas, milhares de indivíduos de estratos mais pobres da população, muitos dos quais migrantes nordestinos. Causaram escândalo e reações adversas por toda a parte. Mas, ao chamarem a atenção da imprensa, que os ridicularizava e os acusava de charlatanismo e curandeirismo, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade a este movimento religioso no país. Com o êxito de sua missão, provocaram a fragmentação denominacional do pentecostalismo brasileiro, que, até então, praticamente contava só com Assembleia de Deus e Congregação Cristã (MARIANO, 2012, p. 30).

As práticas verificadas nas campanhas da cura divina da Igreja do Evangelho Quadrangular, logo começaram a ser adotadas por outras igrejas que surgiram no mesmo período, como por exemplo, a Igreja Pentecostal Brasil para Cristo, fundada em São Paulo no ano de 1955; a também paulista Deus é Amor criada em 1962 e a Casa da Bênção, fundada em 1964 em Belo Horizonte. Ao passo que a Brasil para Cristo, conduzida pelo pastor Manoel de Mello, buscava atrair os setores das camadas mais populares, a Deus é Amor, liderada por David Miranda, procurou atrair um público situado na classe média. Diante desta aposta realizada pelas igrejas da segunda onda em torno do carisma dos seus líderes, Clara Mafra considera que a Igreja do Evangelho Quadrangular, assim como a Brasil para Cristo e a Deus é Amor possuem em comum a “reposição do apego e o fascínio da multidão pelos líderes fundadores – tendência que terá seus custos no futuro próximo, na relativa incapacidade de reprodução das suas estruturas institucionais pela falta do primeiro líder” (MAFRA, 2001, p.36).

A terceira onda, denominada neopentecostal, como adverte Mafra, não cometerá o mesmo erro, pois as igrejas neopentecostais representarão um referencial bem sucedido de transmissão do carisma do líder para a instituição religiosa. Estas igrejas surgiram na segunda metade dos anos de 1970. Foi um movimento que garantiu forte visibilidade e se fortaleceu

nas décadas posteriores. São consideradas igrejas neopentecostais a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 no Rio de Janeiro; a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 também no Rio de Janeiro; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás; a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1986 em São Paulo e a Igreja Mundial do Poder de Deus, fundada em 1998 em São Paulo. Trata-se de igrejas fundadas por pastores brasileiros, constituindo essas as principais denominações neopentecostais no Brasil. Sua teologia está caracterizada pela ênfase no combate espiritual contra o “diabo”, pela pregação da Teologia da Prosperidade, crença que afirma que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso, através do pagamento de dízimos, em seus empreendimentos terrenos, pela liberalização dos usos e costumes, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo e pela estrutura empresarial (MARIANO, 2004). Contudo, como observa Mariano, não são todas as igrejas que surgiram em meados dos anos 70, situadas dentro da terceira onda, que podem ser enquadradas como neopentecostais, uma vez que nem todas apresentam as mesmas características desta vertente pentecostal. O que justifica, segundo o autor, a divisão entre pentecostalismo clássico e deuteropentecostalismo é o intervalo histórico-institucional, ou seja, os mais de quarenta anos que separam as duas ondas. Com relação ao pentecostalismo, são consideradas as questões sobre a doutrina e o comportamento, suas ousadas formas de inserção no meio social e seu *ethos* de afirmação no mundo (MARIANO, 2012). Desse modo, como afirma Mariano, tais características não compõem o conjunto de regras e as doutrinas de todas as religiões criadas desde então, como, por exemplo, as dissidências da Assembleia de Deus, Congregação Cristã e Igreja do Evangelho Quadrangular, pois nestes casos elas não tendem a adquirir características de igrejas neopentecostais. Em muitos casos, elas procuram manter vínculos com as antigas doutrinas e repetem as mesmas práticas oriundas do pentecostalismo clássico.

As igrejas neopentecostais são influenciadas pela Teologia da Prosperidade, doutrina religiosa formulada nos Estados Unidos por Kenneth Hagin e difundida por pregadores como Thomas Lee Osborn, Gordon Lindsay e Fred Price. Diversos livros desses pregadores norte-americanos foram traduzidos e lançados por editoras de igrejas neopentecostais brasileiras. A Teologia da Prosperidade, também chamada de *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Positive Confession*, surgiu na década de 40 e abarca as crenças sobre a cura, poder da fé e prosperidade. Porém, ela só vai se consolidar enquanto movimento religioso nos anos 70, momento que encontrou acolhimento nos grupos de evangélicos carismáticos norte-americanos, adquirindo maior visibilidade e receptividade, inclusive entre outras vertentes cristãs (MARIANO, 2012).



Uma das influências dessa teologia foi a carreira do pregador Essek Kenyon, membro da Confissão Positiva nos Estados Unidos, doutrina que defende a crença de que os cristãos possuem o poder, anunciado na Bíblia e adquirido pelo sacrifício de Jesus, de trazer à existência, para o bem ou para o mal, o que anunciam, ordenam, reconhecem ou sentenciam com a boca em voz alta (MARIANO, 2012). Apesar de Kenyon nunca ter pregado ou mencionado questões sobre a prosperidade, Hagin aprendeu com esse pregador noções de cura divina e práticas da Confissão Positiva. Contudo, foi o apresentador de um programa televisivo evangélico, Oral Roberts, que concebeu o termo “Vida Abundante” e começou a pregação da Teologia da Prosperidade, assegurando retorno financeiro em uma quantia sete vezes maior do que a quantia ofertada (MARIANO, 2012). Nesse aspecto, deve-se mencionar a ligação próxima entre a origem das doutrinas que pregam a teologia da prosperidade com o tele-evangelismo nos Estados Unidos.

No neopentecostalismo, a fé representa um pacto estabelecido por Cristo, constituindo um elemento crucial para se alcançar os objetivos através das bênçãos. É através da fé que o cristão pode adquirir tudo que não for determinado verbalmente em nome de Cristo, contanto que o crente não entre em conflito com a moralidade contida nos ensinamentos bíblicos. Saúde, cura de doenças, prosperidade em termos materiais, vitória sobre as “forças diabólicas”, uma vida feliz e repleta de conquistas, ou seja, os “direitos” do cristão prometidos na Bíblia, simbolizam entre as bênçãos mais declaradas pelos evangélicos (MARIANO, 2012). Durante o trabalho de campo realizado nesta tese, mais precisamente na entrevista concedida pela pastora auxiliar de um templo da Igreja Internacional da Graça de Deus, foram verificados comentários que aludem a busca dessas bênçãos. A igreja procura, através da pregação da palavra, conduzir os fieis para a salvação com a presença de Cristo, atitude entendida como a única forma de livrar dos pecados. A doutrina, segundo a pastora, também se preocupa com o crescimento espiritual de cada adepto, e procura percorrer todas as regiões para levar a palavra de Deus e a glorificação através da vida abundante.

Igrejas como Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus, fundadas por Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares respectivamente, utilizam e buscam aperfeiçoar as crenças e práticas da Teologia da Prosperidade, cada uma ao seu modo. Com relação ao trabalho dos pregadores neopentecostais que seguem as instruções dessas lideranças, estes afirmam que a prosperidade financeira deve ser apresentada como prova de que o crente obedece aos desígnios de Deus com a sua fé:

(...) só não é próspero financeiramente, saudável e feliz nessa vida quem carece de fé, não cumpre o que diz a Bíblia a respeito das promessas divinas e está envolvido,

direta ou indiretamente, com o Diabo. A posse, a aquisição e exibição de bens, a saúde em boas condições e a vida sem maiores problemas ou aflições são apresentados como provas da espiritualidade do fiel (MARIANO, 2012, p.157).

Nos primórdios, a Igreja Universal priorizava as questões da cura do sofrimento através da fé. Contudo, o estilo agonístico, de enfrentamento que a religiosidade adquiriu, capaz de garantir uma capacidade de interlocução excepcional para uma denominação religiosa, foi se fortalecendo aos poucos (MAFRA, 2001). Dando ênfase para a questão do sofrimento, assim como as religiões de matriz africana, o neopentecostalismo escolheu exatamente essas religiões como “endemoninhadas”, já que para os bispos e pastores da Universal, nos terreiros se idolatra “Satanás”. Mafra (2001) adverte que a Universal não concentrou os seus ataques somente à umbanda e ao candomblé, suas investidas também foram dirigidas contra a Igreja Católica, justificando que os católicos, através do culto aos santos, realizam idolatria.

Em termos organizativos, a Igreja Universal se estrutura como um corpo de funcionários, assumindo uma hierarquia semelhante ao modelo empresarial, com pastores e obreiros preparados e orientados para ascender na carreira dentro da denominação, como se estivessem no interior de uma empresa. Acerca desse aspecto, a Universal apresenta as seguintes características:

Ao contrário da ênfase assembleiana na autonomia e personalidade do pastor e na criação de uma rede de pequenas comunidades morais ligadas ao lugar, o pastor da Universal é visto principalmente como um funcionário de uma instituição que tem um papel fundamental em termos escatológicos, isto é, na consumação do tempo e da história. Esses pastores, bem como os “obreiros” e “obreiras”, são selecionados segundo seu carisma e seu dom de oratória, num reconhecimento da graça dada ao indivíduo, mas que só ganhará valor se aceita pela lógica institucional (MAFRA, 2001, p. 43-44).

Os pastores que já alcançaram um *status* de liderança e influência na Igreja Universal, muitas vezes ostentam o estilo de vida burguês diante dos pastores e obreiros que estão começando a carreira na denominação. A tática desperta em muitos desses membros, na maioria das vezes de origem humilde, o desejo de alcançar o mesmo *status* identificado nos pastores presidentes, ou seja, uma “vida em abundância”, em harmonia com a doutrina da prosperidade.

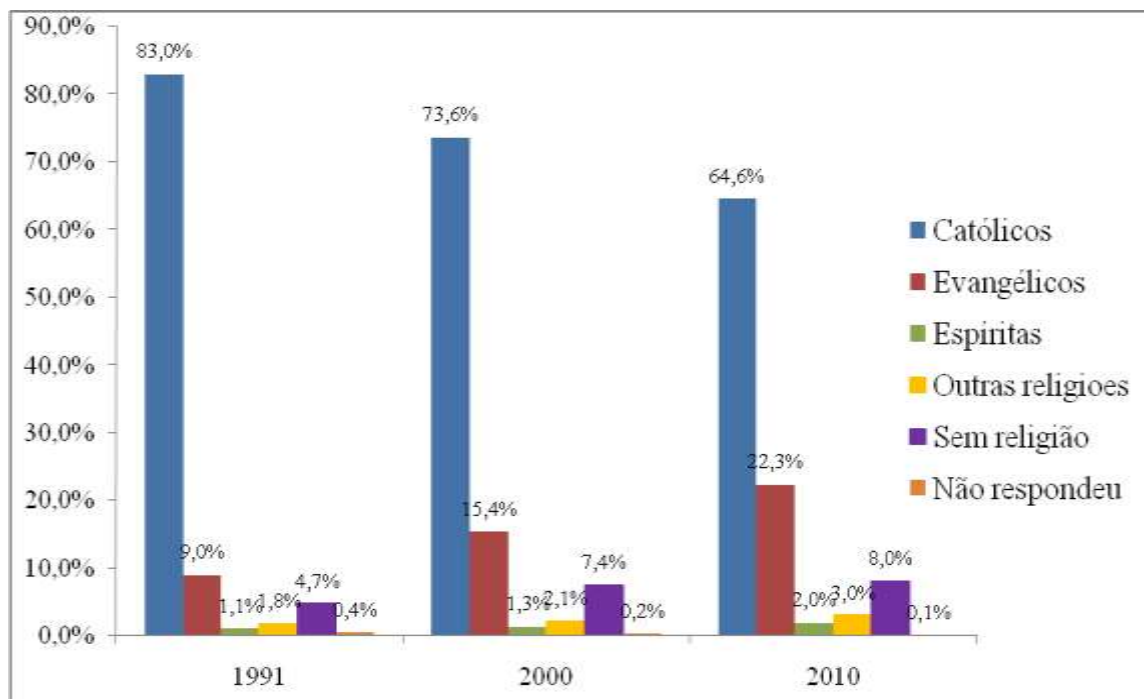
O modelo centralizado na figura do líder da Igreja, Edir Macedo, reflete na administração dos recursos e no desempenho dos pastores e obreiros. O padrão adotado estimula entre as lideranças à ascensão dentro da Igreja, dessa forma:

(...) pastores de igrejas menores, com baixa projeção social e pequena arrecadação, são fortemente estimulados (...) a aumentarem as ofertas e dízimos na sua igreja, com a promessa de assumirem a condução dos trabalhos de templos maiores, aumentando seu status, salário e demais benefícios como casa e carro cedidos pela denominação ao líder religioso (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p.61).

O crescimento da Universal nos diversos estados e países se deve muito ao trabalho de evangelização desempenhado principalmente pelas obreiras e obreiros, que buscam, através da distribuição de jornais e panfletos, convidar os transeuntes a frequentar suas igrejas. A Universal, orientada pela Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio, busca atrair frequentadores, prometendo a cura de enfermidades, a solução de problemas financeiros, conjugais e espirituais, estimulando também os seus fiéis na busca pelo desenvolvimento de um perfil empreendedor, seguindo a lógica empresarial interna da igreja e o pagamento fiel dos dízimos. Atualmente, a Igreja Universal possui templos em 180 países. Edir Macedo é dono da Rede Record e diversas rádios. Suas edificações, localizadas nas grandes cidades, são colossais, e atraem milhares de fieis, tomando como exemplo o Templo da Glória do Novo Israel, também chamado Templo Maior, no bairro Del Castilho, no Rio de Janeiro e o Templo de Salomão, localizado no distrito do Brás, em São Paulo, considerado a sede mundial da Igreja Universal.

Utilizando como fonte os dados obtidos nos últimos censos populacionais realizados pelo IBGE, as informações que serão apresentadas a seguir mostram a representação do segmento evangélico no Brasil nos últimos anos. Tais informações auxiliarão na compreensão do crescimento dessas igrejas comparando com as outras religiões.

Gráfico 1 – Distribuição das religiões (% da população brasileira 1991-2010)



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)<sup>22</sup>.

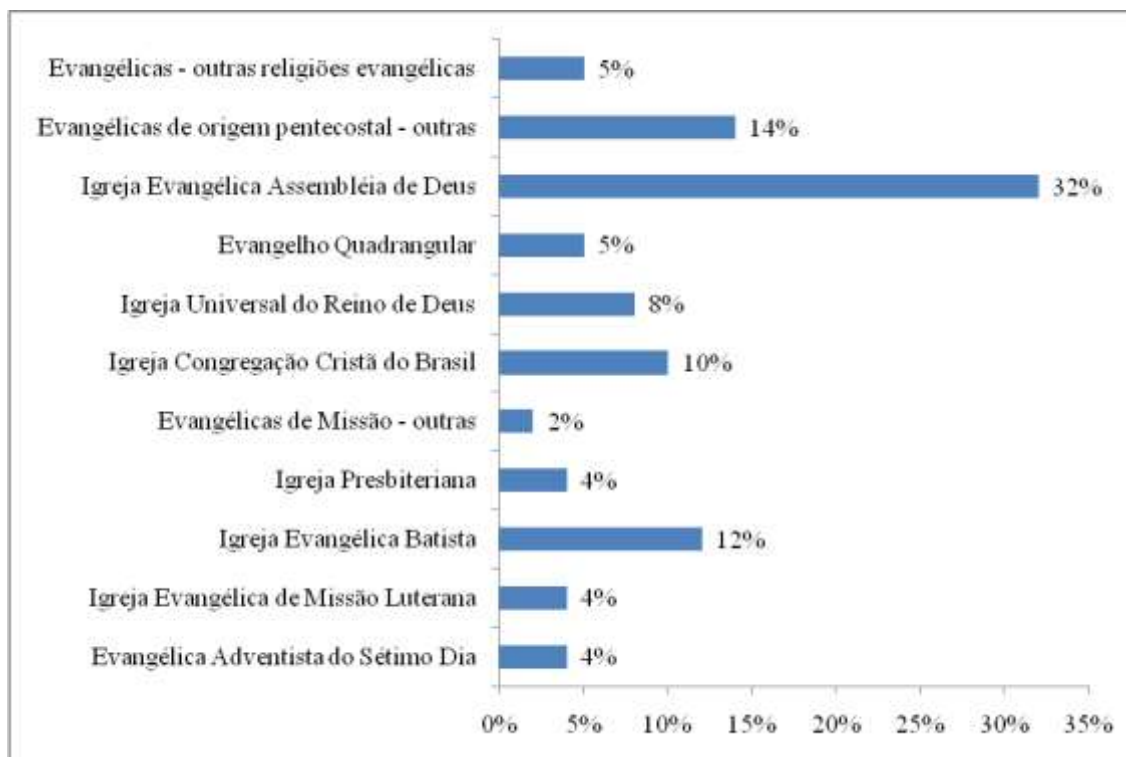
Como demonstra o gráfico 1, nos últimos anos ocorreu um declínio do catolicismo acompanhado de um aumento significativo de evangélicos. Essa queda dos católicos seguida da ascensão dos evangélicos repercutirá também na política, tema da próxima seção desta tese.

O termo evangélico utilizado no recenseamento recobre as denominações protestantes de missão, de origem pentecostal e não determinadas. Outro dado levantado que deve ser destacado é o crescimento tímido dos “sem religião” nas últimas pesquisas.

Os gráficos a seguir mostram com maiores detalhes a distribuição das igrejas evangélicas no Brasil, compreendendo os dois últimos censos realizados, ou seja, 2000 e 2010. Sobre este aspecto, por não conter uma apresentação pormenorizada das diversas denominações evangélicas que compõem o contexto religioso brasileiro, o censo sobre as religiões realizado em 1991 não será exposto para fins desta pesquisa.

<sup>22</sup> Por ter sido identificado um predomínio quase absoluto do catolicismo nos recenseamentos gerais apresentados antes de 1991, optou-se por inserir na pesquisa apenas os últimos três censos realizados.

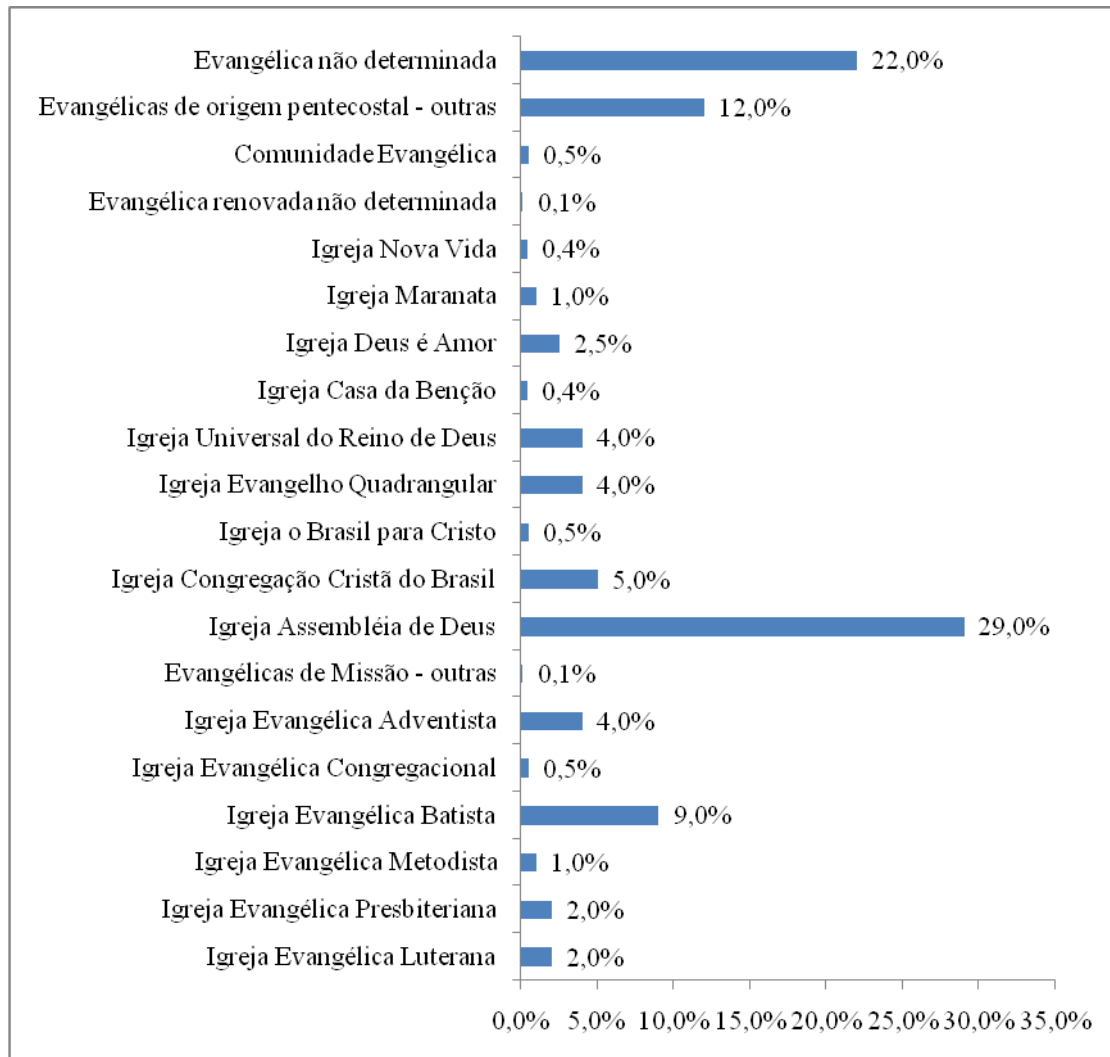
Gráfico 2 – População de evangélicos por denominação religiosa (2000)



Fonte: Censo IBGE 2000.

Os números do gráfico 2 demonstram o predomínio da Igreja Assembleia de Deus, com uma população de 8.418.140 (32%). Em segundo lugar encontram-se as outras igrejas de origem pentecostal, com 3.647.303 membros (14%), e em terceiro, a Igreja Evangélica Batista, com uma população de 3.162.691 (12%), configurando como a única igreja protestante de missão que ultrapassa 10% da população religiosa. O gráfico 2 também apresenta a baixa adesão de membros daquelas religiões oriundas do protestantismo histórico, como os luteranos e os presbiterianos.

Gráfico 3 - População de evangélicos por denominação religiosa (2010)



Fonte: Censo IBGE 2010.

O gráfico 3 ajuda a compreender melhor a diversidade religiosa brasileira, uma vez que são apresentados números mais detalhados sobre as diferentes denominações protestantes e pentecostais que estão presentes na sociedade. No que concerne aos dados, através dos números do Censo 2010, novamente é possível identificar o predomínio da Assembleia de Deus, com uma população de 12.314.410 (29%). Em segundo lugar surgem os evangélicos não determinados com 9.218.129 (22%) e em terceiro os membros de outras igrejas de origem pentecostal, com uma população de 5.267.029 (12%). Um dado que deve ser destacado é a diminuição do número de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. Em 2000 a denominação possuía 2.101.887 membros (8%), em 2010 a população foi de 1.873.243 membros (4%). Apesar do avanço significativo do número de evangélicos no Brasil, o mesmo

não acontece com a Igreja Universal, visto que a denominação vem perdendo seus adeptos para outras igrejas, principalmente para as pentecostais.

### 3.2 A inserção dos evangélicos na política brasileira

*“Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura de uma boa política nacional, e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus para o Seu povo”* (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p.25).

É com essas palavras que o bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, fundamenta a sua obra *“Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política”*. Nas páginas do seu livro, Macedo procura esclarecer os cristãos sobre os temas da política a partir de um ponto de vista bíblico e técnico. Para o bispo, só através do conhecimento da política, inclusive com a sapiência filosófica, que todos conseguirão compreender o projeto de poder elaborado por “Deus para o povo”. Contudo, o autor adverte que o objetivo expresso na sua obra não é incitar um regime teocrático, pois, Macedo sabe que o Estado brasileiro é laico e o direito à liberdade de crença é assegurado na Constituição Federal. Seu intento é despertar o potencial da população com o que chama de propostas sérias, progressistas e inovadoras (MACEDO; OLIVEIRA, 2008).

Justifica-se o início desta seção com a exposição de alguns pontos de vista de Macedo pela seguinte razão: nunca na história do Brasil os evangélicos, sobretudo os pentecostais, estiveram tão imbuídos de participar na política, chegando ao ponto de lançarem livros<sup>23</sup> cujo propósito é orientar os fieis diante dos seus desígnios. A política interessa de tal maneira que as suas lideranças, no auge de um discurso mundano, passam a utilizar as mais diversas justificativas voltadas para a convocação dos eleitores evangélicos, considerados como um “gigante adormecido”, ao mesmo tempo em que é realizado um alerta para a importância da mobilização deste segmento, do inconformismo diante das mazelas oriundas da má condução da política e do consenso em torno de um único propósito: o estabelecimento do governo do “povo de Deus”.

Retornando ao conteúdo da obra, entre outros aspectos sustentados por argumentos bíblicos amiúde, Macedo adverte que os evangélicos não devem desperdiçar o voto, e sabe

<sup>23</sup> O livro de Macedo não é a primeira publicação escrita por um pentecostal cujo propósito é alertar a comunidade evangélica sobre o envolvimento na política. Em 1986, o membro da Assembleia de Deus, escritor e assessor no Senado Federal, Josué Sylvestre, lançou o livro *Irmão vota em Irmão*. Repleto de justificativas bíblicas, a obra procura convencer os eleitores evangélicos a votarem em candidatos também evangélicos (FRESTON, 1994), mostrando a importância da participação deste segmento religioso na política.

que este segmento religioso possui a capacidade de decidir qualquer eleição. Todavia, é uma capacidade que vai depender muito da cultura cívica, do engajamento e mobilização dos fiéis. Os religiosos não devem apenas discutir, eles precisam participar, trabalhando para o desenvolvimento daquilo que o bispo considera como a “boa política”, respeitando o projeto de nação arquitetado por Deus para o povo. Ainda sobre a política, Macedo defende que esta não deve ser pensada apenas pelo enfoque partidário, com os seus antagonismos. A política deve ser entendida como um jogo de poder, onde cada jogador precisa conhecer e desempenhar certas habilidades, sabendo discernir no momento da disputa quais são as estratégias mais eficazes para conseguir a vitória.

Para Macedo, os evangélicos possuem um compromisso com a consolidação da democracia, assim, eles precisam se envolver nos temas relacionados à cidade, ao país, ao estado onde vivem, reconhecendo que o grande “projeto de Deus”, como afirma o autor, exige uma maior responsabilidade nessas questões. Os votos deste segmento religioso são movidos por dois interesses: “o interesse dos próprios cristãos em ter representantes genuínos e o interesse de Deus que Seu projeto de nação se conclua” (MACEDO; OLIVERA, 2008, p.123). Resumidamente esses são os principais pontos explorados por Macedo em *Plano de Poder* que introduzem o tema desta seção, aspectos esses que serão tratados pormenorizadamente nas próximas páginas, sobretudo com relação ao envolvimento dos evangélicos no legislativo federal no Brasil e as interfaces entre política e religião.

### 3.2.1 Os primórdios da participação

Os evangélicos brasileiros até o início dos anos 80 apresentavam uma postura de auto exclusão deliberada da participação político-partidária. Poucas foram as ocasiões em que estes religiosos decidiram entrar na política, que geralmente ocorriam sem a direção e o apoio das lideranças religiosas. Entre 1889 e 1930, durante a República Velha a presença dos protestantes no congresso é quase nula. A maioria dos protestantes é constituída apenas por luteranos, sendo boa parte composta por monarquistas que decidiram isolar-se na República (FREESTON, 1994). Porém, na literatura especializada (FREESTON, 1994; ORO, 2006; CAMPOS, 2006), existem registros sobre esta presença durante a Primeira República, mais precisamente, nos seguintes estados: São Paulo, quando foi eleito prefeito de Lençóis Paulista, o presbiteriano Francisco Augusto Pereira e o senador protestante Alfredo Ellis (1850-1925); no Rio de Janeiro, com o senador presbiteriano Érico Coelho (1849-1922); no Mato Grosso, com a eleição do deputado federal batista Luiz Alexandre de Oliveira; na Bahia,



com o senador batista Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926); no Pará, com o Vice-Governador presbiteriano Antônio Teixeira Gueiros e no Ceará, com a eleição do Pastor presbiteriano Natanael Cortez.

Durante o período em que Getúlio Vargas governou o país, surgiram novas possibilidades decorrentes da mobilização política dos evangélicos em resposta ao estreitamento das relações entre a Igreja Católica e o Estado, única beneficiária do golpe de 1930. Tendo em vista as ambições do clero católico e as novas possibilidades abertas com o novo Código Eleitoral de 1932, os evangélicos, articulados em torno de uma confederação, decidem lançar um Memorial, que entre tantos outros pontos, menciona a defesa do parlamentarismo, o voto secreto, a laicidade do Estado e do ensino e a não realização de eleições aos domingos (FRESTON, 1994). O documento convoca a união dos evangélicos, e que os mesmos se façam ouvir nos espaços políticos, sobretudo na Assembleia Constituinte.

Foi também a partir da Constituinte de 1933-34 que ocorreu a estreia do chamado “político evangélico”, através da eleição do paulistano e pastor metodista Guaracy Silveira para o parlamento, candidato do Partido Socialista, eleito naquele período com mais de mil votos (CAMPOS, 2006). Guaracy representava o segmento anticlerical que buscava atenuar as ambições católicas.

Animados pelo exemplo de Guaracy, 29 protestantes se candidataram nas eleições para deputado federal e também nas eleições estaduais em 1934. Porém, após a Constituinte, a comunidade protestante foi aos poucos se isolando, sendo somente no período pós-guerra que ela decidiu apoiar definitivamente um contingente de políticos (FRESTON, 1994).

As mudanças estruturais que ocorreram entre 1946 e 1964, tornando mais livre a participação nos pleitos eleitorais, favoreceram o envolvimento dos protestantes na política, algo que não será experimentado até 1986 (FRESTON, 1994). Nas eleições de 1947, houve um crescimento de deputados estaduais e vereadores evangélicos eleitos (ORO, 2006) e, na Câmara dos Deputados, foram eleitos cinco evangélicos durante a 39ª Legislatura (1951-1954). Freston distingue três fases para explicar a presença protestante no Congresso antes das eleições gerais de 1986:

Entre 1947 e 1987, 50 protestantes tomam assento no Congresso, exercendo um total de 108 mandatos. (...) Em termos de igrejas, a ampliação do leque é lenta: de 5 na legislatura 1951-55 para 8 na de 1979-83. Há três fases, conforme a igreja predominante: de 1946 (ou de 1933) a 1951, uma fase metodista; de 1951 a 1975, uma fase presbiteriana; e de 1975 a 1987, uma fase batista. A fase metodista se resume a Guaracy Silveira. A presbiteriana corresponde à posição social desta igreja no mundo protestante. (...) Em número de mandatos exercidos (1946-87), houve 29 por presbiterianos (IPB), 25 por batistas, 15 por luteranos, 9 por metodistas, 9 por

congregacionais e 7 por presbiterianos independentes (IPI). Apenas 5 por pentecostais (FRESTON, 1994, p. 29-30).

Paul Freston comenta que durante a ditadura militar (1964-1985), a relação dos protestantes com o regime foi próxima. Entre as denominações, a Igreja Presbiteriana do Brasil foi a que mais se destacou na defesa do regime. A Convenção Batista do Brasil também endossou o seu apoio ao golpe de 64, contrariando inclusive o posicionamento das lideranças internacionais da Igreja Batista, que, durante o regime militar, apresentavam posições favoráveis aos direitos humanos. Já a Igreja Evangélica de Confissão Luterana manteve uma postura crítica aos militares, emitindo documentos oficiais que alertavam sobre as práticas desumanas do regime, denunciando a repressão que ocorreu durante a ditadura. Em 1968, a Igreja Católica decidiu retirar o seu apoio ao regime militar, assim, o distanciamento dos católicos e a simpatia dos evangélicos pelos militares favoreceram uma aproximação entre os últimos (ORO, 2006).

Foi na década de 60 que surgiu o primeiro candidato oficial de uma igreja pentecostal. Levy Tavares, membro da Igreja Brasil para Cristo, foi candidato para deputado federal em 1962 pelo Partido Social Democrático (PSD). Com o início do bipartidarismo, resolve entrar no MDB, sendo reeleito em 1966, mas troca de partido na eleição de 1970, ingressa na ARENA, e permanece na suplência do mandato.

Com relação ao envolvimento dos religiosos na política neste período, Freston observa que a presença protestante no Congresso só vai se consolidar a partir de 1950, configurando uma participação pluripartidária com pouca adesão sustentada por princípios ideológicos. Quase sempre estes políticos são oriundos da região Sudeste, vinculados majoritariamente às igrejas protestantes históricas (FRESTON, 1994). Ainda sobre a presença dos evangélicos na política durante a ditadura, Freston (2001) observa que mesmo com a afinidade deste segmento religioso com o regime, a representatividade nos cargos políticos permaneceu estável durante todo o período (1964-1985).

### 3.2.2 Anos 80: uma década de mudanças

Acompanhando as transformações que ocorriam no cenário político com o fim do regime militar e a transição para a redemocratização em meados dos anos 80, as maiores igrejas pentecostais e neopentecostais decidiram ingressar na política, rompendo com a postura sectária e isolada de outrora, apresentando candidaturas oficiais das igrejas, de forma organizada, em defesa dos seus interesses corporativos, motivados por valores religiosos

(MARIANO, 2010). Com o início do pluripartidarismo e o fim da ditadura militar, a disputa eleitoral em torno dos evangélicos se intensificou. Lideranças religiosas foram procuradas e passaram a contribuir como cabos eleitorais. Diversos candidatos agiam de forma independente, levantando o lema “evangélico vota em evangélico”. Essa nova postura já não era novidade em 1978, ano que o jornal assembleiano *Mensageiro da Paz* passou a divulgar a máxima “*crente vota em crente*” (FRESTON, 1994).

Regina Novaes afirma que foi primeiramente durante os anos 70 e 80 que os pentecostais passaram a atribuir um caráter religioso às categorias políticas e “(...) entraram em lutas sociais “em nome de Jesus”” (NOVAES, 2002, p. 78-79). Contudo, para entender o que a religião traz de específico para a política, segundo a autora, deve-se caracterizar ambas como:

(...) dimensões distintas da vida social. Desde o início da modernidade, a religião e a política vieram a conformar espaços sociais diversos, com instituições, finalidades e inserções temporais específicas. Porém, as fronteiras entre tais espaços não são estanques e impermeáveis. O desafio analítico maior está em reconhecer as especializações, historicamente construídas, sem reificar a oposição entre o político e o religioso. Trata-se, antes, de aprender os efeitos da religião sobre a política e vice-versa. (...) “a religião não pode ser considerada apenas como uma força política entre outras. É preciso levar em conta o específico simbolismo verbal e ritual que ela encerra, justamente para compreender o peso e o lugar da religião na política.” (NOVAES, 2002,p.63).

Entender esses símbolos e signos que são mobilizados pelos parlamentares evangélicos na política representa um passo importante na compreensão da dinâmica discursiva suscitada no campo legislativo em torno de temas que são considerados polêmicos pelos deputados religiosos por conta de seu conteúdo moral. Novaes observa que não existe política sem símbolos, e que os símbolos religiosos não esgotam os seus significados, sendo estes inseridos em diversas questões humanas e que são sempre reutilizados para fins políticos. Muitos daqueles que fazem ou compartilham as opiniões políticas, levam consigo suas crenças, incertezas e o aparato simbólico que é mobilizador (NOVAES, 2002).

Paul Freston (1993) questionou como lideranças pentecostais, principalmente aquelas vinculadas à denominação pentecostal Assembleia de Deus, decidem mudar o panorama tradicional no qual o discurso muitas vezes utilizado por elas era “*crente não se mete em política*” (FRESTON, 1993). O marco desta transformação ocorreu na Assembleia Constituinte, no momento em que lideranças da Assembleia de Deus, receando que a nova Carta Magna colocasse limites na liberdade religiosa dos evangélicos e estabelecesse a Igreja Católica como religião oficial, decidem ingressar na carreira política. Em janeiro de 1985, a Assembleia de Deus decide organizar a sua Convenção Geral, realizada em Anápolis – GO,

momento em que várias lideranças religiosas discutiram sobre a importância da Constituinte. Para romper com a postura apolítica dos assembleianos mais antigos, a Igreja resolveu convidar políticos evangélicos de outras denominações, como Iris Rezende da Igreja Cristã Evangélica e Daso Coimbra da Igreja Congregacional (FRESTON, 1994). Ambos utilizaram o espaço para pedir o maior envolvimento da Assembleia de Deus na política.

A Convenção marcou um encontro de todos os presidentes das convenções estaduais para discutir a questão da Constituinte, o qual teve lugar em Brasília, em abril de 1985. A decisão lá tomada foi apresentada no órgão oficial em linguagem que visava superar resistências. (...) A maioria das Convenções Estaduais escolheu um candidato oficial a deputado federal e, às vezes, a senador ou deputado estadual. Em alguns Estados, houve eleições prévias. Em aproximadamente 18 Estados houve oficialização de candidatos, sendo que em 14 escolheram-se membros da AD e em 4, membros de outras igrejas. Desses dezoito, 14 se elegeram e um suplente assumiu uma cadeira após o término da Constituinte (FRESTON, 1994, p.42-43).

Um fato que influenciou a entrada da Assembleia de Deus na política foi o lançamento do livro *“Irmão vota em Irmão”*, do assembleiano Josué Sylvestre. A obra serviu como uma espécie de convocação dos evangélicos, sustentada por preceitos bíblicos, procurando mostrar a importância da entrada deste segmento religioso na política. A Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) seguiu o exemplo da Assembleia de Deus e, mesmo contrariando a direção internacional da denominação, decidiu lançar candidaturas oficiais. Seis estados apresentaram candidaturas da IEQ, sendo eleitos dois deputados federais e dois estaduais (FRESTON, 1994).

A inserção evangélica, a partir 1986, era identificada principalmente nos partidos conservadores ou fisiológicos e muitos destes deputados apresentavam uma origem social mais baixa. A classe política pentecostal basicamente era representada por comunicadores, familiares de pastores e empresários (FRESTON, 1993). Durante a Constituinte, Freston identificou a ocorrência de diversas tentativas, principalmente por parte dos protestantes históricos, de aglutinar esses parlamentares evangélicos, mesmo sendo dispersos partidariamente. Como o autor afirma:

As diretrizes eram a unidade em questões comportamentais, a postura positiva para com o governo e o esvaziamento religioso de questões como a reforma agrária. A bancada foi logo contestada por uma minoria com outra concepção de política. Posteriormente, surgiu uma liderança pentecostal mais “agressiva” no estilo e menos direitista (FRESTON, 1993, p.282).

Com relação à temática desenvolvida pelo setor evangélico no espaço Legislativo, Freston argumenta que em “termos legislativos, os evangélicos deram ênfase à família, à mídia e ao simbolismo religioso na vida pública. Segundo a nota DIAP, os pentecostais constituíram mais um centro fisiológico do que uma direita ideológica” (FRESTON, 1993,

p.282), uma conduta que estava concentrada na busca de benefícios para as igrejas, satisfazendo os interesses de cada agremiação religiosa, em detrimento do bem comum. Em suma, Freston chega a uma importante conclusão sobre a questão da crescente participação evangélica na política, mais precisamente sobre o grau de pluralidade dos evangélicos nos espaços políticos de discussões, dificultando assim a formação de um grupo coeso, mas que também isso pode ser considerado bom para a democracia, pois, segundo o autor:

O protestantismo brasileiro, por mais que cresça, não formará uma neocristandade evangélica. O campo evangélico é segmentado por essência; todos os esforços de unificá-los serão contestados. O fato de que a religião que mais cresce no Brasil e que tem mais ambição política é institucionalmente dividida e opera num formato pluralista é bom para a democracia, quaisquer que sejam as pretensões de alguns líderes (FRESTON, 1993, p.287).

Com o início dos trabalhos na Assembleia Constituinte, em 1987, foi possível identificar o exato momento em que se constituiu o grupo evangélico parlamentar. Como exercia um papel importante para suas instituições religiosas, este grupo tornou-se objeto de análise em temas que, em determinadas circunstâncias, demonstravam o caráter conservador de uma parcela relevante dos parlamentares evangélicos eleitos naquele período. Apesar do prolongado afastamento da cena política, os evangélicos passaram a manifestar sinais de interesse pelas questões de ordem pública, e ingressaram na política levantando as bandeiras da moralidade privada associada com uma postura fisiológica. Os evangélicos se autointitulavam como os representantes de Deus, do “Deus do povo”, ou seja, “da maioria da população”, pois, segundo os mesmos, trata-se de uma maioria que é cristã (PIERUCCI, 1989). Na concepção dos parlamentares evangélicos, estava em jogo a defesa dos interesses da maioria da sociedade, caracterizada como uma “maioria moral”.

Foi em nome desta “maioria moral”, medida com o metro da moralidade privada convencional, religiosa, mas não denominacional, que eles lutaram na Constituinte contra o aborto (...), contra o jogo (...), contra o homossexualismo (...), contra as drogas (...), contra o feminismo (...), contra a pornografia, contra a ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórcios e a liberação dos métodos contraceptivos abortivos. Em nome da “maioria da sociedade” eles puseram-se em campo a favor de uma censura de costumes na TV, no rádio, no cinema e em outros tipos de espetáculos, a favor da educação religiosa nas escolas e, até mesmo, na programação das emissoras de TV (PIERUCCI, 1989, p.112).

A participação evangélica na Câmara oscilou entre seis e doze parlamentares até a 47ª Legislatura (1983-1987). No entanto, em comparação com as legislaturas anteriores, foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte que os evangélicos começaram a garantir uma posição de destaque na política, ingressando em maior número e obtendo melhores resultados.

A bancada pluripartidária dos evangélicos era composta por 33 membros em 1986. Ricardo Mariano observa que na 48ª Legislatura (1987-1991), foi possível identificar uma mudança radical em termos de representação política do segmento evangélico no Congresso Nacional. Os deputados de orientação pentecostal tornaram-se maioria, assumindo de forma inédita e imprevista, o papel político principal no campo evangélico. Esse protagonismo se manteve nas próximas legislaturas, sob a liderança das igrejas Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus (MARIANO, 2010).

### 3.2.3 Década de 90 e a virada do milênio

Em 1990, a representação evangélica no Congresso caiu para 22 deputados. A queda foi explicada no interior e fora das denominações evangélicas como uma reação dos eleitores ao tipo de atuação que os parlamentares religiosos vinham desempenhando na legislatura anterior, caracterizada, em alguns casos, como fisiológica e antiética (ORO, 2006). Diante deste cenário, a partir de 1990 surge entre os evangélicos situados nos partidos de esquerda o Movimento Evangélico Progressista (MEP). Segundo Freston (1994), o movimento procurava diferenciar a política evangélica após os escândalos que ocorreram durante a Constituinte e o apoio irrestrito na eleição de Collor.

O MEP se vê como *movimento*<sup>24</sup> (uma associação informal e suprapartidária), como *evangélico* (conservador na teologia, afirmando a Bíblia, a evangelização, a conversão e a oração) e como *progressista* (comprometido com mudanças estruturais). Incentiva a filiação a movimentos sociais, sindicatos e partidos (...). O crescimento das igrejas, deterioração ética da vida pública, do outro lado, têm produzido uma nova consciência política em amplos segmentos evangélicos (FRESTON, 1994, p.111-112).

Entre os principais expoentes do MEP, encontram-se a deputada federal Benedita da Silva, o ex-deputado federal Wasny de Roure e o cientista político e pastor anglicano Robinson Cavalcanti, todos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Durante a campanha de Lula em 1989, Cavalcanti liderou o movimento evangélico pró-Lula.

Em 1994 houve um tímido crescimento do segmento evangélico para 31 parlamentares. Foi durante as eleições gerais daquele ano que surgiu a figura do pastor presbiteriano Caio Fábio D'Araujo Filho, presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), fundada em 1991. Caio se destacou pela sua postura questionadora da prática política dos evangélicos e por afirmações como: “estar cheio de políticos evangélicos que se

---

<sup>24</sup> Grifo do autor.

preocupam em colocar o nome de Deus na Constituição. Política é coisa para se fazer em nome do homem, não em nome de Deus” (FREESTON, 1994, p.100). Neste período surgiu outra entidade que reivindicava o domínio sobre o segmento evangélico no Brasil, o Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB), fundado em 1992 e que contava com o apoio da Igreja Universal, da ala dissidente da Assembleia de Deus Madureira, Casa da Bênção, Internacional da Graça de Deus, Convenção Batista e a Renascer em Cristo. Nas eleições de 1994 ocorreu a ruptura das entidades.

A AEVB, presidida por Caio Fábio, lançou um documento intitulado “Dez mandamentos do Voto Ético”, no qual pregava (...), que nenhum eleitor evangélico deveria se sentir culpado por ter posições políticas diferentes de seu pastor, cujas opiniões deveriam ser consideradas como as de um cidadão comum e não como profecias divinas. Por seu turno, o CNPB contra-atacou, defendendo o direito de o pastor adotar posições políticas e indicar candidatos aos seus fiéis, acusando Caio Fábio de estar aliado a Lula (ORO, 2006, p.115).

O embate entre as duas entidades demonstrou a fragilidade e as divergências internas dos evangélicos perante os assuntos políticos. As duas associações não conseguiram incentivar o apoio deste segmento religioso, abrindo espaço para outras candidaturas evangélicas como, por exemplo, os candidatos iurdianos, que já contavam naquele momento com um amplo aparato de comunicação, militância religiosa ativa e recursos financeiros provenientes dos seus empreendimentos comerciais (ALMEIDA, 1996).

Em 1998, 2002, 2010 e 2014<sup>25</sup> foram registradas as maiores representações evangélicas na Câmara, respectivamente: 53, 71, 77 e 75 deputados eleitos, com exceção de 2006, período que registrou uma nova queda, com 43 deputados evangélicos eleitos (Apêndices B, C e D). Mudam as legislaturas e, conseqüentemente, muda, em alguns aspectos, a atuação do segmento evangélico, transformações essas que são perceptíveis também na Câmara dos Deputados.

Para coordenar e avaliar o desempenho dos políticos evangélicos, duas igrejas resolveram criar estruturas para realizar este trabalho com exclusividade. Servirão como exemplos nesta pesquisa o trabalho desenvolvido pela Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. A primeira, através do projeto Cidadania AD Brasil, criado pelo Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) em agosto de 2001, estabeleceu como objetivo principal a promoção e a troca de ideias e experiências desenvolvidas na política. A organização busca realizar discussões em torno de princípios éticos, promovendo estratégias de atuação que pretendem despertar a consciência

---

<sup>25</sup> Por se tratar de uma pesquisa que compreende apenas as legislaturas encerradas, não serão analisados os discursos proferidos durante a 55ª Legislatura (2015-2019).

política dos eleitores, identificando o que consideram como os “valores de cidadania”, e selecionando, através de um trabalho permanente, aqueles membros da Igreja que são considerados os mais capazes para concorrer nas eleições e que apresentam vocação para a política<sup>26</sup>. No projeto da CGADB, o Conselho Político Nacional estabelece os seguintes critérios para a seleção de candidatos:

Define-se o candidato da Assembleia de Deus o pretendente que:

- 1) For preferencialmente membro da Igreja há mais de três(3) anos.
- 2) Der público e notório testemunho cristão.
- 3) Desfrutar de bom conceito.
- 4) Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.
- 5) Tiver conhecimento da base doutrinária da Igreja.
- 6) Tiver seu nome submetido aos pastores e outros Líderes da Assembleia de Deus e for recomendado e indicado para participar da triagem dos nomes.
- 7) Receber o credenciamento concedido pelo órgão competente da CGADB, através de encaminhamento da Convenção Estadual, após cumpridos os critérios estabelecidos pelo Conselho Político Municipal.
- 8) Assinar o Termo de Compromisso em que se explicarão as obrigações e direitos do interessado.
- 9) Não comprometer seu testemunho cristão, ético e moralmente.
- 10) Será considerado candidato nato o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Político das convenções e Ministérios Estaduais e Distrito Federal e Conselho Político Nacional (PROJETO POLÍTICO DA CGADB<sup>27</sup>).

Para Ricardo Mariano (2010), a criação do projeto Cidadania AD demonstra o lado corporativo da Igreja. Essa tentativa de supervisão e amparo sobre os mandatos parlamentares obedece a uma forma institucionalizada, que se desenvolve através de um projeto político corporativo, criado com o propósito de monitorar e influenciar o processo de escolha dos candidatos e controlar a ação legislativa dos deputados assembleianos que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (MARIANO, 2010).

Outra denominação que apresenta uma estrutura preocupada com o processo de seleção de suas candidaturas oficiais e o monitoramento da atividade dos eleitos é a Igreja do Evangelho Quadrangular. A Igreja criou o Projeto Estadual de Cidadania, cujo propósito é formar quadros políticos capacitados e estabelecer normas para os membros que postulam candidaturas (MACHADO, 2015). No seu portal, a Igreja procura esclarecer a importância da inserção na política e de como a denominação pode contribuir para a seleção de candidatos capazes de representar os interesses da população.

---

<sup>26</sup> Informações obtidas no sítio eletrônico do projeto Cidadania AD Brasil. Disponível em: <http://www.cidadaniaadbrasil.com/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.cidadaniaadbrasil.com/p/quem-somos\\_1.html](http://www.cidadaniaadbrasil.com/p/quem-somos_1.html). Acesso em: 02 fev. 2016.



A Igreja do Evangelho Quadrangular sempre teve uma forte participação no cenário das políticas públicas. Muito porque, apesar de haver certa relutância por parte de muitos membros do ministério que acreditam na premissa: “Religião não se mistura com política”, este é um sistema organizacional absolutamente necessário para que haja ordem e democracia entre as pessoas de uma sociedade. Política não pode ser algo alheio a muitos e acessível a poucos, mas DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE TODOS, porque também é algo que reflete na vida de todos. A Secretaria Estadual de Cidadania está disposta a esclarecer e compartilhar com você sobre os temas da política, a fim de que a nossa Igreja possa ser bem representada no País, Estado e Municípios, e também possa representar os interesses do povo de Deus, baseando-se nos ensinamentos e preceitos Bíblicos para fazer leis e ajudar a reger uma sociedade melhor (SECRETARIA ESTADUAL DE CIDADANIA<sup>28</sup>).

Para aqueles candidatos postulantes às prévias das eleições, a Secretaria Geral estabelece algumas normas para a seleção dos nomes que poderão receber apoio financeiro, assessoria e acompanhamento da equipe. O postulante precisa apresentar os seguintes documentos: certidão negativa de débito para com a Igreja, certidão negativa de débito com o Serasa e também com o Serviço de Proteção ao Consumidor. O postulante também precisa mostrar a certidão de quitação com as obrigações eleitorais (MACHADO, 2015). Cabe à comissão eleitoral da região a avaliação de tais documentos.

Os projetos apresentados respectivamente pela Assembleia de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular demonstram a capacidade destas denominações de estabelecer mecanismos de controle dos seus candidatos e também dos mandatos parlamentares. Associado a isso está o *modus operandi* corporativista dessas denominações que buscam proteger os seus interesses, ampliando a participação na esfera legislativa.

No atual cenário político brasileiro, é preciso considerar a receptividade e também a hostilidade que os evangélicos encontram por parte de parlamentares, partidos e governadores das mais diversas orientações ideológicas. A cultura política nacional, segundo Ricardo Mariano, tem contribuído para reforçar este ativismo político, visto que, a cada eleição, o apoio eleitoral evangélico é disputado pelos candidatos a cargos legislativos e executivos (MARIANO, 2010), onde muitos exigem o apoio político em troca de favores corporativos, na concessão de recursos e na formulação e implementação de políticas públicas realizadas em parceria com igrejas. O envolvimento de políticos evangélicos, nos últimos anos pode ser caracterizado como:

(...) sistematicamente requerido, estimulado, cobrado, barganhado por considerável parte da classe política brasileira, o que tem como efeito imediato reforçar, incrementar e legitimar a presença, a participação, a influência, o poder de pressão e de barganha desses religiosos na esfera pública, espaço no qual também atuam

---

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.portalignrejaquadrangular.com.br/portal/novidades/cidadania.asp>. Acesso em: 02 fev. 2016.

intensamente por meio de suas emissoras e redes de rádio e tevê, de jornais, revistas, gravadoras e mercado editorial (MARIANO, 2010, p. 107).

O cenário de análise que será explorado nesta pesquisa exige a atenção sobre as relações entre Estado e religião, visto que é cada vez mais presente a atitude dos atores políticos religiosos de ressignificação do político, de pluralidade de práticas, de um maior envolvimento do segmento evangélico sobre as questões públicas, na tentativa de influenciar as políticas públicas, uma atuação que, de acordo com os fundamentos da Frente Parlamentar Evangélica, busca agir na “defesa da família e da sociedade brasileira”, operando através de uma prática legislativa que busque o respeito aos “bons costumes” e à “moralidade”.

#### 4 CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E A OPINIÃO DE LIDERANÇAS EVANGÉLICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

Com o crescimento da participação religiosa na esfera legislativa, os evangélicos decidiram criar no início da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), organismo que reúne deputados de diferentes segmentos evangélicos e orientações partidárias. A FPE, que durante a 53ª e 54ª Legislaturas atuou como grupo informal<sup>29</sup>, é uma associação civil de natureza não governamental, formada no Congresso Nacional e que reúne Senadores e Deputados Federais<sup>30</sup> que pertencem às diversas legendas. A associação está sediada no Distrito Federal, e, segundo o seu estatuto, não possui fins lucrativos.

Na literatura especializada sobre a inserção dos evangélicos na política, é comum a utilização do termo “bancada” em vez de frente parlamentar para designar este grupo religioso e a sua forma de atuação no ambiente legislativo. Ari Pedro Oro (2006) afirma que foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte que teve início a formação desta “bancada”, após o período de redemocratização, momento em que os evangélicos decidiram ingressar em maior número. Tratava-se de um grupo pluripartidário, com parlamentares que eram membros de diversas denominações evangélicas, sendo a maioria da tradição pentecostal. Contudo, a participação dos evangélicos na política nem sempre se apresenta de forma homogênea, na maioria das vezes ela é heterogênea, visto que eles votam em bloco somente naquelas ocasiões em que surgem questões que envolvam temas de natureza religiosa ou corporativa, em outros casos, eles seguem a orientação partidária<sup>31</sup>, os acordos políticos realizados e as dinâmicas do processo legislativo (MARIANO, 2010). A atuação enquanto grupo coeso surge

---

<sup>29</sup> Através de um contato realizado com os assessores da Câmara dos Deputados e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), foi possível obter a informação de que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) não existiu. Durante a 53ª e 54ª Legislatura. Os deputados evangélicos não buscaram o registro, e a FPE atuou informalmente. Para uma frente ser registrada, ela precisa ter mais de 170 membros (os evangélicos oscilavam nessas legislaturas entre 70 e 80 no máximo). Muitos parlamentares assinam o apoio destas frentes, mas não participam ativamente. Na verdade, a FPE só realizou o registro na legislatura em que foi fundada, ou seja, a 52ª Legislatura, em 2003, e na atual legislatura 55ª. De acordo com o seu registro publicado no DCD em 09/11/2015, a FPE possui 199 deputados e 4 senadores. Nos últimos anos os evangélicos também se registraram como a Frente em Defesa da Família, que congrega outros parlamentares que não são evangélicos.

<sup>30</sup> <http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com>. Acesso em: 09 fev. 2013.

<sup>31</sup> Sobre a questão partidária, os evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus decidiram criar o Partido Municipalista Renovador (PMR). No dia 16 de dezembro de 2003, foi realizada a sua primeira Convenção Nacional e em janeiro de 2004, a agremiação foi registrada no Cartório Civil. Após Convenção Nacional em outubro de 2005, o PMR passaria a ser denominado Partido Republicano Brasileiro (PRB). A sigla agrega todos os parlamentares federais e estaduais da Igreja Universal.

apenas nos momentos em que eles apresentam propostas que estejam de acordo com os seus interesses confessionais e que também estão presentes no campo religioso. Entretanto, ainda que a recusa destes temas, que entram nas pautas legislativas, consiga agregar os parlamentares evangélicos em torno dos mesmos objetivos, mesmo nestas circunstâncias é possível perceber que a coesão interna sobre estes assuntos nem sempre é verificável durante os momentos regimentais na Câmara. Desse modo, para fins desta pesquisa não será utilizado o termo “bancada evangélica”, mas sim frente parlamentar, fazendo referência à formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), organismo que reúne a maioria dos parlamentares evangélicos na Câmara e Senado Federal.

A FPE foi oficialmente inaugurada<sup>32</sup> em 18 de setembro de 2003. De acordo com o seu estatuto (2003), no Art. 1º a FPE representa “(...) uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil”. Contudo, apesar do caráter suprapartidário da FPE e por agregar parlamentares de diversas denominações evangélicas, a frente não é um organismo coeso, visto que nem todos os deputados evangélicos se identificam com a FPE.

Com relação a sua organização interna, de acordo com o estatuto, no Art. 4º, a FPE é composta por três órgãos que exercem a função de direção:

- I) A Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos.
  - II) A Mesa Diretora, integrada por Presidente, Cinco Vice-Presidentes, com Três Tesoureiros, Cinco Secretários e Cinco Vogais.
  - III) O Conselho Fiscal, constituído por Sete membros Titulares e Cinco Suplentes.
- (ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2003, p.01)

Conforme menciona o Art. 10º, todos os cargos de direção da FPE deveriam ser preenchidos por parlamentares que se encontram no exercício dos seus mandatos, regra que vale para a participação de suplentes de Deputados ou de Senadores que tenham assumido o mandato. A Frente Evangélica também disponibilizaria de um regimento interno, em que seriam estabelecidos:

---

<sup>32</sup> A inauguração ocorreu através de uma solenidade que acabou reunindo parlamentares, lideranças de igrejas, artistas gospels e convidados em geral, evento realizado no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. Naquela ocasião foi apresentado como presidente da FPE o deputado federal Adelor Vieira (PMDB-SC). Adelor Vieira, membro da Igreja Assembleia de Deus, estava no seu primeiro mandato como deputado na 52ª Legislatura. Para ele, a criação da FPE representou “(...) uma vitória para a comunidade evangélica, que congrega milhões de adeptos em todo o país” (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p.5).

(...) os princípios da sua organização interna, e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros na destituição de seus diretores. (ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2003, p.04)

Logo na fundação, a FPE criou o Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (GAPE), cujo objetivo era auxiliar os trabalhos da FPE através do seu corpo de assessores. O GAPE estava dividido em quatro comitês: Jurídico, Assuntos Políticos, Comunicação e Eventos. No início, os trabalhos eram conduzidos por um líder, Sandro Jadir Albuquerque<sup>33</sup>. De acordo o jornal da FPE (2004), na medida em que surgiam novos temas para debate que interessavam a frente, eram criadas Comissões Especiais, compostas por deputados evangélicos, que acompanhavam a tramitação de projetos no Congresso Nacional. Com relação aos objetivos, inicialmente a FPE enumerou três:

- 1- Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução.
- 2- Procurar, de modo contínuo, a atualização da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir de comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra.
- 3- Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação (Idem, 2004, p.6).

Nas finalidades da FPE, percebe-se que o conteúdo também é relativo à crença religiosa das denominações evangélicas, revelando o sentido confessional e até mesmo uma postura corporativista em torno destes objetivos. As propostas da FPE almejam:

- Trabalhar pela erradicação do analfabetismo;
- Priorizar ações na área social;
- Incentivar o segmento religioso a colocar-se à disposição dos governos municipal, estadual e federal quanto a projetos sociais e educacionais;
- Promover ações visando à agregação familiar;
- Elaborar projetos de lei salvaguardando a moral e os bons costumes;
- Discutir assuntos de interesse nacional;
- Estender a criação da Frente Parlamentar Evangélica aos Estados, no Distrito Federal e Municípios;
- Patrocinar a realização anual da Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos (Idem, 2004, p.6).

Logo após a sua criação, a FPE resolveu expandir os seus horizontes criando sucursais em outros Estados e municípios brasileiros e também no Distrito Federal. As primeiras

---

<sup>33</sup> Sandro Albuquerque era assessor do deputado federal Milton Cardias (PTB-RS), Ministro Evangélico e membro da igreja Assembleia de Deus, que assumiu como suplente na 52ª Legislatura.

unidades foram criadas no Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Roraima, Acre e Rondônia. A proposta era unificar os evangélicos a partir das instâncias políticas, embora, seja identificado o predomínio da Assembleia de Deus nestas sucursais (BAPTISTA, 2009).

A FPE no momento da sua fundação era composta por 57 deputados federais e 3 senadores: Paulo Octávio (PFL-DF) da Igreja Sara Nossa Terra, Marcelo Crivella (PL-RJ) da Igreja Universal do Reino de Deus e Magno Malta (PL-ES) da Igreja Batista. Também faziam parte da FPE deputados estaduais e ex-deputados federais. A tabela a seguir apresenta a distribuição partidária dos deputados da FPE durante as últimas legislaturas da Câmara dos Deputados investigadas nesta tese.

Tabela 1 - Deputados da FPE por partido político durante a 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup> e 54<sup>a</sup> Legislatura

<b>Partido</b>	<b>52<sup>a</sup> Legislatura (2003-2007)</b>	<b>53<sup>a</sup> Legislatura (2007-2011)</b>	<b>54<sup>a</sup> Legislatura (2011-2015)</b>
DEM*		6	3
PL	12	3	
PR**			13
PFL	8		
PMDB	8	9	9
PTB	6	4	4
PSB	5	2	3
PT	5	3	2
PPB***	3	3	2
PSC	3	5	11
PRB		3	11
PSDB	2	2	7
PDT		1	4
PST	2		
PTC		1	1
PPN	1		
PPS	1		
PSL	1		1
PV		1	3
PTdoB			2
PMN			1
PRTB			1
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>43</b>	<b>78</b>

\* Em 2007 o PFL realizou a sua Convenção Nacional de refundação e decidiu criar um novo partido, o Democratas (DEM).

\*\* O Partido da República (PR) nasceu da fusão entre o Partido Liberal (PL) e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), em 24 de outubro de 2006.

\*\*\* Em 4 de abril de 2003 o PPB realizou sua Convenção Nacional e decidiu tirar a letra “B” do nome, ficando apenas com a sigla PP.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS (2012).

Na 53ª Legislatura da Câmara, permaneceram na FPE os três senadores eleitos em 2002. Em comparação com a legislatura anterior, é possível afirmar que houve uma queda no número de parlamentares eleitos da FPE. Isto é um efeito decorrente do envolvimento de deputados evangélicos em escândalos de corrupção, como a prática da compra de votos de parlamentares no Congresso, também conhecido como “mensalão”<sup>34</sup> e a “máfia das ambulâncias”<sup>35</sup> durante a 52ª Legislatura. Foi comprovado, nos relatórios das CPMIs encarregadas de investigar os escândalos da compra de votos e da “máfia das ambulâncias”, o envolvimento de parlamentares evangélicos nestes dois casos. Na Legislatura seguinte, houve uma queda significativa no número de deputados eleitos em outubro de 2006, sendo que a Igreja Universal foi a que apresentou a maior queda, perdendo 11 cadeiras na Câmara.

Na 54ª Legislatura, os evangélicos voltaram a ganhar força eleitoral. Foram eleitos para este período 77 deputados evangélicos, sendo que 75 faziam parte da FPE e 3 senadores: Magno Malta (PR-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA). A FPE também ganhou a adesão de 3 deputados federais que assumiram como suplentes. A tabela 2 mostra a divisão dos evangélicos por igrejas na FPE durante estas legislaturas:

---

<sup>34</sup> O “mensalão” teve início “(...) no cenário político do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo políticos locais, e era coordenada pelo Ex-Deputado Bispo Rodrigues, que naquela época, era uma referência política dentro da Igreja Universal do Reino de Deus. O esquema do mensalão, conforme aparece no relatório final da CPMI da “Compra de Votos” é definido na seguinte forma: “(...) um esquema ilegal de financiamento, voltado ao aliciamento de parlamentares e partidos para a base do Governo no Congresso Nacional, o qual, eventualmente, comportaria o pagamento de subornos com alguma periodicidade.” (CONGRESSO NACIONAL, 2006, Vol. II, p.773). Foi comprovado, nos relatórios da CPMI encarregada de investigar os escândalos da compra de votos, o envolvimento de parlamentares evangélicos. Alguns parlamentares acabaram renunciando, como no caso do ex-Deputado Federal Bispo Carlos Rodrigues.

<sup>35</sup> Em 2006, surgiria outro escândalo de corrupção que abalaria a 52ª Legislatura da Câmara Federal. Tratava-se da máfia dos “sanguessugas”. Através de denúncias sobre superfaturamentos na compra de equipamentos médicos, como ambulâncias e outros veículos, aquisições que envolviam prefeituras, parlamentares, empresários e o próprio Ministério da Saúde. Começava, então, a surgir dúvidas sobre um suposto esquema que envolveria empresários do ramo da construção destes equipamentos e ações de parlamentares que criariam emendas individuais para favorecer estas empresas que em troca beneficiariam estes deputados através dos valores superfaturados. Sobre a participação dos evangélicos no escândalo das “ambulâncias”, pode-se afirmar que este foi o envolvimento que marcou profundamente o trabalho desempenhado por este grupo na Câmara. Antes da criação da “CPMI das sanguessugas” em junho de 2006, foi feita a divulgação ao público de uma lista contendo o nome de todos os parlamentares envolvidos no escândalo. Este primeiro levantamento era resultado do trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, instituições que deram início às investigações. Segundo o Relatório Parcial dos Trabalhos da CPMI “das Ambulâncias”, dos 90 deputados federais e senadores considerados suspeitos no esquema das ambulâncias 27 eram evangélicos. Apenas um senador evangélico aparecia na lista, Magno Malta (PL-ES).

Tabela 2 - Distribuição dos evangélicos da FPE por denominação religiosa

<b>Igreja</b>	<b>52<sup>a</sup> Legislatura (2003-2007)</b>	<b>53<sup>a</sup> Legislatura (2007-2011)</b>	<b>54<sup>a</sup> Legislatura (2011-2015)</b>
Assembleia de Deus	23	15	21
Igreja Universal	16	5	9
Batista	7	7	15
Igreja do Evangelho Quadrangular	4	2	3
Luterana	2	1	1
Igreja Maranata	1	3	2
Igreja Sara Nossa Terra	1	2	2
Igreja Internacional da Graça de Deus	1	1	3
Vale da Benção	1		
Presbiteriana	1	2	9
Igreja Cristã Evangélica		1	1
Igreja Evangélica Cristo Volta		1	
Metodista		1	2
Igreja Apostólica Renascer em Cristo		1	1
Mundial do Poder de Deus			2
Igreja Brasil para Cristo			1
Igreja Cristã do Brasil			1
Igreja Batista Caminho das Árvores			1
Igreja Nova Vida			1
Não revelou a denominação		1	3
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>43</b>	<b>78</b>

Fonte: DIAP; FPE (2012; 2013)

Um fenômeno que ocorreu na 53<sup>a</sup> Legislatura foi a eleição de deputados vinculados às igrejas que ainda não tinham presença no cenário político, como a Igreja Cristã Evangélica, a Igreja Evangélica Cristo Volta e a Igreja Apostólica Renascer em Cristo. Outras igrejas protestantes tradicionais também tiveram seus representantes eleitos, embora, em menor número.

Na 54<sup>o</sup> Legislatura, em termos de representação religiosa, houve um crescimento significativo no número de parlamentares pertencentes às igrejas protestantes de missão, ou seja, batistas e presbiterianos. Percebe-se também a presença de deputados ligados às igrejas que ainda não tinham representação na FPE, como a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Igreja Brasil para Cristo, a Igreja Cristã do Brasil, a Igreja Batista Caminho das Árvores e a Igreja Nova Vida.

A FPE, ao longo das últimas três legislaturas, surge como ponto de referência para deputados protestantes, pentecostais e neopentecostais, assim como para outros grupos religiosos que apresentam características em comum com os evangélicos como, por exemplo,



o grupo católico na Câmara, principalmente nos momentos em que são mencionados temas que envolvem, segundo os parlamentares religiosos, preceitos da moralidade cristã, como o aborto, a homossexualidade, a prostituição, entre outros assuntos.

Enquanto organismo político, a fundação da FPE demonstra como já estava amadurecida, entre os religiosos, a discussão sobre a necessidade de uma entidade representativa do segmento evangélico na Câmara, da mesma forma como era perceptível um sentimento de aproximação entre os parlamentares evangélicos em torno de matérias legislativas que eram comuns, citando como exemplo, no primeiro ano de fundação, a alteração do novo Código Civil sobre o tratamento dado às igrejas, através da tramitação do Projeto de Lei nº 634/2003, que contou com uma forte mobilização da FPE para a aprovação do projeto na Câmara e no Senado. Deve-se destacar que a tramitação de projetos de lei, constitui um momento em que é possível identificar os diferentes posicionamentos que entram em disputa, e, neste caso, a influência de valores, religiosos ou não, na promoção, elaboração, recusa ou aprovação desses projetos. Feita esta exposição sobre o percurso do envolvimento dos evangélicos na política brasileira e a composição da Frente Parlamentar Evangélica, na seção que segue serão evidenciadas as diferentes opiniões de lideranças religiosas entrevistadas nos locais de culto.

#### **4.1 Inserção na política na percepção dos membros da comunidade evangélica**

A amostragem qualitativa nesta pesquisa deu-se basicamente a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com membros de seis igrejas evangélicas distribuídas entre as seguintes denominações: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Primeira Igreja Batista, Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sobre o conteúdo das perguntas voltadas para o tema da política, foram realizados questionamentos que buscavam explorar o conhecimento do entrevistado sobre a existência ou não de um projeto político da Igreja, o papel da religião na política, a realização ou não de um “voto evangélico”, o processo de escolha interna das candidaturas, a opinião sobre a atuação dos políticos evangélicos, a obediência ou não da indicação do candidato por um pastor ou bispo e a ocorrência ou a carência das discussões em torno dos temas oriundos da política no púlpito das Igrejas.

Na entrevista realizada com A.T<sup>36</sup>, obreira da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no ponto que indaga sobre a existência de um projeto político exclusivo da Igreja, a mesma admitiu que a IURD possui um projeto político e que se preocupa em lançar candidaturas, citando como exemplo o caso do Rio de Janeiro com o bispo e senador da República, Marcelo Crivella, Pelotas com o vereador Waldomiro Lima e Porto Alegre com o Pastor Carlos Gomes e Sérgio Peres, deputado federal e estadual respectivamente. Questionada sobre a realização de um voto evangélico, A.T admitiu que não se trata de um voto evangélico, mas sim de uma crença naqueles homens que entram na política para fazer a diferença. Para a obreira, a religião possui um papel na política, mas que isso ainda precisa ser muito discutido no interior da Igreja. No momento da escolha das candidaturas, a entrevistada informa que geralmente são pastores ou obreiros caracterizados como homens íntegros, e que os fiéis participam dessas escolhas. No entanto, segundo a obreira, o voto no candidato não obedece a uma ordem superior do pastor ou do bispo<sup>37</sup>. A.T comenta que o voto é realizado naquele candidato que vai fazer a diferença, que vai fazer o melhor.

Indagada sobre a possibilidade da discussão dos assuntos políticos durante os cultos, a obreira respondeu que isto não ocorre, e que esse tipo de assunto não é levado para o interior da Igreja. Apesar do acompanhamento dos mandatos, A.T diz que os fiéis “se fecham” diante desses assuntos, sua opinião sobre a atuação dos políticos da IURD é a seguinte:

São homens íntegros, corretos que se tu fores procurar alguma coisa tu não vai achar nada deles, tá entendendo? Tu vai achar pessoas que realmente vestem a camisa, isto é, não tô falando de camisa religiosa, da igreja, falo camisa povo, tá entendendo? Que ali levanta projetos para o povo, pra melhoria, entendeu? E tanto é que é verdade que eles foram de novo reeleitos (A.T. Informação verbal)<sup>38</sup>.

A pastora da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), cujo pseudônimo é G.L, também afirmou que a sua denominação possui um projeto político, porém, no momento do

---

<sup>36</sup> Para respeitar o anonimato dos entrevistados, serão utilizados pseudônimos.

<sup>37</sup> As informações obtidas durante a pesquisa de campo nos templos no segundo semestre de 2014, período que coincidiu com as eleições presidenciais no país, demonstram que no interior das igrejas ocorre o contrário. Durante os cultos, sempre no final de cada atividade, os pastores realizavam abertamente o pedido de votos para os fiéis. Foi possível visualizar no púlpito, dois bonecos gigantes dos candidatos da IURD, Carlos Gomes (PRB-RS) para deputado federal e Sergio Peres (PRB-RS) para deputado estadual. Os bonecos não apresentavam nenhuma menção ao partido ou número dos candidatos, contudo, na saída de cada culto, obreiros distribuíam panfletos dentro de envelopes fechados e também cartazes de cada candidato. No final do culto o pastor pedia para cada participante colar o cartaz na porta ou na janela e multiplicar cada voto. Cada candidato era elogiado pelo pastor, que citava o trabalho realizado e a necessidade de dar o voto de confiança em um membro da denominação. Ambos os candidatos foram eleitos para as respectivas casas legislativas.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por A.T. [Out. 2014]. Entrevistador: Rafael Bruno Gonçalves. Pelotas, 2014. Arquivo mp3.

culto, a palavra de Deus nunca é utilizada para induzir o voto evangélico. A pastora comenta que a IIGD se levantou para discutir política, que a Igreja não pensa da mesma forma de outrora sobre o assunto. Atualmente a IIGD possui candidatos que, conforme observa G.L, respeitam os limites da denominação e não se apresentam durante as atividades religiosas. A Igreja, segundo a pastora, não induz os seus fiéis no momento do voto, cada membro é livre para escolher os seus candidatos.

Questionada sobre a atuação dos políticos evangélicos, G.L lembra que aqueles que se apresentaram (menciona na entrevista uma candidata<sup>39</sup> que foi reeleita no pleito de 2014), se encarregaram da tarefa de lutar pelo Reino de Deus, e de que vão honrar a palavra de Deus. A pastora também opina sobre o trabalho desempenhado pelos deputados na Frente Parlamentar Evangélica.

Se a pessoa realmente tá ali lutando pelo que é certo, entendeu? Eu apoio, digamos assim, não é só pela igreja né, o nosso programa não visa só a Igreja da Graça, a Igreja tá lá, a gente vê a Igreja como o Corpo de Cristo, entendeu? O corpo de cristo, então se a pessoa for lá e ela realmente estiver lutando pelo que é correto, a Igreja não fica naquela só os nossos candidatos, não, tanto é que a gente tem poucos, tem pouco né, a gente quer pessoas serias lá que vão lutar pelo que é certo, nossa Igreja da Graça não essa de “ah, é só os nossos”, não, é o povo de Deus, é o corpo de Cristo. (G.L. Informação verbal)<sup>40</sup>

Sobre a ocorrência ou não da indicação do pastor ou bispo pelo voto no candidato da igreja, G.L responde que não existe essa orientação. A pastora vota naquele candidato que possui maior afinidade, que luta pelas mesmas causas, mas é uma decisão tomada livremente, sem a imposição da denominação. Ainda questionada sobre a possibilidade da discussão de temas políticos durante os cultos, G.L observa que não existe essa probabilidade, “é eles lá e nós aqui”, menciona. O papel dos membros da IIGD é colocar pessoas corretas no Congresso, o que ocorre depois é responsabilidade dos políticos, não existe uma discussão no interior da Igreja sobre assuntos políticos, uma vez que não existe contato com os parlamentares.

Pastor da Igreja Assembleia de Deus (AD), P.I comenta que a sua denominação apoia muitos candidatos internos, e que a AD precisa eleger um político na Câmara. Durante a entrevista, o pastor mencionou como exemplo o deputado Ronaldo<sup>41</sup>, conhecido internamente como Ronaldinho, que é considerado um filho da Igreja no Rio Grande do Sul. O povo

---

<sup>39</sup> Trata-se de Liziane Bayer, deputada estadual pelo PSB no Rio Grande do Sul e pastora da IIGD.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por G.L [Out. 2014]. Entrevistador: Rafael Bruno Gonçalves. Pelotas, 2014. Arquivo mp3.

<sup>41</sup> Trata-se do deputado federal pelo PTB-RS Ronaldo Nogueira, pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Ronaldo já está no seu segundo mandato na Câmara Federal.

evangélico, segundo P.I precisa ter esse tipo de político como representante. Para o pastor, a AD possui um papel de influência na política, pois é uma denominação que cresceu muito nos últimos anos.

Questionado sobre a realização de um “voto evangélico”, P.I comenta que pode existir, mas que os membros da AD são livres para votar em quem quiser. Durante os cultos, P.I evita falar no púlpito que os fiéis precisam votar em um determinado candidato da Igreja, mas pessoalmente são realizadas conversas informais que o pastor orienta o voto no candidato de sua preferência.

Com relação ao procedimento de escolha interna de candidatos oficiais da AD, P.I recorda que no caso do pastor Ronaldo foi realizado o processo através da escolha do pastor presidente da convenção, que selecionou e disse: “esse é o nosso candidato oficial”. Porém, os membros são livres para votar em outros candidatos que não são assembleianos. Indagado sobre a importância da atuação política desses evangélicos, o pastor comenta que:

Na minha opinião eu acho que é muito bom eles estarem lá pra defender, como, existe um eleito pelo povo, político né, ele é eleito pelo povo, ele precisa representar o povo, então, evangélico é um povo também, então ele tá representando aquele povo, os outros estão representando o povo, as camadas sociais né, as regiões, então, como evangélico, também dá uma parcela boa lá também de contribuição, tanto é que tem alguns deputados lá com algumas leis que prejudicam a Igreja, prejudicam sei lá, não só a Igreja mas as pessoas, eles estão lá pra debater, pra defender, então, eu acho que tem um papel fundamental o político evangélico. (P.I. Informação verbal)<sup>42</sup>

Sobre a discussão de temas oriundos da política no interior das igrejas, P.I. comenta que a denominação não leva estes assuntos para o púlpito, mas reconhece que existem igrejas que fazem isso, o que ele considera como uma “mistura” entre o que é matéria de Cristo com discussões seculares. A respeito do hábito de acompanhar os mandatos, P.I. pondera que observa e mantém uma relação de proximidade com os parlamentares, ou seja, existe um contato entre a Igreja e o político eleito.

Eu acompanho não na integra porque é muita coisa, mas eu acompanho. Sempre tô aberto à política, eu assisto televisão, eu assisto notícias, quando eu encontro esse mesmo deputado, eu encontro e falo: “ô, vou falar contigo daqui a uns dias”, não pra pedir coisas, porque pedi também, né, mas eu sempre tô junto, acompanho, falo, eu gosto de política, só não sou político porque fica ruim, né, mas a Igreja acompanha (P.I. Informação verbal).

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida por P.I [Out. 2015]. Entrevistador: Rafael Bruno Gonçalves. Pelotas, 2015. Arquivo mp3.

Na entrevista realizada com o pastor da Igreja Batista, pseudônimo A.L.T., já nas primeiras palavras o entrevistado advertiu que a Convenção Batista Brasileira realiza a separação entre Igreja e Estado, portanto, não existe uma intervenção da Igreja no Estado e vice-versa. A denominação, segundo A.L.T. não estabelece laços de cooperação com o Estado, assim, a Igreja Batista dificilmente elaboraria um projeto político. Porém, ela orienta seus membros para acompanhar o que está sendo discutido no cenário político e que cada um se posicione enquanto cidadão possuidor de direitos e deveres.

Com relação aos membros que decidem se candidatar na política, o pastor comenta que cada um possui a liberdade para disputar os pleitos, porém, ele não poderá utilizar o espaço da Igreja para fazer uso da palavra no púlpito, que segundo A.L.T. “é lugar para pregação da palavra e não para campanhas políticas”. Dificilmente os assuntos que são discutidos pelos políticos que se consideram Batistas são levados para o púlpito, todavia, os pastores procuram orientar os fiéis sobre o que de fato esses políticos estão realizando no Congresso, quem são esses políticos, qual a origem, quais os princípios que eles estão defendendo. A.L.T. também comenta que não existe um voto exclusivamente batista.

Não porque nós sempre orientamos os nossos membros que eles devem votar naquela pessoa que apresentou um projeto, que apresentou uma proposta e o convenceu disso. Não votaríamos em um candidato por ele se identificar como evangélico ou como sendo da denominação batista, não seria esse o nosso fator determinante pra votar nele, digamos “pastor, temos, tomando como exemplo, um candidato a presidente da república que é batista”, nós como liderança espiritual, nós orientaríamos aos nossos membros “olha, verifica as propostas que ele tem”, porque entendemos que ele não pode usar a religião pra uma futura candidatura, por isso que fazemos essa distinção (A.L.T. Informação verbal)<sup>43</sup>.

Questionado sobre a realização ou não do acompanhamento dos mandatos, A.L.T. responde que desconhece quais são os parlamentares batistas eleitos no Congresso Nacional, assim como vereadores e prefeitos, porém, sabe que existem lideranças evangélicas na política que são oriundas de outras denominações.

Já o pastor presbiteriano G.O., diante da indagação sobre a existência de um projeto político da Igreja Presbiteriana, afirmou categoricamente que a denominação não possui tal projeto e que o púlpito não deve servir como palanque político, desse modo, mesmo com a possibilidade dos pastores se tornarem candidatos, eles não recebem o apoio oficial da Igreja. Sobre a relação entre religião e política, G.O. argumenta que procura manter uma postura imparcial nas circunstâncias em que algum candidato aproxima-se da denominação e começa a frequentar os cultos.

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida por A.L.T [Nov. 2015]. Entrevistador: Rafael Bruno Gonçalves. Pelotas, 2015. Arquivo mp3.

Você é procurado por vários políticos, principalmente pelos evangélicos, e uma frase que eles sempre ouvem de mim é, é até uma recomendação da IPB, “o púlpito da IPB é sempre pra pregar a palavra de Deus, o meu púlpito não é palanque político”, e pode ser membro da minha igreja, um exemplo, na IPB central lá de Porto Alegre, nós tínhamos um vereador que concorreu até pra vereador no período que eu estava lá, nem santinho dele você tinha na igreja, as pessoas da igreja o conheciam porque ele é uma pessoa, uma figura pública, não tem como você dirimir isso, mas ele não falou no púlpito em nenhum momento, nem publicamente, isso é um cuidado que eu tomei lá (...) nem publicamente orei pela campanha dele, orei quando ele estava na igreja, mas ali não é o político que tá dentro na Igreja, é a pessoa, orei pela vida dele, mas não chamei ele na frente da minha igreja pra orar por ele, pra que as pessoas vissem, nada disso, porque querendo ou não, o pastor exerce influência sobre o povo que ele está pastoreando, sejam 10 pessoas sejam 8 mil pessoas e o meu perfil de ministério é de que eu quero que as minhas ovelhas cresçam, eu vou andar com eles, elas tem que pensar, como lá na eleição que eu passei em Porto Alegre, possivelmente ano que vem passe aqui em Pelotas também, você não tem que votar em alguém porque ele é um cristão, você tem que votar nele por causa das propostas que ele tem pra sociedade, seja ele cristão ou não. A Bíblia é recheada de exemplos de pessoas que não eram cristãs, que não eram do convívio de Israel e que exerceram um papel extremamente importante na história de Israel, imperadores que nunca se converteram a Deus e que exerceram um papel extremamente importante na história de Israel (G.O. Informação verbal)<sup>44</sup>.

No excerto acima, G.O. destaca uma série de informações pertinentes voltadas para a relação entre política e fé como, por exemplo, o respeito e reconhecimento do púlpito apenas como local de pregação, a responsabilidade de um pastor diante dos seus adeptos no que diz respeito à formação da opinião e a orientação de que no momento do voto sejam avaliadas outras características, como as propostas de um determinado candidato, e não apenas a sua orientação religiosa. Neste ponto, o pastor faz uso de leituras da Bíblia para justificar a sua opinião.

Questionado sobre o trabalho desempenhado pelos evangélicos no Congresso, sobretudo os que pertencem à Frente Parlamentar Evangélica, G.O. comenta que:

Eu acompanho aqueles que eu votei, por acreditar que eu possa cobrar eles, no meu direito como cidadão, eu sei que existe a bancada evangélica, no senado, no governo todo, desconheço toda a bancada, conheço só as figuras que estão aí na mídia, e não concordo com nada do que eles estão fazendo, não concordo com nada no sentido político, eu posso dizer que conheço pouco dos projetos deles, mas eles se usam da massa de manobra que eles têm que é a igreja pra galgar poderes políticos (...) se usa de ser pastor pra se tornar um senador, se usa de ser pastor pra se tornar um deputado federal e eu acho que isso é ruim, você cega as pessoas que estão votando nelas, não é bom, e eu não acredito nessa convocação, eu acredito muito nas vocações (...) eu acho que Deus *vocacionou* políticos pra essa remada, não acredito que Deus *vocacionou* a pessoa pro pastorado e pra política, duas figuras públicas, na nossa sociedade, e não tem como uma influir na outra, e eu acho que isso é pra se enganar, então eu não concordo (G.O. Informação verbal).

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida por G.O. [Nov. 2015]. Entrevistador: Rafael Bruno Gonçalves. Pelotas, 2015. Arquivo mp3.

G.O. tece críticas ao desempenho da “bancada evangélica”, não concorda com o trabalho realizado e acrescenta que muitos políticos evangélicos usam o seu público religioso como eleitorado cativo no interior das igrejas, utilizando o cargo eclesiástico como trampolim para a vida política. Para o pastor, a função do pastorado não deve ser confundida com o trabalho político, já que uma não pode influenciar no ofício da outra. G.O. também comenta que, apesar da ausência de discussões políticas durante os cultos, os mesmos são discutidos nos grupos de estudo, e muito em virtude da constante presença de jovens classificados como “antenados”. Segundo o pastor, mais especificamente nesses casos, a Igreja Presbiteriana se preocupa em promover discussões sobre temas políticos polêmicos nos outros espaços.

Na entrevista com o pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, pseudônimo L.E., o mesmo respondeu que a denominação não possui um projeto político, e que tradicionalmente a Igreja Luterana procura manter um distanciamento dos partidos políticos, jamais manifestando apoio sobre um determinado candidato.

A Igreja como instituição, como organização ela se preserva de não assumir uma posição partidária porque senão ela perde a sua capacidade crítica, ela perde a sua capacidade profética. Como é que eu vou manter a minha autoridade profética? A minha autoridade crítica se eu me alio a um partido ou uma proposta política? Claro que individualmente as pessoas ao assumirem uma representação política ou se envolverem na política, eu mesmo assim motivo a pessoa e digo olha “vai em frente, assume” e é claro, vai ter que se filiar a um partido, (...) mas ai ele diz “Ah, mas essa pessoa que é da Igreja ela é candidata então eu quero vir aqui agora, por exemplo, defender a minha proposta política numa celebração dentro da Igreja”. Não, não pode, a não ser que todos os outros partidos que concorrem a um determinado pleito também possam ter espaço de igual forma, no sentido de que então podemos fazer uma discussão, mas que todos possam participar e defender as suas ideias democraticamente, então isso em geral é assim, eu diria que, na Igreja é uma posição, não sei se teria uma declaração, uma posição oficial sobre isso, ai teria que ver nos documentos lá no portal, mas em geral a prática é essa. Já teve pastores, por exemplo, que foram candidatos na história da Igreja, mas a Igreja nunca disse “Ah, esse é o nosso candidato”. (L.E. Informação verbal)<sup>45</sup>.

Sua postura está mais voltada para a adoção de princípios democráticos, identificados no instante em que o pastor comenta que a defesa de propostas no interior da Igreja só poderia ser concedida para um candidato no momento em que todos os outros candidatos pudessem utilizar o mesmo espaço, ocasionando, talvez, um ambiente de debate. Indagado sobre a existência ou não de um voto “luterano”, L.E. defende que isto nunca vai ocorrer, em consequência da formação das lideranças dentro da Igreja.

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida por L.E. [Dez. 2015]. Entrevistador: Rafael Bruno Gonçalves. Pelotas, 2015. Arquivo mp3.

L.E. também revela a sua opinião sobre a atuação de políticos evangélicos. Para o pastor luterano, mais importante que a orientação religiosa do candidato, é a sua postura ética e a forma como trabalha na gestão pública. Segundo L.E., não basta um candidato ser da mesma posição religiosa, ele precisa evidenciar a sua atitude ética e as suas propostas. Para o pastor, o Congresso Nacional está repleto de políticos que se designam como evangélicos, mas que não merecem o apoio das lideranças religiosas simplesmente por serem evangélicos. L.E. destaca que costuma acompanhar os mandatos dos parlamentares evangélicos, e que também possui uma opinião sobre a Frente Parlamentar Evangélica.

Acompanho e eu vou dizer assim, eu tenho vergonha da bancada evangélica, eu tenho vergonha, defendendo coisas em nome da Igreja, mas depois com posturas éticas tremendamente questionáveis, não, eu vou dizer “Ah, tem uma bancada evangélica que me representa”, a bancada evangélica não me representa, não em termos que me represente como cidadão, como pastor, ou a Igreja, e o deputado ou vereador ou quem quer que seja eleito ele tem que representar os interesses da população, não os interesses de determinada igreja ou de determinado culto religioso, ele tem que representar os interesses da população, por isso que ele é eleito, mas é que aqui no Brasil é essa coisa, né, a bancada evangélica representa os evangélicos, aí os caras que são eleitos pelos bancos representam os bancos, então é uma representação de interesses, isso é um problema sério que a gente tem no país e que não é de agora, e aí os evangélicos tão abocanhando o espaço dessa coisa política, de troca de favor, não visam o interesse da população (L.E. Informação verbal).

O pastor expressa severas críticas ao desempenho da bancada evangélica. Afirma que não se sente representado e lamenta pela utilização das mesmas práticas clientelistas, corporativistas de outros grupos de pressão e interesse que atuam no Congresso. Um político religioso, segundo L.E., deve colocar os interesses da população acima dos interesses de sua congregação religiosa.

Durante o trabalho de campo foi possível identificar alguns elementos importantes que precisam ser ressaltados. Os membros das igrejas neopentecostais, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus, mostraram uma obediência maior em torno das orientações de suas lideranças no que diz respeito ao momento do voto, apesar das menções constantes sobre a liberdade de escolha. A obreira da IURD, assim como a pastora da IIGD, manifestaram a crença nas candidaturas oficiais de suas respectivas denominações. Ambas acreditam que a igreja possui um papel relevante na política brasileira, e que ocorreram mudanças na forma de lidar com a política no interior das igrejas nos últimos anos. Porém, as entrevistas revelaram que ambas não possuem interesse em acompanhar os mandatos dos políticos eleitos.

O pastor da Assembleia de Deus, única igreja pentecostal visitada, mencionou que a sua denominação também procura lançar candidaturas oficiais. O político evangélico,



segundo o pastor assembleiano, representa o “povo evangélico”. Durante o seu pastorado, o mesmo argumentou que costuma acompanhar os candidatos evangélicos e que mantém contato.

As entrevistas realizadas com os pastores vinculados às igrejas protestantes históricas, ou seja, Igreja Batista, Igreja Presbiteriana e Igreja Luterana, evidenciaram uma postura diferente. Todos alegam que as suas respectivas denominações não possuem um projeto político, e que as mesmas não apoiam candidaturas oficialmente. Diante das discussões políticas, o espaço de culto deve ser preservado. Contudo, os membros possuem a liberdade para se candidatarem aos cargos políticos.

Sobre o trabalho desempenhado pela Frente Parlamentar Evangélica, os líderes entrevistados, da Igreja Presbiteriana e Luterana respectivamente, ressaltaram que não concordam com a FPE e de que não se sentem representados pela frente religiosa que atua na Câmara dos Deputados. Uma informação que pode revelar que a harmonia entre fiéis evangélicos e representantes políticos, tão defendida e propagada por alguns membros da FPE, não pode ser comprovada.

## 5 AS RELAÇÕES ENTRE A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E O ESTADO DE ISRAEL

### Introdução

Entre os assuntos explorados pelos deputados federais evangélicos na Câmara, cabe destacar o posicionamento deste grupo sobre o Estado de Israel. Se antes da criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) já era possível identificar os posicionamentos favoráveis às políticas empreendidas por Israel no Oriente Médio, foi a partir da criação da Frente em 2003 que esses laços estreitaram-se, demonstrando a simpatia dos evangélicos pela causa israelense, sendo que, em diversas ocasiões, o apoio evangélico pela predominância bélica e domínio de Israel na região é sustentado por argumentos bíblicos. O recurso aos elementos religiosos sagrados, na tentativa de interpretação das escrituras hebraicas, ao mesmo tempo em que é realizada a aplicação destes argumentos pelos deputados evangélicos para justificar a atuação política externa de Israel, será o elemento central destinado à análise discursiva neste capítulo.

Serão apresentados os discursos provenientes de parlamentares evangélicos na Câmara nos diferentes momentos regimentais em que são citados, desde a fundação da FPE até o final da 54ª Legislatura. A aplicação de um corpo de conceitos provenientes da Análise do Discurso (AD) será empreendida nos momentos em que são mobilizados os enunciados de natureza religiosa, sobretudo, naquelas circunstâncias que estes argumentos são utilizados para legitimar a posição evangélica sobre Israel.

Antes da apresentação deste quadro discursivo, para situar o tema, serão delineados os antecedentes bíblicos que são empregados pelos evangélicos para justificar a criação do Estado de Israel, principalmente aqueles argumentos citados por David Ben Gurion, no momento do estabelecimento de um Estado Judeu.

Cabe ressaltar que nas diversas ocasiões em que são mencionados os temas relativos a Israel nos discursos evangélicos, boa parte destes pronunciamentos procuram dar destaque ao papel do Brasil na criação deste Estado, principalmente o trabalho desempenhado pelo país na aprovação da resolução nº 181, da Organização das Nações Unidas, e a função exercida por Oswaldo Aranha na ONU, no momento em que foi permitido e implementado o Plano da Partilha da Palestina em 1947.

Sobre esse assunto, será exposto o fato de que as relações entre Brasil e Israel nem sempre foram de proximidade, como defendem os deputados evangélicos. Em diversas

ocasiões, principalmente nas assembleias gerais da ONU, o Brasil votou contrariamente aos interesses israelenses voltados para os países vizinhos, sobretudo a Palestina. Contudo, atualmente, a FPE apresenta iniciativas favoráveis a Israel, sejam elas provenientes de visitas realizadas ao país e à embaixada, seja através da participação de políticos evangélicos na Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz na Terra Santa, Oriente Médio e no Mundo (FRENPAZBRIL). Sobre a inclusão dos evangélicos nesta frente, será dedicada uma seção.

Com relação ao tema do capítulo, é preciso enfatizar que, durante as últimas legislaturas da Câmara dos Deputados, foram diversas as ocasiões em que os parlamentares evangélicos fizeram uso da tribuna para reverenciar de forma assertiva o papel de Israel para a preservação dos dogmas religiosos<sup>46</sup>, e muito disto em virtude da história do povo judeu, da diáspora e dos elementos que fundamentam a doutrina religiosa hebraica. Tudo isso é utilizado pelos evangélicos para justificar a preservação do Estado de Israel, o que acarreta muitas vezes um discurso confuso, que mescla a atuação política israelense e o judaísmo. Contudo, não somente os discursos de natureza religiosa são identificados nos pronunciamentos de parlamentares evangélicos. Em diversas circunstâncias, são referidos os discursos que exaltam Israel como um potencial parceiro do Brasil, no desenvolvimento de novas tecnologias e no intercâmbio de experiências políticas entre os parlamentares dos dois países. O conjunto destes assuntos servirá como subsídio para a análise discursiva, com o propósito de entender como os enunciados provenientes de deputados evangélicos vão à direção de um fundamentalismo religioso muitas vezes baseado no Velho Testamento para legitimar a posição favorável ao estado israelense.

### **5.1 Antecedentes bíblicos: A “Terra Prometida” e o surgimento do sionismo**

Não são poucas as situações em que os evangélicos descrevem Israel como a “Terra Prometida”, um Estado criado através de uma “visão profética”, o “berço da salvação” de um povo escolhido por Deus. A Bíblia, segundo os evangélicos, abençoa o povo judeu e sua terra, narra acontecimentos que ocorreram na região onde hoje está situado o país, identificado como “território sagrado”. Para entender todos esses argumentos utilizados, é preciso reportar aos antecedentes bíblicos, provenientes principalmente do Velho Testamento, utilizados não somente pelos parlamentares evangélicos, mas, sobretudo, pelos criadores do sionismo, ou

---

<sup>46</sup> Os mesmos utilizados pela doutrinação pentecostal e neopentecostal nos púlpitos.

seja, a política nacionalista que defende a criação do Estado de Israel, baseada na religião e por questões étnicas voltadas para o combate ao antissemitismo.

A cultura sionista israelense entende que a sua nacionalidade está ligada a elementos identificados nas passagens do Velho Testamento. As “revelações” contidas na Bíblia distinguiriam valores defendidos pelos sionistas, reorganizando a ideia de nação e o destino do povo judeu. No livro de Levítico, Capítulo 26, versos 32, 33, 34 e 35, a ideia de uma nação desolada, e que seus membros estariam condenados à peregrinação, como ocorreu na diáspora judaica, permite perceber o argumento que defende a necessária dispersão do povo judeu para o desenvolvimento de um processo de algo semelhante à revalorização do território, para somente depois de passado este período retornarem à “Terra Prometida”, como defendem os sionistas:

32 Desolarei a terra a ponto de ficarem perplexos os seus inimigos que vierem ocupá-la.

33 Espalharei vocês entre as nações e empunharei a espada contra vocês. Sua terra ficará desolada; as suas cidades, em ruínas.

34 Então a terra desfrutará os seus anos sabáticos enquanto estiver desolada e enquanto vocês estiverem na terra dos seus inimigos; e a terra descansará e desfrutará os seus sábados.

35 Enquanto estiver desolada, a terra terá o descanso sabático que não teve quando vocês a habitavam. (Velho Testamento. Livro de Levítico, Capítulo 26, p.137-138)

A visão que permite uma identidade coletiva para o nacionalismo judaico toma como referência esta passagem, contudo, ela se contrapõe à interpretação religiosa judaica hegemônica que “mantinha os judeus observantes em um autoimposto estado de passividade e calada aceitação de seu sofrimento como uma retribuição divina” (DEMANT, 2002). Nesse sentido, o sionismo defendia a sobrevivência do povo judeu e esta sobrevivência deveria ser garantida através de uma política de colonização da região da Palestina, entendida como a “Terra Prometida” ao “Povo Escolhido”. A criação do Estado estava apoiada na seguinte passagem bíblica, citada no Livro de Ezequiel, Capítulo 37, versos 11, 12, 13 e 14:

11 Então ele me disse: "Filho do homem, estes ossos são toda a nação de Israel. Eles dizem: 'Nossos ossos se secaram e nossa esperança desvaneceu-se; fomos exterminados'.

12 Por isso profetize e diga-lhes: Assim diz o Soberano, o Senhor: Ó meu povo, vou abrir os seus túmulos e fazê-los sair; trarei vocês de volta à terra de Israel.

13 E, quando eu abrir os seus túmulos e os fizer sair, vocês, meu povo, saberão que eu sou o Senhor.

14 Porei o meu Espírito em vocês e vocês viverão, e eu os estabelecerei em sua própria terra. Então vocês saberão que eu, o Senhor, falei e fiz. Palavra do Senhor". (Velho Testamento. Livro de Ezequiel, Capítulo 37, p.874)

A passagem revela a identidade do povo judeu com o território, apesar da alusão clara sobre a hostilidade do terreno, e o retorno a terra como algo profetizado pela Bíblia. A

veneração do Estado e a política de imigração, promovida principalmente pela ideologia de David Ben-Gurion, eram sustentadas tanto pelo viés religioso, quanto pela política estatal baseada no nacionalismo, duas visões, uma secular e outra religiosa, eram responsáveis por afirmar o caráter judeu do Estado (DEMANT, 2002).

Diversos programas sionistas complementavam ou estavam em situação oposta ao projeto sionista político. André Gattaz (2003) enumera três tendências sionistas: o sionismo trabalhista, o sionismo cultural e o sionismo espiritual, este último, e mais importante para fins deste trabalho, considerava a região da Palestina como o “berço cultural e religioso do judaísmo, porém não prescrevia a formação de um Estado Judaico, apenas a revalorização das tradições religiosas – uma vez que somente o Messias, acreditava-se, poderia fazer ressurgir o Reino de Israel” (GATTAZ, 2003, p.21). Contudo, nenhum desses projetos sionistas representa mais do que tentativas sem consequência alguma para a elaboração de uma política fecunda para a elaboração de um Estado Judaico. Foi com Theodor Herzl, através da publicação do livro “O Estado Judeu”, em 1896, que surgiu a possibilidade da criação de uma nacionalidade judaica, mantendo uma identidade cultural e religiosa. Logo após o lançamento do livro, Herzl dedicou tempo para a organização de um congresso que reuniria os sionistas que eram favoráveis ao projeto político. O Congresso de Basiléia em 1897 serviu como espaço para o lançamento de uma plataforma política baseada em três aspectos: organizativo, de negociação e de colonização. O organizativo estaria incumbido da tarefa de promover uma organização sionista internacional. A negociação seria voltada para os esforços de discussão com outros países para criar condições políticas favoráveis para o início do processo de colonização e, por fim, a colonização, onde seriam apresentados os instrumentos utilizados, o planejamento das regiões que seriam ocupadas e o financiamento das ações (GATTAZ, 2003).

Outro elemento bíblico utilizado pelos defensores do Estado de Israel está presente na seguinte passagem no livro de Jeremias, Capítulo 16, versos 15 e 16:

15 Antes dirão: “Juro pelo nome do Senhor, que trouxe os israelitas do norte e de todos os países para onde ele os havia expulsado”. Eu os conduzirei de volta para a sua terra, terra que dei aos seus antepassados.

16 “Mas agora mandarei chamar muitos pescadores”, declara o Senhor, “e eles os pescarão. Depois disso mandarei chamar muitos caçadores, e eles os caçarão em cada monte e colina e nas fendas das rochas”. (Velho Testamento, Livro de Jeremias, Capítulo 16, p.783)

O destino do povo judeu e a criação de um estado independente, conforme é defendido pelos sionistas, estava determinado por uma orientação “profética”, assegurada pelos dogmas

bíblicos. O próprio Ben-Gurion, nas declarações que eram endereçadas para o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a questão da Palestina, em 1947, utilizava a argumentação religiosa associada ao discurso político sobre a necessidade do retorno do povo judeu ao lar, entendida como uma “tarefa sagrada”.

A passagem bíblica citada acima demonstra a situação que os judeus se encontravam, através da Diáspora, lançados em todos os cantos, de diversos países. Uma terra que já tinha identidade com o povo “escolhido”, decorrente da ligação dos antepassados que habitavam a região e haviam sido expulsos. O retorno dos judeus seria assegurado, de acordo com a prescrição bíblica, assim como o desenvolvimento de novos padrões de subsistência, conforme é citado no verso 16 do Livro de Jeremias.

O propósito da citação desses capítulos que mencionam a situação em que os judeus foram lançados através da Diáspora e o retorno a terra, não é o de justificar a criação do Estado de Israel com os preceitos bíblicos, mas apenas demonstrar como a identidade cultural israelense com a região estava presente no Velho Testamento e como ela vem sendo empregada pelos defensores da criação do Estado na Palestina. A demonstração dos antecedentes bíblicos sobre o povo judeu servirá como documento histórico das ligações religiosas com a nacionalidade judaica.

Contudo, a política sionista não é uma unanimidade entre os judeus. Os rabinos europeus entendiam que a ideologia promovida pelo sionismo “contrariava a ideia de uma nação judaica baseada nos laços espirituais, independentemente do local de residência, e trazia o judaísmo para o nível de uma ideologia secular, afastando-os dos verdadeiros princípios religiosos” (GATTAZ, 2003, p.28). O posicionamento desses rabinos não colocava em risco o projeto sionista, visto que muitas lideranças e entusiastas da política de ocupação da região não eram devotos religiosos e não se preocupavam com as consequências oriundas do processo de imigração para com a comunidade religiosa.

A história da criação do Estado de Israel, sobretudo a política nacionalista confunde-se com o que é apresentado no Livro Sagrado. Após a dispersão, o retorno do povo judeu à “Terra Prometida” estava assegurado nas passagens bíblicas, algo que vai além do resultado da simples criação humana de um Estado, mas uma predestinação gravada num livro (FERREIRA, 2002). A ideologia estadista apresentada por Ben-Gurion era subsidiada pelo conteúdo do Velho Testamento, e o Estado de Israel, como é concebido, deve existir pelo simples fato de estar escrito e decretado pelo que consideram mais sagrado. Trata-se de um fundamentalismo assegurado por aquilo que representa a história de um povo e de um sujeito, o judeu, conectado com a história de uma religião, a judaica.

## 5.2 O papel do Brasil na ONU e a criação do Estado de Israel

Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, países como a França e a Inglaterra exerciam forte domínio militar no Oriente Médio e norte da África. Na Palestina, o Mandato britânico contribuiu para a imigração em massa dos judeus para a região, entre 1920 e 1930, contrariando os interesses dos árabes e favorecendo a política colonialista dos sionistas, o que culminou em uma situação insuportável para os palestinos, que realizavam protestos, greves e ataques aos espaços ocupados pelos judeus e as instalações do governo mandatário britânico. No final de 1939, a Inglaterra não era mais um aliado para os sionistas, deixando a situação fora de controle, sem obter uma solução para a crise na Palestina, ao mesmo tempo em que ocorria a crescente imigração ilegal dos judeus e os constantes ataques provenientes dos sionistas contra os ingleses com o propósito de forçar o fim do mandato britânico da Palestina (GATTAZ, 2003).

Em 1947 a Palestina era palco de conflito generalizado entre colonos sionistas e a população árabe. Diante da situação de impasse para a solução de uma disputa que já durava anos, a Inglaterra resolve levar o assunto para a ONU, após as tentativas fracassadas de diálogo promovidas pela Comissão Anglo-Americana de Inquérito.

Em 28 de abril de 1947, atenta a política desastrosa do Mandato britânico na região e atendendo à solicitação dos ingleses, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu reunir com o propósito de achar uma solução para o conflito entre judeus sionistas e árabes, formando assim um comitê específico, o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), que seria o órgão encarregado da elaboração de um relatório para a Assembleia Geral, acompanhado de propostas apropriadas para a solução do problema na Palestina. Uma crítica realizada pelos palestinos ao comitê era de que este não mencionava em nenhum momento a independência do Estado palestino, ocasionando assim o descontentamento dos árabes sobre uma possível sugestão de solução para a causa (GATTAZ, 2003).

Foi eleito por unanimidade para presidir a Assembleia Geral o ministro plenipotenciário brasileiro Oswaldo Aranha (GRANADOS, 2008). Aranha era favorável ao Plano da Partilha da região, sendo considerado, por muitos israelenses, como um defensor de Israel. Sua trajetória na política externa remonta ao Estado Novo, quando foi ministro das relações exteriores e já demonstrava preocupação com questões relativas à causa judaica:

Aranha foi um dos principais responsáveis pela política que procurou restringir a imigração de judeus para o Brasil durante os anos em que estes foram obrigados a fugir do nazismo (...). Já como representante brasileiro na 1ª Assembléia Geral da

ONU em 1947, da qual foi eleito presidente pelo bom trânsito que tinha com norte-americanos e ingleses, Oswaldo Aranha foi orientado pelo Ministério das Relações Exteriores a defender a mesma posição que fosse assumida pelos Estados Unidos – e não especialmente a defender a posição sionista. Pode-se argumentar que ao favorecer o plano sionista de transferência dos refugiados judeus para a Palestina, Oswaldo Aranha tenha vislumbrado a possibilidade de que os judeus deixassem de imigrar para o Brasil. (...) Embora formalmente apoiando a causa sionista, portanto, suas verdadeiras motivações eram anti-semitas (GATTAZ, 2003, p.95).

Durante os pronunciamentos de parlamentares evangélicos na Câmara, foram diversas as oportunidades em que o nome de Oswaldo Aranha era mencionado como amigo do povo israelense. Com muito orgulho, os evangélicos observam o papel de Aranha na ONU, e de como isto reforça os laços entre ambos os países. Talvez desconhecendo as reais intenções do Brasil sobre a questão da partilha, os evangélicos acabam reproduzindo a ideia de um político que atuou na ONU, exclusivamente na defesa dos interesses dos judeus. Contudo, a história demonstra que o verdadeiro interesse era manter o país livre de uma possível imigração em massa dos judeus. Aranha foi o Ministro das Relações Exteriores durante o Estado Novo, mais precisamente entre 1938 e 1944, período marcado pelas maiores restrições à entrada dos judeus no Brasil que fugiam do nazismo na Europa. Diversas mensagens trocadas entre Oswaldo Aranha com as missões do governo brasileiro nos outros países comprovam esta posição e podem ser encontradas nos registros históricos do Itamaraty (CANCELLI, 1993; KURZMAN, 1988 apud GATTAZ, 2003).

Percebe-se que a influência norte-americana sobre a decisão do Brasil, assim com a de outros países na ONU, era constante. Muitos países foram ameaçados pelos Estados Unidos através de retaliações financeiras. Os membros da UNSCOP não chegavam a uma decisão unânime, visto que alguns países sugeriam a partilha da Palestina em dois estados, ao mesmo tempo em que uma minoria proporia a criação de um Estado federativo palestino. Votar contra a partilha representava o rompimento de relações econômicas com os EUA, votar a favor sinalizava a possibilidade de recompensa através de empréstimos especiais (GATTAZ, 2003).

Inicialmente a votação estava prevista para o dia 26 de novembro de 1947, porém, atento aos movimentos que circulavam nos bastidores da ONU, Oswaldo Aranha decide adiar por dois dias, cedendo assim a pressão dos lobistas sionistas que buscavam mais votos favoráveis ao plano de partilha. Foi durante este período que foi possível obter a posição favorável de países como a Libéria, o Taiti e Filipinas, que até a véspera da votação eram contrários à partilha (GATTAZ, 2003).

Apesar da situação de tensão nas Nações Unidas, com países apresentando propostas de suspensão da votação da Comissão *Ad Hoc*, ela ocorreu no dia 29 de novembro com o



seguinte resultado: 33 votos favoráveis à Resolução n° 181, 13 votos contrários, 11 abstenções e 1 ausência, o Sião (GRANADOS, 2008). Restava ainda montar uma comissão da ONU que estaria encarregada de ir até a Palestina para observar a partilha. Mais tarde, Oswaldo Aranha anunciaria que a comissão seria formada pela Bolívia, Tchecoslováquia, Dinamarca, Panamá e Filipinas. Como era de se esperar, os estados árabes contestaram imediatamente o veredicto da ONU (idem).

A atuação de Aranha enquanto presidente da Assembleia da ONU no momento da partilha é sempre lembrada pelos evangélicos nas ocasiões de aniversário da fundação do Estado de Israel. É verdade que Aranha atuou com perspicácia sobre o assunto, e soube manobrar diante dos acontecimentos. Sobre o papel do Brasil diante da partilha, a delegação brasileira na ONU declarava que o país desejava um plano que resguardasse a unidade política na região, mesmo que fosse na modalidade de um governo federal ou cantonal. Diante das tensões, o voto favorável do Brasil sobre a partilha estava cômico de que esta posição contava com o endosso das grandes potências, procurando sair de uma situação de inércia e buscando uma solução que almejasse progressos futuros para a região (PIMENTEL, 2002).

Todos esses elementos elencados pela delegação brasileira contribuíram para pautar a atuação de Aranha na presidência da sessão de 1947 das Nações Unidas. Conforme a análise de João Pimentel sobre o padrão de votação do Brasil na ONU diante das questões relacionadas ao Oriente Médio, na ocasião relativa à partilha da Palestina o desempenho de Aranha:

(...) empenhou-se para facilitar a obtenção de um consenso e desobstruir o arduo curso dos trabalhos, contribuindo para aprovar um plano que ele sabia imperfeito, mas que não deixava de atender aos interesses ocidentais e brasileiros. O desempenho do estadista assegurou ao Brasil um papel essencial na adoção da resolução n.181. (PIMENTEL, 2002, p.288).

Devido às circunstâncias ocasionadas com o fim do mandato britânico na Palestina, como alguns conflitos que ainda ocorriam em 1948, o Brasil somente reconheceu o Estado de Israel em 1949. Contudo, surgiram algumas mudanças na postura brasileira com Israel, adotando uma perspectiva mais pragmática sobre a política desempenhada pelos israelenses no Oriente Médio, fato este comprovado pela abstenção do Brasil em 1949 na votação que decidiria a admissão de Israel à ONU, em virtude dos fatos que contrariavam as prescrições da resolução n°181 que ocorriam em Jerusalém (PIMENTEL, 2002).

Apesar de essas informações serem negligenciadas pelos parlamentares evangélicos nos momentos de saudação do Estado de Israel e na ênfase do papel do Brasil para a consolidação deste estado, é importante destacar que não foram poucas as ocasiões que o

Brasil se postulou contrariamente aos interesses israelenses na região. Em vários momentos o Brasil votou favoravelmente às resoluções que condenavam Israel sobre a forma que o exército deste país tratava o povo palestino e os prisioneiros árabes, e também aos constantes ataques promovidos por Israel, desrespeitando o estatuto internacional de Jerusalém (SANTOS, 2002).

O governo militar brasileiro, em virtude dos interesses sobre o comércio do petróleo, também foi responsável por um realinhamento pragmático com os países árabes, distanciando-se cada vez mais de Israel. Contudo, a mudança mais significativa sobre a relação entre o Brasil e a Palestina ocorre em 1998, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso decide “elevar o *status* da representação palestina em Brasília, a fim de torná-lo mais compatível com a nova realidade política e geográfica instaurada no Oriente Médio” (PIMENTEL, 2002, p.294). A mudança na política externa brasileira com Israel também pode ser evidenciada nas várias Assembleias Gerais das Nações Unidas, onde o Brasil votou favoravelmente à Palestina em diversas situações.

Seguindo a contribuição de Pimentel (2002), no momento em que o autor estabelece um recorte de análise desde a atuação de Oswaldo Aranha como presidente da Assembleia da ONU em 1947 até o segundo mandato de FHC, sobre a questão do Oriente Médio, a ação do Brasil pode ser caracterizada na seguinte forma:

(...) a resultante da trajetória brasileira não se apresenta linear ou rígida, e sim flexível o bastante para adaptar-se a alterações do cenário interno e internacional. Ou seja, diante do tratamento dispensado pelas Nações Unidas às questões do Oriente Médio, a motivação essencial do nosso padrão histórico de votação é o esforço para adaptar a nossa atuação à percepção dos interesses do país perante a evolução dos fatos. (PIMENTEL, 2002, p.301).

As informações demonstram que ao contrário do que é difundido pelos políticos evangélicos, de que o Brasil sempre adotou uma postura pró-Israel, a atuação externa brasileira sempre foi marcada por mudanças de orientação diplomática, servindo-se de certo pragmatismo, na busca da satisfação dos seus interesses diante das diferentes conjunturas que se estabelecem na região. O Brasil mudou, e não foram em poucas as ocasiões, o seu padrão de votação nas questões voltadas para o Oriente Médio, favorecendo em vários momentos os países árabes em detrimento de Israel.

### 5.3 A postura dos evangélicos sobre o Estado de Israel

Na primeira seção deste capítulo, foram abordadas as justificativas provenientes dos sionistas que asseguravam as razões da criação do Estado de Israel. Muitas dessas afirmações categóricas são baseadas em antecedentes bíblicos, e, conseqüentemente, são exploradas pelos evangélicos brasileiros no momento que estes fundamentam o posicionamento favorável à política empreendida por Israel no Oriente Médio. Esta seção, através de um *clipping* realizado com os jornais e demais meios de comunicação, explorará a relação dos evangélicos com Israel, buscando entender o que a consolidação deste estado na região representa para os religiosos brasileiros e por que esta relação é tão amistosa.

Além das locuções adjetivas tipicamente religiosas atribuídas pelos deputados evangélicos a Israel, como “Terra Prometida”, “Milagre de Deus”, “Nação Escolhida”, entre outras, surgem outras qualificações no decorrer dos discursos identificados sobre o tema. Para os evangélicos, Israel representa um caso raro de país desenvolvido em um curto espaço de tempo, desenvolvimento este que surgiu na mesma região das raízes da crença e da fé. No plano político os evangélicos também não poupam elogios ao estado, citando este como um exemplo de democracia tolerante, e que deve, inclusive, ter o direito de se defender belicamente de qualquer ataque externo.

Todos esses elementos, ou qualidades, concedidas pelos evangélicos ao Estado de Israel, também são utilizados para fortalecer a ideia de que o Brasil precisa manter laços com o país do Oriente Médio. Nos diversos pronunciamentos oriundos dos parlamentares evangélicos, que serão destinados à análise discursiva a seguir, são citados inúmeros exemplos de como os israelenses desenvolvem suas tecnologias e de como uma parceria com esse país traria benefícios para o Brasil. A averiguação desses avanços tecnológicos e comerciais muitas vezes é realizada pelos próprios parlamentares evangélicos nas comitivas realizadas ao país do Oriente Médio.

Sobre esse ponto, a deputada federal Fátima Pelaes (PMDB-AP), que faz parte da Frente Parlamentar Evangélica e pertence à Igreja Assembleia de Deus, em virtude de visita realizada ao país em 2013, na ocasião do aniversário do Estado de Israel, admite a importância desta parceria:

O povo judeu tem grande carinho pelos brasileiros e muita vontade de investir em nosso país. Muitas das tecnologias implantadas no Brasil, principalmente na agricultura, foram compartilhadas por israelenses. Israel é o diamante da democracia no centro do Oriente Médio e a democracia deve ser defendida a todo custo pelo

bem da humanidade. (PELAES, Fátima. 66 anos do Estado de Israel será comemorado na Câmara dos Deputados).

Seu discurso ocorreu durante a solenidade de comemoração aos 66 anos do Estado de Israel, na Câmara dos Deputados. A deputada idealizou o evento por ocasião de sua participação no *Chairman's Conference 2013*, atividade promovida pela *Israel Allies Foudantion*, organismo que reúne parlamentares de todos os países pró-Israel, e que afirmam atuar na defesa de princípios cristãos. Para Pelaes, as atividades de comemoração são importantes para assegurar os vínculos religiosos, diplomáticos e comerciais existentes entre Brasil e Israel, contudo, segundo a parlamentar, esses laços precisam ainda ser estreitados. Cabe destacar que a solenidade foi promovida na Câmara e contou com o apoio do Fórum Evangélico Nacional Ação Social e Política (Fenasp), da Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab), da Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil (Apeb) e da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)<sup>47</sup>.

A ênfase dada pelos deputados federais evangélicos sobre Israel é notória, sobretudo pela participação nas comitivas organizadas até o país do Oriente Médio, na visita à embaixada israelense, na organização de eventos, principalmente nas comemorações de aniversário de Israel, e nos pronunciamentos no plenário da Câmara. No primeiro número da revista da Frente Parlamentar Evangélica, lançada em novembro de 2004, já era perceptível essa aproximação. A revista registra uma visita realizada pelos integrantes da FPE à embaixada em novembro de 2003, sendo recebidos pelo embaixador Daniel Gazit. O propósito da visita era garantir o estreitamento dos laços entre os países e a promoção de um intercâmbio cultural. Na ocasião, o presidente da FPE na época, o deputado Adelor Vieira (PMDB-SC) reforçou a intenção de os evangélicos criarem uma Comissão de Assuntos de Israel, responsável pela organização de atividades culturais, educacionais e no fomento de relações (REVISTA DA FPE, 2004, p.17). Sobre o encontro na embaixada, o deputado Pastor Reinaldo (PTB-RS) registra a admiração por Israel e o papel do Brasil em nota no Jornal da Câmara:

Ressaltamos a posição firme do governo brasileiro em defesa da convivência pacífica entre palestinos, árabes e judeus no Brasil, no Oriente Médio e em outros países, que deve ser considerada e fomentada quotidianamente. (JORNAL DA CÂMARA, 2004, p.5).

---

<sup>47</sup> Informações obtidas em: <http://www.pmdbmulher.org.br/camara-dos-deputados-comemora-66-anos-do-estado-de-israel/>. Acesso em: 12 ago. 2014.

Ainda no mesmo número da revista da FPE, é dedicada uma matéria sobre a visita realizada por integrantes da FPE ao país em janeiro de 2004. A missão oficial em Israel contou com a presença de senadores, deputados federais, representantes da Confederação Israelita do Brasil (CONIB) e da Federação Israelita de São Paulo. O propósito da viagem era estreitar a relação entre Brasil e Israel, sendo que, de acordo com os evangélicos, Israel representa o único país com regime político democrático semelhante ao brasileiro (Idem). De acordo com a matéria, a FPE assumiu duas missões perante Israel:

Uma delas é levar a versão oficial do conflito milenar que impera na região, divulgando os fatos reais, a verdadeira versão do conflito. A outra missão é promover a paz entre os povos judeu e árabe que vivem no Brasil, juntamente com a Frente Parlamentar Brasil/Israel. Os evangélicos serão o elo de ligação para promover um acordo de paz (REVISTA DA FPE, 2004, p.23).

De acordo com o trecho, os evangélicos assumem que a versão apresentada sobre os conflitos na região não é fidedigna, cabendo aos observadores religiosos o papel de levar a verdade sobre os fatos que ocorrem no Oriente Médio. Os parlamentares também tomam para si a tarefa complexa de estabelecer um acordo para garantir a paz na região. Além dessas missões, a FPE se encarregou de promover um intercâmbio científico entre os países, com o propósito de desenvolver parcerias tecnológicas, sobretudo no campo da agricultura e da informática.

Em uma das outras ocasiões de visita à Embaixada, o deputado Roberto de Lucena<sup>48</sup> (PV-SP), a convite do embaixador Giora Becher em maio de 2011, representou a FPE e demonstrou o apreço da frente pela comunidade israelense. De acordo com o parlamentar, o objetivo da visita era demonstrar a importância do estabelecimento de laços entre Brasil e Israel:

Estou a serviço do meu país e espero, em nome do Brasil, poder contribuir com meu trabalho, seja na Comissão de Relações Exteriores, através da vice-presidência da Frente Parlamentar Evangélica e da vice-liderança do Partido Verde, para o processo de paz no Oriente Médio e no mundo. (NOTÍCIAS DO MANDATO, Embaixada de Israel recebe a visita do Deputado Roberto de Lucena<sup>49</sup>).

Saudada pelo embaixador, a atitude de Lucena demonstra a afinidade entre os parlamentares evangélicos e as questões relacionadas ao estado israelense. Na mesma circunstância, foi discutida a importância do trabalho que vem sendo desempenhado pela FPE

---

<sup>48</sup> Roberto de Lucena é membro da Igreja Brasil para Cristo, denominação pentecostal fundada em 1955 com presença em países da América Latina, Europa e Estados Unidos.

<sup>49</sup> Disponível em: <http://robertodelucena.com.br/embaixada-de-israel-recebe-a-visita-do-deputado-roberto-de-lucena.html/>. Acesso em: 08 set. 2014.

na Câmara e no Senado no trato das questões pertinentes ao estado, principalmente no apoio às posições políticas de Israel sobre a solução dos conflitos na região. Para Lucena, a criação da Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel garante o fortalecimento da relação entre os países, assim como a continuidade das manifestações favoráveis ao estado israelense promovidas no plenário da Câmara.

Em abril do mesmo ano, foi realizado um jantar especial na Embaixada de Israel com o propósito de homenagear a FPE. No evento, que contou com a presença de parlamentares evangélicos, pastores e bispos e outros representantes das denominações pentecostais, foram realizadas falas de apoio ao Estado de Israel e também do papel que a nação vem desempenhado na região. Foi durante esta ocasião que foi realizada a primeira oração promovida por um membro da comunidade evangélica dentro da Embaixada. Coube ao Apóstolo Doriel de Oliveira, conforme menciona o seu portal de notícias<sup>50</sup>, proferir a oração para abençoar o Estado de Israel. Doriel de Oliveira é membro fundador da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, entidade deuteropentecostal fundada em 1964, e que hoje é chamada Catedral da Bênção. Doriel possui grande influência dentro da FPE, mantendo contato também com diversos deputados estaduais. Costuma realizar atividades de peregrinação em Jerusalém para promover a sua doutrina.

O momento de oração, de um pastor dentro de uma embaixada, contribui para asseverar o forte vínculo político-religioso entre evangélicos e Israel nas questões voltadas para a atuação deste estado na região, e também para corroborar uma necessária aliança entre os países. O fato de “abençoar” a nação, considerada como especial, comprova o que ela representa para a ideologia pentecostal, uma nação que precisa ser ungida, pela sua história e por também ser um potencial parceiro de uma nação que também é simpática, conforme é mencionado pelos evangélicos, aos ensinamentos oriundos do povo judeu. É importante observar que esta aproximação, entre evangélicos e israelenses, até mesmo quando são mencionados discursos de natureza confessional, se dá no plano político, ou seja, nas circunstâncias que aproximam políticos e diplomatas israelenses com os evangélicos. Na coleta e leitura dos noticiários (neo)pentecostais, não foram identificadas atividades que reúnam adeptos do judaísmo, rabinos ou membros das sinagogas brasileiras com os evangélicos.

Ainda sobre a atividade promovida pela Embaixada de Israel, além de contar com a presença do embaixador, também estava presente a ministra de agricultura e desenvolvimento

---

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.apostolodoriel.com.br/?p=1151>. Acesso em: 13 set. 2014.

rural de Israel, Orit Noked. Saudada pelos parlamentares da FPE, nas palavras do deputado federal João Campos (PSDB-GO), o jantar serviu para demonstrar como a frente evangélica vem atuando no combate de propostas de lei que tramitam no Congresso, entendidas como prejudiciais e que vão de encontro aos fundamentos religiosos, sobretudo nas tentativas de ferir os ensinamentos bíblicos sobre a família, buscando dissolver ainda mais essa instituição entendida como sagrada, na concepção evangélica. A atividade, segundo Campos, representou um momento importante e necessário para garantir uma relação afetiva entre a FPE e a embaixada de Israel<sup>51</sup>.

Geralmente os encontros entre parlamentares evangélicos e membros da comunidade judaica são marcados por atividades que mobilizam discursos de louvor, honrarias e toda uma gama de atividades simbólicas, ressaltando o papel de ambos. Em uma dessas circunstâncias, de acordo com a notícia de agosto de 2011 da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, para homenagear o trabalho desempenhado e os serviços prestados pela Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz na Terra Santa (FRENPAZBRIL), o embaixador de Israel, Giora Becher, resolveu entregar monções de Louvor aos membros e parceiros da FPE<sup>52</sup>.

O estreitamento das relações entre evangélicos e israelenses também foi observado nas visitas que embaixadores realizam aos gabinetes na Câmara dos Deputados. O deputado federal Anthony Garotinho (PR-RJ) descreve um desses encontros:

Recebi em meu gabinete o Rafael Eldad, Embaixador de Israel no Brasil, Rafael Eldad e eu ratificarmos o nosso compromisso com a FRENPAZBRIL, Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela paz no Congresso Nacional, da qual sou o presidente. Tivemos uma conversa muito agradável; o Embaixador, por sinal já fala muito bem o português, e definimos os trabalhos que a FRENPAZBRIL realizará daqui para frente (BLOG DO GAROTINHO<sup>53</sup>, 2011).

As notícias relatam a atenção da comunidade israelense brasileira e internacional sobre os trabalhos da FRENPAZBRIL no Congresso e os demais compromissos da FPE com as questões relativas ao Estado de Israel.

---

<sup>51</sup> Fonte: <http://www.joaocampos.com.br/embaixador-giora-becher-e-a-ex-ministra-orit-noked-de-israel-recebem-parlamentares-evangelicos-em-jantar/>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>52</sup> Receberam honrarias os seguintes parlamentares: Senador Marcelo Crivella, Deputado João Campos, Deputado Paes Landim, Pr. Pedro Ribeiro, Ex-Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado André Zacharow, Deputado Pastor Benedito Domingos, Deputado Luiz Otávio, Deputado Silas Câmara, Ex-Deputado Talmir Rodrigues, Deputado George Hilton e ao Pastor. Pedro Laurindo, este último não faz parte da FPE, mas possui boa influência com os parlamentares evangélicos e com a comunidade israelense. Disponível em: [http://www.fisemg.com.br/?pg2=noticias\\_interna&local=1&id=56](http://www.fisemg.com.br/?pg2=noticias_interna&local=1&id=56). Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>53</sup> Informação disponível em: <http://blogdogarotinho.com.br/lartigo.aspx?id=8986>. Acesso em: 14 set. 2014.

#### 5.4 A Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel pela Paz (FRENPAZBRIL)

Em 17 de outubro de 2007 foi lançada na Câmara dos Deputados a FRENPAZBRIL. O ato de lançamento ocorreu durante a 1ª Conferência Brasileira pela Paz, e contou com a presença de representantes internacionais, parlamentares, missionários, pastores e rabinos. No momento de sua fundação, a frente era presidida pelo deputado Dr. Talmir (PV-SP) e contava com 225 parlamentares, sendo que 28 eram evangélicos, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 3 - Deputados e Senadores evangélicos na FRENPAZBRIL

<b>Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Bispo Antônio Bulhões	PMDB	SP
Bispo Rodovalho	DEM	DF
Cleber Verde	PRB	MA
Dr. Antônio Cruz	PP	MS
Dr. Adilson Soares	PR	RJ
Dr. Nechar	PV	SP
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Francisco Rossi	PMDB	SP
George Hilton	PP	MG
Gilmar Machado	PT	MG
João Campos	PSDB	GO
João Oliveira	DEM	TO
Jurandy Loureiro	PSC	ES
Léo Vivas	PRB	RJ
Lincoln Portela	PR	MG
Lindomar Garçon	PV	RO
Manato	PDT	ES
Marcos Antônio	PRB	PE
Natan Donadon	PMDB	RO
Neilton Mulim	PR	RJ
Neucimar Fraga	PL	ES
OnyxLorenzoni	DEM	RS
Pastor Manoel Ferreira	PTB	RJ
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Silas Câmara	PSC	AM
Takayama	PSC	PR
Zequinha Marinho	PSC	PA
Senador Magno Malta	PR	ES

Fonte: Requerimento – Câmara dos Deputados.

A FRENPAZBRIL foi criada para contribuir na chamada “diplomacia de cooperação” interparlamentar, promovendo debates que tenham como foco o estímulo da cultura da paz, bem como uma produção parlamentar harmonizada com questões relacionadas ao Oriente Médio (REQUERIMENTO FRENPAZBRIL, 2007). Para a frente, o Estado de Israel



representa um caso exemplar de diplomacia firme, que se insere com eficiência no cenário internacional, e que deve ser considerado como um potencial aliado do país.

Sobre a política brasileira com Israel, de acordo com os proponentes da frente, ainda existem muitos eventos a serem feitos para promover a interação na diplomacia interparlamentar. Essa influência recíproca nas questões interparlamentares deverá ter como objetivo o alcance das aspirações externas do Brasil, ou seja, uma participação comercial mais ativa e que seja resultante da presença política do país em seminários, conferências, simpósios, fóruns, promovidos pelos países e também por organizações de caráter internacional como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os membros da FRENPAZBRIL entendem que uma das principais funções da frente é o trabalho que garantirá uma maior aproximação política entre Brasil e Israel e que os parlamentos, de ambos os países, possuem um elevado grau de responsabilidade para garantir esta aliança, estabelecendo a diplomacia parlamentar como um importante instrumento da política externa brasileira. A FRENPAZBRIL defende que a sua postura deve ser voltada para o desenvolvimento e segurança global, entendendo que as relações bilaterais serão beneficiadas pela promoção da cultura da paz na Terra Santa e no Mundo (Idem, 2007).

Para intensificar o diálogo e a colaboração entre Brasil e Israel, obedecendo aos princípios das Cartas Magna de ambos os países e as resoluções aceitas na ONU, a FRENPAZBRIL se propõe a discutir os seguintes pontos:

- a) Estabelecer procedimentos para consultas os entre os dois Poderes Legislativos – Congresso Nacional Brasileiro e Knesset (Parlamento Israelense) que constituirão mecanismo Político/Diplomático visando à promoção do diálogo entre as duas nações e no Oriente Médio. Essas consultas examinarão as relações bilaterais e outros assuntos regionais e internacional, estimulando a educação para paz e valorização da tolerância, em especial, nas áreas da paz;
- b) As consultas serão realizadas quadrimestralmente ou quando provocada por uma das partes, por suas Diretorias ou por quaisquer dos seus membros da Frente Parlamentar Cristã Brasil – Israel pela Paz (FRENPAZBRIL) designados por elas em Brasília e Jerusalém, com vistas a acompanhar e/ou revisar a implementação dos acordos internacional e bilaterais e trocar informações sobre temas de interesse mútuo, no âmbito da agenda internacional;
- c) As partes deverão determinar previamente, por consenso mútuo e por meio da Diplomacia Parlamentar, os níveis, agenda, tempo e local para realizar as consultas (REQUERIMENTO FRENPAZBRIL, 2007, p.3).

De acordo com o documento, caberá aos parlamentares brasileiros e israelenses estimular a cooperação, buscando o contato com as instituições de cada país, revelando as experiências sobre as relações internacionais, especialmente nas seguintes áreas: econômica, política, cultural, educacional, religiosa, histórica e da paz. A FRENPAZBRIL, segundo seus integrantes, representa um mecanismo de mobilização, articulação e interação, resultante de

um esforço supraparlamentar que unificará forças ao redor de ações que tenham como prioridade promover a paz em Israel e no Mundo.

Em dezembro de 2007, durante a sessão de homenagens, foi realizado o transcurso do 60º aniversário da Resolução nº181, da Assembleia da ONU, que estabelecia a criação do Estado de Israel. Naquela ocasião, o deputado Dr. Talmir Rodrigues (PV-SP) resolveu pronunciar um discurso voltado para a celebração do sexagésimo aniversário de Israel, citando a história do país, o papel da ONU e de Oswaldo Aranha. Além desses temas, o parlamentar citou a criação e instalação da FRENPAZBRIL, demonstrando o orgulho de presidir a frente e de contar com o apoio de pastores. No discurso do deputado, fica claro que o desempenho da frente representa uma continuidade do trabalho desempenhado por Aranha, enquanto presidente da Assembleia da ONU, visto que a votação garantiu o retorno dos israelenses à “Terra Prometida”. Talmir Rodrigues não poupou elogios ao desempenho de Aranha durante o seu pronunciamento, conforme evidencia o seguinte trecho:

Em 1947, o chamamento à pátria judaica ecoou em mais de setenta países. Era como se aqueles peregrinos estivessem ouvindo o toque do shofar, instrumento de sopro usado pelos judeus para alertá-los, entre outros motivos, para o arrependimento e para a batalha. Senhoras e Senhores Deputados, embora o tema deste pronunciamento e desta celebração diga respeito aos interesses de um povo estrangeiro, o Brasil pode se orgulhar de haver participado em um momento decisivo de todo esse processo. A cerimônia que finalmente aprovou a Resolução nº 181 foi presidida por Oswaldo Aranha, cujo trabalho de convencimento entre os países-membros foi decisivo para a aprovação do Estado de Israel. Chefe de Delegação brasileira, o nobre estadista enfrentou uma árdua ação diplomática com inteligência e lucidez e, ao final, 33 (trinta e três) votos sim, 13 (*treze*) não e 10 (*dez*) *abstenções* à proposta coroaram todo o seu esforço, cujo resultado é motivo de grande alegria entre os integrantes da nação judaica. (...) Para finalizar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não podemos nos referir à nação judaica, cuja história em muito ultrapassa as seis décadas de Constituição formal do Estado de Israel, sem mencionar o Deus criador, ou o Eterno, como preferem chamá-lo os judeus. Dep. Dr. Talmir Rodrigues, PV - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 14/12/2007, Sessão: 352.1.53.O / HO).

O pronunciamento de Dr. Talmir apresenta vários elementos expostos anteriormente pelos defensores da criação do Estado de Israel, pois estabelece a união entre as discussões que estavam sendo promovidas no âmbito da Assembleia da ONU em 1947, com elementos de natureza simbólica religiosa, “toque do shofar”, “Deus criador”, e também o papel dos brasileiros na ONU na aprovação da resolução 181, atribuindo ao estadista Oswaldo Aranha a responsabilidade por conduzir prudentemente a votação da criação do Estado. Sequer são mencionadas pelo deputado as verdadeiras intenções do Brasil sobre a partilha na região da Palestina. Aranha é sempre visto como um “herói” de uma nação por ter atuado favoravelmente na criação do Estado de Israel. Contudo, os objetivos, citados anteriormente

neste capítulo, são ignorados durante o discurso de Dr. Talmir, assim como também é ignorado em todos os discursos provenientes de parlamentares evangélicos sobre o tema.

Ainda sobre o trabalho desempenhado pela FRENPAZBRIL, em 2008 a organização fez parte do II Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural e Científico “HAVERIM DE ISRAEL SHALON SOBRE JERUSÁLEM” representando a Câmara dos Deputados. Na ocasião, foi designada uma delegação que participou das atividades comemorativas da criação do Estado de Israel e também das discussões com os parlamentares israelenses sobre questões comerciais, culturais, sociais, turísticas e de pesquisa, aprofundando os acordos sobre projetos científicos e tecnológicos entre os países através da participação de audiências com o Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel. Walter Pinheiro, deputado vinculado à FPE, fez parte da comitiva encarregada de aproximar os países na execução de projetos voltados para a agricultura e a biossegurança (REQUERIMENTO, 08/2008<sup>54</sup>).

### 5.5 O discurso evangélico sobre Israel

Obedecendo aos critérios de análise e recorte temporal da tese, a busca por pronunciamentos de deputados evangélicos sobre o tema compreendeu o período de fundação da FPE, em 2003, até o último ano da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Por meio de pesquisa na seção destinada aos discursos e notas taquigráficas no site da Câmara, utilizando os seguintes termos simples e compostos: “Israel”, “Estado de Israel”, “Palestina” e “FRENPAZBRIL”, foram identificados 565 pronunciamentos contendo estes termos. Foram utilizados os operadores AND ou NEAR na pesquisa avançada da página para identificar discursos que apresentavam mais de um termo, próximos ou adjacentes um do outro, e o operador OR para identificar discursos que continham um dos termos pesquisados ou ambos. Dentre os 565 discursos coletados, 70 são provenientes de parlamentares evangélicos. A maioria, 28 pronunciamentos, é oriunda de deputados vinculados à Igreja Assembleia de Deus. Em segundo lugar estão os batistas, com 16 pronunciamentos e, em terceiro, os membros da IURD, com 10 pronunciamentos.

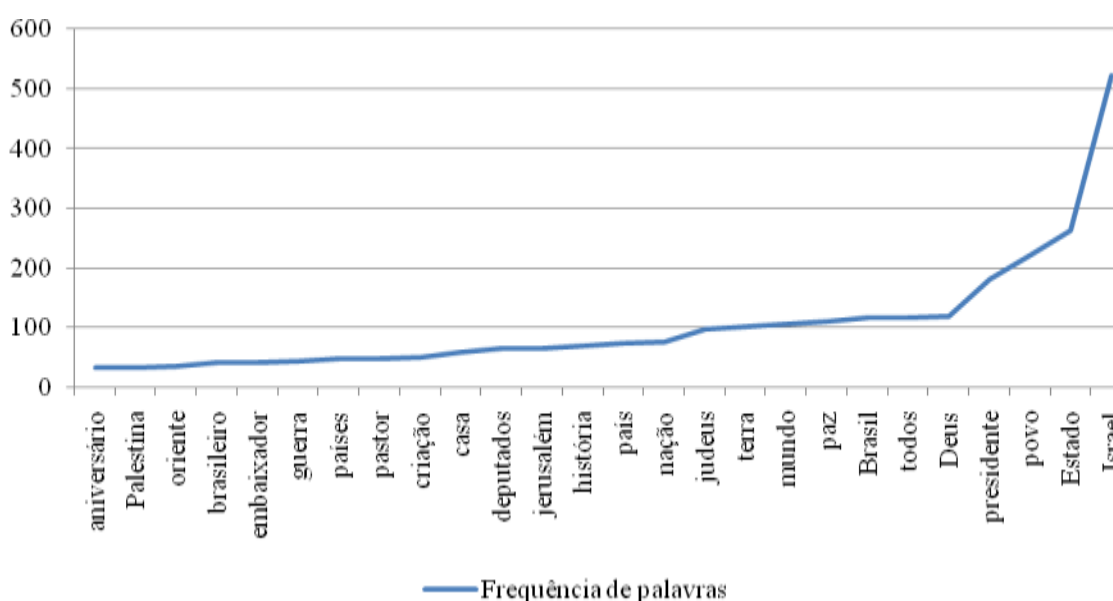
A maioria dos discursos de evangélicos e não evangélicos sobre Israel ocorreu durante as ocasiões de comemoração da fundação do estado israelense. Nas raras exceções que surgem fora deste período, os pronunciamentos se ocupam de mencionar o papel de Israel na região do Oriente Médio, assim como a capacidade do país como potencial parceiro

---

<sup>54</sup> Fonte: [www.camara.gov.br/sileg/integras/597297.pdf](http://www.camara.gov.br/sileg/integras/597297.pdf)

tecnológico do Brasil. Também são citadas as experiências dos parlamentares evangélicos durante as visitas ao país. A recorrência de discursos que mencionam a criação do “Estado”, o papel do “Brasil” a “história do povo”, a saga dos “judeus” e a construção da “nação”, foi identificada em diversas ocasiões durante os pronunciamentos de parlamentares evangélicos, como demonstra o gráfico de termos a seguir:

Gráfico 4 – Frequência de termos utilizados (em números absolutos) pelos deputados federais evangélicos sobre Israel



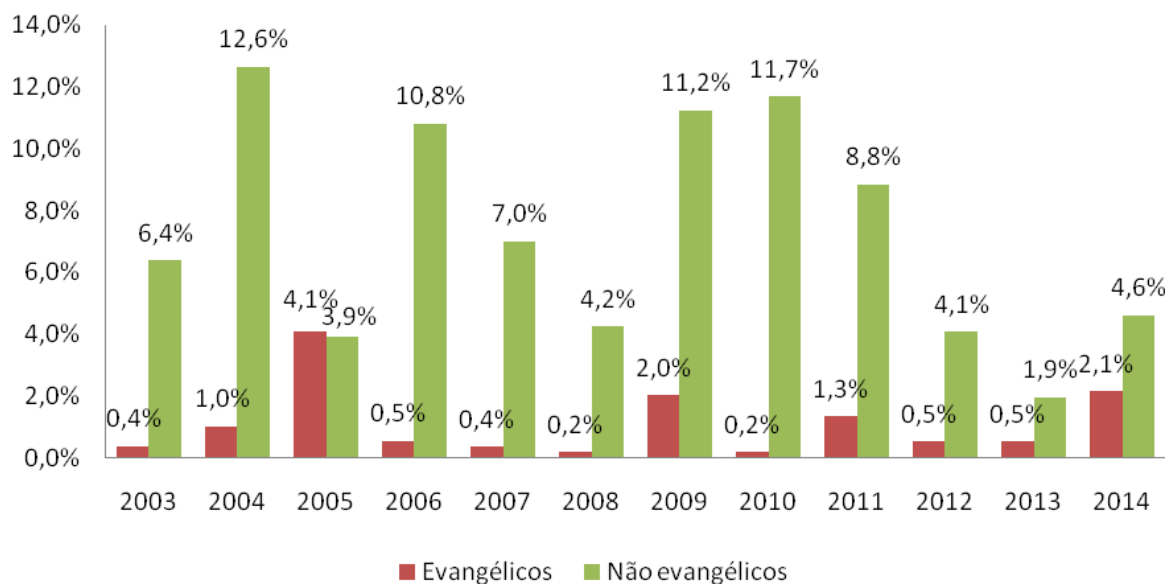
Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como pode ser identificada no gráfico, a palavra “Presidente” é recorrente devido à utilização abundante nas circunstâncias em que os parlamentares se dirigem ao presidente da Câmara durante o momento regimental.

A frequência de termos auxilia na demonstração das temáticas mais exploradas sobre determinado assunto, assim como a associação de determinados termos no momento da fala. Como não poderia ser de outra forma, o termo “Israel” é o mais utilizado durante os discursos. As palavras: “Estado”, “Povo”, “Presidente”, “Deus”, “mundo” e “Judeus” também aparecem constantemente. Percebe-se, ainda, a inexpressiva recorrência do termo “Palestina” nos discursos provenientes de parlamentares evangélicos, evidenciando o desinteresse ou desconhecimento sobre a configuração do Estado na região.

O gráfico a seguir apresenta os períodos que os discursos sobre Israel são verificados com maior intensidade durante as sessões legislativas.

Gráfico 5 – Pronunciamentos sobre Israel na Câmara dos Deputados (2003 – 2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Observa-se que 2005 foi o único ano que apresentou maior número de discursos provenientes de parlamentares evangélicos sobre o tema em comparação com os não evangélicos. Boa parte dos pronunciamentos ocorreu durante a sessão solene que homenageou o 57º aniversário da criação do Estado de Israel. Os anos de 2009, 2011 e 2014 também evidenciaram uma significativa parcela de pronunciamentos oriundos de parlamentares evangélicos. Sobre os discursos no período investigado, um fato incomum ocorrido é que no ano da fundação da FRENPAZBRIL, 2007, foram identificados poucos pronunciamentos sobre Israel, apenas 0,4% dos parlamentares evangélicos abordaram o tema.

Conforme mencionado anteriormente, a maioria dos discursos ocorre durante as sessões solenes de homenagem da criação do Estado de Israel e também da data de elaboração e aprovação da Resolução nº 181 da ONU. Os fragmentos a seguir demonstram a recorrência dos termos utilizados pelos deputados da FPE nestas ocasiões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 29 de novembro comemoramos o 56º aniversário de aprovação da Resolução nº 181, da Organização das Nações Unidas, que permitiu a criação do Estado de Israel. Impelido por sua tradição religiosa e por suas ligações culturais, o bravo povo judeu lutou durante gerações para se estabelecer em sua própria terra. Já em 1897, o Primeiro Congresso Sionista proclamou o direito desse povo de se fixar no seu próprio país. Estavam, assim, lançadas as bases da conexão entre os judeus e sua verdadeira pátria: Israel. (...) Como coroamento dessa luta, no dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU, presidida, naquela oportunidade, pelo brasileiro, Ministro Oswaldo Aranha, aprovou a Resolução que determinou o estabelecimento de um Estado Judeu, em Eretz-Israel, que foi oficialmente proclamado em 14 de maio de 1948. (...) O Estado de Israel, estabelecido como a nação independente do povo judeu em

sua "Terra Prometida", é baseado nos princípios da liberdade, da justiça e da paz.(...) Tivemos, recentemente, oportunidade de manifestar a nossa admiração pela incansável luta do povo judeu pela paz e pela consolidação de sua nação, ao participar da Audiência da Frente Parlamentar Evangélica com o Embaixador de Israel, Daniel Gazit, ocasião em que reafirmamos, em nome do Congresso Nacional, a necessidade de estreitar o relacionamento Brasil/Israel e de fomentar o intercâmbio cultural entre os dois países.(...) Ressalto, mais uma vez, a importância do relacionamento permanente entre estas 2 nações democráticas, em função dos laços históricos, religiosos, culturais, sociais e políticos que unem Israel, berço do cristianismo, e o Brasil, nação de reconhecida formação cristã. Dep. Pastor Pedro Ribeiro, PMDB – CE (Diário da Câmara dos Deputados, 22/12/2003, Sessão: 010.2.52.E / PE)

O Estado de Israel completa hoje 57 anos de fundação. Mas a saga do povo judeu, vivamente narrada no Antigo Testamento, emerge de tempos imemoriais, desde que o patriarca Abraão deixou Ur, em busca da Terra Prometida. É uma história de luta e, principalmente, de resistência. (...) Assim, onde quer que esteja, cada judeu é, antes de tudo, um habitante do Israel prometido. (...) Em nome da Liderança do PMDB, expresso o mais profundo respeito à saga do povo judeu, além de manifestar nosso grande apreço ao Estado de Israel, por ocasião da passagem dos 57 anos de sua criação. Parabéns a Israel e *Shalom* para todos!. Dep. Vieira Reis, PMDB – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 15/06/2005, Sessão: 130.3.52.O / HO )

Por que é significativo e digno ser lembrado e celebrado por nós, brasileiros, e por nós, Parlamentares, os 66 anos do Estado de Israel? A resposta é simples: assim como em 1947, o nosso querido e honrado Oswaldo Aranha, o então chefe da delegação brasileira das Nações Unidas e presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, defendeu a criação do Estado, por convicção de que era o certo a ser feito. Nós, nesta Câmara, também o defendemos, e acreditamos que o contrário não poderia ser. (...) Falo do povo israelense, porque ele não é só o povo judeu. Tal como a sociedade brasileira, a sociedade israelense é composta por várias etnias, religiões e culturas. (...) Hoje não temos de olhar muito longe para enxergar a contribuição israelense nas nossas vidas. Olhem para os vossos computadores e muito provavelmente verão que um dos aplicativos ou dispositivos da memória externa é de origem israelense. Olhem para os nossos hospitais e farmácias e verão que alguns equipamentos, medicamentos são de origem israelense. Olhem para os nossos campos cultivados e verão que os sistemas de cultivo e irrigação usam tecnologia de origem israelense. Olhem para os nossos sistemas de defesa do nosso território nacional e fronteiras e observarão que muitos desses sistemas são de origem israelense. A existência desse querido Estado não tem existido sem batalhas e desafios, sem seus antagonistas e adversários. Deputada Rosinha da Adefal, PTdoB – AL (Diário da Câmara dos Deputados, 21/05/2014, Sessão: 144.4.54.O / HO )

O pronunciamento do deputado Pastor Pedro Ribeiro traz todos os elementos presentes na maioria dos discursos sobre Israel, o entendimento da nação enquanto “Terra Prometida”, o papel desempenhado pelo Brasil, na figura de Oswaldo Aranha na ONU, e a capacidade de Israel como parceiro do Brasil. O trecho foi selecionado por este propósito, apresentar todas as características contidas nos discursos sobre o tema que emanam de deputados evangélicos. O segundo pronunciamento evidencia os argumentos de natureza religiosa presentes nos discursos dos evangélicos, baseadas principalmente no Antigo Testamento, na construção das narrativas sobre o povo judeu. O terceiro pronunciamento representa aquilo que pode ser denominado como a guinada que ocorre em algumas circunstâncias onde o assunto emerge.

Deixando de lado as justificativas bíblicas sobre a criação do Estado, os parlamentares começam seus discursos exaltando a história do povo judeu e o papel do Brasil na ONU, mas concluem afirmando que o país representa um importante aliado no desenvolvimento de tecnologias em diferentes áreas, gerando híbridos de justificativas sobre o papel do Estado de Israel, a política externa brasileira com o país do Oriente Médio e o desempenho tecnológico e, conseqüentemente, o seu aproveitamento. Esses assuntos e suas imbricações serão explorados mais adiante para demonstrar as relações interdiscursivas que ocorrem no interior dos pronunciamentos sobre o tema.

Os discursos sobre Israel provenientes de parlamentares evangélicos serão investigados através da análise de três termos conectores que constituirão as formações discursivas, e que juntos sustentam o posicionamento dos evangélicos sobre o tema dentro de um espaço de produção previamente delimitado, ou seja, Israel como “Terra Prometida”, Israel como “potencial parceiro” e a figura de “Oswaldo Aranha” na criação do Estado, este último entendido como símbolo da amizade histórica entre Brasil e Israel.

A seguir será apresentada uma tabela contendo o primeiro rótulo atribuído a Israel pelos parlamentares evangélicos seguida dos fragmentos dos pronunciamentos identificados durante as sessões:

Tabela 4 – Pronunciamentos de parlamentares evangélicos com a utilização do termo “Terra Prometida”

Parlamentar	Fragmento
Pastor Pedro Ribeiro (PMDB – CE)	“O Estado de Israel, estabelecido como a nação independente do povo judeu em sua "Terra Prometida", é baseado nos princípios da liberdade, da justiça e da paz”.
Pastor Reinaldo (PTB – RS)	“feliz e forte vínculo entre o Brasil e Israel, que há 57 anos vem se consolidando, a tal ponto que criou em nós, cidadãos brasileiros, especialmente os cristãos, um carinho muito especial pela "terra prometida", como é afavelmente conhecida a Nação de Israel no meio evangélico.”
Milton Cardias (PTB – RS)	“Quando os judeus saíram do Egito em direção à terra prometida, estavam próximos dos 3 milhões de pessoas”.
Neucimar Fraga (PL – ES)	“Durante os longos anos de dispersão, o povo judeu jamais rompeu ou esqueceu sua ligação com sua terra”.
Adelor Vieira (PMDB – SC)	“...reconhecimento e a solidariedade às legítimas aspirações do povo judeu em sua longa jornada em defesa da própria vida, da liberdade e do direito de existência do Estado de Israel, terra prometida a Abraão e à sua descendência”.
Vieira Reis (PMDB – RJ)	“Mas a saga do povo judeu, vivamente narrada no Antigo Testamento, emerge de tempos imemoriais, desde que o patriarca Abraão deixou Ur, em busca da Terra Prometida”.
João Batista	“Foram séculos e séculos de sonho com a Terra Prometida há mais

(PFL – SP)	de 3 mil anos. Pelo poder de Deus e pela fé de Moisés, o grande líder, os hebreus foram libertos da condição de escravos no Egito e partiram em busca da promessa e do seu estabelecimento como nação numa "terra que emana leite e mel", como previsto na Escritura Sagrada”.
João Campos (PSDB – GO)	“Muitos não supunham que, por profundo desejo de liberdade e justiça, assim como por vontade atávica impressionante, enormes contingentes humanos se mobilizassem de pronto a caminho de Canaã, a Terra Prometida, assim chamada, segundo a tradição, pela promessa de Deus aos descendentes dos patriarcas Abraão, Isaque e Jacó”.
Isaías Silvestre (PSB – MG)	“A história do povo judeu, remontando aos primórdios da civilização, é a saga de um povo oprimido, cuja história e utopia se constituíram em torno da Terra Prometida”.
João Mendes de Jesus (PSL – RJ)	“Israel quer paz, os israelenses querem paz. Há milênios o povo judeu peregrinou mundo afora, quando Moisés, por 40 anos, buscou, intrepidamente, para seu povo, a terra prometida por Deus”.
Cleber Verde (PRB – MA)	“Na oportunidade, transmitimos à nação judaica, em nome do Partido Republicano Brasileiro, as merecidas saudações e a expressão justa de admiração e respeito, considerando a magnitude de sua contribuição à humanidade, o imenso legado da história e da cultura, que engrandecem a causa sionista, as lutas, os sacrifícios e as perdas irreparáveis para a concretização do sonho de retorno à Terra Prometida”.
Costa Ferreira (PSC – MA)	“Em 14 de maio de 1948, o novo Estado é fundado a partir de resolução das Nações Unidas, resolução essa ratificada pelo Governo brasileiro. Assim, instalava-se definitivamente o povo de Israel sobre as terras de Canaã, terras essas Prometidas por Deus ao patriarca Abraão”.
Jefferson Campos (PTB – SP)	“Mesmo exilado, disperso, o povo judeu não se rendeu. Manteve seus princípios, sua cultura e sua fé inabalável na possibilidade de retorno à Terra Prometida e de conquista definitiva da liberdade política”.
Roberto de Lucena (PV – SP)	“Como se explica o deserto florescer desta forma? A agricultura representa mais de 2,5% do PIB total de Israel e quase 4% das exportações. Eles produzem 95% dos produtos naturais consumidos dentro de Israel. Só há uma explicação para tudo isso: estamos falando da Terra Prometida”.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

De acordo com os excertos citados na tabela acima, deve se ressaltar que, no caso investigado, não é relevante a centralidade do sujeito falante, ou seja, a fala individual, mas sim a construção dos enunciados que são apoiados por formações ideológicas (ORLANDI, 1996). O discurso sobre Israel é edificado por esse processo de significação, gerado pela mobilização dos enunciados, que, neste caso, recorrem ao termo “Terra Prometida” em uma



determinada condição de produção, gerando assim uma formação discursiva de natureza religiosa na maioria dos casos.

A segunda formação discursiva está relacionada ao entendimento de Israel como parceiro tecnológico. Por não ser uma formação de ordem religiosa, na maioria das vezes, como exposto anteriormente, o rótulo “Israel como potencial parceiro tecnológico” traz à tona enunciados que diferem qualitativamente no que diz respeito à natureza dos elementos utilizados no contexto de produção discursiva.

Tabela 5 – Pronunciamentos de parlamentares evangélicos relacionados a Israel como “Parceiro tecnológico”

Parlamentar	Fragmento
Milton Cardias (PTB – RS)	“Amemos Jerusalém, porque é o berço da nossa salvação. Oremos ainda pela comitiva que, com mais de 20 Parlamentares, tem programada nessa sua missão, além da demonstração de apreço e amor àquele povo, uma audiência com o Embaixador do Brasil, Sérgio Lima, com o Ministro israelense da Ciência e Tecnologia Moodi Sandberg, com o Presidente e membros do Parlamento israelense, com a Subsecretária Geral para Assuntos da América Latina, Sra. Dorit Shavit, e com o Coronel Shlomo Politis, Assessor Jurídico das Forças de Defesa de Israel na Cisjordânia”.
Pastor Pedro Ribeiro (PMDB – CE)	“Com uma população de 6,8 milhões de habitantes e um PIB per capita da ordem de 17.200 dólares, Israel desponta no cenário internacional também como economia altamente competitiva e se afirma como centro de excelência em pesquisas e tecnologia, principalmente nas áreas de biotecnologia e agrotecnologia. O volume de exportações de Israel atingiu, em 2004, o total de 33,7 bilhões de dólares. As transações comerciais com o Brasil, porém, muito embora apresentem sinais sensíveis de crescimento, ainda são muito incipientes”.
João Batista (PFL – SP)	“Senhoras e senhores, Israel é um Estado moderno, líder mundial em diversos setores, telecomunicações, espaço, biotecnologia, nanotecnologia, agrotecnologia, fato comprovado por alguns de nós, Parlamentares, quando lá estivemos, em fevereiro de 2004, em missão oficial por esta Casa, e especialmente por este Deputado, que teve o alto privilégio de visitar a Terra Santa em 6 outras oportunidades. Certamente - não tenho dúvida - Deus capacitou esse povo, dotando-o de inteligência para desenvolver tecnologias de alto nível”.
Pastor Reinaldo (PTB – RS)	“Além dos baluartes espirituais que sustentam Israel, em 1948, quando o Estado foi criado, sua infraestrutura científica e tecnológica já estava estabelecida. Assim, ele se tornou um gigante no mundo da ciência e da tecnologia. O índice de cientistas israelenses que se dedicam à pesquisa tecnológica está entre os mais altos do mundo”.
João Mendes de Jesus	“Israel se tornou um país desenvolvido, com serviços públicos de alta qualidade e escolas e universidades de ponta. É reconhecida a

(PSL – RJ)	tecnologia israelense. Por intermédio do Instituto de Tecnologia de Israel, o Technion, fundado em Haifa, em 1924, formaram-se, quase um quarto de século antes da fundação do Estado de Israel, engenheiros e arquitetos para a construção do novo país”!
João Campos (PSDB – GO)	“Conheci um pouco da tecnologia desenvolvida pela indústria israelense como, por exemplo, o carro movido à energia, com autonomia significativa. É algo muito interessante. Dentro dessa linha do conhecimento, destaco que Israel é possuidor de 8 Prêmios Nobel na área de economia e química. É uma nação muito pequena, cercada de inimigos; sua terra é árida; há inimigos dentro do próprio território; todavia, é respeitada, mantém interessantíssimos programas de governo e produz excelente conhecimento, inclusive no setor de tecnologia”.
Roberto de Lucena (PV – SP)	“Os produtos que Israel mais exporta são: frutas, vegetais, fármacos, softwares, produtos químicos, tecnologia militar, diamantes. Israel é um dos líderes globais em conservação da água, energia geotérmica e em alta tecnologia, atuando no desenvolvimento de softwares, comunicações e ciências da vida. Em 2010, Israel foi classificado pelo IMD World Competitiveness Yearbook no 17º lugar entre as nações mais desenvolvidas economicamente”.
Roberto de Lucena (PV – SP)	“Hoje, Israel possui uma das indústrias de tecnologia mais avançadas do mundo, fazendo o país despontar no campo científico e tecnológico, oferecendo enormes avanços para a humanidade”.
Roberto de Lucena (PV – SP)	“Em seu território, mesmo enfrentando condições climáticas desfavoráveis à agricultura, Israel não só assegura seu próprio sustento como também auxilia outros países, inclusive o Brasil por meio de compartilhamento de tecnologias, técnicas e conhecimento. Israel é o deserto que floresceu. Israel é o milagre em forma de país”!
Roberto de Lucena (PV – SP)	“Em Israel, 80% da água usada é reciclada e 90% dessa é utilizada na agricultura. As águas subterrâneas que não são propícias ao consumo humano são usadas na piscicultura ou na irrigação de plantas específicas e consumidoras desse tipo de água. Que exemplo que o Estado de Israel dá para o mundo e em especial para o Brasil, de aproveitamento e conservação de suas riquezas naturais. A revolução na agricultura não se limita à tecnologia israelense, estende-se também aos compromissos sociais através de programas como o Kibbutz, uma espécie de comunidade cooperativa que se dedica à agricultura de forma voluntária, compartilhando assim os lucros”.
Benedita da Silva (PT – RJ)	“Quero, em nome do Embaixador Rafael Eldad, render minhas homenagens ao povo israelita, não só pelos estreitos laços históricos e religiosos, mas por reconhecer que o Brasil é o maior parceiro comercial e cultural de Israel na América Latina”.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Os fragmentos acima elucidam um posicionamento ideológico, geralmente simpático ao estado israelense. O conjunto de rótulos atribuídos contribui para a produção dos sentidos

que clamam por uma eventual parceria entre Brasil e Israel. Os elogios a Israel são compreendidos como elementos constituintes de uma formação discursiva, visto que eles determinam o que interessa e o que não interessa dizer. Eles também representam os sentidos que são fixados ideologicamente (ORLANDI, 2013) dentro de uma formação discursiva.

A essência da discursividade não está no conjunto de palavras sobre Israel e seus desenvolvimentos tecnológicos, mas sim nos efeitos ocasionados por estas manifestações ideológicas promovidas pelos deputados evangélicos no momento em que discorrem sobre o tema.

O terceiro e último tema situado no nível de formação dos enunciados está relacionado ao papel de Oswaldo Aranha na Assembleia da ONU em 1947:

Tabela 6 – O posicionamento dos deputados evangélicos sobre a atuação de Oswaldo Aranha na ONU

Parlamentar	Fragmento
Pastor Pedro Ribeiro (PMDB – CE)	“Como coroamento dessa luta, no dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU, presidida, naquela oportunidade, pelo brasileiro, Ministro Oswaldo Aranha, aprovou a Resolução que determinou o estabelecimento de um Estado Judeu, em Eretz-Israel, que foi oficialmente proclamado em 14 de maio de 1948. A presença de um brasileiro foi, portanto, marcante na realização daquele fato histórico de elevado significado mundial”.
Pastor Reinaldo (PTB – RS)	“Mais tarde, Oswaldo Aranha volta a ser Ministro das Relações Exteriores e, em 1947, evento que quero destacar, sobressai-se como chefe da delegação brasileira na ONU, onde presidiu a sessão que aprovou moção criando o Estado de Israel. Acredito que, neste ponto, encontra-se o marco inicial de um futuro promissor, concernente às relações de amizade e demais atividades entre países situados em diferentes e distantes continentes”.
Takayama (PMDB – PR)	“O Brasil está intimamente relacionado a Israel. É preciso lembrar que, em 1948, ano em que nasci, o homem que, na ONU, assinou a declaração do Estado de Israel foi o Embaixador brasileiro Oswaldo Aranha. Entendo que, com esse fato emblemático, o Brasil sempre esteve intimamente ligado a Israel”.
Isaias Silvestre (PSB – MG)	“Oswaldo Aranha abençoou a nação israelita porque é bíblico. Nós somos abençoados por meio da palavra de Deus, que colocou no Brasil homens com sensibilidade, como Oswaldo Aranha, no ano em que nascemos, Deputado Takayama. Somos abençoados por isso. Temos uma nação que não nega a paz, porque fomos abençoados. Não somos candidatos, somos nação eleita, povo de Deus”.
Léo Vivas (PRB – RJ)	“Em 1947, chefe da delegação brasileira na ONU, defendeu a criação do Estado de Israel. E, com esse gesto, inaugurou, na primeira sessão especial da Assembleia Geral da Organização das

	<p>Nações Unidas, a tradição que se mantém até hoje de ser um brasileiro o primeiro orador deste grande e importante foro internacional. Por suas ações, o nosso estadista é considerado uma lenda em Israel, em face, principalmente, de ter trazido à luz a pátria do povo judeu”.</p>
<p>André Zacharow (PMDB – PR)</p>	<p>“É importante lembrar que a decisão da II Assembleia Geral da ONU, que deliberou pela criação do Estado de Israel, realizada em 29 de Novembro de 1947, foi presidida por um brasileiro, o Embaixador Oswaldo Aranha. (...) A história registrou sua atuação, decisiva naquela ocasião, acertando posições conflitantes, aparando arestas, até chegar ao acordo que levou à Resolução nº 181 da ONU. Todos nós, brasileiros, portanto, continuamos sendo signatários dessa decisão da ONU”.</p>
<p>George Hilton (PP – MG)</p>	<p>“Oswaldo Aranha, por muitas vezes, teve que adiar, usar de mecanismos, que nós entendemos, na política, que são extremamente importantes para a concretização de um acordo. Oswaldo Aranha não sabia que, naquele momento, ele não agia apenas na condição de diplomata e de Deputado, mas como um instrumento divino para a concretização de algo que seria bom não só para o povo de Israel, mas para o mundo inteiro”.</p>
<p>Marcelo Crivella (PRB – RJ)</p>	<p>“Nosso embaixador na ONU, Oswaldo Aranha, foi um advogado incansável da causa do lar judeu, no clima ainda conturbado daqueles tempos de incertezas quanto ao futuro e de interesses contraditórios quanto aos termos da reconstrução do mundo após o grande conflito. A amizade entre os Estados de Israel e do Brasil data desse início e se consolida no sempre reafirmado compromisso da diplomacia nacional com a paz e a harmonia entre os povos”.</p>
<p>João Campos (PSDB – GO)</p>	<p>“Precisamos eliminar o mito de um Estado palestino anterior a Israel. O que houve foi uma resolução da ONU, a partir de sessão presidida pelo brasileiro Oswaldo Queiroz Aranha, em 14 de maio de 1948, criando o Estado de Israel, portanto, vinculando os judeus àquele território”.</p>
<p>Jefferson Campos (PTB– SP)</p>	<p>“Terminada a Segunda Guerra, diante do genocídio sem precedentes, da agressão, sem direito de defesa, a um povo sem terra e sem pátria, o mundo se deu conta, enfim, da urgência de que não mais fosse postergada a reconstrução do elo histórico entre o povo judeu e a terra de Israel. Isso significou a partilha da Palestina, a criação do Estado de Israel, a 16 de setembro de 1947, em sessão presidida por nosso grande estadista, o brasileiro Oswaldo Aranha, então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU”.</p>
<p>André Zacharow (PMDB – PR)</p>	<p>“Dá-nos a honra de estar à Mesa o Pastor Manoel Ferreira, uma figura insigne no meio evangélico, também Presidente da Igreja Assembleia de Deus em Madureira, que estará em Israel no próximo mês de setembro. Sua filha, Vasti, é casada com Luís Oswaldo Aranha Filho. O Pastor Manoel Ferreira estará representando não só a família, mas este Congresso, em uma solenidade em Tel Aviv, onde já existe a Praça Oswaldo Aranha e onde será colocado o busto deste grande embaixador”.</p>

Fátima Pelaes (PMDB – AP)	“A história hoje, aliada aos fatos, registra que no ano de 1948, um brasileiro, por nome Osvaldo Aranha, Secretário da Organização das Nações Unidas, natural da pequena cidade de Alegrete, no interior do Rio Grande do Sul, em um momento histórico, presidiu a Assembleia que decidiu pela criação do Estado de Israel. Israel é um milagre de Deus, em pleno século XXI, e a prova cabal de que o Eterno cuida dessa nação de maneira muito especial”.
Roberto de Lucena (PV – SP)	“...merecida homenagem ao Estado de Israel, em comemoração aos 66 anos de sua instituição, no dia 14 de maio de 1948, numa histórica sessão da Organização das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Dr. Osvaldo Aranha, um cumprimento da profecia de que seria a nação a nascer num só dia (Isaías 66:8)”.
Rosinha da Adefal (PTdoB - AL)	“Por que é significativo e digno ser lembrado e celebrado por nós, brasileiros, e por nós, Parlamentares, os 66 anos do Estado de Israel? A resposta é simples: assim como em 1947, o nosso querido e honrado Osvaldo Aranha, o então chefe da delegação brasileira das Nações Unidas e presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, defendeu a criação do Estado, por convicção de que era o certo a ser feito. Nós, nesta Câmara, também o defendemos, e acreditamos que o contrário não poderia ser”.
Lourival Mendes (PTdoB – MA)	“...querem transformar o Estado de Israel num algoz, responsável por tudo que acontece de ruim na Faixa de Gaza, e esquecem que o Estado de Israel foi constituído em Estado, com reconhecimento da ONU, e que em 1948 presidia a Assembleia Geral um brasileiro, Osvaldo Aranha. Portanto, nós temos que ter cuidado nessa situação. É tempo de guerra, mas nós não podemos deixar, Sr. Presidente, de observar que essa é uma situação complicada, difícil, e que o povo judeu, o Estado de Israel tem todo o direito de se defender”.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Vários elementos podem ser conferidos nos excertos sobre o tema. Alguns são relativos à atuação de Osvaldo Aranha durante a Assembleia, como: “decisivo”, “realizou acordos”, teve “presença marcante”, “conduziu as ações”, “cumpriu uma profecia” e tomou a “decisão correta”, e que são facilmente identificados nos discursos, assim como os seguintes adjetivos: “instrumento divino”, “advogado incansável”, “grande estadista” e “grande embaixador”. O conseqüente desempenho de Aranha na defesa da criação do Estado de Israel, contribuiu, segundo os evangélicos, no estreitamento da aliança entre Brasil e Israel, visto que é recorrente a utilização dos termos “amizade”, “laços” e “ligação”, discursos utilizados para reforçar a diplomacia de cooperação interparlamentar entre os países, principalmente através da FRENPAZBRIL.

A análise discursiva permite verificar a série de enunciados que são transmitidos no interior desta formação discursiva. Alguns são de natureza religiosa, outros de natureza

diplomática. O que isto quer dizer, é que não existe apenas um enunciado sobre o tema “Israel”, mas sim enunciados que compõem uma série e que cada um desempenha uma função no momento em que estabelecem as relações, em um contexto de coexistência enunciativa (FOUCAULT, 1997), onde cada enunciado supõe a existência do outro no interior de um processo dialógico (BAKHTIN, 1997).

### 5.5.1 A análise das formações discursivas

Como já foram apresentados na seção anterior, os posicionamentos dos parlamentares evangélicos sobre Israel, constituem, assim, as formações discursivas. A seguir será realizada a análise do conjunto dessas formações e enunciados, que não deixam de ser ideológicas, verificando o contexto de produção do discurso e as relações interdiscursivas que são estabelecidas entre as citadas formações.

Percebe-se que os três temas que constituem as formações discursivas, ou seja, “Israel como terra prometida”, “Israel como parceiro tecnológico” e “Amizade histórica Brasil-Israel” são formações que se complementam, logo, não estão em disputa. Na maioria dos casos identificados, os elementos discursivos evangélicos já estão caracterizados por um já dito, uma memória, que sustenta a linha argumentativa sobre o tema, demonstrando a relação dos sujeitos com uma determinada ideologia. Em outras palavras, o que os evangélicos querem dizer é que estão totalmente de acordo com a postura de Israel na região, assim como não poupam louvores ao Estado pela sua condição histórica, atribuindo ao mesmo tempo a ligação com o Brasil pelo seu papel na ONU, na figura de Aranha, na consolidação deste Estado. O discurso sobre Israel está apoiado em um conjunto de enunciados oriundo de diferentes formações discursivas que se suplementam. Aqui, o propósito não é realizar a análise descritiva total dos enunciados, embora isso seja importante, mas sim entender os sentidos produzidos, dissociando sua complexidade e isolando os termos (FOUCAULT, 1997).

A AD aplicada apresenta os limites do discurso sobre Israel, visto que os argumentos utilizados sempre recorrem aos mesmos temas que constituem as formações discursivas, sendo estas geralmente identificadas nas ocasiões de comemoração da criação do Estado de Israel, durante as sessões solenes. O discurso também toma um lado no momento em que é possível identificar a consolidação de um “nós” evangélico, agindo na defesa dos interesses dos israelenses.

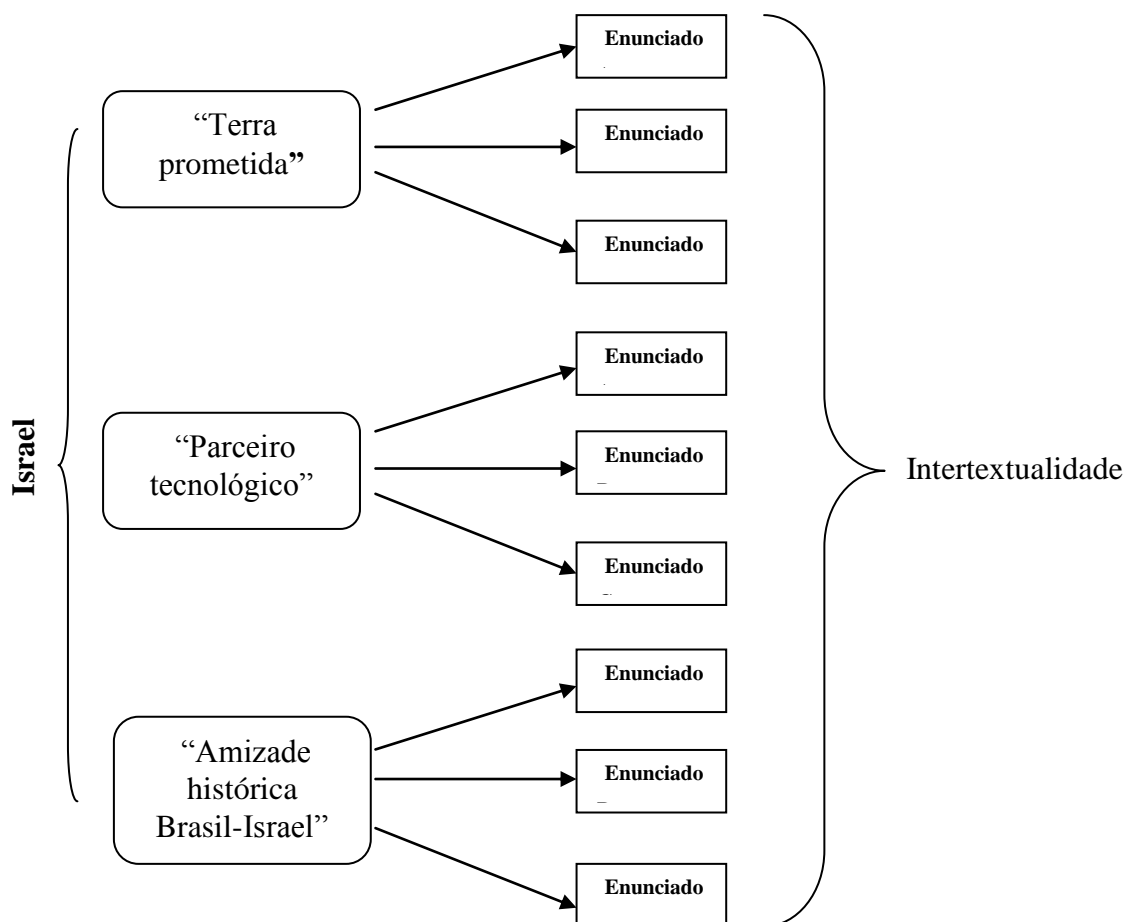
Todos esses elementos associados demonstram as estratégias de convencimento utilizadas pelos evangélicos para apoiar Israel, e isso também caracteriza uma formação discursiva. O carinho especial pelo país, a criação como uma previsão profética, a ênfase no sionismo, junto com a necessidade de uma estrutura bélica de defesa, assim como o uso recorrente da Bíblia para justificar a nação, representam as diversas faces, ou conjunto de enunciados dentro de um determinado campo discursivo (MAINGUENEAU, 1998) e que formam o *corpus* de análise.

Além das estratégias de convencimento, a ênfase nessas formações discursivas também deve ser compreendida através do contexto em que é produzido o discurso, ou seja, o momento político que procura destacar o conflito na região. Percebe-se que os evangélicos repetem a tendência de outros temas, visto que incluem posições de natureza religiosa, mas que também demonstram uma aparência mais secular durante o trânsito que ocorre entre as três formações discursivas. Isso demonstra os aspectos da interação enunciativa (BAKHTIN, 1986), pois no discurso evangélico sobre Israel, as justificativas de ordem bíblica percorrem os enunciados sobre a história do povo judeu até a consolidação da nação e o seu consequente desenvolvimento, com o intuito de reforçar o que eles consideram uma verdade absoluta (discurso constituinte), buscando fatos na Bíblia para convencer o sujeito. Isto demonstra como para os evangélicos o discurso sobre Israel, presente nas passagens bíblicas, constitui um discurso fundador, ou seja, que vem antes de tudo. O sujeito enunciante, neste caso o parlamentar evangélico, faz com que exista fora de si, um objeto que pertence a um domínio já definido, cujas leis de possibilidade já foram articuladas (ex: passagens bíblicas sobre Israel) e cujos caracteres são anteriores à enunciação que o coloca (FOUCAULT, 1997). O diagrama abaixo representa essas imbricações de natureza discursiva e de como são recorrentes os tipos de intertextualidade<sup>55</sup> provenientes de campos discursivos distintos, mas que estão inseridos dentro de um mesmo padrão de funcionalidade.

---

<sup>55</sup> A intertextualidade também é perceptível no momento em que os evangélicos buscam apoio nos fragmentos bíblicos para reforçar uma suposta verdade absoluta. Este recurso retórico é identificado nas três formações discursivas verificadas no diagrama e na constituição dos enunciados.

Figura 1 – As três formações discursivas sobre Israel



Fonte: O autor, 2014.

O sentido fixado pelos evangélicos, entendido aqui como um discurso político endereçado para um público específico, muitas vezes é construído fora dos limites deste tipo de discurso, visto que em diversas circunstâncias ele ainda recorre aos elementos de caráter confessional, evidenciando um grau elevado de proselitismo. O discurso sobre Israel que emana dos evangélicos quer ser o “único discurso” sobre o assunto. Ele não admite, ou reconhece a existência de outro discurso, pelo fato de ser apoiado na Bíblia, caracterizada como elemento fundador acerca do tema. Esta característica pode ser identificada nos seguintes pronunciamentos:

O povo judeu nasceu na Terra de Israel (Eretz Israel). Nela transcorreu uma etapa significativa de sua longa história, cujo primeiro milênio está registrado na Bíblia; nela se formou sua identidade cultural, religiosa e nacional; e nela se manteve ininterrupta, através dos séculos, sua presença física, mesmo depois do exílio forçado da maioria do povo. Dep. Neucimar Fraga, PL – ES (Diário da Câmara dos Deputados, 19/05/2005, Sessão: 101.3.52.O / OD).



O povo brasileiro, em sua maioria de origem cristã, tem aliança com essa terra e povo que será infinita, pois o Livro Sagrado cristão — a Bíblia —, nos transporta pelo menos em pensamentos até Israel e todos aqueles lugares por onde Jesus passou. Pastor Eurico, PSB - PE (Diário da Câmara dos Deputados, 21/05/2014, Sessão: 144.4.54.O / HO).

O primeiro parlamentar é membro da Igreja Batista, o segundo, da Igreja Assembleia de Deus. Ambos os excertos evidenciam a formação de um discurso constituinte, pois ele serve de garantia para diferentes produções discursivas de uma coletividade (MAINGUENEAU, 1998). Eles possuem propriedades que emergem nestes contextos enunciativos, e apresentam a capacidade de fundar outros discursos, mobilizando comunidades discursivas específicas.

Pelas características do discurso, ou seja, a memória e a busca em fundamentos de ordem bíblica, percebe-se que os evangélicos se autointitulam como os porta-vozes dos interesses de Israel na Câmara. Sobre a fundamentação bíblica, em outras ocasiões, inclusive, os evangélicos defendem que existem três personagens da história política israelense que são semelhantes a Moisés do Livro de Êxodo: David Ben-Gurion, Golda Meir e Yitzhak Rabin<sup>56</sup>. Estas lideranças de estado, que possuem forte apreço pelos evangélicos, são consideradas extraordinárias, porque agem de acordo com uma providência “divina” nas questões voltadas para os interesses de Israel no Oriente Médio. Segundos os parlamentares evangélicos, a palavra de Deus ensina que “devemos abençoar o povo judeu e Israel”. Saulo Baptista (2009) observa que as constantes iniciativas produzidas pelos deputados evangélicos demonstram:

(...) a mentalidade favorável à causa de Israel, que predomina nas igrejas pentecostais e evangélicas brasileiras. Prevalece nessas comunidades uma interpretação de textos bíblicos e profecias acentuadamente a favor de triunfos bélicos e dominação israelense sobre outros povos que habitam o Oriente Médio, notadamente os palestinos. Diante deste contexto, parece ironia ou, no mínimo, ingenuidade, os evangélicos se colocarem como “elo de ligação para promover um acordo de paz” entre os povos mencionados (BAPTISTA, 2009, p. 317).

A mentalidade identificada por Batista não concerne apenas aos pentecostais, visto que em diversas ocasiões foram verificados posicionamentos favoráveis de membros de igrejas neopentecostais (IURD e Internacional da Graça de Deus) à causa israelense, tanto nos discursos no plenário, quanto nos meios de comunicação dessas denominações. A FPE orienta os seus membros, independente da filiação religiosa, a participarem das comitivas que visitam a nação israelense, conforme já foi demonstrado.

---

<sup>56</sup> Respectivamente: o líder sionista e primeiro chefe de governo de Israel (1948-1953), a primeira ministra de Israel (1969-1974) e o general e quinto primeiro-ministro de Israel (1974-1977).

Ainda sobre o discurso, segundo Courtine (2009) é pela exaustividade, representatividade e homogeneidade que se torna possível constituir um *corpus* de análise. Todos esses elementos são identificados no discurso evangélico sobre Israel. Estes representam um *corpus* constituído de sequências discursivas criadas a partir de posições ideológicas homogêneas. Conforme afirma Courtine, essa dimensão está relacionada “às análises de discurso político que são, em AD, mais frequentes que qualquer outra. Poder-se-ia falar igualmente de *corpora* constituídos de sequências discursivas que pertencem a uma formação discursiva/a várias formações discursivas” (COURTINE, 2009, p.57). Essas sequências são produzidas por vários locutores e entram em consonância no interior das formações discursivas, representando assim uma das condições de produção do discurso.

Dentre as características apresentadas do discurso evangélico sobre Israel, uma que também merece destaque é seu teor conciliatório. Não se trata de um discurso de crítica, de embate com os não evangélicos na Câmara, visto que não foram identificados posicionamentos, oriundos de outros parlamentares, contrários aos evangélicos sobre o tema durante as sessões legislativas. Ao contrário, inúmeras vezes ocorreram circunstâncias em que parlamentares não evangélicos manifestaram simpatia aos argumentos utilizados pelos membros da FPE, e isso contribuiu para a entrada de deputados das mais diversas orientações religiosas na FRENPAZBRIL.

Outro aspecto verificado nos pronunciamentos e que merece evidência é a ênfase na utilização da indumentária hebraica nas sessões de comemoração do aniversário do Estado de Israel, como o manto sacerdotal hebraico, o *Tsitsit*, e o toque de Shofar, instrumento bíblico utilizado pelos judeus nas batalhas e que remonta ao momento da derrubada das muralhas de Jericó. Todos esses elementos comprovam como a performance também possui um elevado valor simbólico para os evangélicos no momento em que estes constroem os seus discursos sobre Israel. O entendimento da criação do estado como “previsão profética”, associado ao uso recorrente de citações bíblicas, ao mesmo tempo em que é realizado o toque de Shofar, contribui para elucidar um cenário pouco usual em um ambiente político. Contudo, mesmo nestas circunstâncias é possível perceber as mutações na constituição dos discursos religiosos nos momentos em que os enunciados buscam apoio em outros conjuntos discursivos como, por exemplo, naqueles de ordem comercial econômica, entendido aqui nas situações em que Israel é considerado como potencial parceiro tecnológico e também diplomático, aqui verificado nas ocasiões que remetem a relação entre Brasil e Israel, sobretudo pelo papel desempenhado por Oswaldo Aranha na ONU.

Pela capacidade que os evangélicos apresentam de citar um discurso dentro de outro discurso, situação que é ocasionada pela recorrência da intertextualidade, pode-se afirmar que, no tocante ao tema “Israel”, é possível caracterizar este como um discurso fechado, situado dentro de um espaço de reprodução de sentidos, cujo propósito é corroborar uma verdade baseada na Bíblia. O discurso evangélico apresenta características semelhantes ao que é defendido por José Luiz Fiorin em *Linguagem e Ideologia* (1988):

Se um discurso cita outro discurso, ele não é um sistema fechado em si mesmo, mas é um lugar de trocas enunciativas, em que a história pode inscrever-se, uma vez que é um espaço conflitual e heterogêneo ou um espaço de reprodução. Um discurso pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, pode rejeitá-lo, pode repeti-lo num tom irônico ou reverente. Por isso é que o discurso é o espaço da reprodução, do conflito ou da heterogeneidade. As relações interdiscursivas podem, assim, ser contratuais ou polêmicas. (...) Um discurso sempre cita outra discurso. Um texto pode citar outro texto (FIORIN, 1988, p. 45).

Todos os elementos vistos no capítulo, ou seja, a ênfase no crescimento econômico de Israel em um curto espaço de tempo, o discurso que assume em diversas circunstâncias um posicionamento semelhante ao sionismo, o entendimento da região como “Terra prometida” para um povo “escolhido por Deus”, estão entrelaçados, agem reciprocamente na produção dos enunciados e se reproduzem através destas trocas. As três formações discursivas abordadas no capítulo interagem naquilo que é denominado relação interdiscursiva. Dentre as estratégias utilizadas pelos evangélicos nessas formações, está a capacidade de negociar os diferentes significados dentro de um determinado contexto enunciativo, e de trazer para o campo os discursos provenientes de diferentes épocas como o discurso que recorre às passagens bíblicas do Velho Testamento sobre a saga do povo judeu até os posicionamentos que exaltam a capacidade de Israel no desenvolvimento de tecnologias, sobretudo na agricultura e na engenharia militar no século XXI.

### **Considerações finais**

A posição adotada pelos deputados federais evangélicos na Câmara sobre o Estado de Israel passou a constituir um dos elementos de análise nesta tese no momento em que foi possível identificar a proximidade ideológica entre este segmento religioso com as políticas empreendidas pelos israelenses, culminando nas atitudes simpáticas à doutrina sionista, conforme foi verificado no capítulo. Os evangélicos sempre manifestaram interesse e tomam lado nas questões relativas ao Estado de Israel, sejam elas de ordem política, econômica ou até mesmo militar. As constantes menções das escrituras contidas no Velho Testamento

subsidiaram em diversos momentos o apreço que os evangélicos possuem pela nação israelense, pois está contida na Bíblia a história do povo judeu.

A análise discursiva empregada neste capítulo reforça a ideia de que ambos os discursos, o do judeu sionista e do evangélico, se apresentam como grupo perseguido. O primeiro porque enfrentou a Diáspora, os diversos conflitos e a ameaça da perda da identidade cultural; o segundo, devido à resistência enfrentada desde a implementação das primeiras denominações pentecostais no Brasil pelas outras religiões. Ambos, sionistas e evangélicos, dizem-se sujeitos perseguidos, sem defesa, constituindo-se como minorias constantemente atacadas.

Pode-se afirmar que é nessa similaridade entre os discursos que os evangélicos se nutrem, inclusive nos outros temas que são explorados durante as sessões legislativas, pois estes religiosos se consideram como grupo perseguido nos mais diversos espaços, inclusive na política parlamentar e governamental. Por ser considerado o povo “escolhido” por Deus, e por todo o contexto de formação do Estado, Israel representa um exemplo a ser seguido pelos evangélicos em termos políticos, econômicos, religiosos e tecnológicos, com um *etos* de guerra contra o inimigo que os quer impedir de avançar. Em virtude das visitas constantes à embaixada israelense e as comitivas realizadas no Oriente Médio, os parlamentares da FPE advertem que o governo brasileiro deve olhar com mais cuidado para Israel, estreitando os laços com o país.

A análise discursiva demonstrou como os evangélicos trazem, com certo êxito, elementos oriundos do discurso religioso, baseado nas escrituras hebraicas, e outros componentes contidos neste sistema de crenças para a esfera política. Isso evidencia os padrões da intertextualidade, através da presença de um discurso dentro de outro discurso, no momento em que estes parlamentares religiosos fazem uso de posições fundamentalistas para legitimar o posicionamento acerca do tema.

## 6 O DISCURSO EVANGÉLICO SOBRE O PLC 122/2006 NO CONGRESSO NACIONAL

### Introdução

É cada vez mais notório o envolvimento religioso na política institucional brasileira. Esta aproximação, como não poderia ser diferente, promove impactos no campo político, sobretudo no que concerne às discussões nos espaços públicos sobre os direitos humanos. Com o objetivo de reivindicar o lugar da religião no campo político, o avanço religioso alterou as relações em torno da laicidade do Estado e o caráter secularizante identificado nas discussões políticas nos seus diversos espaços, sejam elas originadas no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Os religiosos buscam, através da participação no espaço público, ampliar a influência em torno das discussões que mencionam valores que também são discutidos no âmbito das instituições religiosas<sup>57</sup>. Em algumas circunstâncias, esta influência gera conflitos, principalmente quando os preceitos religiosos dividem opiniões como nos momentos em que são mencionados discursos contrários aos direitos da população LGBT.

O presente capítulo pretende identificar os discursos de parlamentares evangélicos, a partir do momento da fundação da Frente Parlamentar Evangélica, em 2003, tendo como objeto de análise a tramitação do Projeto de Lei Nº 5.003 de 2001, que mais tarde seria alterado para Projeto de Lei da Câmara Nº 122, de 2006, verificando as construções discursivas sobre o tema, procurando compreender os debates travados no campo político e religioso sobre o tema da homossexualidade, tendo como ponto de referência os

---

<sup>57</sup> Durante o trabalho de campo realizado com lideranças evangélicas, foi explorado nas entrevistas o tema da homossexualidade. Contudo, mesmo com as investidas do entrevistador, as menções dos entrevistados sempre ocorreram de forma breve, demonstrando pouca atenção em tratar do assunto. A Obreira da IURD afirmou que a Igreja não é contra os homossexuais, pois, existem muitos pastores e obreiros que são ex-homossexuais. A denominação procura mostrar a palavra de Deus para as pessoas que se declaram homossexuais. A pastora da Igreja Internacional da Graça de Deus afirmou que as lideranças procuram ensinar a palavra que está contida na Bíblia para mostrar que a homossexualidade é um erro, e que só com a presença de Deus é possível ter uma vida correta. A homossexualidade é entendida como um pecado, e a Igreja precisa levar a palavra para dar uma nova chance para os pecadores. Já para o pastor da Igreja Assembleia de Deus, o trabalho pastoral precisa apontar o caminho “do bem” para os homossexuais, sem acusar a pessoa que procura a Igreja. Para o pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, o tema da homossexualidade é importante e deve ser discutido com os jovens da Igreja, demonstrando que o que deve ser condenado é o pecado, e não o pecador. Segundo o pastor, o homossexual não pode ser aceito como membro da IPB, mas ele pode frequentar os cultos. Por fim, para o pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a denominação precisa ter uma postura acolhedora, pautando o que está escrito na Bíblia. Porém, os luteranos não ordenam pastores homossexuais e também não realizam a bênção para a união homoafetiva. Através dessas informações, é possível verificar que os discursos das lideranças religiosas trazem percepções mais tradicionalistas sobre o tema, caracterizando a homossexualidade como “erro” ou “pecado”. Segundo os entrevistados, as atitudes dos evangélicos para com os homossexuais devem ser de acolhimento, orientação e caridade.

posicionamentos de parlamentares no Congresso Nacional e outros segmentos que manifestam suas posições favoráveis e contrárias sobre o PLC 122/2006.

O objetivo deste capítulo é realizar uma análise das estratégias aplicadas por parlamentares evangélicos no momento em que estes procuram impedir avanços do movimento LGBT, verificando como se dá a influência deste *lobby* sobre as decisões do poder público. Para tanto, será empregada uma tentativa de análise discursiva, apoiada nas contribuições de autores que trabalham com esta abordagem. O tema deste capítulo justifica-se pela importância de se realizar investigações mais profundas no campo do legislativo brasileiro sobre a atuação de religiosos na esfera parlamentar, tendo como aporte os conceitos desenvolvidos por autores que trabalham com a análise do discurso.

### 6.1 O Projeto de Lei da Câmara Nº 122, de 2006

Originalmente, o Projeto nº 5.003/2001<sup>58</sup>, de autoria da Deputada Iara Bernardi (PT-SP), começou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em agosto de 2001. Após cinco anos de tramitação, o projeto foi aprovado no Plenário da Câmara e encaminhado para o Senado, passando a constituir o Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006. O Projeto de Lei visava alterar, entre outros pontos, a Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, também conhecida como Lei do Racismo, criminalizando a discriminação ou preconceito de cor, gênero, sexo e orientação sexual. A lei passaria a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. (PLC nº122/2006, p. 02)

O PLC 122/2006 passou por diversas mudanças ao longo dos anos em que tramitou no Congresso Nacional. Além da inclusão da criminalização da homofobia em todos os artigos da Lei nº 7.716 de 1989, o mesmo projeto “(...) inclui esta discriminação / violência no artigo do Código Penal que versa sobre a Injúria Racial, como também em um artigo da Consolidação das Leis do Trabalho que trata sobre a discriminação sexual no trabalho” (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p.130). O objetivo seria inserir a questão do preconceito sobre a orientação sexual e gênero nas leis que mencionavam a criminalização do racismo. No Senado, o PLC 122/2006 já passou pelas Comissões de Assuntos Sociais, sendo

---

<sup>58</sup> O Projeto “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e dá outras providências (PL nº 5.003/2001, Câmara dos Deputados).

aprovado nessas instâncias. Foi realizada uma audiência pública no Senado Federal em 2007 para discutir a matéria, uma vez que a audiência foi convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o propósito de “aprofundar o debate em torno do PLC 122/2006”, relativo à criminalização da homofobia. O intuito era discutir as “conquistas” deste segmento a partir das discussões sobre o Estado laico e “construir uma agenda visando à aprovação de projetos de leis de interesse de cidadãos e cidadãs GLBT” (NATIVIDADE; LOPES, 2009).

O momento era de intensos debates sobre a garantia de direitos à população LGBT, associada ao combate à homofobia. Seminários eram realizados pelas organizações LGBT nas dependências do Congresso Nacional contando com a presença de lideranças de diversas regiões do país, junto com professores, pesquisadores do assunto e jornalistas, espaço onde “(...) diversos parlamentares, senadores e deputados, assim como líderes de movimentos sociais, discursavam sobre a importância de se “conter” valores não-laicos nas ações governamentais” (NATIVIDADE; LOPES, 2009, p. 75).

A mobilização em torno do PLC 122, desempenhada por parlamentares e lideranças do público LGBT, trouxe uma maior visibilidade sobre um assunto que ainda era tratado de forma secundária dentro da Câmara dos Deputados. Foi somente com a tramitação deste projeto, que foram realizadas as discussões que tratavam do combate à violência e à discriminação contra os homossexuais. O projeto conseguiu canalizar opiniões que não interessavam somente ao público LGBT, mas também àqueles que mantinham um posicionamento favorável à luta contra a homofobia, um projeto que tinha a responsabilidade de somar todos os anseios, as demandas daqueles que somavam forças no combate à discriminação sofrida não apenas pelos homossexuais, mas pelos negros, índios, mulheres e aqueles provenientes de outras nacionalidades, enquadrando como crime qualquer atitude resultante de discriminação ou preconceito.

Os debates gerados em torno do PLC 122 demonstram que as aspirações do segmento LGBT começaram a garantir maior visibilidade nos espaços legislativos. Diversos projetos de lei começaram a ser apresentados nos últimos anos, contudo, desde o início do processo de redemocratização, qualquer iniciativa que objetivasse a ampliação dos direitos das minorias sexuais no país, sofria forte resistência, principalmente de grupos religiosos, através de uma atuação que buscava pressionar os legisladores na criação de empecilhos legais.

Deve-se destacar que a mobilização gerada pela Frente Parlamentar Evangélica sobre o PLC 122, foi a maior barreira encontrada pelos movimentos LGBT na agenda política contemporânea. No Brasil, as diferentes ações que são tomadas pela sociedade civil

organizada, e também pelos governos, sobre o assunto, refletem a crescente preocupação com a garantia dos direitos e com a necessária expansão destes direitos de cidadania aos homossexuais (MACHADO, 2010). É neste sentido que o PLC 122 apresenta na sua justificativa o recurso à expansão da cidadania para o segmento LGBT no Brasil:

A orientação sexual é direito personalíssimo, atributo inerente e inegável à pessoa humana. E como direito fundamental, surge o prolongamento dos direitos da personalidade, como direitos imprescindíveis para a construção de uma sociedade que se quer livre, justa e igualitária. Não se trata aqui de defender o que é certo ou errado. Trata-se de respeitar as diferenças e assegurar a todos o direito de cidadania (PROJETO DE LEI DA CÂMARA n° 122 DE 2006, p.8-9).

Ainda na justificativa, o projeto menciona a responsabilidade dos parlamentares em assegurar direitos, que independam das escolhas e valores individuais, tudo isso associado à necessidade de “(...) discutir e assegurar direitos humanos sem hierarquizá-los. Homens, mulheres, portadores de deficiência, homossexuais, negros/negras, crianças e adolescentes são sujeitos sociais, portanto sujeitos de direitos” (Idem).

De acordo com o levantamento realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, citado no relatório da Comissão de Assuntos Sociais de 2009, as ações legislativas relativas à homossexualidade conseguiram importantes avanços:

As muitas iniciativas legislativas, de justiça e da extensão de direitos, nas grandes cidades e municípios médios, principalmente na criminalização do preconceito homofóbico e na garantia de direitos de pensão e outros benefícios previdenciários a cônjuges homossexuais. No Legislativo Federal, destaca-se emblematicamente a proposta de Parceria Civil Registrada, apresentada em 1996, pela então deputada Marta Suplicy; e a criação, em outubro de 2003, da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual que, a partir de 2007, passou a chamar-se Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT e conta com 216 membros. A criação dessa frente institucionalizou os direitos sexuais como temática relevante no Congresso Nacional e altera a correlação de forças em disputa na conformação desses direitos. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 2009, p.09)

A expansão dos direitos para a população LGBT promovida pelo PLC 122 colocava em debate na esfera pública os diferentes posicionamentos sobre a orientação sexual das pessoas, e os diferentes sujeitos que estavam envolvidos no combate à homofobia, atuando na defesa dos direitos humanos, conduzindo para o campo legislativo os argumentos favoráveis à aprovação do projeto, resultados dos longos debates que eram promovidos pelas associações que discutiam o combate à homofobia e à discriminação por orientação sexual.

Durante a sua tramitação no Congresso, foi construído em torno do PLC 122 um Grupo de Trabalho que contava com membros da Comissão dos Direitos Humanos, parlamentares, representantes do Ministério Público e de órgãos do Executivo, representantes



de organizações da sociedade civil, além de cidadãos e cidadãs que realizavam os seus trabalhos de forma voluntária, apresentando suas sugestões quanto ao conteúdo do projeto que estava sobre exame.

A relatora do PLC 122, senadora Fátima Cleide, em novembro de 2009, defendeu que o projeto, na forma de Substitutivo, seria caracterizado como um importante instrumento no combate às manifestações homofóbicas e também na garantia de cidadania para os grupos que diariamente têm os seus direitos violados. A última ação relacionada ao projeto, de 17 de dezembro de 2013, foi a aprovação do Requerimento nº 1443, de autoria do Senador Eduardo Lopes<sup>59</sup> (PRB-RJ), que solicita a anexação do PLC 122 ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, denominada Reforma do Código Penal Brasileiro. O projeto será levado à Comissão Temporária de reforma do Código Penal, para ser anexado ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012. Atualmente, a matéria encontra-se com a relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

#### 6.1.1 Os embates discursivos em torno do PLC 122/2006

Um dos trabalhos realizados pela FPE, através do Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (GAPE), é o acompanhamento de propostas realizadas pelo governo e a tramitação de projetos de lei. Boa parte destes projetos desperta a atenção dos evangélicos pelo seu conteúdo. Trata-se de temas que muitas vezes são discutidos no próprio âmbito confessional como, por exemplo, o aborto, a homossexualidade, a prostituição e o consumo de drogas. Entre outros assuntos, os discursos sobre estes temas na Câmara recebem dois vocabulários diferentes, um com características laicas e outro com características religiosas. Essas duas concepções, ou formas de tratar o mesmo tema, acabam entrando em conflito ou, dependendo das circunstâncias, se entrecruzam. Este quadro reforça a ideia de que é preciso levar em consideração, cada vez mais, nas análises sobre o que é propriamente discutido na política, as variadas formas discursivas e os atores que estão por trás dessas manifestações retóricas, chegando assim

(...) a um patamar de ampliação da compreensão e da prática sobre o que está em jogo na política: mais do que interesses pré-constituídos fora dela, e nela apenas representados, também identidades e construções culturais do mundo a partir de perspectivas particulares (BURITY, 2011, p.126).

---

<sup>59</sup> Suplente do Senador evangélico Marcelo Crivella (PRB-RJ). Eduardo Lopes, que também faz parte da Igreja Universal do Reino De Deus, foi afastado do cargo em 14/03/2014 para o retorno do titular. Fonte: Senado Federal.

São essas construções culturais fundamentadas nas justificativas confessionais, identificadas nas falas dos parlamentares evangélicos sobre o PLC 122/2006, que entram em conflito com as argumentações de caráter secular, daqueles defensores do projeto que trata da criminalização da homofobia. O cenário de análise explorado nesta pesquisa exige a atenção sobre as relações entre Estado e religião, visto que é cada vez mais presente esta atitude dos atores políticos religiosos, ou seja, de resignificação do político, de pluralidade de práticas, de um maior envolvimento do segmento evangélico sobre as questões públicas, na tentativa de influenciar as políticas públicas, uma atuação que, de acordo com os próprios fundamentos da FPE, busca “defender a família e a sociedade, no respeito aos bons costumes e à moralidade”. (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p.06). Entende-se por “bons costumes” o conjunto de valores e regras de conduta, e de práticas de vida situadas nas relações sociais e familiares, que são aceitas por um determinado grupo, neste caso o religioso, e que compõem aquilo que é considerado correto, honesto, evitando relações que afetem os bons costumes ou a violação das normas preestabelecidas, interferindo na harmonia social. A “moralidade” está representada nas práticas comuns no segmento religioso, onde cada adepto apresenta as mesmas qualidades e códigos de conduta. As normas que são estabelecidas pela moral são capazes de regular a ação dos indivíduos, estabelecendo critérios onde cada um poderá distinguir o que é bom e o que é ruim.

O propósito deste capítulo é entender os conflitos em torno do PLC 122, a partir da análise discursiva, percorrendo desde os primórdios da tramitação do projeto na Câmara, as diferentes caracterizações que o mesmo recebeu por parte de parlamentares contrários, sobretudo os evangélicos e os favoráveis. A seguir será realizada a aplicação de alguns elementos teóricos já apresentados nesta tese sobre a teoria da análise do discurso, com o propósito de evidenciar os diferentes lugares do discurso, ou campos discursivos; e que contribuem para identificar as múltiplas características que os enunciados proferidos no púlpito da igreja ou no plenário da Câmara passam a adquirir.

## **6.2 Deputados evangélicos e o discurso sobre o PLC 122/2006**

Para esta pesquisa, foram coletados todos os pronunciamentos provenientes de parlamentares evangélicos e não evangélicos que mencionam o PLC 122/2006, assim como outros pronunciamentos que tinham como característica o enfoque sobre assuntos relativos à homofobia, homossexualidade e orientação sexual. Estes passaram a constituir as palavras-chave para a coleta dos discursos durante as sessões ordinárias da Câmara dos Deputados,

focando nas seguintes fases: Pequeno Expediente (PE), Grande Expediente (GE), Ordem do Dia (OD), Breves Comunicações (BC) e Comunicações Parlamentares (CP). Seguindo as contribuições de Ricoeur (1990), pretende-se realizar a interpretação discursiva na linguagem, preferencialmente a linguagem escrita aqui apresentada e exposta nos pronunciamentos identificados nas notas taquigráficas. Contudo, deve-se entender que os textos representam unidades complexas, que são heterogêneos tanto quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos, quanto à natureza das linguagens e às posições do sujeito (ORLANDI, 2013).

O ano que apresentou o maior número de pronunciamentos provenientes de deputados evangélicos sobre esta temática foi 2013, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 7 - Pronunciamentos sobre o tema PLC 122/2006, homossexualidade e orientação sexual (2003 – 2014\*)

Ano	Pronunciamentos
2003	6
2004	1
2005	4
2006	5
2007	4
2008	2
2009	0
2010	2
2011	21
2012	6
2013	30
2014	1
<b>Total</b>	<b>82</b>

\*Até 11/04/2014

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

O período que remete ao recorte de análise é o que compreende o momento da fundação da FPE, ou seja, a partir de 2003, até abril de 2014<sup>60</sup>. Devido à importância que o tema ganhou em outros momentos regimentais, optou-se por realizar a coleta não apenas nas sessões do Grande Expediente, período em que o parlamentar dispõe de mais tempo no plenário para realizar o seu pronunciamento, mas também durante as outras fases nas sessões ordinárias no período supracitado.

O pronunciamento do deputado federal Milton Cardias (PTB-RS) realizado em julho de 2003 durante o Grande Expediente, foi o primeiro que manifestou preocupação com a

<sup>60</sup> Fase em que foi realizada a coleta de pronunciamentos de deputados evangélicos nos Diários Oficiais da Câmara.

temática que será objeto de análise desde a fundação da Frente. No seu pronunciamento, Cardias enquadra a homossexualidade como crime, defende o que considera “bons costumes”, baseando sempre a sua argumentação em preceitos bíblicos, conforme demonstra o excerto a seguir:

Então, convenhamos, Sr. Presidente e nobres Parlamentares: se a conjunção carnal entre pessoas do mesmo sexo não é ofensiva aos bons costumes, que mais o será? A gravidade do homossexualismo ultrapassa a do adultério, que é tipificado como crime no art. 240 do Código Penal. (...) Os defensores do homossexualismo alegam que o Brasil é um Estado laico, em que os argumentos religiosos seriam irrelevantes. É fácil provar a falsidade de tal afirmação.(...) Assim sendo, a existência de Deus e o respeito a Ele devem nortear a interpretação de toda a ordem constitucional, donde se conclui que a religião (o liame entre o homem e Deus) tem relevância em nosso direito e os argumentos religiosos não podem ser desprezados como impertinentes.(...) Quero, Sr. Presidente, deixar registrado o meu clamor, como brasileiro, como Parlamentar ou como Pastor da Assembléia de Deus, para que sejam preservados os nossos bons costumes e para que não haja mais nesta Casa, mesmo entendendo ser esta o emblema maior da democracia, nenhum tipo de glorificação a opções sexuais. Dep. Milton Cardias, PTB – RS (Diário da Câmara dos Deputados, 01/07/2003, Sessão: 001.1.52.E / GE)

Cardias defende no seu pronunciamento que o que está acontecendo é uma “glorificação do homossexualismo”, o que, segundo o deputado, deve ser impedido, pois o “homossexualismo” fere os “bons costumes” da família. Percebe-se que a utilização do termo “homossexualismo”<sup>61</sup> em vez de homossexualidade é ainda muito comum nos discursos evangélicos, pois tratam esta como doença ou desconhecem a mudança do termo.

O deputado assume a sua orientação religiosa durante o pronunciamento exaltando o cargo que ocupa na Igreja Assembleia de Deus e também através do conteúdo explicitamente confessional, baseado em argumentos religiosos para justificar o seu posicionamento sobre questões relativas à opção sexual. Deve-se destacar que a maioria dos pronunciamentos sobre esta temática durante o período investigado é proveniente de parlamentares membros da Assembleia de Deus, como demonstra a tabela a seguir:

---

<sup>61</sup> Maria das Dores Machado explica que foi na década de 1990, com a revisão do Código Internacional de Doenças (CID-10), que o “homossexualismo” deixou os códigos que definiam as doenças de ordem psiquiátrica e/ou psicológica, tornando-se violação dos direitos humanos o diagnóstico e o atendimento psicológico a pessoas que quisessem deixar a homossexualidade. A partir de então, o sufixo “ismo”, que significa “doença”, foi substituído pelo “dade”, que faz referência ao modo de ser de cada indivíduo” (MACHADO, 2010, p.113).

Tabela 8 - Pronunciamentos de deputados evangélicos sobre homossexualidade, orientação sexual e o PLC 122 por denominação religiosa (2003 – 2014\*)

Igreja	Número de pronunciamentos
Assembleia de Deus	43
Metodista	6
Presbiteriana	7
Igreja do Evangelho Quadrangular	6
Batista	9
Igreja Universal	5
Igreja Brasil Para Cristo	3
Igreja Renascer	1
Igreja Internacional da Graça de Deus	1
Igreja Sara Nossa Terra	1
<b>Total</b>	<b>82</b>

\*Até 11/04/2014

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Desde a fundação da FPE em 2003, a Assembleia de Deus tem-se constituído como a maior força parlamentar dentro da organização. Boa parte dos pronunciamentos de deputados que assumem a vinculação com a Assembleia de Deus, exaltam a orientação religiosa, seguido de justificativas bíblicas diante dos temas que emergem e, neste caso, que mencionam a questão da homossexualidade, como demonstram os pronunciamentos a seguir:

A existência de homens e mulheres não constitui, pois, simples coincidência, obra do acaso. Feitos à imagem e semelhança do Criador, somos personagens de um plano divino, pessoas destinadas a ser marido e mulher para constituir família e preservar a espécie. Deus não criou um terceiro sexo. (...) como poderíamos considerar coerente e oportuno o ato realizado, no salão nobre do Congresso Nacional, no último dia 8, para o lançamento da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual? Conforme notícia veiculada pela *Agência Câmara*, um dos objetivos da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual é articular a aprovação de proposições legislativas de interesse da comunidade de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais brasileiros. (...) tal procedimento é contrário a tudo o que sempre difundi, por isso terá o meu mais veemente e constante repúdio. Mais ainda, posso afirmar, com absoluta certeza, que é contrário ao que pensa a grande maioria da população brasileira, consciente da necessidade de preservar a família e os valores cristãos. E, saliente-se, essa não é uma posição exclusiva da Assembléia de Deus, da qual tenho a graça de ser presbítero; é convicção de todos os que seguem os preceitos da cristandade. Dep. Antonio Cruz, PTB – MS (Diário da Câmara dos Deputados, 05/11/2003, Sessão: 252.1.52.O / GE)

Deixo registrada minha revolta e indignação com o famigerado Programa Brasil sem Homofobia. Trata-se de verdadeiro acinte à moral e aos bons costumes. (...) dezenas de entidades que apóiam a pederastia, a sodomia, a ignomínia e a insensatez e outras dezenas de *gays*, lésbicas, transgêneros, bissexuais e afins. Meu Deus, onde chegamos! Esqueceram essas autoridades os ensinamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, a palavra de Deus, a moral e os bons costumes? (...) Na minha opinião essas pessoas, mulheres e homens públicos, que deveriam estar cuidando do bem-estar e dos interesses maiores das famílias brasileiras, jamais leram a Bíblia. Nela, de forma cristalina, como a mais pura água, está literalmente escrito que "*com homem não te deitarás como se fosse mulher. É abominação*". (...) Não é direito de nenhum ser

humano decente e temeroso a Deus propositadamente praticar ações que visam à destruição da família, a base de toda a sociedade sadia e progressista. A meu ver - e digo isso em nome da imensa e esmagadora maioria dos brasileiros -, nosso papel social deve, antes de quaisquer outros princípios, ser regido pelos mandamentos divinos. Dep. Pastor Frankembergen, PTB – RO (Diário da Câmara dos Deputados, 09/09/2004, Sessão: 185.2.52.O / GE)

No primeiro pronunciamento, proveniente do deputado federal Antonio Cruz (PTB-MS), membro da Igreja Assembleia de Deus, constata-se a retórica de cunho religioso que pretende desqualificar o ato de lançamento da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, associado a um discurso de defesa da família, o que constituirá um ponto nodal<sup>62</sup> em quase todos os pronunciamentos sobre o assunto. O segundo excerto, do deputado Pastor Frankembergen (PTB-RO), realiza uma crítica ao Programa Brasil sem Homofobia<sup>63</sup>, argumentando que esta iniciativa estaria afrontando a “moral” e os “bons costumes”.

Ambos os pronunciamentos buscam sustentar-se em argumentos bíblicos para justificar o posicionamento contrário às reivindicações do segmento LGBT. O discurso evangélico procura apoio em citações da Bíblia para dar ênfase a uma suposta verdade, demonstrando assim a utilização de um conjunto de textos ligados por relações intertextuais (MAINGUENEAU, 1998). Isso representa uma estratégia que evidencia a recorrência do interdiscurso, pois este é um discurso novo apoiado em um discurso antigo, ou seja, o bíblico. O posicionamento evangélico sobre o PLC 122 demonstra que é possível haver essa intertextualidade, a menção de argumentos da Bíblia, até mesmo nos espaços laicos de atuação. Basta apenas para o sujeito que emite o discurso o reconhecimento de que o sujeito ouvinte irá captar o sentido contido no seu enunciado.

---

<sup>62</sup> Trata-se de uma categoria desenvolvida por Ernesto Laclau para compreender o estímulo da prática discursiva através de um ponto capaz de articular as mais diversas demandas diante de uma fronteira antagônica instável. O ponto nodal, ou aquele momento do discurso que é capaz de aglutinar, é proveniente da psicanálise lacaniana. Laclau parte desta referência e chama de pontos nodais aqueles pontos discursivos privilegiados dentro de uma fixação parcial de sentido, mesmo que estes apresentem ainda todo um caráter de contingência e precariedade (LACLAU & MOUFFE, 1987). Estes pontos discursivos resultam de um momento de oposição a algo que é percebido como inimigo, ou seja, aquilo que de fato representa uma ameaça, situação na qual surge uma relação antagônica.

<sup>63</sup> Sobre este tema, a partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), em 2004, surgiu o programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT's e de promoção da cidadania homossexual *Brasil sem Homofobia*, resultado de parceria entre o governo federal e a sociedade civil, organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Este programa prevê ações nas áreas da saúde, segurança, trabalho, educação e cidadania. O Programa Brasil sem Homofobia trata-se de uma campanha promovida pelo Ministério da Educação em parceria com outras instituições, que pretende distribuir materiais didáticos nas escolas com a proposta de combater o preconceito contra homossexuais e fornecendo subsídios para os profissionais na educação trabalharem com o tema nas salas de aula. Tal proposta tem sido alvo de questionamentos e polêmicas. Diversas manifestações contrárias ganharam corpo, principalmente aquelas provenientes de segmentos religiosos.

Também é possível verificar nesses trechos que os evangélicos se assumem como porta-vozes de uma maioria que, na concepção destes, é contrária às iniciativas promovidas na defesa dos interesses dos homossexuais, visto o recorrente uso de argumentos como: ser “(...) contrário ao que pensa a grande maioria da população brasileira (Dep. Antonio Cruz, PTB – MS)”, “(...) digo isso em nome da imensa e esmagadora maioria dos brasileiros (Dep. Pastor Frankembergen, PTB – RO).” O recurso utilizado por esses parlamentares, de apelar ao que eles consideram ser a posição da “maioria do povo”, pode ser caracterizado neste contexto específico de construção dos enunciados como uma forma de discurso indireto, pois essa maioria representaria a opinião do outro que está oculto.

Outro ponto, que deve ser destacado sobre os discursos coletados, é relativo ao constante uso do relato bíblico de Sodoma e Gomorra<sup>64</sup>. A utilização recorrente desta passagem pelos deputados evangélicos está relacionada ao que eles consideram como a primeira referência ao assunto citado na Bíblia. Para os evangélicos, tal passagem serve como elemento central na argumentação contrária às demandas do segmento LGBT. Trata-se de um exemplo de discurso constituinte cristão, pois almeja fundar outros discursos, instituindo um elo com uma Revelação. Todo discurso constituinte é “tomado numa relação conflituosa com os outros e mobiliza comunidades discursivas específicas” (MAINGUENEAU, 1998, p.32). Os excertos abaixo relacionados demonstram as condições de emergência do discurso sobre Sodoma e Gomorra:

A primeira referência ao homossexualismo está no livro de Gênesis, quando os habitantes das cidades de Sodoma e Gomorra tentaram violentar sexualmente 2 anjos com aparência humana. Assim, a Bíblia menciona, em Gênesis 19, a exigência dos homens da cidade que tentavam invadir a casa de Ló, onde os anjos se hospedaram: "*Onde estão os homens que, à noite, entraram em tua casa? Traze-os fora a nós para que abusemos deles*". Dep.Milton Cardias, PTB – RS (Diário da Câmara dos Deputados, 28/10/2003, Sessão: 241.1.52.O / PE)

Deputados, o homossexualismo é a droga não combatida que assola a sociedade moderna e a desvirtua dos princípios divinos. No passado, apesar de misericordioso e bondoso, Deus teve de destruir Sodoma e Gomorra por não suportar tais práticas -

---

<sup>64</sup> De acordo com a Bíblia, as razões da destruição das cidades de Sodoma e Gomorra foram a perversidade dos moradores e a imoralidade e desobediência aos preceitos religiosos. Conforme menciona o livro de Gênesis, dois anjos foram enviados por Deus para destruir as cidades. “E vieram os dois anjos a Sodoma à tarde, e estava Ló assentado à porta de Sodoma; e vendo-os Ló, levantou-se ao seu encontro e inclinou-se com o rosto à terra; Gênesis 19:1. E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros. E chamaram a Ló, e disseram-lhe: Onde estão os homens que a ti vieram nesta noite? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos. Gênesis 19:4-5 E ao amanhecer os anjos apertaram com Ló, dizendo: Levanta-te, toma tua mulher e tuas duas filhas que aqui estão, para que não pereças na injustiça desta cidade. Gênesis 19:15 Então o Senhor fez chover enxofre e fogo, do Senhor desde os céus, sobre Sodoma e Gomorra; E destruiu aquelas cidades e toda aquela campina, e todos os moradores daquelas cidades, e o que nascia da terra. Gênesis 19:24-25”.

isso está na Bíblia. A sociedade brasileira, independentemente do credo religioso, precisa preocupar-se, porque o castigo de Deus não caiu apenas sobre os *gays* de Sodoma e Gomorra, mas sobre todos os habitantes daquelas cidades. Dep. Zequinha Marinho, PSC – PA (Diário da Câmara dos Deputados, 30/05/2005, Sessão: 109.3.52.O / PE)

O que defensores liberais querem é que os conceitos familiares não fiquem presos somente na conjugação de homens e mulheres. Querem uma nova ordem. Essa ordem pode permitir que casais homossexuais se enquadrem em uma nova estrutura familiar - parece-me tendenciosa ao caos, Sr. Presidente. A Bíblia cita o caso das cidades de Sodoma e Gomorra, bom exemplo de que no passado essa falsa liberdade não foi boa para a sua estrutura familiar. Dep. Pastor Eurico, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 20/04/2011, Sessão: 080.1.54.O / CP)

Os pronunciamentos que utilizam como recurso o relato bíblico de Sodoma e Gomorra devem ser pensados como gêneros discursivos, pois eles possuem a capacidade de unir e dinamizar a relação entre pessoas, ou sistemas de linguagem, provenientes de diferentes espaços e não apenas entre o interlocutor e o receptor. Por exemplo, o público de fiéis de uma determinada igreja e os parlamentares que pertencem ao mesmo segmento religioso, ambos utilizam a mesma justificativa religiosa para manter a contrariedade sobre o PLC 122, porém, em ambientes diferentes.

Cabe aqui explorar as justificativas que são mencionadas em diferentes espaços para compreender a dinâmica discursiva e a ação, quando são mobilizados elementos provenientes de outras áreas para fundamentar a atuação legislativa contrária ao Projeto de Lei 122. Como os três pronunciamentos acima são provenientes de parlamentares que pertencem à Igreja Assembleia de Deus, neste momento serão priorizados os argumentos utilizados nos meios de comunicação desta denominação sobre o assunto.

A Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que tem como principal expoente o pastor Silas Malafaia, coordenador e apresentador do programa televisivo Vitória em Cristo, publicou em 2013 na *Revista Aliança*, periódico da mesma denominação, uma matéria que relatava a manifestação de milhares de evangélicos em Brasília, em junho do mesmo ano, ocasião em que expressavam a contrariedade em torno de temas como a união homoafetiva e o aborto, ao mesmo tempo em que realizaram a defesa da liberdade de expressão e os valores tradicionais da família. Sobre a menção do PLC 122 pelo pastor Silas Malafaia durante o evento, a revista realiza o seguinte comentário:

Incansável na defesa da livre manifestação do pensamento, pastor Silas Malafaia reiterou seu discurso, afirmando que a Constituição garante a liberdade de opinião. “O Brasil é um estado democrático de direito e ninguém vai ter que rasgar a Constituição do Brasil”, enfatizou o líder evangélico a respeito do Projeto de Lei 122, que está em tramitação no Congresso, e que criminaliza quem critica a conduta homossexual. “Minoria não pode calar minoria. O direito de um grupo social não pode cercear o dos outros. Eu não quero privilégio para os evangélicos, mas também



não aceito privilégio para gay”, afirmou o pastor acerca da chamada “Lei da Homofobia” (REVISTA ALIANÇA, 2013, n°16, p.15).

O discurso do pastor Silas Malafaia se constitui diante daquilo que representa uma ameaça, ou seja, a prioridade que os homossexuais almejam com a nova lei, que na caracterização dos evangélicos, iria contra o que estava previsto na Constituição, como a garantia da liberdade de opinião. Trata-se de um discurso apoiado em preceitos jurídicos, sustentado em argumentos que consideram o segmento religioso como grupo que também é perseguido, como minoria. O discurso de Malafaia não difere daqueles identificados no plenário. A construção discursiva está relacionada a um sentido legal, ou seja, ela está representada dentro de uma lógica carregada de aspectos jurídicos que pretende assegurar o respeito aos direitos adquiridos pelos evangélicos no estado democrático, principalmente a garantia da liberdade de expressão. Além do sentido assumido pelo discurso neste espaço, é importante levar em consideração a posição do sujeito enunciador durante o ato da fala. O discurso adquire legitimidade pela capacidade que Malafaia tem de mobilizar, ao seu favor, uma série de elementos provenientes de diversos âmbitos, por exemplo, o político, o jurídico e o religioso. Por ser uma liderança evangélica capaz de estimular a confiança do fiéis, e por adquirir um papel respeitado inclusive pelos parlamentares religiosos, Malafaia assume a posição de porta-voz de uma minoria, que também é perseguida na visão deste, e que está situada dentro de uma lógica agônica, pois ambos são adversários, movimento LGBT e evangélicos, em um movimento capaz de produzir identidades coletivas ao redor de posições diferentes, onde se constituem apenas duas possibilidades de escolha para os cidadãos (MOUFFE, 1999), o direito, ou a ausência de direitos para os evangélicos ou o direito dos homossexuais.

Ainda sobre os discursos nos meios de comunicação evangélicos sobre o tema, conforme a tabela a seguir, foram divulgadas no portal de notícias da Casa Publicadora das Assembleias de Deus, CPAD *News*, as seguintes matérias sobre a tramitação do PLC 122 na Câmara e no Senado:

Tabela 9 - Matérias publicadas sobre o PLC 122/2006 no portal de notícias da Assembleia de Deus

Título	Data	Fragmento da notícia
PT ameaça processar pastor Piragine por vídeo que faz alerta sobre as eleições	10/09/2010	No dia 29 de agosto o pastor alertou a Igreja sobre a ‘iniquidade estatizada’ e denunciou que o PT, durante o Congresso anual, manifestou-se favorável ao aborto, PLC 122/06. A mensagem repetida durante os dois cultos da Igreja lembrou como a iniquidade pode ferir o coração do homem. Após pedir oração pelas eleições, exibiu um vídeo

		mostrando os casos de abortos, infanticídios indígenas e ameaça à igreja através do PLC 122/06 que cria uma ditadura gay.
Relatora do PLC 122/06 não se reelege ao Senado	05/10/2010	Mesmo com a intensa campanha feita pelos principais líderes do movimento homossexual, a senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do PLC 122/06, não se reelegera ao Senado. Ela só conquistou 16,05% dos votos, a metade do segundo colocado.
O desarquivar do PLC contra a homofobia. Marta Suplicy quer ser a nova relatora	21/01/2011	Segundo informações contidas em seu Twitter, a senadora Marta Suplicy está em contínua e discreta mobilização para que o Projeto de Lei da Câmara 122, sobre a criminalização da homofobia, saia do arquivamento.
Marta Suplicy consegue as 27 assinaturas. Vice-presidente do Senado consegue apoio para desarquivar PLC 122	05/02/2011	O primeiro ato da Senadora Marta Suplicy no Senado foi conseguir as 27 assinaturas necessárias para desengavetar o PLC 122, projeto de lei que quando aprovado tornará crime OPINIÕES e atos “homofóbicos” e discriminatórios contra homossexuais no Brasil.
Campanha contra casamento gay no Twitter. Campanha ganha força no contexto dos recentes avanços dos projetos contra homofobia	12/03/2011	A questão da homofobia vem provocando a ira dos cristãos, principalmente com o recente desarquivamento do projeto de lei PLC 122/06 pela senadora Marta Suplicy prevendo uma alteração da Lei nº 7.716, para criminalizar a homofobia.
Marta Suplicy altera PL 122 para ludibriar cristãos. Novo parágrafo restringe liberdade de expressão de cristãos só para dentro de seus templos	08/04/2011	A alteração consiste na inserção de um parágrafo que restringe a liberdade de se manifestar contra a prática homossexual apenas aos templos religiosos. Segundo o novo texto, a lei não se aplicará a pregações em templos religiosos, "desde que não incitem a violência".
Senado vota PL 122 nesta quinta-feira, 12 de maio. Ativistas gays aproveitam da decisão do STF para pressionar criminalização da chamada ‘homofobia’	11/05/2011	A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar nesta quinta-feira (12) o substitutivo que a senadora Marta Suplicy (PT-SP) fez no PLC 122, projeto que tem como objetivo criminalizar toda opinião filosófica, médica, moral e religiosa contrária à relação sexual entre pessoas do mesmo sexo.
Senadora tenta trazer de volta votação da PL 122. Após adiamento da votação, por pressão de evangélicos e católicos, Marta Suplicy tenta colocar tema em pauta	18/05/2011	Semana passada o Brasil viu o adiamento da votação do PLC 122, graças às pressões de evangélicos e católicos. Mas Marta Suplicy garantiu que nesta semana, que marca o Dia Mundial de Combate à Homofobia (17 de maio), a votação ocorrerá, e os militantes gays já estão se reunindo em Brasília vindos de todo o Brasil para um grande ato pró-PLC 122 na frente da Catedral de Brasília. Há uma expectativa de que a senadora consiga levar o projeto para votação nesta quinta-feira (19). A pergunta a ser feita agora diante do rolo compressor gay é: O PLC 122 deve ser enfrentado de forma delicada, como apenas uma mera ameaça à liberdade de expressão e opinião? Ou deve ser encarado como um perigo maior?
Marcelo Crivella sugere texto alternativo ao PLC anti homofobia. Senador apresentou texto à relatora do projeto, Marta Suplicy	19/05/2011	Na opinião de Crivella, o projeto atualmente em análise na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, impõe uma mordaca aos religiosos. “O PLC 122/06 já naufragou porque quer dar direitos a uns destruindo o direito dos outros, afetando cláusulas pétreas da Constituição federal”.
Manifestação contra PLC 122 em Brasília. Deputado João Campos concede entrevista exclusiva ao CPAD News	01/06/2011	Acontece hoje em Brasília, Marcha da Família, uma iniciativa das principais lideranças evangélicas com o objetivo de esclarecer o público brasileiro sobre as consequências que poderão trazer às famílias caso o Projeto de Lei 122/06 seja aprovado no Senado.
Marcha para Jesus no Rio de Janeiro	03/06/2011	A ‘Marcha para Jesus’, evento gospel realizado amanhã pelas igrejas evangélicas do estado e organizado pelo

		Conselho de Ministros do Estado do Rio, deverá se transformar num megaprotesto contra o Projeto de Lei (PL) 122, que tramita no Senado e criminaliza qualquer ação ou fala interpretada como preconceito em relação ao homossexualismo.
Após oposição de evangélicos, PL 122 será alterado Projeto aprovado anteriormente na Câmara fere a Constituição brasileira quanto às liberdades religiosa e de expressão	27/06/2011	O projeto de lei que criminaliza a “homofobia” (PLC 122/06) deverá ser descartado para que uma nova proposta seja apresentada - pela bancada evangélica, segundo a senadora Marta Suplicy (PT). O trâmite, assim, volta à estaca zero. O projeto agora precisa tramitar por todas as comissões e voltar a ser votado na Câmara dos Deputados, onde já havia sido aprovado em 2006.
Após PL 122 ser ‘engavetado’, é apresentado novo texto feito com evangélicos. Na nova proposta, discursos contra a homossexualidade não são condenados - esse era o maior impasse, já que fere a Constituição	11/07/2011	Nesta nova proposta, discursos que condenam a homossexualidade não entraram no texto - esse era o maior impasse, já que fere a Constituição brasileira quanto às liberdades religiosa e de expressão. O texto atual condena crimes homofóbicos violentos, discriminação no trabalho, em ambientes comerciais ou repartições públicas e violência doméstica.
Novo PLC 122 sobre homofobia ganha nome de ‘Lei Alexandre Ivo’ Senador evangélico reforça que não é certo priorizar as minorias de forma isolada	18/07/2011	Além de algumas alterações, o PLC 122, já tem novo nome: “Lei Alexandre Ivo”. Segundo a assessoria da senadora Marta Suplicy (PT-SP), o nome, a exemplo da Lei Maria da Penha, que tornou mais rigoroso o tratamento de crimes cometidos contra a mulher, é uma homenagem ao adolescente que foi assassinado “supostamente” por ser homossexual.
Milhares de evangélicos acompanham a votação da PL122. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) poderá apoiar PL122	08/12/2011	Esta quinta-feira, dia 08, é decisiva a evangélicos de todo o Brasil. Milhares de pastores e líderes acompanharão pela TV, ou irão presenciar em Brasília (DF), a votação na Comissão de Direitos Humanos do Senado, o projeto que criminaliza a homofobia. A senadora Marta Suplicy tenta ganhar o apoio de parlamentares católicos e evangélicos ao propor que os cultos em lugares fechados fiquem “livres” da lei. Mas com um pouco mais de malícia é possível perceber as estratégias da senadora petista para aprovação do projeto perigoso às Igrejas.
PL 122: temendo reprovação, senadora pede reexame e adia votação. Marta disse que vai tentar conseguir um acordo para retomar a tramitação da proposta	08/12/2011	Nesta quinta-feira, a senadora Marta Suplicy (PT-SP), em face do risco de perder a votação para aprovação do PLC 122 (que criminaliza a opinião contra a prática homossexual), pediu o reexame do projeto de lei da Câmara (PLC) nº 122/2006. Relatora do projeto, Marta disse que vai tentar conseguir um acordo para retomar a tramitação da proposta.
Pastor e deputado federal Ronaldo Fonseca fala durante Seminário LGBT em Brasília	16/05/2012	Durante o Seminário, o líder da Bancada da Assembleia de Deus na Câmara, deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF), que também é pastor, lamentou o fato de os evangélicos serem considerados “o inimigo número um da causa LGBT”. Fonseca explicou “O evangélico não concorda com a prática homossexual, mas isso não significa homofobia. Ser evangélico é respeitar e promover a tolerância”.
Projeto assegura liberdade de criticar homossexualismo. Líderes religiosos poderão ensinar a doutrina professada pela sua igreja quanto à sexualidade	23/01/2013	Victório Galli afirma que o objetivo da medida é assegurar o direito constitucional de livre manifestação do pensamento. O temor é de que o projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/06, que tramita no Senado) possa vir a prejudicar o ensino religioso de que o homossexualismo é pecado. Segundo o autor, se o PLC for aprovado, o líder religioso que ensinar que o

Movimento LGBT tenta aprovar PL 122 em todo o País. Parecer Jurídico da ANAJURE revela que movimento LGBT tenta aprovar leis estaduais	14/06/2013	homossexualismo é pecado correrá o risco de ser preso. Mesmo com toda oposição que o PL 122 vem sofrendo, ao longo dos anos, no Congresso Nacional, tendo em vista seu termos polêmicos e, para muitos, inconstitucionais, diversos estados brasileiros, nos últimos tempos, têm aprovado leis que sancionam a “homofobia”. Essas leis determinam penalidades administrativas a servidores públicos, entidades e até cidadãos, exatamente nos mesmos termos do PL 122 federal.
Cristãos revoltados após pedofilia ser oficialmente aceita como “opção sexual”	31/10/2013	No Brasil, em meio ao debate do Projeto de lei PLC 122, proposto pelo PT, o senador Magno Malta, declarou: “Se aprovarmos um projeto desses, de você ser criminoso por não aceitar a opção sexual de alguém, é como se você estivesse legalizando a pedofilia, o sadomasoquismo, a bestialidade... O advogado do pedófilo vai dizer, senhor juiz a opção sexual do meu cliente é criança de nove anos de idade. O juiz vai decidir como, se está escrito que é crime?”
Mobilização hoje contra a aprovação do PLC 122. Se aprovado, o conceito de família natural será destruído na legislação brasileira	20/11/2013	Nesta quarta-feira (20) o Senado deve votar no Projeto de Lei Complementar 122/2006 (PLC), concebido para criminalizar a "homofobia", conceito muitas vezes interpretado como qualquer opinião contrária às práticas homossexuais.
PLC 122: votação suspensa após pressão dos evangélicos	21/11/2013	O dia 20 de novembro (quarta-feira) foi um dia de derrotas para os militantes do supremacismo gay. A pressão sobre o PLC 122 foi tão grande que o senador Paulo Paim, autor de uma mudança no PLC 122 que supostamente deixava o projeto “inócuo,” teve de retirá-lo da pauta da votação.
Semana decisiva em Brasília Congresso Nacional deverá votar diversos projetos contrários a princípios cristãos	10/12/2013	O PLC 122/2006 é o polêmico projeto que, segundo ativistas gays, trata do combate à homofobia. Na visão dos líderes cristãos e parlamentares das bancadas evangélica e católica, o projeto é uma “mordaza gay”, pois interfere no direito ao livre pensamento e à liberdade de expressão, além de ser visto como inconstitucional por muitos justamente por estabelecer privilégios a cidadãos homossexuais.
PL122 é retirada de pauta da CDH pela terceira vez Sessão foi acompanhada por ativistas e entidades de defesa dos direitos dos homossexuais e de representantes de igrejas	13/12/2013	Mais uma vez, o relator da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação, senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou um texto substitutivo ao PLC 122/2006 e a votação foi adiada devido à apresentação de pedido de vista coletiva. Senador Magno Malta (PR/ES) reconhece que com a retirada da palavra homofobia houve avanço, mas é necessário fazer correção da terminologia gênero, identidade de gênero e orientação sexual.
PL 122 é anexado à reforma do Código Penal Projeto de lei que criminalizava homofobia foi apensado à proposta do novo Código Penal	19/12/2013	No dia 17/12/2013, um dos projetos de lei mais conhecidos no Brasil, o PLC 122, que visava criminalizar a homofobia, foi apensado à proposta do novo Código Penal (PLS 236/2012), no Senado Federal. Em regra, portanto, o PLC 122 não existe mais. Isso é uma grande vitória contra um projeto ideológico e ditatorial, que tinha como objetivo proibir a livre manifestação do pensamento e da crença religiosa ou filosófica.
Consciência Cristã se consolida em 2014	17/01/2014	Responsável pela organização do Encontro para a Consciência Cristã, a VINACC (Visão Nacional para a Consciência Cristã) realiza o evento todos os anos no período do feriado de Carnaval. Difunde ainda outros projetos de evangelização e campanhas a respeito de temas do interesse da família e da comunidade cristã, como no caso da que foi feita contra a aprovação da PLC 122/06.
Consciência Cristã: começa hoje um dos maiores eventos cristãos da América Latina	27/02/2014	Evento pioneiro criado para a difusão de valores cristãos baseados na Bíblia, o Consciência Cristã se diferencia de outros acontecimentos do meio evangélico por se focar

Evento é fundamentado na difusão de conhecimentos e valores cristãos		unicamente nas Escrituras como norma de fé e prática de vida. (...) Difunde ainda outros projetos de evangelização e campanhas a respeito de temas do interesse da família e da comunidade cristã, como no caso da que foi feita contra a aprovação da PLC 122/06.
--	--	--

Fonte: <http://www.cpadnews.com.br/home.html>.

Nesses excertos, percebe-se o acompanhamento ostensivo da mídia evangélica sobre a tramitação do PLC 122. As notícias revelam uma preocupação sobre a conquista dos direitos do segmento LGBT, o que representaria, segundo os evangélicos, o estabelecimento de limites para a liberdade religiosa, onde os fiéis seriam punidos caso manifestassem contrariedade a homossexualidade. São os valores religiosos e as representações que integram esses discursos, mesclando argumentos políticos e legais, que demonstram a complexidade das relações estabelecidas entre Religião e Estado.

O espaço político é o das disputas entre diferentes atores sociais, mas que permite a entrada de argumentos religiosos, apesar de estes sofrerem mudanças em algumas circunstâncias. A oposição nós/eles muitas vezes é construída na política tendo como base categorias morais, por exemplo, o “bom” *versus* o “ruim”.

Chantal Mouffe (2009) defende que os antagonismos no campo político são baseados por estas dicotomias, utilizando muitas vezes termos não políticos, como é característico no discurso evangélico. Dessa forma, este segmento poderá ser caracterizado como adversário, dentro de uma lógica agônica e não como inimigo, pois, não é perceptível a relação antagônica sobre os temas morais que são mobilizados e defendidos pelo grupo evangélico. Contudo, a política, conforme observa Mouffe (2006) busca estabelecer a unidade em um contexto de conflitos e diversidade de opiniões. A política democrática não pretende superar a oposição nós/eles, que é impossível, ela apenas quer mostrar como este tipo de antagonismo é compatível com a democracia. A partir do pluralismo agonístico, o propósito é garantir que os inimigos não sejam destruídos, mas sim combatidos enquanto adversários, cujas ideias os mesmos podem defender quando obedecem todas as regras do jogo democrático.

Ainda com relação aos fragmentos citados acima, quando emergem temas relacionados à orientação sexual, assunto tratado com exaustão pelos evangélicos, surgem, conseqüentemente, os discursos baseados em dogmas confessionais favoráveis à rejeição desse assunto na esfera política. Isso justifica que a homossexualidade, assim como é diagnosticada nos discursos nos templos, deve ser encarada como “pecado” ou “doença”. Tanto o discurso evangélico identificado nos meios de comunicação, quanto o discurso proveniente de parlamentares evangélicos no plenário, constituem o que é chamado de

comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 1998). Assim, os evangélicos de modo geral, partilham de códigos de disciplina, de regras e valores responsáveis pela constituição de um mesmo tipo de enunciado, neste caso, o político, religioso e jornalístico estão ligados no mesmo processo de produção discursiva.

Retornando aos pronunciamentos de parlamentares identificados nos diários oficiais, o discurso evangélico na Câmara sobre a homossexualidade não busca sustentar-se apenas em preceitos confessionais, visto que foi identificada em alguns pronunciamentos uma tendência em tornar “científico”, ou seja, de “laicizar” o conteúdo discursivo sobre o assunto (MACHADO; BURITY, 2014). Os fragmentos abaixo demonstram esta característica:

Ninguém nasce *gay*, não existem pesquisas em nenhum lugar do mundo que tenham conseguido comprovar evidência orgânica para a homossexualidade. Algumas pesquisas como a do hipotálamo e a dos gêmeos (ambas já descartadas por cientistas americanos; temos registros seguros do que afirmamos) chegam aos países do terceiro mundo como panacéia para o conflito interior que atinge *gays* e lésbicas, independentemente de sua condição social, cultural, econômica, religiosa ou familiar. O homossexualismo é um estado de vida completamente reversível (...). Dep. Pastor Francisco Olímpio, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 06/07/2005, Sessão: 169.3.52.O / BC)

O que está por trás realmente desse projeto de lei de homofobia é a tentativa de impor a todos o dogma da moralidade ou naturalidade do homossexualismo, que não é científico, mas de origem ideológica, tornando-se penalmente punível a contestação a essa pretensa verdade. Dep. Jefferson Campos, PTB – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 10/06/2008, Sessão: 132.2.53.O / BC)

O acionamento de argumentos que são provenientes do campo científico é cada vez mais constante no discurso religioso evangélico, diferente do que era identificado nos primórdios da participação evangélica na política onde era perceptível uma postura mais sectária e proselitista diante dos temas que surgiam no legislativo. Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes, através de pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) intitulada *Religião e Política no Brasil*, entre setembro de 2011 e agosto de 2012, chegam a resultados que comprovam esta tendência. Em entrevistas feitas com integrantes da FPE, surgiram relatos sobre a necessidade de dar um caráter mais científico para a frente, “buscando se afastar do estigma que pesa sobre a religião no Parlamento e também da negatividade associada socialmente à imagem dos evangélicos, sobretudo pentecostais e neopentecostais” (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p.156).

Atualmente os evangélicos, atentos ao crescimento e à necessidade de dar novos embasamentos às suas justificativas, mobilizam outros discursos provenientes de campos distintos ou de épocas diferentes, onde um discurso particular pode estabelecer uma relação interdiscursiva com unidades de dimensões bem variáveis e, neste caso, torna-se perceptível a

relação do discurso religioso com o científico, a presença, por alusão ou citação, de um discurso em outro. Trata-se de discursos ligados por um conjunto de relações interdiscursivas. O funcionamento através de uma intertextualidade externa, mobilizada por discursos de campos distintos (MAINGUENEAU, 1998).

Quando ocorre a mescla entre discursos provenientes de áreas diferentes, como no caso aqui investigado, o discurso religioso e o discurso científico, é possível identificar o conjunto das unidades discursivas que entram no processo de relação, aqui observado por recorrência das justificativas religiosas que consideram a homossexualidade ou enquanto ‘doença’ ou “conduta moral” que está sendo imposta pelo segmento LGBT através de leis, constituindo assim duas formações discursivas. Isso tudo representa uma relação interdiscursiva, pois os pronunciamentos fazem uso da repetição e transformação de elementos do saber, responsáveis pelo deslocamento das fronteiras dessas formações discursivas (COURTINE, 2009). Dessa forma, é através de tal relação interdiscursiva, da relação que um discurso mantém com outros discursos, que é possível entender os procedimentos em que estes são submetidos, ou seja, à repetição, refutação e articulação de formações discursivas que podem também ser consideradas como formações ideológicas antagonistas, neste caso, entre defensores e apoiadores do PLC 122.

Voltando aos excertos citados acima, o projeto de lei de homofobia mencionado pelo deputado Jefferson Campos é o PLC 122/2006. Campos é integrante da Igreja do Evangelho Quadrangular e também da FPE. O deputado argumenta que o projeto é inconstitucional, já que, segundo o mesmo, cercearia a liberdade de pensamento e de crença religiosa, o que é assegurado na Constituição, e que criaria uma lei que daria superdireitos aos homossexuais. Para aqueles que manifestassem qualquer opinião contrária aos direitos dos homossexuais, seriam impostas penalidades de até cinco anos de reclusão para qualquer tipo de manifestação, seja ela de ordem filosófica ou religiosa. Segundo Campos, isto representaria um verdadeiro atentado à liberdade de convicção religiosa, porque seria estabelecido um policiamento ideológico sobre as igrejas. Posicionamentos semelhantes também são identificados nos seguintes pronunciamentos:

Alerto os Senadores para os problemas constitucionais que este PLC encerra. Primeiro, diz respeito às liberdades de expressão e de pensamento, o que fere frontalmente o art. 5º da Constituição Federal. Em uma sociedade democrática e republicana, não se pode pôr em risco o que asseguramos a duras penas: a liberdade de expressão e de pensamento. O movimento dos *gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais tem defendido a necessidade da aprovação desse projeto de lei, porque ele criminaliza a homofobia. Mas nele há um problema: ao mesmo tempo em que dá liberdade a essas pessoas, retira a liberdade dos pastores e dos padres de serem contra ou de dizerem, baseados em sua fé, em seus princípios bíblicos, que a

homossexualidade é um pecado. Na verdade, o PLC nº 122 se opõe à ética, à filosofia, ao juízo de valor. Dep. Henrique Afonso, PT – AC (Diário da Câmara dos Deputados, 24/05/2007, Sessão: 121.1.53.O / CP).

(...) quero fazer um apelo aos Senadores, especificamente aos membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, onde será votado o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 122, de 2006, que trata de homofobia, de discriminação, tema aparentemente justo e digno. Porém, nós entendemos que, do jeito que está, a proposta é inconstitucional, ilegítima. Dep. Bispo Rodvalho, DEM – DF (Diário da Câmara dos Deputados, 23/06/2008, Sessão: 150.2.53.O / GE).

Em nossa avaliação, o projeto fere de forma inaceitável princípios básicos da Constituição Federal, pois entre suas consequências estaria a de criar embaraços e restrições à liberdade religiosa e de opinião. Não podemos aceitar que aqueles que por questões de princípios éticos, morais e institucionais tiverem posições contrárias a determinados comportamentos não possam expressar essas posições sob pena de serem criminalizados por isso. O projeto estabelece, por exemplo, como crime, no art. 16, § 5ª, a prática de qualquer tipo de ação "constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica" contra o homossexualismo. Caso esse texto seja aprovado, fatalmente certos grupos organizados de interesse poderão usar de interpretações distorcidas para tentar criminalizar aqueles setores da sociedade que, por convicção religiosa ou moral, têm posições críticas em relação à prática do homossexualismo e a outras que, no nosso entender, ferem os princípios cristãos. Não se trata de homofobia, nem discriminação, e sim de direito à crítica e à opinião. Dep. Andre Zacharow, PMDB – PR (Diário da Câmara dos Deputados, 08/06/2011, Sessão: 144.1.54.O / PE).

Todos os pronunciamentos supracitados qualificam o PLC 122 como inconstitucional, visto que, na caracterização dos membros da FPE, este seria um atentado à liberdade religiosa. Apoiados na questão da liberdade de expressão, não só os evangélicos têm esta percepção negativa sobre o projeto, como demonstra o pronunciamento do deputado católico Miguel Martini (PHS-MG):

Quero também, neste momento, alertar inclusive os nobres Senadores para o PL nº 122, de 2006, que, numa manobra regimental, discrimina todos os que não são homossexuais. Quem não é homossexual está discriminado por esse projeto. Então, por uma manobra regimental, extrapauta, por uma distração de alguns dos nossos Senadores, o projeto avançou em uma Comissão. Mas sem dúvida alguma estaremos agora ainda mais vigilantes para que ele não vá à frente, porque declaro aqui que nós respeitamos profundamente todo homossexual, e ninguém neste País pode ser discriminado, nem os que o são, nem os que não o são; cada um que se comporte de acordo com a sua escolha, com a sua opção, mas não venha impor aos outros a obrigação de pensar de forma igual. Dep. Miguel Martini, PHS – MG (Diário da Câmara dos Deputados, 12/11/2009, Sessão: 314.3.53.O / GE).

Miguel Martini é membro de um grupo carismático de evangelização da Igreja Católica em Minas Gerais, atuando em movimentos e pastorais. O conteúdo de seu discurso é semelhante ao posicionamento da FPE e de outros parlamentares que atuaram na oposição ao PLC 122. Diversos deputados, religiosos ou não, caracterizavam o PLC 122 como a “lei da mordaza”, visto que o projeto, principalmente através do seu artigo 20, estabeleceria a punição para qualquer tipo de ato que “induzisse, praticasse ou incitasse a discriminação ou



preconceito de raça, cor, etnia e religião, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. O discurso que caracterizava a aceitação da homossexualidade como o início da destruição dos “bons costumes” e da “família brasileira” era o elemento aglutinador de evangélicos ou não evangélicos, um momento marcado pelo ressurgimento de argumentos morais. Trata-se de um ato discursivo perlocutório (RICOEUR, 2013), visto que ao dizerem que a aceitação dessa lei traria riscos a um conjunto de valores religiosos, o efeito produzido seria a ênfase em discursos cada vez mais moralizantes, com o objetivo de persuadir o público ouvinte.

Obviamente que os discursos que surgem no plenário da Câmara também se utilizam de elementos que são mobilizados nos púlpitos das igrejas evangélicas, e o lugar da fala ocupado pelo enunciador terá impacto no conteúdo discursivo, seja ele no púlpito ou no plenário. Em virtude de os diferentes públicos receberem o enunciado, poderá haver convergência em torno dos sentidos produzidos no ato discursivo, ao mesmo tempo em que é identificado o recurso de uma multiplicidade de linhas de retórica utilizadas na formulação do discurso, com o uso de palavras diferentes, mas que possuem o mesmo sentido, dependendo do contexto social-histórico em que são mencionadas. Contudo, cabe ao analista entender a utilização desses termos, como eles são ditos em um espaço específico e não ditos em outro, verificar também o modo em que eles são ditos, sempre procurando entender não o sentido explícito, mas o real sentido identificado na sua materialidade linguística e histórica (ORLANDI, 2013), ou seja, a materialidade da ideologia constituída em discurso no ato de dar significado, entendendo que os componentes sócio-históricos constituem a prática discursiva.

De acordo com as informações obtidas através da leitura de sites de notícias, jornais e revistas provenientes de igrejas evangélicas<sup>65</sup>, assim como os discursos identificados nas sessões legislativas na Câmara, é possível perceber a ocorrência de um *continuum* acerca do posicionamento dos evangélicos sobre o PLC 122. Diante do que é discutido na Câmara, pouco difere a argumentação utilizada nos sites e jornais evangélicos, com exceção da Igreja Universal que apresenta um discurso mais caracterizado pela conciliação, e menos de crítica sobre a tramitação do PLC 122. Contudo, as igrejas pentecostais, principalmente a Igreja Assembleia de Deus, demonstram um posicionamento incisivo sobre os projetos de lei que mencionam questões direcionadas à orientação sexual, homossexualidade ou homofobia, suscitando situações de embate diante dos temas. Por representarem canais diretos de

---

<sup>65</sup> Foi realizada a coleta de notícias sobre o PLC 122 nos seguintes meios de comunicação evangélicos: Notícias Gospel Mais; Jornal Folha Universal; Jornal Mensageiro da Paz (Assembleia de Deus); Revista Aliança (Assembleia de Deus Vitória em Cristo); Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD News); Igospel (Igreja Renascer), Portal Universal.org; Portal Igreja Quadrangular.

comunicação com os seus fiéis, os jornais e sites evangélicos utilizam-se destes espaços para convocar o segmento religioso na tentativa de barrar leis que tratam destes assuntos e de justificar que é este o posicionamento da maioria do povo brasileiro, ou seja, a contrariedade sobre leis que almejam garantir a proteção dos direitos aos homossexuais.

Se existem diferenças entre os discursos provenientes dos espaços jornalísticos religiosos com os espaços políticos, estas devem ser entendidas por meio de sua terminologia e não de conteúdo. Os diferentes contextos em que são mencionados estes discursos devem ser compreendidos através das representações que os participantes fazem para si (MAINGUENEAU, 1998). Porém, os discursos podem mudar o seu status ou gênero, dependendo dos contextos em que eles circulam.

### 6.2.1 Os discursos favoráveis ao PLC 122/2006

No polo oposto ao posicionamento dos parlamentares evangélicos na Câmara, estavam aqueles que manifestavam apoio ao PLC 122, muitos baseados no *lobby* que buscava construir mecanismos de combate à homofobia ou qualquer tipo de discriminação sofrida pelo segmento LGBT. Foram diversos os debates entre defensores e opositores do projeto, onde sempre entrava em cena a discussão sobre o papel do Estado laico e a influência de dogmas religiosos e tradicionalistas na política. Entre os defensores do projeto que pretendia criminalizar a homofobia, conforme o pronunciamento a seguir, estava a deputada federal Cida Diogo (PT-RJ):

Esta Casa já aprovou o PLC nº 122, que se encontra no momento no Senado Federal. Tal projeto criminaliza a homofobia neste País. Foi esse o norte da Parada: *Criminalização Já!* Que seja crime a atitude homofóbica de qualquer pessoa que se ache no direito de perseguir, agredir e, muitas vezes, até de assassinar outra pessoa somente por esta ter assumido sua sexualidade, sem incomodar a ninguém. Há gente no Brasil que se acha no direito de perseguir pessoas de distinta orientação sexual. O PLC nº 122, cuja Relatora é a Senadora Fátima Cleide, tem de ser aprovado, para que possamos avançar no que se refere a direitos individuais na democracia e na liberdade sexual. Dep. Cida Diogo, PT – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 16/10/2007, Sessão: 286.1.53.O / PE).

Cida Diogo vinha atuando na defesa do segmento LGBT no legislativo desde o seu mandato de deputada estadual no Rio de Janeiro. Na Câmara dos Deputados, foi escolhida por parlamentares e por diversas organizações não-governamentais para ser a Presidente da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT<sup>66</sup>, organismo que atua na defesa dos direitos de *gays*,

---

<sup>66</sup> Durante a 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília em 2008, a deputada Cida Diogo (PT-RJ) decidiu passar a coordenação da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT para a senadora Fátima Cleide (PT-

lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros e bissexuais realizando eventos que discutem esta temática e também na execução e promoção de leis e políticas públicas.

Os pronunciamentos a seguir também evidenciam o posicionamento favorável de uma parcela dos deputados no Congresso ao PLC 122:

A Constituição brasileira proclama que o Brasil é um Estado laico e que se opõe a toda e qualquer forma de discriminação. (...) Em consonância com o avanço da cidadania, o Brasil deve incorporar os direitos de milhões e milhões de pessoas que hoje são discriminadas somente em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero. (...) O primeiro passo para resgatar a dívida do Estado e da sociedade com os GLBTs é a aprovação do PLC nº 122/2006, que criminaliza a homofobia. O projeto, atualmente na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, pune, com penas de 3 a 5 anos, os atos de discriminação praticados contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Dep. Iran Barbosa, PT – SE (Diário da Câmara dos Deputados, 28/06/2007, Sessão: 166.1.53.O / PE ).

(...) o movimento LGBT pede urgência na aprovação do PLC 122/2006, de autoria da Deputada Iara Bernardi e que agora tramita no Senado. Esse projeto criminaliza a homofobia. (...) Sabemos da resistência das bancadas evangélica e católica a esse projeto. Mas quando é que o Brasil entenderá que discursos homofóbicos incentivam a violência? O Estado brasileiro é laico, e é para garantir a liberdade e a democracia que tanto pregamos que o Parlamento brasileiro não pode mais silenciar e se manter omissos diante de tamanho preconceito, que pretende se esconder por trás de uma suposta liberdade de expressão para seguir violando direitos fundamentais. Dep. Ivan valente, PSOL – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 23/11/2010, Sessão: 201.4.53.O / PE).

O projeto que criminaliza a homofobia coloca uma situação curiosa para o Estado brasileiro. Faz com que duas liberdades sejam colocadas em confronto. É preciso decidir de qual delas faz mais sentido abrir mão. Na maior parte, o projeto não tem qualquer motivo para contestação. A proposta proíbe, por exemplo, que alguém seja demitido por ser *gay*. Ou que alguém tenha qualquer direito negado por ser homossexual. (...) O ponto a ser discutido, porém, é outro. É sobre a incitação à homofobia. Aqui é que os evangélicos, que conseguiram evitar a discussão e a votação no Congresso nesta semana, reclamam. Na verdade, não são apenas eles (...). Os evangélicos dizem que o projeto coloca em risco a liberdade de expressão e a própria liberdade religiosa deles. Pela crença que têm, a homossexualidade é condenável, e querem poder dizer isso em seu culto, ou mesmo fora dele. Os homossexuais, por outro lado, querem ter o direito de viver como qualquer pessoa, com os mesmos direitos e sem riscos de serem hostilizados por isso. O projeto na sua versão atual até minimiza o problema ao dizer que religiosos podem defender dogmas e crenças desde que não incitem a violência contra os *gays*. Mesmo assim, pastores continuam acreditando que têm seus direitos cerceados. Dep. Amauri Teixeira, PT – BA (Diário da Câmara dos Deputados, 18/05/2011, Sessão: 116.1.54.O / OD).

---

RO), que já vinha conduzindo os trabalhos na qualidade de relatora do PLC 122/2006. Consta nos anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, realizada em 2011 em Brasília, através do depoimento de Julian Rodrigues, membro da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – ABGLT, a informação de que Cida Diogo enfrentou dificuldades durante a segunda legislatura da frente, em 2007. O resultado destas dificuldades foi identificado nas eleições de 2008, quando Cida Diogo foi duramente criticada por ter sido coordenadora da frente parlamentar GLBT, assumindo que depois da campanha, não teria mais condições políticas e eleitorais para conduzir e protagonizar os trabalhos da frente. Disponível em: Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

A argumentação utilizada pelos parlamentares citados acima demonstra que a maior preocupação é a de manter o caráter laico do Estado, cabendo a ele assegurar os direitos do público LGBT e atuar no combate de qualquer manifestação que seja enquadrada como homofóbica. Iran Barbosa (PT-SE) afirma que o Estado brasileiro e a sociedade em geral têm uma dívida com os homossexuais, que seria sanada com a aprovação do PLC 122. Ivan Valente (PSOL-SP) destacou a forte oposição que estava sendo realizada pelos deputados religiosos ao PLC 122, representando neste período o maior entrave para a aprovação do referido projeto. O pronunciamento do deputado Amauri Teixeira (PT-BA) sintetiza muito bem o que está sendo exposto por este capítulo e qual é o seu propósito. Teixeira argumenta que a questão da liberdade está sendo disputada pelos religiosos e pelos defensores dos direitos dos homossexuais, ou seja, existe um conflito em torno do monopólio da palavra, o que representaria um fato curioso, pois ambos os lados reivindicam a liberdade. Delimita-se, reciprocamente, uma concorrência de duas formações discursivas distintas dentro de um mesmo campo dotado de regras, onde os enunciadores buscam demarcar suas diferentes posições e que também se distinguem segundo as diversas formas em que organizam os seus discursos. Com este cenário de tensão entre duas concepções sobre a ideia de liberdade, surge um campo de disputa em torno do real significado da palavra preconceito e discriminação, ocasionando, assim, o conflito entre duas formas de direitos – o da livre expressão religiosa e o da liberdade de orientação sexual. O resultado desta tensão é o consenso entre as lideranças religiosas no que diz respeito ao combate à criminalização da homofobia (MACHADO, 2010).

Seguindo a contribuição de Orlandi (2013), pode-se afirmar que palavras iguais possuem significados diferentes, porque se inscrevem em formações discursivas diferentes, neste caso entre apoiadores e críticos ao Projeto de Lei, as palavras “liberdade”, “família” e “preconceito” apresentam finalidades diferentes na formulação dos enunciados. Sobre a utilização destas palavras, é possível perceber a disputa em torno dos significados de determinados termos utilizados por deputados contrários ao PLC 122 e os defensores.

Courtine (2009) defende que o discurso político na sua concretude remete a uma determinada posição na luta ideológica de classes. Nos discursos na Câmara sobre o PLC 122 ocorre, dentro do mesmo espaço discursivo, a disputa pelo significado das palavras “liberdade”, “família” e “preconceito”, e esta disputa é responsável pela circulação do tema dentro de novas conjunturas que regulam o processo da construção de sentido, estabelecendo limites, naturalizando e promovendo alguns aspectos e criticando outros como, por exemplo,

no momento em que os evangélicos questionam a liberdade de orientação sexual como entrave para a liberdade religiosa, compreendendo que uma acaba excluindo a outra.

A tramitação do PLC 122/2006 representou um período de grande efervescência social, onde foram travados debates políticos em torno da lei que tem como objetivo a criminalização de atitudes preconceituosas, como a homofobia. Maria das Dores Machado, em pesquisa realizada neste período sobre a questão da homofobia como tema da agenda política do segmento LGBT, considera que o assunto ficou polarizado na seguinte forma:

(...) de um lado, os movimentos sociais, que tinham como principal demanda o mesmo tratamento dado aos crimes de racismo para o preconceito e a discriminação às pessoas com orientação sexual homossexual e, de outro, as diversas tradições religiosas, tomadas e assumidas como opositoras à lei, visto que percebiam como violados seus direitos à livre expressão. (MACHADO, 2010, p.115)

Segundo Machado, os discursos de muitas instituições cristãs caracterizam as práticas homoafetivas como tipos de comportamentos transgressores à lei da natureza ou lei de Deus, que, na concepção religiosa, teria criado apenas dois seres com sexos distintos para realizar a procriação e se complementarem. Neste caso, “(...) a homossexualidade e os indivíduos que a praticam são percebidos como ameaças às ordens social, política, moral e, em alguns casos, legal das sociedades” (MACHADO, 2010, p.117). De acordo com as diferentes caracterizações que o PLC 122 demonstra na Câmara, percebe-se uma disputa em torno dos sentidos em que os significados do termo liberdade e preconceito recebem, pois ambos os lados, evangélicos e movimentos LGBT se declaram como vítimas do preconceito e também como minorias perseguidas.

Através deste trabalho de análise e apresentação dos pronunciamentos provenientes de parlamentares evangélicos e não evangélicos mobilizados na Câmara sobre o PLC 122 é possível fazer uma primeira tentativa de classificação deste tipo de discurso confessional, seguindo a tipologia apresentada por Orlandi (2013), tendo como base os diferentes modos de funcionamento dos enunciados, tomando como referência os elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com os efeitos decorrentes. O discurso evangélico na Câmara pode ser considerado um tipo de discurso polêmico, onde a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, sendo que estes se mantêm em presença, situados em uma relação tensa de disputa pelos sentidos (ORLANDI, 2013).

Outra característica do discurso evangélico sobre o PLC 122 é a mobilização de diferentes posições no momento em que o enunciador procura transmitir o sentido do seu posicionamento acerca do tema, em outras palavras, a variedade que a palavra “nós” adquire dentro do discurso religioso. Em diversos contextos os parlamentares se apresentavam não

apenas como “nós, religiosos”, mas sim como “nós, defensores da família”, “nós, brasileiros” e “nós, defensores da Constituição”. Cada “nós”, construído dentro de um contexto de diversidade e conflito (MOUFFE, 1999), passa a constituir um sentido capaz de se articular dentro do discurso de contrariedade ao PLC 122, e, cada sentido é capaz de dialogar com diferentes setores, religiosos ou simplesmente conservadores. Isto quer dizer que o discurso evangélico é capaz de romper as barreiras do discurso puramente confessional e proselitista para se manter na política. Dessa forma, conforme sugere Mouffe (1999), dependendo do contexto em que é mencionado e da posição do sujeito enunciador, a principal característica deste discurso poderá ser a pluralidade de posições, assim, o pluralismo, a multiplicidade e o conflito, verificados aqui nos enunciados religiosos, passam a ser elementos constituintes da política.

### **Considerações finais**

Os evangélicos representam atualmente um segmento em expansão no cenário político brasileiro. Trata-se de um grupo que não é homogêneo, mas que possui a capacidade de revelar o quanto alguns temas que são caros ao discurso religioso, ainda detêm um potencial aglutinador de evangélicos e não evangélicos no espaço legislativo, no caso explorado neste capítulo, a atuação evangélica sobre o PLC 122.

As relações entre política e religião continuam complexas. Quando são discutidos determinados temas, diferentes vocabulários, religiosos ou laicos, entram em concorrência, ou até mesmo se entrecruzam. Os pronunciamentos sobre o PLC 122 revelam que os discursos evangélicos constituem-se em híbridos de justificativas que mesclam argumentos religiosos ou seculares em uma contínua tensão, visto que, ao mesmo tempo em que os evangélicos lançam os seus exemplos bíblicos, como o caso de Sodoma e Gomorra para justificar o posicionamento sobre a homossexualidade, é perceptível a utilização de discursos que se intitulam “científicos”, na tentativa de laicizar a atuação política destes atores religiosos. Acompanhando as circunstâncias em que o tema foi mencionado, desde o primeiro pronunciamento na Câmara, é possível identificar as mudanças ocorridas nos argumentos utilizados. No primeiro momento, a partir de 2003, os evangélicos concentravam sua contrariedade baseados em preceitos bíblicos, com uma postura confessional dogmática, já no segundo momento, em 2005, buscavam justificativas em argumentos caracterizados como “científicos”, e por fim, a partir de 2011, sustentavam a contrariedade, baseados em preceitos legais, tendo a Constituição Federal como elemento de apoio.

Deve-se destacar que a maioria dos discursos contrários ao PLC 122 é proveniente de parlamentares vinculados à Assembleia de Deus, e isto também foi verificado nos meios de comunicação que subsidiaram a análise, visto que grande parte das notícias relacionadas ao tema foi identificada nos jornais e sites da denominação pentecostal clássica. Os diferentes lugares do discurso, ou campos discursivos, investigados na pesquisa, evidenciam as múltiplas características que o sentido do enunciado adquire, seja ele proferido no púlpito da igreja ou no plenário da Câmara. Contudo, o significado do discurso será moldado através da forma como ele é recebido e identificado pelo público. A análise discursiva é pertinente para este tipo de investigação, pois ela não procura apenas a simples interpretação, não está atrás de um sentido verdadeiro, pela simples razão de que não existe uma verdade oculta atrás do texto. É preciso entender os gestos de interpretação, como os diversos verificados no discurso evangélico, e como estes acabam se constituindo. Os discursos não estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo. Havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do aparato simbólico e da história. (ORLANDI, 2013). Dessa forma, o discurso evangélico sobre o PLC 122 não representa um discurso verdadeiro, ele está inserido nas disputas, adquirindo diferentes sentidos que podem variar, dependendo do campo discursivo em que é mencionado.

Os evangélicos afirmam que estão sendo apoiados por uma maioria brasileira que é religiosa que, na opinião destes, seria contrária ao PLC 122. O ato de buscar o apoio na população para criticar qualquer tentativa de ampliação de direitos para os homossexuais trata-se de uma estratégia comum, utilizada não apenas quando é mencionado este tema, mas outros assuntos como o aborto e as pesquisas com células-tronco embrionárias.

A tramitação do PLC 122 na Câmara e no Senado serve como exemplo de assunto capaz de revelar os diferentes posicionamentos polêmicos em torno do tema da homossexualidade, os preconceitos gerados por alguns segmentos religiosos, assim como a crescente presença pública da religião, a pluralidade de atores e de práticas, e as diferentes estratégias utilizadas pelos evangélicos na tentativa de impor os seus valores e dogmas a um Estado laico.

## 7 PARLAMENTARES EVANGÉLICOS E O ABORTO NA PAUTA LEGISLATIVA

### Introdução

As discussões promovidas por parlamentares evangélicos sobre o aborto na Câmara dos Deputados são constantes desde o início da participação deste segmento religioso no Poder Legislativo, mais precisamente a partir da Assembleia Constituinte eleita em 1986. Como o objetivo desta tese é a análise discursiva dos posicionamentos deste grupo desde a fundação da Frente Parlamentar Evangélica, em 2003, os discursos anteriores, que não foram escassos, não serão destinados à análise. Contudo, em algumas circunstâncias, serão mencionados os projetos de leis que tramitaram anteriormente à fundação da FPE e que seguiram sendo alvo de polêmicas e investidas devido aos seus conteúdos<sup>67</sup>.

O aborto é um tema destacado pelos evangélicos não somente no âmbito legislativo, mas também nos espaços de pregação religiosa<sup>68</sup> e nos meios de comunicação. Contudo, a ênfase sobre o assunto na agenda política dos evangélicos na Câmara dos Deputados emerge sobretudo naquelas ocasiões em que algum projeto de lei, ou medida promovida pelo Ministério da Saúde ou outro órgão executivo ou judiciário, pretende trazer novas caracterizações sobre as leis que tratam do assunto. São geralmente as questões que buscam a legalização do aborto em novos casos, além daqueles já permitidos na atual legislação.

A resposta da maioria dos parlamentares evangélicos é quase sempre instantânea. As manifestações de contrariedade ao aborto são constantes durante as falas no plenário e também através da promoção de projetos de lei que procuram “garantir” o direito à vida do nascituro, reformas no Código Penal, caracterizando o aborto como crime, formulação de

---

<sup>67</sup> Principalmente o PL n° 1.135 de 1991, que pretendia suprimir o Art. 124 do Código Penal Brasileiro, que considera crime o “aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque”.

<sup>68</sup> Na pesquisa de campo realizada nesta tese, também foi explorada a opinião dos entrevistados sobre o aborto, contudo, assim como no tema da homossexualidade, os evangélicos se mostraram pouco abertos para abordar o assunto, na maioria das vezes respondendo rapidamente ou simplesmente ignorando as investidas do entrevistador. Das seis lideranças entrevistadas, apenas três resolveram comentar o assunto. Diante da pergunta sobre a posição da Igreja com relação ao aborto, o pastor da Assembleia de Deus afirmou que a denominação precisa ter uma atitude cautelosa no tratamento do tema, mas que a Igreja não aceita a prática do aborto. O trabalho pastoral é voltado para a orientação e o aconselhamento para a prevenção, porém, o assunto não é mencionado abertamente durante os cultos. Para o pastor da Igreja Batista, o tema deve ser tratado através de mensagens durante os cultos. As mensagens bíblicas sempre procuram esclarecer que a prática do aborto precisa ser evitada, e que as pessoas que recorrem ao aborto devem ser amparadas através da fé. Já para o pastor entrevistado da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, tudo deve ser pautado pelo ensino da Bíblia. O luterano não deve concordar com a prática do aborto, no entanto, não cabe à Igreja rejeitar a mulher que interrompeu a gravidez.



frentes parlamentares contrárias ao aborto, juntos com os católicos e também no fomento e divulgação de eventos como marchas e vigílias contra as novas matérias que tratam do aborto, enquanto tema de saúde pública.

É possível situar dois polos que disputam os sentidos em torno do tema, os defensores da descriminalização do aborto, ativistas, lideranças políticas e organizações que tratam do assunto, inclusive algumas religiosas, e os opositores, na maioria os evangélicos que compõem a FPE, os católicos da Pastoral Parlamentar Católica, CNBB e os integrantes de outras frentes parlamentares que não estão necessariamente situados nestes grupos citados, como a “Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida”, “Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto – Pelo Direito à Vida” e a “Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto”. Muitos deputados evangélicos compõem mais de uma frente. Esta é inclusive uma das raras ocasiões na qual é possível visualizar um alinhamento entre evangélicos e católicos sobre um mesmo tema. Dessa forma, a discussão sobre o aborto é capaz de unificar diferentes concepções religiosas. A unidade entre católicos e evangélicos contra o aborto será explorada de forma pormenorizada mais adiante neste capítulo.

Quando surge o tema do aborto na agenda legislativa, a postura do segmento evangélico na Câmara é bastante complexa. Os discursos identificados desde a fundação da FPE até o final da 54ª Legislatura evidenciam que os posicionamentos, na maioria dos casos contrários à prática, carregam elementos provenientes de diferentes dimensões, e não só utilizam justificativas de cunho religioso no momento da edificação discursiva, mas também argumentos oriundos de diferentes campos, como o jurídico, científico, político e da saúde. Alguns estão imbricados, outros recorrem somente a uma dimensão para tratar do tema. As variadas formas de utilização desses “discursos”, que parecem diferir em um primeiro momento e que são provenientes de diferentes campos, apresentam os mesmos pontos nodais, dependendo do momento e da forma como o tema aborto é tratado. Ou seja, a defesa da vida e a defesa da família constituem os momentos que estabelecem a unidade entre estas diferentes dimensões, visto que em todas as falas foi mencionada ou a defesa da vida desde a concepção, ou a defesa da família, que passaria a ser destruída com a legalização de práticas como o aborto, no entendimento dos evangélicos.

Não é possível afirmar que ocorreu uma mudança na forma dos evangélicos de lidar com o tema, que antes era mais proselitista e, com o passar do tempo, passou a adquirir uma conotação mais laica em virtude da ausência, em algumas situações, da influência religiosa no momento da formação discursiva. O que se viu é que o discurso de natureza confessional é ainda muito forte quando o aborto é o tema central. Esse discurso religioso que emerge no

plenário pode ser combinado com as outras dimensões, citadas anteriormente, ou ele pode vir sozinho. Na maioria das vezes ele faz uso de referências bíblicas, através da citação de salmos e de outras passagens. Coloca Deus como o único e verdadeiro responsável para tirar a vida, não cabendo a mais ninguém este direito.

Os evangélicos, assim como os católicos, alegam a santidade da vida. Entendem que tirar a vida do feto é uma atitude criminosa, e que qualquer discurso sobre a legalização da prática precisa ser repudiado, pois ele estaria ferindo os princípios cristãos. O direito à vida estaria no ponto extremo, ele é inquestionável para a maioria evangélica e católica.

Sobre a questão dos direitos, é possível identificar duas formas que estão em choque quanto é tratado o tema do aborto. Existem os direitos atribuídos às mulheres no que diz respeito aos seus corpos e os direitos atribuídos ao feto e embriões, que passariam a ser compreendidos como “sujeitos”, “pessoas” autônomas dotadas de consciência. A primeira forma é reivindicada pelos defensores da descriminalização do aborto, movimentos feministas e outras organizações; a segunda, pelos evangélicos e católicos.

Com muita frequência os evangélicos admitem que a contrariedade ao aborto não representa a opinião pessoal dos parlamentares, mas sim a posição da maioria do povo brasileiro que é cristã<sup>69</sup>. Ser cristão, para este segmento é ser também contra o aborto. Quando estes parlamentares sobem na tribuna, muitas vezes defendem que estão falando na qualidade de representantes, de porta-vozes da maioria do povo, e que esta já decidiu manter a negativa do aborto. Sobre a posição desta maioria, alguns parlamentares evangélicos colocaram em pauta a necessidade da realização de um plebiscito, convocando a população para manifestar a sua posição sobre o aborto. No que se refere a este ponto, não é uma unanimidade entre os evangélicos a realização de atividades de consulta popular, visto que foram identificados pronunciamentos favoráveis, mas também contrários ao plebiscito.

---

<sup>69</sup> Contrariando esta justificativa apresentada pela maioria parlamentar evangélica, em pesquisa realizada pelo IBOPE, a pedido da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, foi investigado o nível de concordância da população brasileira sobre a prática do aborto em situações específicas. 66% afirmam concordar com o aborto quando a gravidez coloca em risco a saúde da mulher; 65% apoiam a interrupção da gravidez quando o bebê não tem nenhuma chance de sobreviver após o nascimento; 52% quando a gravidez é consequência de um estupro e 8% quando a pílula anticoncepcional falha. Foram entrevistadas pelo IBOPE 2.002 pessoas em 140 municípios em novembro de 2010. (PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O ABORTO, CDD, 2011). A opinião pública relacionada ao aborto também foi explorada em uma pesquisa realizada pelo DataSenado, mais precisamente sobre a proposta de reforma do Código Penal através do Projeto de Lei do Senado 236/2012, que estabelece novas regras sobre o que é crime e o que não é crime no país, assim como determina as punições no caso de descumprimento à legislação. Para 82% dos entrevistados, a lei não deve permitir que o aborto seja realizado pela mulher que não deseja ter o filho. Porém, diante de situações específicas a maioria dos entrevistados concorda com a legalização do aborto. Em caso de estupro 78% apoiam o aborto se for vontade da vítima; 74% apoiam a interrupção da gravidez se esta trazer risco de morte à mulher; 67% se o bebê apresentar uma doença grave, como em caso de anencefalia e 62% se a doença do bebê trazer algum risco à saúde da gestante. A pesquisa entrevistou 1.232 pessoas distribuídas em 119 municípios, incluindo as capitais. (PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL – REFORMA DO CÓDIGO PENAL, 2012, p. 5).

O que prevalece na visão dos evangélicos sobre o aborto é a posição tradicional, baseada na verdade indiscutível e absoluta da Bíblia. Contudo, algumas mudanças são perceptíveis, principalmente nas igrejas neopentecostais, que passam a proferir um discurso mais comedido sobre o aborto em determinadas circunstâncias, e até mesmo defendendo a prática. É o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que nos últimos anos, tem se demonstrado cada vez mais flexível sobre o assunto, com discursos mais liberalizantes inclusive de suas lideranças, como o Bispo Edir Macedo e o atual Senador e Bispo Marcelo Crivella (MACHADO, 2013), líderes religiosos mais pragmáticos e mais preocupados com o sucesso dos seus pronunciamentos junto às bases das igrejas e do eleitorado. Porém, essas são raras exceções, visto que foram identificados pronunciamentos de parlamentares que compõem a FPE e que são membros da IURD, totalmente contrários ao aborto, utilizando inclusive argumentos hostis sobre a decisão das mulheres que praticam a interrupção da gravidez de forma voluntária. As diferentes posições de parlamentares da IURD sobre o tema serão investigadas mais adiante.

O principal objetivo deste capítulo é demonstrar, como o recurso da análise discursiva, as variadas construções acerca do tema e como são sustentados os posicionamentos dos deputados evangélicos sobre o aborto, procurando visualizar a ocorrência, ou não, de metamorfoses discursivas a partir da fundação da FPE (2003) até o final da 54ª Legislatura (2014). O que fomentou estes discursos durante o período citado? Como eles surgiram? Quais os elementos que são capazes de aglutinar os diferentes posicionamentos sobre o aborto? Como se dá a construção dos polos discursivos, ou seja, a caracterização do adversário político, o “outro”, que também faz menção ao tema. Ser contra a prática do aborto é estar de acordo com uma postura ética ou é estar de acordo com os preceitos cristãos? Estas são algumas indagações que pretendem orientar o presente capítulo.

Foram coletados e identificados todos os pronunciamentos contendo as palavras-chave “aborto”, “abortamento”, “direito à vida”, “nascituro”, “interrupção da gravidez”, “feticídio”, “anencéfalo” e “anencefalia” no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados, entre 2003 e 2014, incluindo os discursos de parlamentares não evangélicos.

Sobre a organização do capítulo, este obedecerá à seguinte forma. Inicialmente serão abordados os antecedentes do discurso sobre o aborto no espaço político e jurídico, citando o caso norte-americano *Roe versus Wade* nos anos 70 e a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, circunstância esta que reconheceu a interrupção voluntária da gravidez.

A segunda seção será destinada à exposição da entrada do tema aborto na agenda política nos seguintes momentos: através da criação das Frentes Parlamentares que propõem

discutir o assunto durante o período investigado; a tramitação do Projeto de Lei nº 1.135 de 1991 e a apresentação do Estatuto do Nascituro por meio do Projeto de Lei nº 478 de 2007. Também serão destacadas outras circunstâncias que ocorreram durante o processo legislativo que mencionam a prática do aborto, como a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o aborto de anencéfalos e os atritos com o Ministério da Saúde através da norma que deixava de exigir o Boletim de Ocorrência em caso de estupro.

A terceira seção será dedicada à apresentação dos discursos de parlamentares evangélicos sobre o aborto, procurando interpretar e contextualizar as justificativas utilizadas por eles para sustentar a oposição a qualquer tentativa de descriminalização do aborto, de tratar este tema como de saúde pública ou qualquer outra mudança sobre as leis que tratam do assunto. Pretende-se visualizar as concorrências, por espaços de influência, desencadeadas pelos evangélicos, católicos e outros atores conservadores na arena política, quais as filiações religiosas dos parlamentares que mais mencionam o assunto, a participação dos membros da FPE na elaboração de projetos de leis ou outras proposições apresentadas nas últimas legislaturas e também o posicionamento das principais igrejas evangélicas sobre o aborto nos seus meios de comunicação, como jornais, sítios eletrônicos e revistas.

A intenção é demonstrar que, sobre o aborto, existem quatro tipos de posicionamentos: a contrariedade total diante de qualquer aperfeiçoamento das leis; a contrariedade parcial, ou seja, aquela que respeita o que já está previsto no Código Penal brasileiro de 1940; a posição favorável às mudanças e a posição dúbia, mais precisamente aquela que manifesta dúvidas ou não emite um parecer sobre o aborto.

A quarta seção é o momento da realização da análise discursiva. Nesta parte serão apresentados os discursos “notáveis” que mencionam o tema aborto, e que são pronunciados por parlamentares evangélicos. A análise será realizada em torno da construção dos sentidos, os enunciados proferidos, assim como as relações interdiscursivas estabelecidas entre as diferentes dimensões que tratam do aborto e que estão imbricadas no jogo discursivo que faz parte da política. Em virtude da quantidade significativa de pronunciamentos sobre o assunto, o capítulo pretende explorar apenas os discursos que carregam todos estes elementos, e que possuem a capacidade de situar ideologicamente o orador diante do tema direcionado ao público. Com o propósito de estabelecer um quadro comparativo, ainda nesta seção serão expostos os discursos daqueles parlamentares que são favoráveis à descriminalização do aborto, e que tratam este tema como assunto de saúde pública. O objetivo é demonstrar os argumentos empregados e que procuram defender os direitos das mulheres sobre o controle

dos seus corpos, sendo inclusive alguns semelhantes aos utilizados do outro lado da fronteira discursiva, e que são combatidos pelos evangélicos.

Por fim, serão apresentadas as considerações sobre o assunto explorado, realizando uma síntese dos elementos que tratam da repercussão do aborto na agenda política do Congresso, a forma como o tema é tratado pelos parlamentares evangélicos e a importância da análise discursiva enquanto ferramenta para compreender as construções ideológicas e as práticas empregadas para legitimar as posições perante os colegas parlamentares e os eleitores evangélicos.

### **7.1 Debates envolvendo os evangélicos sobre o aborto: o caso norte-americano**

O envolvimento de atores evangélicos nas discussões sobre o aborto não é recente, e este também não é um fenômeno exclusivo da realidade brasileira. A prática da interrupção da gravidez voluntária ocorre desde a Antiguidade (GALLEOTI, 2007), sendo que os embates envolvendo posições favoráveis e contrárias existem desde as primeiras legislações que tratam do assunto e variaram bastante de acordo com a época.

Contudo, para fins desta pesquisa, será comentada inicialmente a sucessão de acontecimentos que ocorreram nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, em virtude do envolvimento de evangélicos no momento em que estes marcaram terreno juntos com outros segmentos conservadores, manifestando contrariedade ao aborto.

Nos anos cinquenta e sessenta muitos evangélicos não aprovavam que alguns estados norte-americanos flexibilizassem as leis e retirassem as restrições sobre a prática do aborto. No entanto, os evangélicos ainda não tinham levado o seu posicionamento para a arena política. Naquela ocasião, estes religiosos pareciam menosprezar o assunto e, mesmo com a decisão da Suprema Corte sobre o caso *Roe versus Wade* em 1973, não tinham interesse de transformar a discussão sobre o aborto em uma discussão política. Para eles o aborto ainda era um tema para os católicos, e existia um forte antagonismo entre ambos. Porém, isto mudou no final dos anos 70. Ativistas pró-vida católicos e evangélicos decidiram “considerar o tema do aborto como uma questão de mobilização política” (NOLL, 2007, p.08). Lideranças religiosas afirmavam que era perigosa para a sociedade a derrubada pela Suprema Corte das restrições legais ao aborto (NOLL, 2007).

Algumas explicações sobre os enfrentamentos em torno do aborto nos Estados Unidos defendem que os debates são fortes devido à forma como se estabeleceu o direito estadunidense sobre a matéria. A decisão não ocorreu através de acordos políticos, mas sim

através da posição da Suprema Corte. Sobre a conhecida sentença nos Estados Unidos em 1973, Ronald Dworkin resume:

Em 1973, no famoso caso *Roe vs. Wade*, a Corte Suprema declarou (por uma votação de sete a dois) que a lei do aborto no Texas, que criminalizava o aborto exceto quando se praticava para salvar a vida da mãe, era inconstitucional. Foi ainda mais longe: disse, em efeito, que *qualquer* (grifo do autor) lei estatal que com o fim de proteger o feto proibir o aborto durante os dois primeiros trimestres de gravidez – quer dizer, antes do sétimo mês – será inconstitucional.<sup>70</sup> (DWORKIN, 1998, p. 14).

Estavam dadas as condições para o surgimento de reações provenientes de setores conservadores nos diversos estados norte-americanos. As discussões sobre o caso *Roe versus Wade* promoveram as raízes do que é hoje considerada uma direita religiosa, pela forte oposição e os desdobramentos que surgiram logo após a aprovação da lei. O aborto passaria a ser uma decisão pessoal tomada pela mulher, com o auxílio médico (JAKOBSEN & BERNSTEIN, 2009). Sobre as administrações conservadoras nos Estados Unidos, durante as gestões de Reagan e Bush, cristãos convictos, surgiram maiores restrições sobre o direito ao aborto. Reagan instituiu a “lei da mordaza” global sobre o financiamento dos Estados Unidos para qualquer organização que prestasse serviços de interrupção da gravidez ou até mesmo apenas concedesse informações sobre o aborto. A norma foi mantida por George H.W. Bush, revogada por Bill Clinton e reintegrada por George W. Bush (Idem).

As organizações conservadoras evangélicas norte-americanas estão procurando ampliar a sua base para construir uma aliança “pan cristã”, entre todas aquelas denominações que possuem uma postura conservadora acerca do tema. Dessa forma, buscam estabelecer coligações com os católicos, muçulmanos, judeus ortodoxos, mórmons e outras religiões (Idem). Foi através destas alianças que surgiu o Congresso Mundial das Famílias, estância que tratou de temas que vão desde a oposição ao aborto e aos direitos dos homossexuais até a defesa da “família natural” baseada em uma estrutura patriarcal (Idem). A proposta destes grupos é expandir os trabalhos para além das fronteiras norte-americanas.

Os evangélicos apelam para a mobilização de discursos que exaltam valores conservadores e tradicionais em torno de questões como a união homoafetiva, que consideram “uma imposição da cultura liberal elitista, e o aborto, considerado uma “Tragédia”, “Abominação”, “Holocausto”, um ato terrível contra a santidade da vida” (WELLMAN & KEYNES, 2007, p.391). Segundo James Wellman e Matthew Keynes, estes são valores que pertencem a uma cosmovisão moral evangélica, que foram assegurados pela garantia de que

---

<sup>70</sup> Todas as traduções são de inteira responsabilidade do autor desta tese.

essas perspectivas são eternas e estão acima de qualquer cultura, pois foram dadas por Deus através da Bíblia (WELLMAN & KEYNES, 2007). Argumentos semelhantes, como na questão do apoio ao estado de Israel, são explorados constantemente no plenário da Câmara por parlamentares evangélicos quando são mencionados temas relacionados aos direitos do segmento LGBT (como foi visto na tramitação do PLC 122) e o aborto.

Os evangélicos norte-americanos, que adotam este esquema cognitivo, possuem um sistema de crença moral que considera Deus como o único criador da vida e única entidade legítima capaz de determinar quando a vida deve terminar. As questões de aborto e pena de morte tornam-se questões políticas, ocupando lugares entre liberais e conservadores, os pró-vida e os antivida, mas estes se situam em direções opostas, visto que os liberais são favoráveis ao aborto, mas contrários à pena de morte e os conservadores, vice-versa (UNNEVER, 2010). Steven Brint e Seth Abrutyn (2010) defendem que os padrões morais de tradicionalismo servem como uma explicação para o conservadorismo diante de uma ampla gama de questões, sendo que por meio da religiosidade e da ideologia que defende a família, tais religiosos possuem relações estreitas com as outras visões conservadoras sobre temas como o aborto e a homossexualidade (BRINT & ABRUTYN, 2010). Os autores também observam que essas fontes de conservadorismo desempenham um papel considerável na política norte-americana contemporânea. Elas são importantes para manter a ligação e o equilíbrio de uma coalizão conservadora em torno de valores morais, liderada por evangélicos e apoiada por outros segmentos conservadores pertencentes a outras tradições religiosas cristãs, todavia, esses grupos possuem pouca influência fora desta arena (Idem).

A propósito do aborto, Dworkin (1998) observa que para muitos, religiosos ou não, a vida humana possui um caráter sagrado, assim, o feto passa a ser caracterizado como uma pessoa desde a concepção e cometer qualquer interrupção, a partir deste momento, é praticar um assassinato. Em outras palavras, a objeção ao aborto pode ser entendida na seguinte forma:

(...) que a vida humana tem um valor intrínseco, inato, que a vida humana é sagrada em si mesma, e que o caráter sagrado da vida humana começa quando se inicia sua vida biológica. Inclusive antes que a criatura – de cuja vida se trata – tenha movimento, sensação, interesses ou direitos próprios. Segundo esta afirmação, o aborto é imoral em princípio porque despreza e insulta o valor intrínseco, o caráter sagrado, de qualquer etapa ou forma de vida humana (DWORKIN, 1998, p. 19-20).

O caráter sagrado da vida humana e a afirmação de que o aborto é um sacrilégio, são argumentos utilizados frequentemente pelos parlamentares evangélicos no desenvolvimento de seus discursos na Câmara, por exemplo, sobre o Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, e

inclusive naquelas circunstâncias que pretendem dissociar-se do recurso exclusivo de argumentos religiosos e procuram dar um embasamento científico sobre o assunto. Sobre estas semelhanças, Maria das Dores Machado comenta que existe uma aproximação entre os evangélicos brasileiros com os norte-americanos, dessa forma, “as redes transnacionais dos grupos cristãos vêm se ampliando e “nos últimos dez anos o relacionamento dos evangélicos que atuam na política brasileira com os movimentos Pró-Vida dos Estados Unidos tornou-se bem mais forte””. (MACHADO, 2013, p. 54)

Dworkin analisa que no caso norte-americano, o movimento contrário ao aborto está sendo orientado por grupos religiosos, que mobilizam uma linguagem religiosa, e que invocam Deus constantemente, inclusive pedindo para que todos realizem orações. São membros de muitas religiões, incluindo não só os fundamentalistas evangélicos, mas também os mórmons, judeus ortodoxos e muçulmanos. Os católicos, desde o começo das discussões, assumem a liderança organizativa (DWORKIN, 1998). No entanto, Dworkin observa que não existem apenas duas versões sobre o aborto, uma conservadora e outra liberal. Existem em ambas as versões, “diferentes graus de opinião, que podem se situar desde uma posição mais extrema até outra mais moderada, assim como diferentes tipos de opinião que, de modo algum, podem ser colocadas dentro do espectro que vai do conservador ao liberal” (DWORKIN, 1998, p.45). Nos discursos que provêm de deputados evangélicos também podem ser constatados estes diferentes graus de opinião, visto que é possível visualizar posicionamentos mais resistentes e agressivos, como aqueles identificados principalmente nas falas de deputados pertencentes à Assembleia de Deus, até posições mais moderadas ou neutras sobre o aborto.

## 7.2 O aborto na agenda parlamentar no Brasil

Antes de expor os discursos proferidos por parlamentares evangélicos na Câmara, serão delineados alguns dos momentos que o tema aborto garantiu espaço na agenda política brasileira. Serão apresentadas as composições das Frentes Parlamentares que discutiram a temática do aborto, as proposições, assim como os outros momentos que o assunto foi pautado no Legislativo.

Sobre os projetos mais especificamente, é necessário mencionar que esta tese pretende dar um maior enfoque naqueles projetos e outras proposições que tramitaram durante o espaço de tempo investigado, ou seja, do início da 52ª Legislatura da Câmara (2003) até o final da 54ª Legislatura (2014), período que corresponde à fundação da Frente Parlamentar Evangélica



(FPE) e a sua conseqüente atuação legislativa durante esta fase. Por certo que outros projetos que surgiram antes do período supracitado serão apresentados, como no caso do Projeto de Lei nº 1.135 de 1991. Porém, o objetivo desta tese é analisar somente os discursos comunicados a partir da fundação da FPE.

### 7.2.1 Frentes parlamentares mobilizadas contra o aborto

Além da Frente Parlamentar Evangélica, que sempre atuou contra o aborto desde a sua fundação e da Pastoral Parlamentar Católica, foram identificadas diversas frentes que pautaram a temática do aborto. As frentes representam um espaço onde é possível visualizar as coalizões, que surgem independentemente da filiação partidária de cada membro. Neste sentido, os trabalhos empreendidos por estas frentes procuram criar projetos de leis e outras matérias contra a descriminalização do aborto, alguns considerando a prática como crime hediondo. As frentes também promovem a realização de atividades públicas com o propósito de convocar a sociedade para esclarecer o assunto e delimitar um espaço contrário ao aborto, como ocorreu, por exemplo, através do 1º Seminário Nacional em Defesa da Vida – Contra o Aborto realizado no dia 7 de dezembro de 2005 no auditório Nereu Ramos da Câmara. Nesta atividade, foram realizadas discussões em três painéis que buscaram dar razões científicas, razões jurídicas e razões religiosas, respectivamente todas contra o aborto.

Outra iniciativa foi a organização da Marcha Nacional Cívica Contra a Legalização do Aborto, realizada no dia 15 de agosto de 2007, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Naquela ocasião, as frentes parlamentares, junto com entidades civis e religiosas<sup>71</sup>, exigiram um posicionamento oficial do então presidente Lula sobre a questão do aborto, além da necessidade de conter qualquer tentativa de alteração da legislação vigente que menciona o assunto<sup>72</sup>. Na tabela abaixo podem ser visualizadas as frentes fundadas durante as três últimas legislaturas da Câmara.

---

<sup>71</sup> Importante destacar que durante a Marcha estavam representadas não somente as entidades evangélicas e católicas, mas também as espíritas através da Federação Espírita Brasileira – FEB.

<sup>72</sup> Ainda sobre a participação dos evangélicos em atividades públicas promovidas contra o aborto, membros da FPE estiveram na “Marcha pela Vida” (March for Life), realizada em Washington no dia 22 de janeiro de 2015. Na ocasião esteve presente o senador Magno Malta (PR-ES), a deputada federal Lauriete Rodrigues (PSC-ES), ambos da FPE, e o espírita e ex-deputado federal Luiz Bassuma. Através desta participação, os evangélicos pretendiam demonstrar solidariedade às tentativas de entidades internacionais de reverter a lei estadunidense favorável ao aborto, considerada “a maior violação dos direitos humanos do nosso tempo.” (FPE, 2015). Disponível em: <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/328-personalidades-brasileiras-estarao-presentes-no-mais-famoso-evento-mundial-pela-vida-a-marcha-pela-vida-de-washington>. Acesso em: 29 fev. 2015.

Tabela 10 - Frentes Parlamentares contrárias ao aborto

<b>Frente</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Nº de membros</b>	<b>Presidente</b>
Defesa Da Vida - Contra O Aborto	21/10/2005	70	Luiz Bassuma
Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto - Pelo Direito à Vida	03/05/2007	199	Leandro Sampaio
Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida	08/05/2007	215	Rodvalho
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto	15/08/2007	---	Luiz Bassuma
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto	20/04/2011	205	Salvador Zimbaldi
Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida	11/05/2011	228	Fátima Pelaes

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Algumas frentes são as mesmas, alterando apenas o nome ou a presidência com a mudança da legislatura. Pelo seu caráter suprapartidário, as frentes podem ser consideradas como um espaço adequado para a formação de alianças, acordos entre os parlamentares que possuem um objetivo em comum. Para uma frente ser registrada formalmente, ela precisa de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo, e que tenha como propósito promover o aprimoramento das leis sobre um determinado setor da sociedade. A frente também precisa de um nome e um representante responsável. Após o registro, a frente poderá contar com um espaço físico.

Além do caráter suprapartidário, as frentes investigadas nesta tese, possuem um caráter “supra-religioso”, pois elas não representam os interesses de uma única religião, estão acima deles. Entre os presidentes de cada Frente, é possível visualizar católicos (Salvador Zimbaldi e Leandro Sampaio), evangélicos (Rodvalho e Fátima Pelaes) e um espírita (Luiz Bassuma).

Apesar de o fato dessas frentes apresentarem como principais articuladores os deputados católicos, espíritas e (ou) evangélicos, alguns membros dessas associações identificam-se como laicos. A vida, considerada como uma “dádiva de Deus” é o elemento aglutinador desses parlamentares e também é o que dá as bases para o discurso contra qualquer tentativa de legalização do aborto. Evidentemente que esta “coalizão”, entre católicos e evangélicos, por exemplo, não é comum e não durou muito tempo. Na própria Câmara dos Deputados, podem ser notadas situações de incompatibilidade entre as duas religiões, como no caso do Acordo Brasil e Santa Sé e o novo Estatuto Jurídico dado à Igreja Católica. Nesta circunstância, houve resistência por parte dos evangélicos por acreditarem que naquele

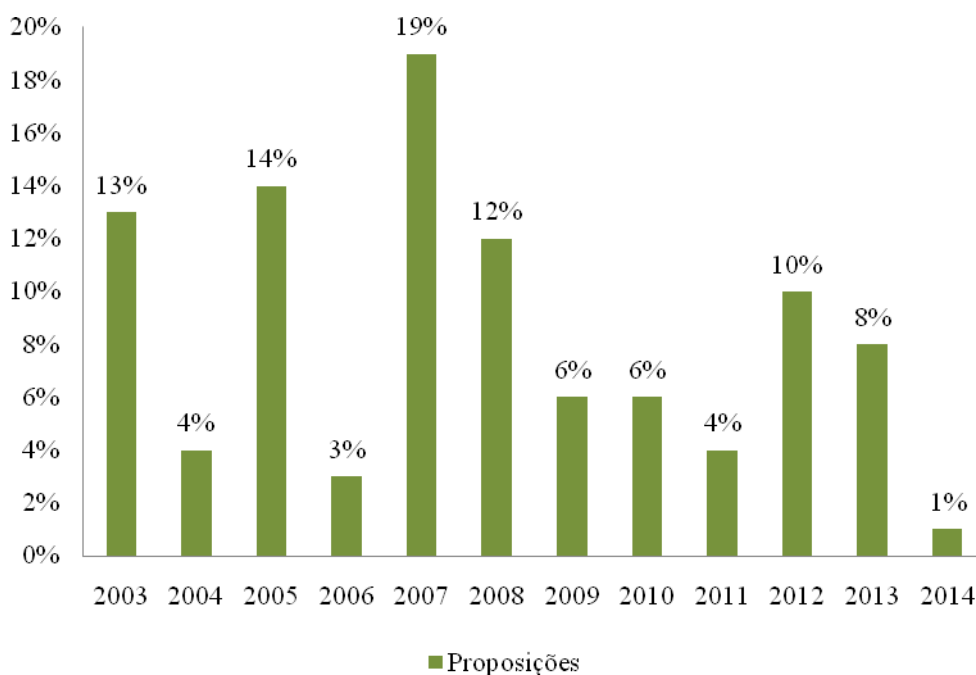
momento os católicos estavam recebendo tratamento diferenciado do governo brasileiro. Este assunto será o tema central do próximo capítulo.

### 7.3 Projetos de Leis e outras proposições com o tema aborto nas últimas legislaturas na Câmara dos Deputados

Durante o período explorado, foram identificadas 147 proposições submetidas à deliberação no espaço legislativo cujas ementas abordam o assunto aborto. A natureza das proposições apresentadas é bastante variada, visto que foram encontradas as seguintes durante a análise: Proposta de Emenda à Constituição, Projeto de Lei, Indicação, Requerimento (Proposição), Recurso (Proposição), Parecer, Medida Provisória, Proposta de Fiscalização e Controle, Projeto de Decreto Legislativo, Substitutivo e outras propostas normativas. Foram utilizados os termos de busca “aborto”, “abortamento”, “nascituro” e “anencefalia” nos critérios de pesquisa e seleção das proposições na seção destinada à atividade legislativa na página eletrônica da Câmara dos Deputados.

No gráfico a seguir poderão ser visualizados os percentuais de projetos de leis e outras propostas normativas que tramitaram durante o período e que mencionaram o tema aborto.

Gráfico 6 – Proposições com o tema aborto na Câmara dos Deputados (2003-2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Percebe-se que o ano que apresentou o maior percentual de propostas foi 2007, com 19% (28 proposições). Os motivos para esta elevação no número de proposições neste ano são diversos, dentre eles pode se destacar o posicionamento do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que manifestou-se favorável a descriminalização do aborto, considerando a prática como problema de saúde pública. O segundo motivo é a apresentação do projeto que institui o dia 8 de outubro como o Dia do Nascituro, assim como o Estatuto do Nascituro apresentado pelos deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), através do Projeto de Lei 478/2007 (LUNA, 2014). Em 2007 também ocorreu no dia 27 de junho a Audiência Pública sobre o Aborto, promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. A audiência contou com a participação de Jandira Feghali e Adson França (favoráveis) e Zilda Arns e Marlí Virgínia Nóbrega (contrárias). Nessa ocasião, surgiram calorosas discussões sobre o direito à vida desde a concepção, direito que é considerado inviolável pelos setores contrários ao aborto.

Durante quase todo este período, mais precisamente até o dia 31 de janeiro de 2011, o Projeto de Lei N° 1.135 de 1991 foi motivo de debates entre defensores e opositores da descriminalização do aborto. A proposição, que atualmente se encontra arquivada, recebeu apensamentos, desapensamentos, arquivamentos, desarquivamentos, vistas por parlamentares, e foi motivo de diversas audiências públicas propostas por seus relatores. Boa parte das discussões sobre o aborto na política brasileira menciona em algum momento os conteúdos contidos nas páginas do referido projeto.

### 7.3.1 O Projeto de Lei N° 1.135 de 1991

O Projeto 1.135/1991 foi elaborado pelo Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e pela Deputada Sandra Starling (PT-MG). Foi publicado na íntegra no dia 18 de junho de 1991 no Diário do Congresso Nacional, Seção I. O propósito do Projeto de Lei era atualizar o Código Penal, mais precisamente o Art. 124 do Decreto Lei nº. De acordo com o Código, o conteúdo do Decreto estabelece que:

*“CP. Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: (Vide ADPF 54).  
Pena - detenção, de um a três anos.”(CÓDIGO PENAL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm), grifo nosso).*

Segundo os autores, muitas mudanças ocorreram na sociedade desde a implementação do Código Penal. Era necessário adequar as leis aos novos valores e necessidades, incluindo

os direitos da mulher enquanto pessoa humana (Projeto de Lei 1.135/1991). A caracterização do decreto, que penaliza a gestante que provoca o aborto, é considerada antiquada e tende a ser cruel. De acordo com a justificativa do projeto sobre a situação da mulher na atualidade, esta diz que:

O Código Penal data de 1940 e, nestes últimos cinquenta anos, nossa sociedade passou por profundas transformações, notadamente no que se refere ao papel da mulher. Sua participação tem-se caracterizado, entre outros aspectos, pela crescente sobrecarga de trabalho, associando suas funções domésticas às do trabalho assalariado, quase em condições desfavoráveis em relação aos demais trabalhadores. (...) A lei não pode pretender punir baseando-se apenas na compreensão isolada e individual do ato e desconsiderando toda a realidade social a que esta submetida a mulher brasileira. Ademais, é absolutamente desnecessário e desumano querer aplicar penalidade a uma pessoa que já foi forçada a submeter-se a tamanha agressão. A gestante, quando provoca aborto em si mesma ou permite que outro o faça, está tomando uma providência extrema. (Projeto de Lei 1.135/1991, p. 9771).

O propósito era eliminar do Código Penal o Art. 124. Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Seguridade Social e Família, o projeto procurou dar a seguinte nova caracterização do Código:

O Congresso Nacional decreta:

*Art. 10 Fica suprimido o art. 124 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).*

*Art. 29 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 39 Revogam-se as disposições em contrário (Id., grifo nosso).*

Apesar de todo o seu aspecto conciso, o Projeto de Lei 1.135/1991 passou a ser desde então alvo de intensos debates até o seu definitivo arquivamento em 2011. Considerado “um dos marcos das tensões em seus distintos aspectos: ético, político e religioso” (GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009, p. 33), podem também ser acrescentados os aspectos jurídicos e científicos. Diversas atividades foram realizadas com o propósito de debater o projeto, a maioria contou com a presença de opositores e defensores, religiosos e ativistas, como no caso citado acima da Audiência Pública em 2007. Foram apensadas diversas outras proposições ao Projeto de Lei, oriundas de parlamentares favoráveis e contrários ao aborto. A tramitação ocorreu com muitos retrocessos e avanços, que podem ser verificados nos conteúdos dos projetos anexados. Segundo Edlaine Gomes (2009), entre projetos e outros documentos da matéria apensados desde a sua apresentação até o arquivamento, se distinguem pelo conteúdo os seguintes:

Projeto de Lei 176/95 – permite a livre interrupção até 90 dias de gestação (deputado José Genuíno);

Projeto de Lei 1.174/91 – deixa de punir o aborto em várias situações (deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling);

Projeto de Lei 4.703/98 e Projeto de Lei 4.917/01 – tipifica o aborto como crime hediondo (deputados Francisco Silva e Givaldo Garambão, respectivamente);  
 Projeto de Lei 7.235/02 – revoga o artigo 128 do Código Penal (Severino Cavalcanti);  
 Projeto de Lei 5.166/05 – estabelece pena para aborto de anencéfalo (deputado Takayama);  
 Projeto de Lei 5.364/05 – pune o aborto praticado por médico, mesmo em situações de estupro e com o consentimento da gestante (deputados Luiz Bassuma e Ângela Guadagnin).” (GOMES, 2009, p.57).

Entre os projetos selecionados pela autora, apenas um foi elaborado por um parlamentar evangélico, o Projeto de lei N° 5.166/2005, de autoria do deputado Takayama, membro da Assembleia de Deus. Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes (2012) resumem as ocasiões que registraram um esforço combinado dos poderes Executivo, Legislativo e setores da sociedade civil sobre as reformas das legislações que tratam do tema aborto, mais precisamente em torno do Projeto de Lei 1.135/1991:

Em 2005, seguindo as deliberações da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), a Secretaria Especial de Política para as Mulheres instalou uma Comissão Tripartite que, sob a sua coordenação, elaborou um substitutivo ao PL 1135/91 que, apresentado pelos então deputados petistas Eduardo Jorge e Sandra Starling, suprimia do Código Penal o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento. Encaminhado à então relatora desse PL na Câmara dos Deputados, a deputada Jandira Feghali (PCdoB), a proposição foi apresentada e tornou-se alvo de intenso debate na Casa Legislativa. Com a mudança de Legislatura, o debate foi retomado e essa proposição, com o seu novo relator, o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), reconhecidamente contrário ao que considera mudanças liberalizantes na Legislação e membro da Frente Parlamentar Evangélica, foi recusado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Pouco tempo depois, sob a relatoria do deputado Eduardo Cunha na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), também é rejeitado e, concluindo a sua tramitação, foi arquivado na Câmara dos Deputados. No entanto, o substitutivo não produziu como resposta apenas uma articulação política tendo em vista o sepultamento do PL, mas também o recrudescimento, uma reação mais forte e organizada de setores religiosos e conservadores naquele espaço de disputas. (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 66-67)

O conteúdo do Projeto de Lei 1.135/1991 também contribuiu para a formação das Frentes parlamentares que se mobilizaram contra o aborto, unindo deputados e senadores evangélicos, católicos ou simplesmente contrários em torno da mesma causa, que já não era mais ocultada no âmbito legislativo e seria alvo de combates públicos através do trabalho destes parlamentares.

### 7.3.2 Polêmicas em torno do Estatuto do Nascituro

Outro tema que garantiu presença nos discursos durante as sessões no Plenário da Câmara foi a tramitação do Projeto de Lei N° 6.150 de 2005, que trata do Estatuto do

Nascituro. Apresentado em novembro de 2005 pelos deputados Osmânio Pereira (PTB-MG), que pertence à Renovação Carismática Católica, e Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP), também católico, este projeto encontra-se atualmente arquivado. Contudo, outro projeto com o mesmo teor continua tramitando, trata-se do Projeto de Lei N° 478 de 2007.

Sobre o Projeto de Lei 6.150/2005, nas suas disposições preliminares ficava claro que os defensores entendiam que o nascituro deve ser considerado um ser humano concebido, mas ainda não nascido, que goza do direito à vida, à integridade física, à honra e de todos os demais direitos da personalidade (Projeto de Lei 6.150/2005, p.01). Segundo o projeto, devem ser criadas leis para garantir a proteção do nascituro, pois este adquire personalidade jurídica a partir do nascimento, sendo que a sua natureza humana é confirmada desde o momento da concepção (Idem). Entre outros pontos elencados, a morte do nascituro provocada por aborto passaria a ser considerada crime hediondo.

Na sua justificativa, os parlamentares recorrem ao caso norte-americano do projeto aprovado pelo Senado em 2004 que outorga à criança que vai nascer o status de pessoa, na ocorrência de algum tipo de crime mais especificamente. Em seguida, o presidente George W. Bush sancionou a nova lei que passaria a ser denominada “Lei dos Nascituros Vítimas de Violência”. Assim, qualquer forma de morte provocada ou lesão a um feto seria considerada crime de acordo com a lei, e o causador terá que responder criminalmente pelo fato consumado. Ainda sobre as experiências internacionais através da criação de leis de proteção ao nascituro, os deputados brasileiros também citam como exemplo a nova lei que entrou em vigor na Itália em 2004, norma que passou a considerar o embrião como um cidadão.

A proposta dos autores era fazer o mesmo no Brasil, com a promulgação de uma lei que organizaria exclusivamente regras de proteção integral ao nascituro (Idem). Foram compilados vários direitos encontrados principalmente no Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Processo Civil. Sobre o aborto e a sua caracterização, o Projeto de Lei 6.150/2005 assevera:

Outra inovação do presente Estatuto refere-se à parte penal. Cria-se a modalidade culposa do aborto (que até hoje só é punível a título do dolo), o crime (que hoje é simples contravenção penal) de anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, elencam-se vários outros crimes contra a pessoa do nascituro e, por fim, enquadra-se o aborto entre os crimes hediondos. (...) A pena para o aborto será cadeia de verdade! Parece até um sonho diante da impunidade reinante neste país para quem mata criancinhas. (Projeto de Lei 6.150/2005 p.09-11).

Observa-se a ausência de argumentos religiosos no trecho citado acima. A tônica do discurso parece ser o aspecto jurídico sobre o tema que caracteriza terminologicamente o

nascituro como “criancinha”. Os autores do projeto buscam argumentos legais para sustentar o posicionamento contrário à prática do aborto, caracterizado como crime hediondo.

O Projeto de Lei 6.150/2005 foi arquivado no dia 31 de janeiro de 2007, porém, ele foi resgatado na íntegra através do Projeto N° 478/2007. Apresentando pelos deputados Luis Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), espírita e católico, respectivamente. O projeto foi arquivado em janeiro de 2015, mas foi desarquivado no mês seguinte pelo deputado evangélico Cleber Verde (PRB-MA). Atualmente ele está aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Percebe-se que os projetos que dispõem sobre o Estatuto do Nascituro podem ser considerados como respostas às leis que buscam descriminalizar o aborto ou simplesmente tratar a prática como questão de saúde pública. Sobre a tramitação do Projeto de Lei N° 478/2007, esta seria entendida como uma reação às tentativas de aperfeiçoamento de normas sobre o aborto, capaz de promover o encadeamento político/ideológico entre os deputados religiosos e conservadores contrários ao aborto. Entendido como uma “réplica” às reivindicações de grupos favoráveis ao aborto, feministas e outros coletivos, o êxito da tramitação da proposição nas comissões legislativas, segundo Vital e Lopes (2012) representaria:

A partir da compreensão de que a vida deve ser considerada desde a concepção, portanto, algo que existe antes mesmo da gestação, esse projeto de lei não apenas inviabiliza qualquer possibilidade de interrupção da gravidez, visto que, entre outros itens, o “direito inviolável à vida” pode ser acionado para impedir a prática do aborto em qualquer situação, como incorre igualmente na proibição do uso de alguns métodos contraceptivos e da anticoncepção de emergência, visto que o ovo, o feto e o embrião devem ter as suas – supostas – vidas resguardadas. Tratar-se-ia, como argumentam grupos feministas, de um atentado aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p.67).

O Estatuto do Nascituro representaria uma tentativa mais dura de conter qualquer tipo de avanço em matéria de inovação jurídica que procure a descriminalização do aborto, gerando, assim, uma situação crítica no debate sobre o tema, no momento em que os atores envolvidos traziam à tona as suas diferentes concepções acerca do início da vida e a interrupção da gravidez, ocasionando discussões entre aqueles que buscavam a autonomia da mulher e aqueles que justificavam a “defesa da vida” em qualquer circunstância desde a concepção. Naara Luna (2014) traz uma observação que sintetiza os debates produzidos em torno do assunto e elucida os dilemas gerados:

O debate sobre o aborto mostra tanto fetos reificados como “crianças” assassinadas por suas mães, como retrata mulheres vitimizadas frente a riscos e dificuldades de exercer sua autonomia no contexto da prática ilegal. Fetos indefesos e mulheres vitimizadas são considerados objetos de um poder externo, mas também sujeitos morais. Nesse sentido, a mudança de leis implica uma mudança de categorias de



classificação. O Estatuto do Nascituro, ao cercear os permissivos para o aborto, coloca a mulher em condição de receptáculo ou sistema de suporte para o desenvolvimento do feto. Nessa disputa, a humanização do feto parece implicar a desumanização da mulher e vice-versa (LUNA, 2014, p. 267).

Mesmo com todas essas tentativas empreendidas no Legislativo através de projetos de leis e outras proposições, elaboradas tanto pelos defensores como pelos opositores, parece que poucas mudanças ocorreram de fato a partir das agendas específicas de cada grupo (GOMES, 2009). Dessa forma, o aborto ainda será motivo de longos debates entre os parlamentares, sobretudo naquelas circunstâncias que a matéria vier à tona.

No recorte temporal desta tese, o tema aborto também foi mencionado em outros momentos por parlamentares religiosos e não religiosos. O assunto foi alvo de discussões através da norma editada pelo Ministério da Saúde que deixava de exigir, em caso de estupro, o Boletim de Ocorrência, e também no momento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o aborto de anencéfalos, através da ADPF nº54/DF.

Sobre as discussões em torno da norma técnica lançada pelo Ministério da Saúde em 2005, chamada “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes”, no capítulo 9 – “Gravidez decorrente de violência sexual” – a norma estabelecia o seguinte:

A realização do abortamento não se condiciona à decisão judicial que ateste e decida se ocorreu estupro ou violência sexual. Portanto, a lei penal brasileira não exige alvará ou autorização judicial para a realização do abortamento em casos de gravidez decorrente de violência sexual. O mesmo cabe para o Boletim de Ocorrência Policial e para o laudo do Exame de Corpo de Delito e Conjunção Carnal, do Instituto Médico Legal. Embora esses documentos possam ser desejáveis em algumas circunstâncias, a realização do abortamento não está condicionada à apresentação deste. Não há sustentação legal para que os serviços de saúde neguem o procedimento, caso a mulher não possa apresentá-los. (Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica. 2ª ed., 2005, p. 43, grifo do autor).

O abortamento passaria a ser realizado sem a apresentação do BO em caso de estupro. Para os religiosos e conservadores na Câmara, a norma representava uma tentativa de legalizar o aborto, entendida como uma “facilitação” do Ministro da Saúde na época, Humberto Costa. Na ocasião, os parlamentares evangélicos comemoraram a sentença do STF de considerar ilegal a prática do aborto sem o Boletim de Ocorrência e também a afirmação do Conselho Federal de Medicina (CFM) que exige o BO antes de realizar o aborto.

Com relação à decisão do STF<sup>73</sup> diante da ADPF nº54/DF, esta foi caracterizada como um momento de tensão entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, mais precisamente

---

<sup>73</sup> No dia 11 de abril de 2012, o STF decidiu procedente o pedido enquadrado na ADPF 54.

entre os que defendiam a não existência de vida do feto anencefálico e os que defendiam a existência de vida do mesmo. Foi a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº54/DF que surgiram essas duas linhas de argumentação (AMARAL, 2014).

A ADPF que julgou a possibilidade de interrupção de gestação de feto anencéfalo foi decidida por oito votos pela procedência do pedido contra dois votos dissidentes. A ADPF nº 54/DF foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS e pretendia dar uma interpretação conforme a Constituição para os artigos 124 e 126 do Código Penal, pleiteando pela descriminalização do crime de aborto no caso de comprovado diagnóstico de anencefalia, o que, de fato, foi concedido (AMARAL, 2014, pag. 5).

Nesse cenário de discussão sobre o tema no poder judiciário brasileiro, a não caracterização de crime para a interrupção terapêutica induzida da gravidez de anencéfalos a partir da ADPF 54/DF pode ser considerada, conforme as palavras do Juiz Federal Roger Raupp Rios (2012) como “a expressa menção à laicidade como princípio constitucional que caracteriza o regime democrático instituído pela Constituição de 1988, na esteira de toda a história constitucional republicana brasileira” (RAUPP, 2012, p. 223). A laicidade passou a representar o elemento orientador para a garantia dos direitos fundamentais e, também, conforme o caso aludido, da autonomia de quem recorre à interrupção da gravidez de anencéfalos.

#### **7.4 O posicionamento dos evangélicos sobre o aborto**

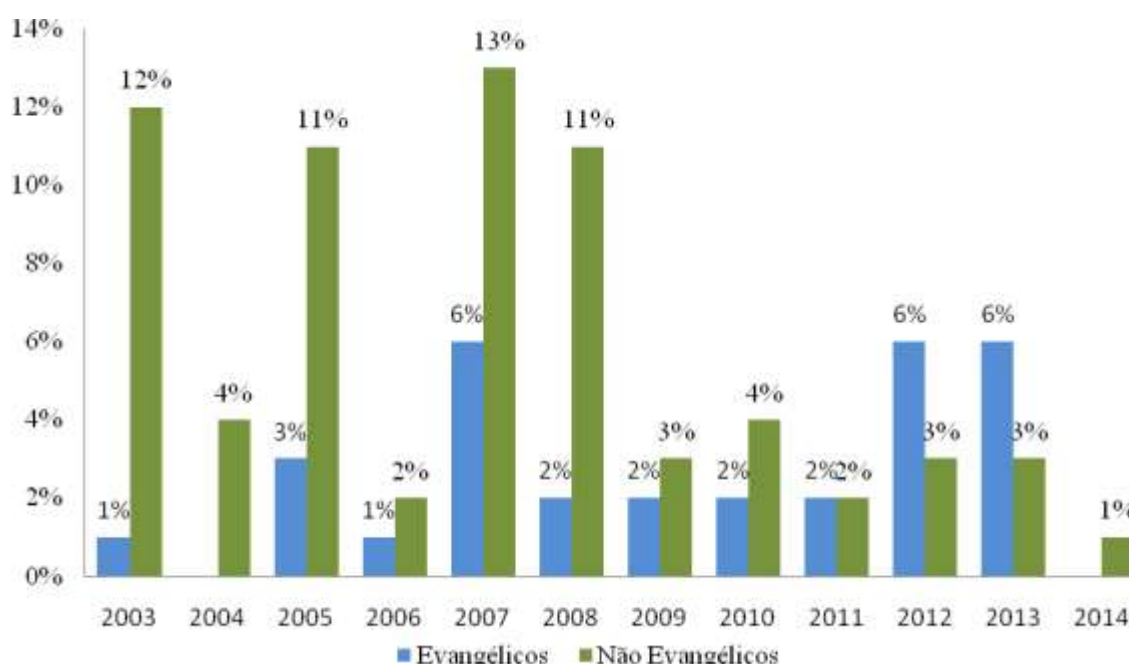
Durante o período investigado, foi possível visualizar uma sucessão de discursos oriundos de parlamentares evangélicos sobre a questão do aborto. Com relação à posição dos membros da FPE, não é possível afirmar que existe uma opinião homogênea diante do tema, pois foram identificados discursos que vão desde um posicionamento favorável ao aborto, realizados em determinadas circunstâncias, até a caracterização da prática como criminosa. Contudo, a maioria dos deputados evangélicos é contrária ao aborto.

Essa seção pretende demonstrar as proposições apresentadas durante as legislaturas e as justificativas usadas pelos parlamentares da FPE, que compõem outras frentes que discutem o tema em conjunto com os católicos e os membros de outras denominações religiosas. Também serão verificadas as características dos pronunciamentos que estão situados no polo contrário ao tema e como esses deputados concorrem com outros setores organizados que atuam pela descriminalização do aborto. Junto com os temas mais

recorrentes, serão apresentados os dados relativos à filiação religiosa dos parlamentares que mais atuam sobre a matéria. Também serão expostos os argumentos utilizados nos canais de comunicação evangélicos, mais precisamente no jornal Folha Universal, coluna do Bispo Edir Macedo (IURD) e o jornal Mensageiro da Paz (Assembleia de Deus). Esses dois jornais foram selecionados para um *clipping* por representarem duas grandes denominações evangélicas no Brasil, neopentecostal e pentecostal, respectivamente, e com forte participação na Câmara.

Com relação ao percentual de proposições elaboradas por parlamentares evangélicos que tramitaram na Câmara, o gráfico a seguir apresenta um quadro comparativo com o número de proposições oriundas de parlamentares que não pertencem a FPE, sujeitas à tramitação no mesmo período e que mencionam o tema aborto.

Gráfico 7 – Proposições apresentadas na Câmara dos Deputados por evangélicos e não evangélicos com o tema aborto (2003-2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Desde a fundação da FPE (2003) até o final da 54ª Legislatura (2014), foram identificadas 44 proposições procedentes de deputados evangélicos cuja ementa menciona o tema aborto. Os anos de 2004 e 2014 foram os únicos que evidenciaram a ausência dos deputados evangélicos em torno da apresentação de proposições. Conforme mencionado

anteriormente de forma agregada (ver gráfico 5), 2007 foi o ano de maior atividade legislativa sobre o tema. Todavia, é possível visualizar na tabela acima que os anos 2012 e 2013 representam as únicas ocasiões em que os evangélicos apresentaram um maior número de proposições, comparando com os não evangélicos, 14 (6%) em 2012 e 12 (6%) em 2013. Entende-se que no interior deste segundo segmento, encontram-se os parlamentares oriundos de outras denominações religiosas, que compõem frentes parlamentares com os evangélicos e que submetem projetos de lei apoiados por estes últimos. Dessa forma, deve-se levar em consideração que entre os não evangélicos existe uma parcela significativa de proposições apresentadas contrárias ao aborto.

Ainda sobre os anos que registraram a maior participação dos evangélicos na apresentação de proposições sobre o aborto, é importante lembrar que 2012 foi o ano do julgamento do STF sobre a ADPF 54, assim, muitas dessas proposições foram elaboradas como “respostas” a decisão da instância máxima do poder judiciário sobre a permissão da interrupção terapêutica induzida da gravidez de anencéfalos.

No mesmo ano ocorreu a decisão do então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a autorização da preparação dos hospitais para a realização do aborto de anencéfalos, e também a posse da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Meniucci de Oliveira, que afirmou em diversas circunstâncias que o aborto é uma questão de saúde pública, contrariando os evangélicos. Em abril de 2013, ocorreu a proposta da criação de uma “CPI do Aborto<sup>74</sup>”, por iniciativa da FPE e da Pastoral Parlamentar Católica.

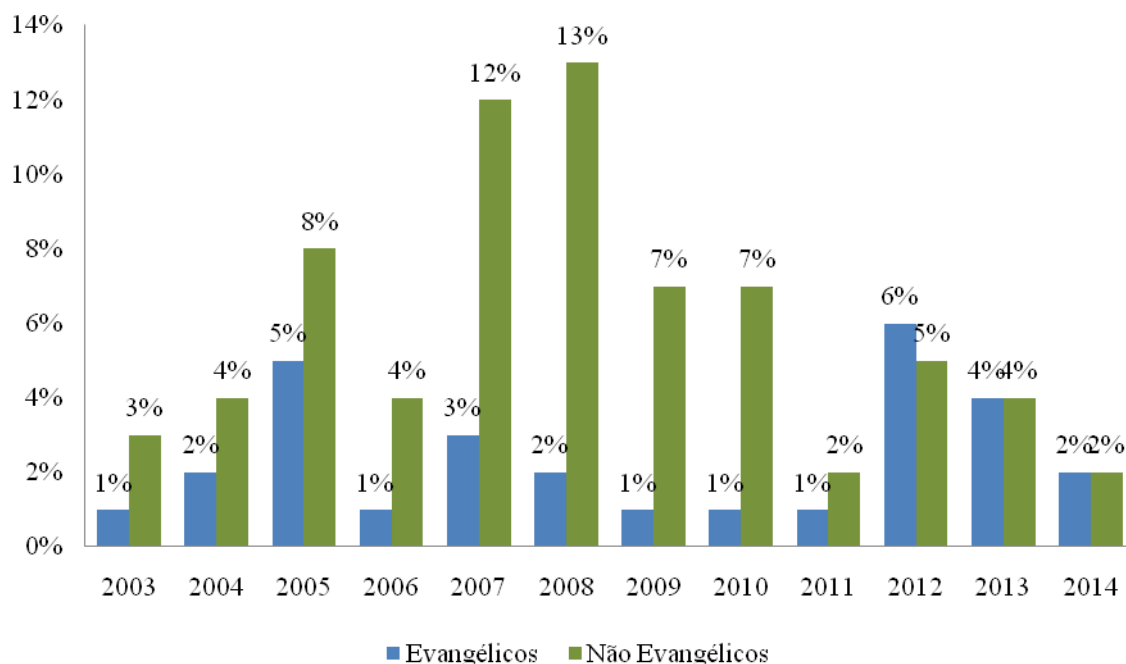
Com relação aos discursos sobre o tema nas sessões plenárias da Câmara, no total foram identificados 314 pronunciamentos de evangélicos e 774 pronunciamentos de deputados não evangélicos. Os discursos foram coletados no banco da seção Discursos e Notas Taquigráficas da página eletrônica da Câmara dos Deputados.

Para realizar a seleção e identificação do material, foram utilizados os seguintes termos para a busca: “aborto”, “abortamento”, “direito à vida”, “nascituro”, “interrupção da gravidez”, “feticídio”, “anencéfalo” e “anencefalia”. Foi utilizado o operador OR para buscar os discursos que apresentaram apenas um termo ou ambos. O gráfico a seguir identifica os momentos em que o tema aborto garantiu maior presença durante as sessões no legislativo.

---

<sup>74</sup> A CPI proposta pelos deputados evangélicos e católicos buscava investigar o financiamento de entidades que promoviam a legalização do aborto, a abertura de clínicas que realizam a prática e a venda de produtos abortivos.

Gráfico 8 – Pronunciamentos sobre o aborto na Câmara dos Deputados (2003-2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Através do gráfico 7, é possível verificar que entre os não evangélicos houve uma maior participação no plenário em 2007 e 2008, 12% e 13%, respectivamente. Os parlamentares evangélicos realizaram mais pronunciamentos somente em 2012 (6%), empatando com os não evangélicos em 2013 e 2014, 4% e 2%, respectivamente. Curiosamente percebe-se que 2009, ano que foi lançado pelo Governo Federal o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que tratava, entre outras questões, da descriminalização do aborto<sup>75</sup>, foi um período de baixa participação dos evangélicos sobre o tema no plenário. Ocorreu o mesmo em 2010, ano que as eleições presidenciais foram polarizadas no segundo turno pela questão do aborto, entre os candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT). Nesse período, foi identificado apenas 1% dos pronunciamentos sobre o aborto na Câmara. Novamente, a questão da decisão do STF sobre a ADPF/54 em 2012 constituiu um dos elementos centrais no único ano que foi registrado um maior número de pronunciamentos de deputados evangélicos, comparando com os não evangélicos.

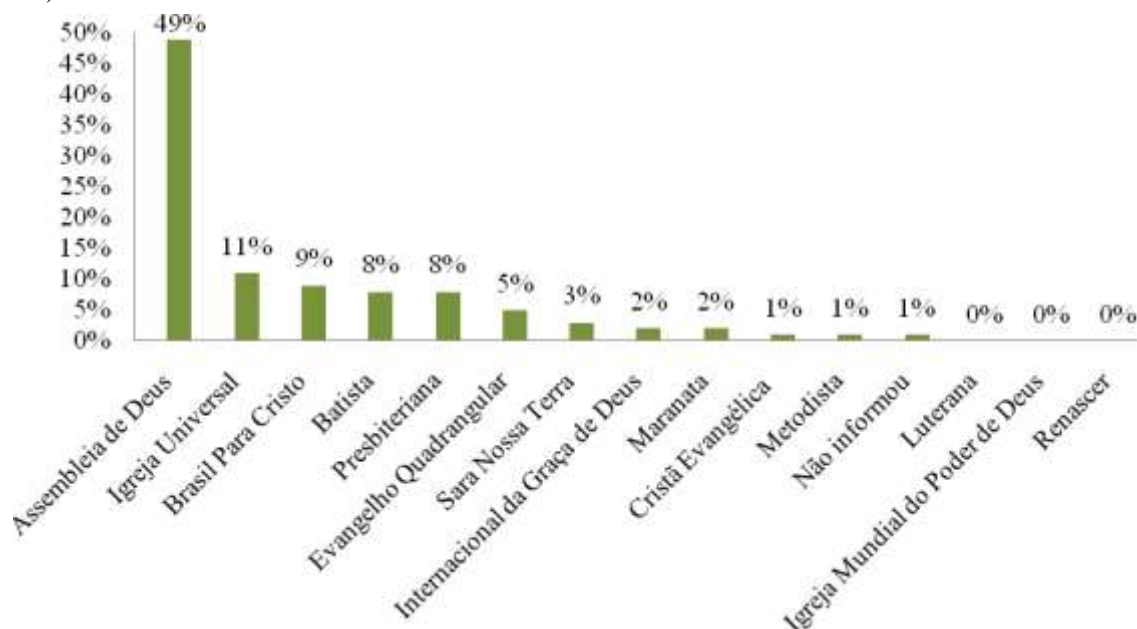
Ainda sobre o momento da identificação dos discursos de deputados evangélicos relacionados ao aborto, outro fato destacado é a escassez de discursos de mulheres sobre o assunto. Mesmo que a baixa representação feminina na FPE seja um indicador dessa ausência

<sup>75</sup> Contudo, em 2010 o governo federal decidiu retroceder sobre alguns temas e alterou o ponto que tratava da descriminalização do aborto.

de discursos no plenário, no tocante ao aborto, a participação é quase nula, visto que poucas deputadas se arriscaram a pronunciar a sua opinião diante do assunto, sendo quase sempre as mesmas<sup>76</sup>. Dessa forma, constata-se que um tema da agenda feminina foi completamente tomado pelos homens evangélicos.

Outro fator identificado foi a carência de discursos daqueles parlamentares novatos que pertencem ao segmento evangélico. Na maioria das vezes, são os mesmos que falam no plenário, principalmente os membros da Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Brasil para Cristo, Igreja Batista e Igreja Presbiteriana. O gráfico a seguir apresenta os pronunciamentos dos deputados da FPE por afiliação religiosa.

Gráfico 9 – Percentual de pronunciamentos sobre o aborto por denominação religiosa (2003-2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Desde o início dos trabalhos da FPE, os membros da Assembleia de Deus foram os mais atuantes nos momentos de discussão da matéria. Eles também apresentam uma posição mais harmônica sobre o aborto, sendo a maioria contrária à prática.

Diferente do que ocorre com a Assembleia de Deus, apesar da segunda colocação da IURD no gráfico, foram identificados muitos pronunciamentos proferidos pelos mesmos

<sup>76</sup> Foram identificadas as seguintes deputadas que realizaram pronunciamentos sobre o aborto: Antônia Lúcia (PSC-AC), Benedita da Silva (PT-RJ), Edna Macedo (PTB-SP), Fátima Pelaes (PMDB-AP), Iris de Araujo (PMDB-GO), Lauriete Rodrigues (PSC-ES), Liliam Sá (PR-RJ), Sueli Vidigal (PDT-ES), Zelinda Novaes (PFL-BA).

parlamentares<sup>77</sup> desta igreja. O mesmo ocorre com a denominação que ocupa a terceira colocação, Brasil para Cristo, onde o único deputado<sup>78</sup> utilizou o plenário para proferir 27 pronunciamentos.

Sobre as discussões do aborto na Câmara, foram identificados quatro tipos de posicionamentos:

- Que emanam de deputados com uma postura totalmente intransigente, que são contrários a qualquer tipo de criação de leis ou o simples aperfeiçoamento das já existentes;
- Que emanam de deputados contrários, mas que respeitam o que já está previsto nas leis, principalmente no Código Penal;
- Que emanam de deputados favoráveis as mudanças como, por exemplo, através da inclusão de novas leis;
- Que emanam de deputados com posição dúbia, ou seja, aqueles que não emitem um parecer concreto sobre o aborto e (ou) que durante suas falas manifestam dúvidas.

Nos meios de comunicação não foi diferente, o aborto também foi pautado pelos jornais das duas maiores denominações evangélicas do país, o jornal “*Folha Universal*” e o Jornal “*Mensageiro da Paz*”, Igreja Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus, respectivamente. Os trechos selecionados e expostos a seguir procuram demonstrar as diferentes linhas editoriais de argumentação sobre o tema no campo evangélico, mais precisamente as orientações pentecostais e neopentecostais.

No jornal *Mensageiro da Paz* de setembro de 2012, edição 1528, em matéria intitulada “Proposta contra a família, vida e valores pode ser aprovada já em outubro”, a discussão em torno da interrupção da gravidez de anencéfalos é tratada da seguinte forma:

Pelo artigo 128 do novo Código Penal, o aborto, que desde 1940 era autorizado no Brasil apenas nos casos de estupro e quando “não há outro meio para salvar a vida da gestante”, será autorizado agora também nos casos de anencefalia, de risco à saúde da gestante” e “por vontade da gestante até a 12ª semana (três meses) da gestação, quando o médico constatar que a mulher não apresenta condições psicológicas de arcar com a maternidade”. Ou seja, a partir do novo Código, se uma mãe não quiser mais o seu filho no ventre por se considerar “sem condições psicológicas” de criá-lo, e o médico simplesmente consentir com essa avaliação pessoal da gestante, o aborto será permitido. Ora, isso é, na prática, a

---

<sup>77</sup> Destaque para os deputados Antônio Bulhões (PRB-SP) e Zelinda Novaes (PFL-BA). Curiosamente estes foram os deputados da IURD contrários ao aborto.

<sup>78</sup> Roberto de Lucena (PV-SP).

descriminalização total do aborto no Brasil. (...) O afastamento paulatino do Ocidente dos valores judaico-cristãos que o formataram está levando a sociedade ocidental aqui e em outros países ao retorno às práticas próprias das culturas pagãs pré-cristianização. (MENSAGEIRO DA PAZ, 09/2012, p. 4-5)

Na notícia intitulada “Lei da Palmada é aprovada e governo libera abortos pelo SUS” do mesmo jornal, de julho de 2014, edição 1550, o comentarista de Lições Bíblicas da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), profissional na área de aconselhamento familiar e líder da AD, pastor Elinaldo Renovato de Lima, defende que:

O aborto é um crime hediondo à luz da Lei de Deus. Por dois motivos: primeiro, porque Deus é o autor da vida, e não transferiu para ninguém esse direito autoral, nem a liberdade para dela dispor como quiser ou para exterminá-la. Ele determinou: ‘Não matarás’ (Êx 20.13) no sexto mandamento. Ele também disse: ‘Não matarás o inocente...’ (Êx 23.7). Em segundo lugar, porque um feto, mesmo em sua célula inicial, que é o zigoto, resultante do encontro entre o gameta masculino (espermatozoide) e o gameta feminino (o óvulo), já é um ser humano em seus estágios iniciais. E é um ser inocente, indefeso, em processo de desenvolvimento para vir à luz. Sem dúvida alguma, os médicos, as mães e os pais, os governantes, os legisladores e os juízes, que se unem em favor desse crime hediondo, responderão diante do Autor da Vida, que também é o Supremo Juiz do Universo. A sentença dos criminosos contra a vida já está prolatada no Supremo Tribunal do Universo. Se não se arrependerem, serão lançados no inferno, porque não se lembram de Deus em sua terrível impiedade (Sl 9.17)”, declara o líder assembleiano. (MENSAGEIRO DA PAZ, 07/2014, p.5)

Com uma postura mais moderada, o jornal Folha Universal também menciona o assunto nas suas páginas. Na edição de fevereiro de 2011, o jornal publicou a matéria com o título “Difícil decisão: O aborto é a solução para a gravidez indesejada?”. Baseada na discussão promovida no programa “Coisas de Mulher” com a participação de especialistas na área médica, a apresentadora evangélica do programa Vivi Freitas comenta que “(...) quanto mais o aborto for criminalizado, mais as mulheres vão buscar uma saída às escondidas, correndo o risco de morrer. É importante ponderar no sentido de evitar que a vida que está sendo gerada seja desvalorizada” (FOLHA UNIVERSAL, 02/2011, p. 8). Ainda no mesmo jornal, na edição de julho de 2011, na coluna Ponto Final a matéria intitulada “Quem decide?” abordou a futura decisão do STF sobre a interrupção da gravidez de anencéfalos:

“Após 7 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) se prepara para julgar a autorização de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos – o julgamento deve ocorrer no segundo semestre. A doença fetal, que compromete o desenvolvimento do cérebro, é irreversível e não permite qualquer chance de sobrevivência. (...) Hoje, os juízes que concedem autorizações o fazem com base na afirmação de que qualquer sofrimento inútil e inevitável viola o princípio da dignidade humana e de que a interrupção nestes casos é considerada “antecipação terapêutica do parto” e não aborto, uma vez que não há possibilidade de o feto sobreviver fora do útero.” (FOLHA UNIVERSAL, 07/2011, p.24)



Sobre esta matéria, ainda merece atenção a nota inserida no corpo do texto que diz o seguinte: “Católicos e setores mais conservadores da sociedade forçam mulheres a situações de risco”. Ambos os jornais, “*Mensageiro da Paz*” e “*Folha Universal*” demonstram as diferentes concepções e posicionamentos diante do tema, ou seja, a Assembleia de Deus mantendo uma postura contrária, e a igreja Universal adotando um tom mais brando e uma linha favorável, em determinadas circunstâncias, para a realização da prática. A liderança máxima da IURD, Bispo Edir Macedo, foi ainda mais longe na defesa através do artigo “Jesus fala sobre o aborto” publicado no seu blog no dia 03 de setembro de 2010:

Eu sempre digo que sou a favor do aborto, não indiscriminadamente, mas em determinadas circunstâncias. Não faço isso para declarar guerra a nenhuma religião ou à parcela da sociedade que é contra o procedimento. Tenho esta opinião principalmente porque a fé que eu professo me impede de exaltar a hipocrisia. O aborto não é a causa do problema, é o efeito. O problema começa antes, na falta de informação, principalmente às camadas financeiramente menos favorecidas; na falta de ações preventivas; nas inúmeras questões sociais que têm levado à destruição de lares e à banalização da família. (...) Para os que acreditam não haver embasamento bíblico no que eu digo, cito o momento em que o Senhor Jesus sentou-se à mesa com Seus discípulos para celebrar a última ceia, antes de ser torturado e morto. Ele anunciou que ali estava presente quem O trairia, e sentenciou: “*O Filho do homem vai, como está escrito a seu respeito, mas ai daquele por intermédio de quem o Filho do homem está sendo traído! Melhor lhe fora não haver nascido!*” Mateus 26-24. (BLOGS.UNIVERSAL.ORG<sup>79</sup>. 03/09/2010. Grifo do autor)

No seu artigo, Macedo expõe a sua posição favorável, apesar de não pretender afrontar outras religiões que são contra o aborto – contudo, isto não ocorre no texto citado anteriormente da mesma denominação, pois a matéria publicada no jornal Folha Universal considera a posição da Igreja Católica como obstáculo para a prática do aborto. Macedo também procura explorar elementos socioeconômicos e dar um embasamento bíblico na sua argumentação, citando passagens e salmos. No entanto, nem todos da IURD possuem a mesma opinião sobre o tema. Alguns parlamentares vinculados à igreja manifestaram discursos contrários ao aborto durante as sessões legislativas investigadas. Nesse sentido, a observação de Edlaine Gomes (2009, p. 51), que atesta um discurso favorável da IURD sobre o aborto, generalizando o posicionamento da igreja, não pode ser confirmada.

#### 7.4.1 Aspectos do discurso evangélico em torno do aborto

A proposta desta seção é realizar a análise do discurso evangélico nos momentos em que o aborto esteve presente na pauta legislativa durante o período investigado. Por serem

<sup>79</sup> Disponível em: <http://blogs.universal.org/bispomacedo/2010/09/03/jesus-fala-sobre-o-aborto/>. Acesso em: 29 mai. 2015.

muitos os pronunciamentos de evangélicos e não evangélicos sobre a matéria, serão apresentados aqueles trechos considerados os discursos “notáveis” relacionados ao tema do capítulo e que são mais recorrentes. Brevemente, também serão destinados à Análise do Discurso (AD) e aplicação do corpo de conceitos que orienta esta tese, os fragmentos favoráveis ao aborto que emanam de parlamentares não evangélicos, aqui entendidos como um segmento que exalta o discurso laico.

Com relação ao aborto, esse tema foi caracterizado pelos deputados da FPE de diferentes formas, sendo em várias circunstâncias tratado como uma questão jurídica, religiosa, política, científica e de saúde. Em alguns momentos, as dimensões estão imbricadas, em outros não. Com o recurso da tabela abaixo, pretende-se observar como essas dimensões interagem e como elas são construídas, verificando também a ocorrência de mudanças na ordem discursiva.

Tabela 11 – Classificação do discurso evangélico sobre o aborto

Deputado / data	Fragmento	Categoria
Pastor Amarildo (PMDB) 02/03/2005 / OD	“É por isso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, que, quando não tenho certeza de alguma coisa, apelo para quem tem toda a certeza e convicção: a palavra de Deus, a Bíblia Sagrada. O Salmo 139, versículo 16, diz assim, meus queridos companheiros: "Os teus olhos me viram ainda substância, ainda informe". Em outras palavras, quero dizer a cada um dos companheiros que para Deus a vida não depende de 4 dias, de 4 semanas, de 1 mês. Antes mesmo da nossa condição, ou seja, informe, o óvulo fecundado pelo espermatozoide, que vira o ovo, já é vida”.	Religiosa
Pastor Frankemergen (PTB-RR) 14/03/2005 / GE	“Hoje, novamente aqui estou para dizer um sonoro "não" à absurda norma do Ministério da Saúde que facilita o aborto na rede pública hospitalar. É uma deslavada vergonha. Aliás, é muito mais do que vergonha: é um verdadeiro atentado, um acinte às mulheres e às famílias deste País. Vou mais longe e afirmo que, com essa postura, o próprio Governo dá o passo inicial para a verdadeira carnificina de inocentes, mil vezes pior do que aquela citada na Bíblia e que aponta Herodes como o principal verdugo”.	Saúde / Política / Religiosa
Lincoln Portela (PL-MG) 22/03/ 2005 / GE	“O Código Penal Brasileiro, em seu art. 128, admite apenas duas hipóteses de não-punibilidade do aborto: se não há outro meio de salvar a vida da gestante e se a gravidez resulta de estupro. (...) Ora, Sr. Presidente, no contexto do espírito restritivo da lei não pode haver dúvida quanto à caracterização desses 2 casos: eles devem ser exaustivamente comprovados. Seguramente, um médico é capaz de saber se a vida da gestante está em perigo. Mas, como ele pode saber se ela realmente sofreu um estupro, sem a apresentação do devido boletim de ocorrência? (...) Dessa forma, amparado em juízos tão abalizados e nos ditames de minha própria consciência, manifesto-me contrariamente à norma técnica proposta pelo Ministério da Saúde.	Jurídica
Lincoln Portela (PL-MG) 22/03/ 2005 / GE	“Sou também contrário do ponto de vista jurídico, por representar usurpação de prerrogativas do Legislativo, fato ao qual esta Casa precisa estar atenta - o Ministério da Saúde não pode legislar -, e do ponto de vista ético, por transformar hospitais públicos em autênticas indústrias de abortos”.	Político / Jurídico
Milton Cardias	“Para que se obtenha interpretação adequada da matéria, os	Jurídica /

(PTB-RS) 05/04/2005 / PE	contornos jurídicos, tanto na norma constitucional como na genética, devem ser definidos. Os especialistas na genética humana afirmam que a vida humana começa com a concepção, isto é, a partir do momento em que o óvulo é fecundado pelo espermatozóide. É nesse instante que tem início uma nova vida. Não é a vida do pai ou da mãe, mas de um novo organismo, que dita seu desenvolvimento próprio. Esse novo ser é dependente do ambiente intra-uterino, do mesmo modo que somos dependentes do oxigênio para viver. É ele que devemos proteger, amparar, resguardar”.	Científica
Zelinda Novaes, (PFL – BA) 08/12/2005 / CP	“Do ponto de vista normativo, o art. 4º do Pacto de São José da Costa Rica, ao qual o Brasil aderiu, preconiza: "Toda a pessoa tem direito a que se respeite sua vida. Este direito está protegido pela lei e, em geral, a partir do momento da concepção". Nosso Código Civil, em seu art. 2º, dispõe: "a personalidade civil do homem começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro". O ponto de vista científico, novas tecnologias, como o monitoramento do coração do feto, a fetoscopia e a histeroscopia para acompanhar o que se passa no interior do útero comprovam que o feto resiste e se defende dos agentes externos, que lhe querem tirar a vida”.	Jurídica / Científica
Henrique Afonso (PT-AC) 11/05/2007 / GE	“... não vamos conquistar e avançar na busca da liberdade tirando a liberdade de uma criança, indefesa, de viver; não vamos resolver o problema de saúde pública colocando a morte como marco de referência. Palavra de Deus, no Livro de João, 10:10: "O Diabo veio para matar, roubar e destruir, mas o Senhor Jesus disse: Eu vim para que todos tenham vida, e tenham com abundância". No Salmo 139, o Senhor disse: "Os teus olhos viram a minha substância ainda informe". No Brasil considera-se que a vida começa quando há fecundação. Foi assim que Deus fez, não vamos contrariar uma lei feita por Deus”.	Religiosa
Roberto de Lucena (PV-SP) 25/08/2011 / CP	“Quando nós tratamos desse assunto, não falta quem leve para o campo religioso ou quem atribua o nosso posicionamento ao fundamentalismo ou ao fanatismo religioso. Na verdade, não é esse o campo de que estamos tratando. Nós estamos falando de bioética. Estamos falando de vida. Estamos falando do direito de viver de quem já existe, e apenas não nasceu”.	Científica
Costa Ferreira (PSC-MA) 13/03/2012 / PE	“Estar encoberto por alguns centímetros de tecidos biológicos não retira esse valor, determinando o seu destino. Curiosamente, depois que transpõe esses centímetros, ou seja, depois que se torna visível, hipocritamente queremos dar a esse bebê todo o direito, punindo quem não o trata de acordo com as normas a ele conferidas por lei, inclusive a mãe. Soberanamente, a Bíblia retrata a vida como um bem que deve ser preservado com dignidade. Em Êxodo, 20:13, está determinado: "não matarás". O ser humano foi feito à imagem e semelhança de Deus”.	Religiosa
Roberto de Lucena (PV-SP) 13/03/2012 / PE	“Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem a vida perdeu uma grande e importante batalha no Supremo Tribunal Federal, que, por um largo placar, decidiu por descriminalizar o aborto de anencéfalos. Essa decisão, Sr. Presidente, fere normas jurídicas e constitucionais de proteção à vida; joga por terra o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário e avilta este Parlamento, que mais uma vez tem a sua competência de legislar invadida pela mais alta instância do Poder Judiciário”.	Jurídica
Marco Feliciano (PSC-SP) 19/04/2012 / CP	“Por que motivo, neste momento em que o Legislativo entende que suas funções foram usurpadas com a aprovação da legalização do aborto de anencéfalos, vem o Ministro anunciar justamente medidas que venham a oferecer meios para tal prática? Não entro no mérito do atendimento, pois, se hoje passa a ser legal, o Estado tem de oferecer meios. O que critico, é a forma como foi anunciada”.	Político
Antônio Bulhões	“Médicos, cientistas, advogados e pessoas das mais diversas	Saúde /

(PRB-SP) 18/06/2013 / OD	ocupações e ideologias apresentam argumentos contra o assassinato de inocentes, como se fosse preciso argumentos para impedir essa prática que é repugnante por natureza. As descobertas científicas, sobretudo da Embriologia e da Genética, estabelecem que a vida humana começa na fecundação”.	Científica
Lincoln Portela (PL-MG) 15/07/2014 / BC	“Houve uma promessa da Presidência da República de que não haveria aborto, e agora houve o aborto, sim, e o aborto está aí, até com 5, 6, meses de gestação, quando um psicólogo diz que a pessoa não tem condições mais de gerar o filho. Então, essas pessoas aparecem prometendo mil coisas, dando mil coisas, e depois arrebatam conosco aqui. O Estado entra nas igrejas, como aconteceu no caso da Igreja Maranata, no Espírito Santo, como aconteceu e acontece em tantas igrejas”.	Política

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

A apresentação dos fragmentos acima pretende corroborar outros estudos (MARIZ; MACHADO, 1998) e demonstrar como não é só a opção religiosa que auxilia no momento da decisão sobre a matéria, não existindo um posicionamento único sobre o aborto, assim como também as justificativas empregadas pelos membros da FPE superam “o fundamento religioso modelado pela crença na origem divina “da vida”. Cada vez mais os argumentos se pautam pela mediação do religioso com a linguagem médica e jurídica.” (GOMES, 2009, p.65). A tabela demonstra que a forma como os evangélicos tratam do tema, com o recurso de diferentes discursos, pode ser identificada como uma estratégia onde os deputados procuram dar mais legitimidade ao seu posicionamento. No estreito diálogo com outras dimensões, estes deputados pretendem “fugir” daquilo que consideram estigma do discurso religioso, como bem aponta o pronunciamento citado acima do deputado Roberto de Lucena (PV-SP) no dia 25/08/2011 na fase Comunicações Parlamentares.

Ainda sobre esse diálogo, percebe-se uma relação interdiscursiva capaz de produzir sentidos únicos com a utilização de argumentos de campos tão distintos, alguns, inclusive, antagônicos, como no caso do discurso científico e o discurso religioso, em virtude da essência de ambos, mas que aparecem imbricados na sustentação da posição de contrariedade ao aborto.

A mobilização desses argumentos apresenta as propriedades que garantem as condições de emergência do discurso. Nesse processo contínuo de construção, os discursos constituintes (MAINGUENEAU, 1998) estão em conexão e servem para legitimar o discurso evangélico sobre o aborto. Mas de acordo com os trechos apresentados, assim como a discussão promovida pelos evangélicos sobre outros temas, o recurso da dimensão religiosa ainda é muito presente, sendo que, em diversos casos, possui uma função fundadora (constituente) de todo o discurso evangélico sobre o aborto. A retórica religiosa não desaparece no momento que são mobilizadas outras dimensões, ele apenas adquire novas

formas, estabelecendo assim um processo de síntese com as diversas caracterizações sobre o aborto, que são procedentes de outras áreas.

Ainda sobre o discurso religioso, é possível identificar o recurso da memória discursiva (ORLANDI, 2013) enquanto condição interdiscursiva. Embora as leis brasileiras anteriores sejam também parte dessa memória, o que já estava escrito na Bíblia sobre o aborto, e que não deve ser contrariado, acaba servindo como principal aporte no momento que é promovido o discurso. Em outras palavras, esta memória é o que torna possível todo o dizer baseado em dogmas bíblicos, que serve de sustentação ao discurso contrário ao aborto. O que é dito antes sobre este tema em textos religiosos, ainda mais quando o assunto aparece nas linhas do livro sagrado, é o elemento que sustenta e aciona a produção do discurso e o processo de significação em virtude da legitimidade dos argumentos confessionais. Os fragmentos abaixo evidenciam este recurso da memória discursiva.

Lembro que 90% da população brasileira é cristã. Não digo isso na qualidade de pastor evangélico, mas de cristão. A Bíblia Sagrada, que está sobre nossa mesa, diz que Deus nos conhece mesmo quando informes. Dep. Pastor Amarildo, PSC - TO (Diário da Câmara dos Deputados, 09/12/2004, Sessão: 278.2.52. O / BC).

A Bíblia Sagrada estima a vida como um valor invariável e inviolável. No Salmo 139, o salmista Davi descreve a presença divina em todos os momentos da vida humana, começando na concepção e formação da vida. Como segue: “Salmo 139 13 Pois tu formaste o meu interior, tu me teceste no seio de minha mãe. 14 Graças te dou, visto que por modo assombrosamente maravilhoso me formaste; as tuas obras são admiráveis, e a minha alma o sabe muito bem; 15 os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. 16 Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda”. Dep. Costa Ferreira, PSC - MA (Diário da Câmara dos Deputados, 15/07/2008, Sessão: 172.2.53. O / PE).

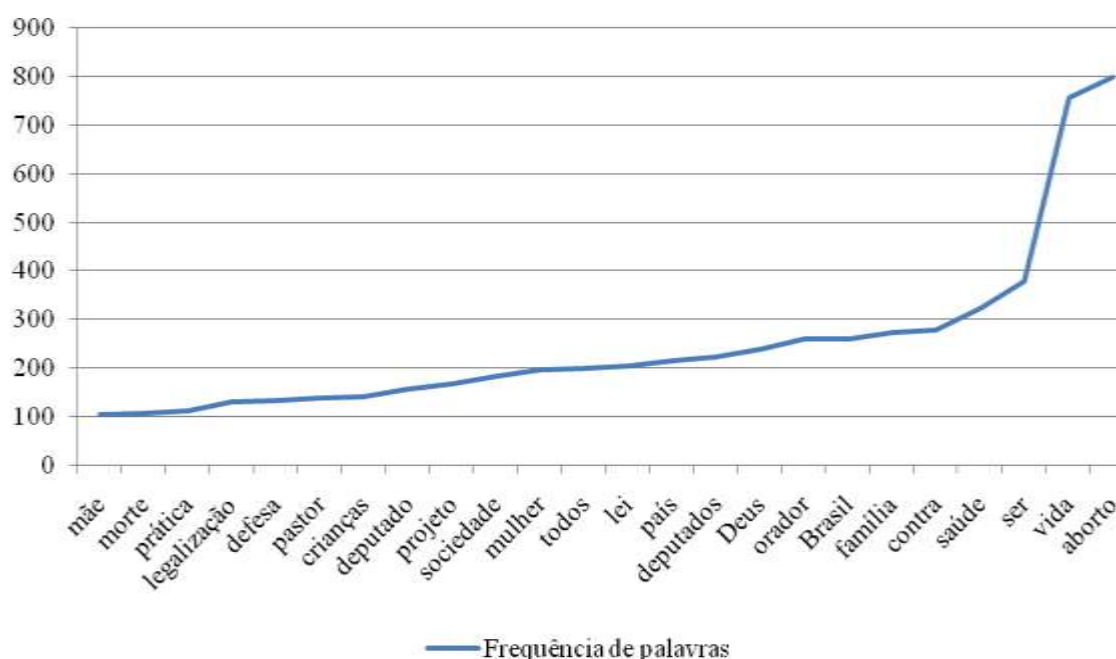
Numa época em que o homem é autônomo e distanciado de Deus e de seus santos princípios revelados na Bíblia, eu preciso salientar com persistência o ensino da Palavra Eterna de Deus, que diz: “Não matarás” - Êxodo 20:13. E, novamente, ela nos exorta: “Não matarás o inocente”- Êxodo 23:7. Portanto, atentemos para o inigualável valor que Deus dá e deu e dará sempre à vida. Nós, que reconhecemos que há o Deus verdadeiro; nós, que queremos o melhor para os nossos cidadãos brasileiros, por favor! vamos valorizar mais a vida do nosso próximo dizendo não à prática do aborto em qualquer circunstância!” Dep. Pastor Pedro Ribeiro, PMDB - CE (Diário da Câmara dos Deputados, 16/09/2008, Sessão: 220.2.53. O / CP).

A Bíblia diz que o ladrão ou o assassino não vêm senão para roubar ou para matar, mas “eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância”. Assim, todos os filhos de Deus devem preservar os seus 10 mandamentos, a sua doutrina cristã, os seus princípios virtuosos, a fé que propicia a caridade, a esperança que fortifica a bondade; a mansidão que transforma em longanimidade; a temperança que ilumina a inveja e o amor que previne atitudes abortivas. Repudio todos os projetos de lei sobre a prática do aborto neste País. Dep. Jefferson Campos, PTB - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 01/04/2009, Sessão: 056.3.53. O / PE).

O discurso evangélico sobre o aborto busca constantemente este apoio, ou seja, de tudo o que já foi dito antes sobre o assunto e que está presente na Bíblia. Sendo assim, o enunciado “contra o aborto” é constituído também por esses dizeres anteriores, mas que possuem a capacidade de determinar as novas formas de dizer.

Uma segunda característica do discurso dos membros da FPE sobre o aborto que deve ser destacada é a formação dos pontos nodais (LACLAU & MOUFFE, 1987). Com relação aos evangélicos, dois pontos são responsáveis pela união entre discursos religiosos, políticos, científicos e jurídicos sobre o assunto, o argumento de “defesa da vida” e o da “defesa da família”. O termo “vida” está presente em quase todos os pronunciamentos identificados sobre o aborto. O discurso que recorre constantemente à defesa da vida pretende evidenciar a relação discrepante com o aborto, entendido pelos evangélicos como o símbolo da “cultura da morte”, do “assassinato” de seres vivos indefesos. O gráfico de termos abaixo, criada a partir da reunião de todos os pronunciamentos sobre o assunto, demonstra esta ocorrência.

Gráfico 10 – Frequência de termos utilizados (em números absolutos) pelos deputados federais evangélicos sobre o aborto



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Os dois termos que se sobressaem, “aborto” e “vida”, servem para demonstrar a forma como é construído o sentido do discurso evangélico sobre o assunto. Através do conteúdo dos pronunciamentos, e da conseqüente repetição destes termos, é possível visualizar a proximidade de ambos no discurso, e isso ocorre devido à necessidade desse mesmo discurso

em atribuir oposição entre os dois termos, que podem ser entendidos, a título de exemplo, com o seguinte esquema relacionado a outras palavras que aparecem no gráfico.

$$\begin{array}{ccc} \text{Aborto} \neq \text{Vida} & \text{Aborto} \neq \text{Ser} & \text{Família} \neq \text{Aborto} \\ \text{Vida} = \text{Ser} = \text{Família} & & \end{array}$$

É evidente que diversas informações podem ser identificadas no gráfico através deste exercício de visualização dos termos mais recorrentes, contudo, para o entendimento da constituição dos pontos nodais que orientam os discursos dos parlamentares evangélicos sobre o aborto, bastam estas observações sobre a recorrência dos termos “Aborto” e “Vida” e os seus vínculos com outras palavras que contribuem para a construção dos sentidos discursivos.

Os pontos nodais possuem a responsabilidade de estimular o discurso no interior de um campo discursivo, onde diferentes posições (formações discursivas) estão em concorrência (MAINGUENEAU, 1998). A seguir, serão apresentados alguns fragmentos para entender a importância desses pontos nodais na composição dos discursos evangélicos sobre o aborto e as conseqüentes significações que os mesmos adquirem.

Tabela 12 – Pontos nodais “Defesa da vida” e “Defesa da família” explorados por parlamentares evangélicos.

Deputado / data	Fragmento
Costa Ferreira (PFL-MA) 09/06/2003 / PE	“Em <u>defesa da vida</u> , em todos os seus momentos, a Constituição Federal sabiamente preceitua, em seu art. 5º, a todos inviolabilidade do <u>direito à vida</u> . Para alguns, entretanto, a vida a ser preservada até-se ao ser humano nascido. Essa discrepância moral exclui injustificavelmente o nascituro, no momento mais vulnerável do humano. Ativistas pró-aborto têm feito freqüentes gestões com a finalidade de conseguir legalizar essa prática”.
Adelor Vieira (PMDB-SC) 16/08/2005 / GE	“Deputados, permitam-me reproduzir aqui o art. 4º do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, que promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Diz ele: "Art. 4º - <u>Direito à vida</u> . 1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente." Esse decreto é mais um instrumento legal em <u>defesa da vida</u> . Lamentavelmente, existem grupos que preferem lutar pela morte. São a favor do aborto e contra a vida. Não podemos e não devemos esmorecer. A vida passa por transformações profundas. Devemos não só lutar contra o aborto, mas também buscar novas políticas em <u>favor da vida</u> ”.
Adelor Vieira (PMDB-SC) 26/10/2005 / PE	“Destaco, ainda, a atuação da Frente Parlamentar em <u>Defesa da Vida</u> , presidida pelo Deputado Luiz Bassuma. (...) aprovamos a realização do Seminário Em <u>Defesa da Vida</u> e Contra o Aborto, com objetivo de instituir uma Campanha Nacional em <u>Defesa da Vida</u> , mobilizando a sociedade civil para essa luta”.
Milton Cardias (PTB-RS) 05/04/2005 / PE	“Portanto, cobro de meus pares a coerência em <u>defesa da vida</u> , pois quem é contrário à pena de morte, abomina a eutanásia, insurge-se contra o suicídio assistido não pode votar a favor da eliminação da vida pelo aborto”.
Wasny de Roure (PT-DF)	“Na condição de legislador sempre me coloco em <u>defesa da vida</u> , porque esta é sagrada. Ademais, cristão que sou, posiciono-me ao lado dos mais fracos e desprotegidos. Por

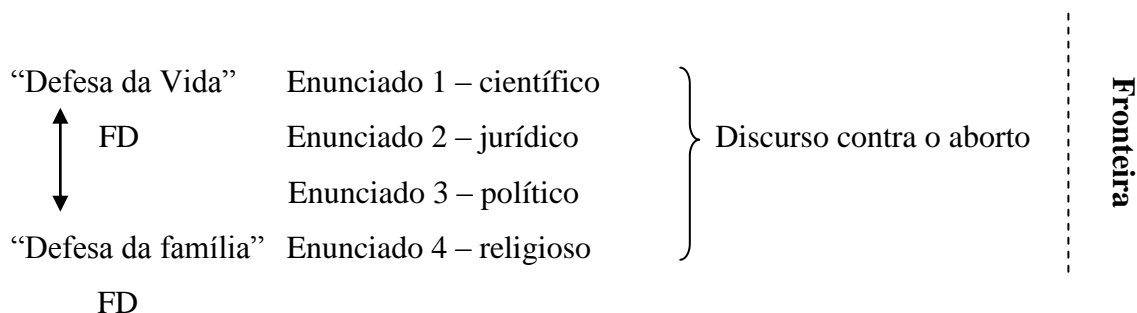
09/03/2006 / CP	isso, reafirmo minha posição em <u>defesa da vida</u> intra-uterina, algo, incompreensivelmente, às vezes apresentado como indesejado e possível de ser descartado”.
Henrique Afonso (PT-AC) 11/05/2007 / GE	“(…) temos debatido a questão da <u>defesa da família e da vida</u> , e o aborto é o tema central desse debate. Esse assunto é polêmico e complexo, mas ainda que haja mil e uma justificativas para o extermínio de uma criança indefesa no ventre da sua mãe, temos que ter a intrepidez de <u>defender a vida</u> ”.
Costa Ferreira (PSC-MA) 19/06/2008 / BC	“Sr. Presidente, Madre Tereza de Calcutá, religiosa conhecida e respeitada mundialmente, certa vez disse o seguinte: ‘O maior destruidor da paz do mundo hoje é o aborto. Ninguém tem o direito de tirar a vida: nem a mãe, nem o pai, o médico, a conferência ou o Governo’. Sou evangélico, Sr. Presidente, e ela era católica, mas nisso ambos concordamos, e lutamos em <u>defesa da vida</u> , porque essa é uma luta que não depende de credos religiosos ou intelectuais, mas sim do nível de consciência de humanidade e respeito à criação”.
Zequinha Marinho (PMDB-PA) 13/02/2008 / PE	“(…) é com muita satisfação que retorno à tribuna desta Casa para falar de uma de minhas ações em minha base eleitoral, com o objetivo de discutir questões pertinentes à <u>defesa da vida e da família</u> . Refiro-me ao Simpósio Estadual em <u>Defesa da Vida e da Família</u> , (...) O objetivo desse simpósio é o de promover amplo debate com líderes, pastores e com a população de uma forma geral sobre assuntos pertinentes à Igreja, à boa conduta e à moral. Na ocasião, serão apresentados dados recentes oriundos de profunda e extensa pesquisa feita acerca de temas como aborto, violência, homossexualismo e uso de drogas”.
Joao Campos (PSDB-GO) 28/03/2011 / GE	“(…) venho a esta tribuna com o firme propósito de mais uma vez ratificar a minha posição, o meu entendimento e o meu compromisso em <u>defesa da vida e da família</u> . Venho em nome próprio e também na condição de Presidente da Frente Parlamentar Evangélica. (...) Aqui na Casa tramitam inúmeros projetos de lei que visam ceifar a vida humana, como a legalização do aborto. Aqueles que defendem a descriminalização do aborto a qualquer tempo pretendem legalizar a abominável prática. (...) Inúmeras proposições tramitam na Casa que merecem nossa especial atenção e que fazem parte desses ataques sistemáticos à <u>família brasileira</u> ”.
Roberto de Lucena (PV-SP) 25/08/2011 / CP	“(…) tenho a satisfação de ocupar esta tribuna da Câmara dos Deputados, no encerrar da nossa sessão, no dia de hoje, para mais uma vez ratificar minha posição em <u>defesa da vida</u> , minha posição em <u>defesa da família</u> , minha posição em defesa daquilo em que acreditamos. Chega de sangue derramado! Vamos dar um basta ao sangue derramado neste sagrado solo brasileiro. O aborto é também uma forma de violência e de agressão”.
Marco Feliciano (PSC-SP) 04/04/2012 / PE	“No próximo dia 11 de abril, o Supremo Tribunal Federal poderá decretar, no nosso País, a matança dos inocentes, com o julgamento da ADPF nº 54, que visa autorizar o aborto em casos de anencefalia. Urge a mobilização em <u>defesa da vida</u> , pois não podemos estar omissos nesta hora tão grave”.
Arolde de Oliveira (PSD-RJ) 06/11/2013 / BC	“Sr. Presidente, no dia 15 de novembro, entrará em cartaz nos cinemas do Brasil o esperado e polêmico filme Blood Money - Aborto Legalizado. O documentário, produzido por David Kyle e John Zipp, trata do funcionamento legal da indústria do aborto nos Estados Unidos (...). Peço a atenção dos brasileiros para a mensagem desse filme que vai ao encontro de nossa <u>luta pela vida</u> e contra a descriminalização do aborto e fortalece nossas convicções <u>pró-vida em defesa da família</u> ”.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS (Grifos nossos).

O recurso dos termos “defesa da vida” e “defesa da família” é utilizado para justificar a atuação e a opinião, que pode ser constatada nas seguintes frases recorrentes que remetem à ação: “me coloco em defesa...”, “temos de defender...”, “minha posição em defender...”, “lutamos em defesa...”, “meu compromisso em defesa...”, “minha posição em defesa...”, “urge a mobilização em defesa...”, “nossas convicções em defesa...”. Os pontos nodais identificados são recorrentes, pois, eles possuem a capacidade de mobilizar as diferentes dimensões discursivas já verificadas, ou seja, os argumentos políticos, jurídicos, científicos e religiosos,



ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação interdiscursiva. Ambos os pontos passam a constituir as Formações Discursivas (FD) responsáveis pelo estímulo dos sentidos contrários e que atuam em conjunto.



Porém, o outro lado da fronteira discursiva, ou seja, os discursos favoráveis ao estabelecimento de leis voltadas para a descriminalização do aborto e ao tratamento do tema enquanto assunto de saúde pública, também evidencia a recorrência do ponto nodal “defesa da vida” na sustentação dos seus respectivos posicionamentos, conforme apontam os seguintes fragmentos.

Tabela 13 – Ponto nodal “Defesa da Vida” explorado por parlamentares não evangélicos

Deputado / data	Fragmento
Dr. Talmir (PV-SP) 04/03/2008 / PE	A minha esposa, mesmo acompanhando nossos 4 filhos, já trabalhou em 3 Prefeituras. Atualmente é assistente judiciário do Fórum de Presidente Prudente. Fundou a Associação do Rosário, na qual trabalha com pessoas com deficiência, e a Ação Familiar do Brasil, e é coordenadora do <u>Instituto de Defesa da Vida</u> e do projeto AMABE, que acompanha as mulheres grávidas. Investir, sim, em células-tronco adultas e não embrionárias. Se em outros países existem as pesquisas, repito, é porque lá existe a legalização do aborto, ao contrário do que ocorre no Brasil. A sua possível liberação fará com que não haja a criminalização, não haja uma pena, no entanto, continuará a ser um crime. Não caímos, então, em "pegadinhas", Srs. Ministros.
Jô Moraes (PCDOB-MG) 08/05/2008 / PE	Ontem, na Comissão de Seguridade, foi tomada uma decisão que conflita, e de forma absolutamente inoportuna, com o <u>direito à saúde, à vida</u> e à liberdade religiosa. Nós, agentes públicos, não podemos estabelecer esse conflito. A liberdade religiosa é um direito individual inalienável. Temos de ter direito a escolher nossa fé, a fazer nossas opções filosóficas, a seguir os caminhos em que acreditamos. Não se pode deixar de compreender que as políticas públicas de direito à saúde, de <u>direito à vida</u> , de proteção às populações de risco não podem ser submetidas a uma lógica que não seja a do Estado protetor daqueles que sofrem as dificuldades da vida. Discutíamos ontem na Comissão de Seguridade um projeto que apenas suprimia do Código Penal seu art. 128, que criminaliza as mulheres que interrompem a gravidez. Era só isso. Mas a discussão seguiu uma lógica que não corresponde à realidade. (...)Para concluir, Sr. Presidente, registro que sofremos ontem uma derrota histórica, a vitória do preconceito. Foi desrespeitado o direito à saúde, o <u>direito à vida</u> , à cobertura daquilo de que mais precisamos enquanto realizadoras da concepção e da continuidade da espécie.
Jandira Feghali (PCDOB-RJ) 08/03/2006 / PE	No caso da legalização do aborto, o principal inimigo é o preconceito religioso e a negação hipócrita da realidade. Mesmo na ilegalidade, o procedimento é realizado por milhares de mulheres. Essa clandestinidade assegura tão-somente a existência de clínicas

	particulares, cujos serviços não são fiscalizados, o que gera a impossibilidade de controle por parte das autoridades competentes. A clandestinidade também é responsável por mortes de mulheres aos milhares todo ano e pelos altos gastos, por parte dos serviços de saúde pública, no atendimento às mulheres com doenças e seqüelas provenientes de aborto mal feito. Encontramos sempre nesses casos as mulheres de baixo poder aquisitivo. Portanto, a ilegalidade tem ótica de classe. Como médica e mãe, também <u>sou defensora incondicional da vida</u> e, por isso mesmo, <u>defendo também a vida</u> das mulheres e seu direito à opção. Devemos lutar, todos e todas, acima dos partidos e religiões, pela redução da mortalidade materna e pelo avanço das leis que consolidem a democracia.
Ivan Valente (PSOL-SP) 11/03/2008 / PE	(Leitura do documento da Secretaria de Mulheres do PSOL/SP) Enquanto as mulheres ricas realizam abortos em clínicas particulares, pagando caro para ter todo conforto e segurança, a realidade das mulheres pobres é bem diferente. São elas a maior parte das vítimas das complicações do aborto, já que o realizam sem condições de higiene, sem assistência e orientação. Diferentemente do que defende a Campanha da Fraternidade de 2008, que traz como tema “Fraternidade e Defesa da Vida” (uma campanha massiva contra a legalização do aborto), para nós, <u>defender a vida</u> significa defender o direito à saúde, à educação, à moradia, ao emprego e à justa distribuição da renda. Significa defender o amplo acesso das mulheres à informação e aos métodos contraceptivos e o uso de preservativos que evitam milhares de doenças em todo o mundo. <u>Defender a vida</u> significa também defender o direito à maternidade

Fonte: Câmara dos Deputados.

Diante desse quadro, é possível identificar duas formações discursivas, que utilizam o mesmo ponto nodal “defesa da vida”, mas que estão situadas em polos opostos em uma constante situação de concorrência. O discurso evangélico sobre o aborto precisa do “Outro”, sem ele, a identidade do seu discurso corre o risco de se dissolver (MAINGUENEAU, 2008). Ainda sobre os dois discursos, favoráveis e contrários ao aborto, ambos constituem um espaço discursivo, pois “estes são representados por dois posicionamentos que possuem relações particulares fortes” (MAINGUENEAU, 1998, p.20).

Contudo, o discurso evangélico sobre o tema, por exemplo, no momento em que mobiliza a dimensão religiosa, busca a agregação com outros segmentos religiosos neste mesmo espaço discursivo, na maioria das vezes os católicos, visto que ambos possuem objetivos em comum. Ao mesmo tempo, nos mesmos discursos, os evangélicos procuram o embate com aqueles que são considerados os defensores do aborto. Dessa forma, o discurso evangélico apresenta esta característica, ele é comedido e conciliador por um lado e hostil por outro, ou seja, quando este é dirigido para dois públicos diferentes, opositores e defensores da prática do aborto, ele varia de acordo com a circunstância em que é mobilizado.

Conforme mencionado anteriormente, a “defesa da vida” passou a constituir duas formações discursivas, mas que representam duas formações ideológicas, cada uma com a sua forma peculiar de interpretar a “vida” e de dar sentido para esta palavra. Todavia, o discurso evangélico contra o aborto (primeira formação discursiva) precisa do discurso dos poucos deputados evangélicos e dos não evangélicos favoráveis ao aborto. (segunda formação discursiva) para delimitar o significado do termo empregado. O sentido da noção “defesa da

vida” para os evangélicos é derivado da formação discursiva (discurso moral, religioso, etc.) em que ele está inscrito (ORLANDI, 2013, p.43).

Ainda sobre o sentido da palavra “vida”, mais precisamente os termos que compõem as formações discursivas exploradas pelos evangélicos e não evangélicos, de diferentes afiliações partidárias, deve-se observar os diferentes significados que são empregados no momento no qual a palavra é mobilizada no interior dos discursos. Dessa forma, é possível identificar as mudanças que ocorrem com o ponto nodal “defesa da vida”, e isso acontece pelo fato deste termo não ser estático, o sentido muda de acordo com a matriz ideológica que mobiliza a palavra. Conforme afirma Michel Pêcheux (1997):

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1997, p.160. Grifo do autor).

Portanto, o sentido da palavra “vida” para os evangélicos contra o aborto assume uma posição diferente daquela sustentada pelos não evangélicos e os poucos evangélicos que estão situados no polo favorável ao aborto. Ambas são posições ideológicas, conforme adverte Pêcheux, onde o sentido da palavra “vida” difere. E sobre esta diferença e também através da caracterização do outro, do defensor, como adversário, que o discurso dos evangélicos adquire a sua forma e se distingue dos outros discursos pelo seu caráter. Alicerçados nas diferentes dimensões que são mobilizadas no interior dos discursos, os membros da FPE se autointitulam como os representantes de uma postura ética de defesa da vida.

### **Considerações finais**

A constante presença de discussões relacionadas ao aborto na pauta legislativa promoveu uma melhor visualização da ação discursiva dos parlamentares evangélicos sobre o tema e, conseqüentemente, as articulações que são estabelecidas. O capítulo demonstrou que os atores políticos evangélicos conseguem coadunar o que consideram interessante para fundar o discurso contrário ao aborto. Isto pode ser identificado pela mobilização de discursos religiosos, jurídicos, políticos e até científicos para justificar o posicionamento diante das discussões promovidas no plenário da Câmara. A pesquisa procurou demonstrar os diferentes

debates que envolveram atores religiosos sobre o aborto, tomando como ponto de partida as discussões em torno do caso norte-americano *Roe vs. Wade*.

Com relação ao cenário identificado no Brasil sobre os debates voltados para o aborto, o capítulo também procurou demonstrar a entrada do tema na agenda parlamentar, a criação de frentes parlamentares mobilizadas contra o aborto e a elaboração de projetos de leis e outras proposições que mencionam o tema nas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados. Foi destinado um enfoque mais específico nas discussões em torno do Projeto de Lei N° 1.135 de 1991 e também ao Estatuto do Nascituro. Após a explanação dessas proposições e do papel das frentes parlamentares que se colocam contra a prática, foi realizada a análise dos posicionamentos dos membros da Frente Parlamentar Evangélica sobre o aborto, procurando evidenciar, mais especificamente, os aspectos do discurso evangélico diante do assunto.

Em referência aos pronunciamentos, foram identificados os pontos nodais “defesa da vida” e “defesa da família”, que passaram a constituir as formações discursivas, responsáveis pela mobilização das diferentes dimensões, ou enunciados, situados diante de uma determinada fronteira discursiva, o polo antagônico, e que respondem ao discurso favorável ao aborto. Neste cenário, foi possível verificar a recorrente associação com outros segmentos religiosos que também são contrários ao aborto, principalmente os parlamentares que compõem o grupo católico da Câmara.

Apesar da mobilização de outras dimensões enunciativas, o discurso evangélico continua sendo modelado principalmente por questões de natureza confessional, sobretudo nas caracterizações sobre o que consideram como o início da vida. A forte presença do discurso religioso garantiu o alinhamento com outros setores provenientes do catolicismo e também do espiritismo. Contudo, estas relações identificadas, ou seja, as manifestações de discursos baseados em preceitos bíblicos e outros dogmas confessionais responsáveis pelas justificações da atuação legislativa demonstram que a relação entre política e religião ainda não está amadurecida. Logo, este recurso religioso constante pode colocar em risco o caráter de Estado laico.

Quando o tema aborto entra em pauta, os evangélicos não poupam esforços para tentar persuadir o público. O trabalho desempenhado nas frentes parlamentares, a disputa por espaços e a presença em comissões e também na elaboração de projetos de leis e outras proposições, representam elementos que comprovam a inquietude dos evangélicos e as constantes tentativas de derrubar qualquer iniciativa favorável à descriminalização da interrupção da gravidez ou o tratamento do aborto como tema de saúde pública.

Para esse segmento religioso, o aborto é interpretado de diferentes formas, mas principalmente como: crime, atentado à vida, atentado à família, desrespeito a Deus e também a porta de entrada para outras práticas como, por exemplo, a prostituição. Ser contra o aborto, para os evangélicos, é estar de acordo com os argumentos apresentados e defendidos pela FPE, ou seja, é atuar na defesa “da família, da moral e dos bons costumes”. Mas a contrariedade ao aborto, segundo os mesmos, parte de um princípio ético, de defesa daquilo que consideram o mais importante, a vida.

Os posicionamentos moralizantes oriundos da maioria evangélica na Câmara procuram sempre responder às tentativas de promoção de políticas voltadas para as mulheres sobre a questão do aborto. Os membros da FPE querem criminalizar a prática da interrupção da gravidez, e, em alguns casos, apresentam proposições que procuram retroceder até mesmo diante dos direitos já adquiridos pelas mulheres. Sobre esse quadro apresentado, a Análise do Discurso (AD) representou uma importante ferramenta para compreender as diferentes formas como o tema é tratado pelos membros da FPE e também as construções ideológicas e as práticas utilizadas pelos religiosos em um ambiente laico.

## 8 EVANGÉLICOS NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS: OS EMBATES EM TORNO DA ELEIÇÃO DE MARCO FELICIANO (2013-2014)

### Introdução

Neste estágio da presente tese será exposto um dos momentos de maior polarização entre evangélicos e não evangélicos na Câmara dos Deputados, a eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) durante a 54<sup>o</sup> Legislatura. Antes de serem destacados os conteúdos das seções deste capítulo, é necessário entender as razões que levaram os evangélicos a disputarem a presidência da CDHM, assim como o impacto ocasionado com a eleição e a consequente gestão do pastor Marco Feliciano frente à comissão. As consequências geradas saíram da esfera legislativa federal e adentraram em outros campos como, por exemplo, através da divulgação de manifestos de organizações, intervenções de ativistas que atuam na defesa dos direitos humanos, comunidades religiosas, movimentos sociais, e outros agrupamentos que representavam a sociedade civil organizada.

A eleição de Feliciano também teve uma forte exposição midiática, com a cobertura das sessões da CDHM, das atividades que reivindicavam a permanência e a saída de Feliciano, ambas com comentários de especialistas sobre o cenário político e as consequências que acarretariam sobre a discussão dos direitos humanos na Câmara dos Deputados, em uma comissão dirigida por um parlamentar evangélico que esteve envolvido, pouco antes da eleição, em torno de assuntos polêmicos contendo comentários racistas, machistas e homofóbicos<sup>80</sup>.

Embora as exposições do parlamentar evangélico em torno de temas controversos tenham sido identificadas desde os primórdios do envolvimento na política, a eleição de Marco Feliciano na CDHM representou um momento excepcional no histórico desta participação, e isso ocorreu mais em virtude da mobilização de outros atores sociais durante o processo, e não somente de religiosos. Assim como em outras circunstâncias, os deputados evangélicos justificavam que tal participação representava uma luta entre o “bem” e o “mal”, que era preciso discernir os “inimigos”, articulando diferentes posicionamentos. Com este

---

<sup>80</sup> Os conteúdos destes comentários proferidos pelo pastor Marco Feliciano serão expostos detalhadamente mais adiante neste capítulo, contudo, resumida e respectivamente, estas polêmicas estão relacionadas às seguintes opiniões de Feliciano: sobre a África - o deputado afirmou que, de acordo com a Bíblia, os africanos descendem de ancestrais amaldiçoados; sobre as mulheres - Feliciano comentou que é contra a luta das mulheres pela igualdade de direitos, pois esta igualdade levaria a humanidade ao seu fim e, com relação às declarações homofóbicas - Feliciano afirmou que a AIDS é um câncer gay.

cenário manifesto, era possível identificar o acirramento das posturas conservadoras na Câmara, já que o próprio deputado, pastor Marco Feliciano, se apresentava como uma alternativa conservadora, um parlamentar imbuído da tarefa de defender a “família brasileira” e os valores cristãos.

Os deputados evangélicos sempre garantiram presença em outras comissões permanentes na Câmara<sup>81</sup>, no entanto, o caso verificado na CDHM representou um momento *sui generis* durante a 54ª Legislatura, em virtude das controvérsias geradas com a saída de parlamentares da comissão, inversão das pautas e a variação, em algumas circunstâncias, durante o exercício do cargo de Feliciano, da utilização do termo “direitos humanos”. Todos estes momentos serão explorados com detalhes ao longo do capítulo.

A candidatura de Feliciano para a CDHM já eclodiu de forma polêmica. Com as críticas advindas de diversos setores que reivindicam as pautas dos direitos humanos, coube aos parlamentares da FPE colocarem-se no papel de vítimas. Nas ocasiões em que utilizaram o Plenário da Câmara para tratar do assunto, ou durante as sessões na CDHM, os evangélicos recorreram ininterruptamente aos discursos vitimizados, identificando os adversários no jogo político, em outras palavras, os “outros” dentro desta ordem relacional.

Seguindo o referencial teórico de Chantal Mouffe (2007, 2012, 2014), esses “outros” irão constituir o polo agônico que, também, em diversos momentos, passaram a ser identificados pelos evangélicos na CDHM como polo antagônico. A comissão começou a ser representada majoritariamente por parlamentares vinculados à Igreja Assembleia de Deus, tendo estes se mostrado intolerantes diante das tentativas de diálogo que outros parlamentares da comissão empreendiam para tentar reverter a situação como, por exemplo, através da sugestão para a nomeação de outro parlamentar do PSC para a presidência da CDHM que não estivesse envolvido em torno de temas polêmicos<sup>82</sup>. Apesar dos esforços de alguns deputados e da mobilização de setores da sociedade que reivindicam a pauta dos direitos humanos, o pastor Marco Feliciano foi eleito presidente da CDHM no dia 07 de março de 2013 e exerceu o cargo até o dia 26 de fevereiro de 2014. Nas eleições gerais de outubro do mesmo ano, Feliciano foi reeleito como deputado federal.

O objetivo deste capítulo é apresentar, sob a luz da análise do discurso, as diferentes posições de parlamentares evangélicos e não evangélicos nos momentos de defesa e de crítica

---

<sup>81</sup> Como, por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

<sup>82</sup> Durante o processo, alguns parlamentares sugeriram que a deputada Antônia Lúcia (PSC-AC) ocupasse a presidência da CDHM, o que evidentemente não ocorreu em virtude da relutância dos membros evangélicos da comissão.

sobre a eleição de Marco Feliciano, respectivamente, assim como as implicações ocasionadas com a posse do parlamentar e os trabalhos realizados pela CDHM durante o período em que Feliciano esteve à frente.

A primeira seção apresentará um quadro histórico da CDHM, sua fundação, suas principais atribuições, seus objetivos, o entendimento da comissão sobre a questão dos direitos humanos, os conteúdos das matérias que tramitam e os seus compromissos. Também será verificada a estrutura organizativa, a distribuição dos parlamentares e a forma como é realizado o regime de votação interno.

A segunda seção tratará brevemente de uma biografia do pastor e deputado Marco Feliciano, expondo a sua trajetória no âmbito pentecostal e político, assim como as suas principais publicações. Com este propósito, serão destinadas à análise as suas atuações na política, o envolvimento em temas controversos, o grau de influência de Feliciano entre os deputados da FPE e outros não evangélicos.

A terceira seção focalizará com maiores detalhes a eleição de Marco Feliciano para a presidência da CDHM, as polêmicas que ocorreram em torno do pleito, as resistências e os apoios oriundos de denominações religiosas e não religiosas e também os impactos e principais ponderações sobre a experiência inusitada de um evangélico exercendo a presidência da CDHM.

A quarta seção exibirá as matérias sujeitas à deliberação na CDHM durante a gestão de Marco Feliciano, o conteúdo destas proposições, a autoria e a situação em que se encontram.

A quinta seção constituirá o espaço da realização da análise discursiva e aplicação dos conceitos que guiam a tese, destacando os pronunciamentos identificados nas sessões plenárias da Câmara e também durante as reuniões da CDHM, assim como de assuntos notáveis. Estes momentos regimentais evidenciarão o acirramento das disputas internas e a intensidade dos conflitos entre defensores e opositores de Marco Feliciano.

Por fim, serão realizadas as considerações finais sobre a chegada de Feliciano na CDHM e os impactos causados no cenário político institucional.

## **8.1 A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)**

As questões relacionadas aos direitos humanos garantiram mais espaço nas discussões políticas e jurídicas a partir da participação do Brasil na Conferência da ONU sobre os Direitos Humanos em Viena, em 1993, ocorrendo assim uma intensificação dos debates



acerca do tema no país (CAMARA DOS DEPUTADOS<sup>83</sup>, 2015). Contudo, antes da fundação da CDHM, a Câmara dos Deputados já inseria temas dos direitos humanos na ordem político-jurídica, e isso ocorria em conjunto com as atuações de resistência à ditadura militar, e também na ratificação de tratados internacionais que mencionam o assunto.

A história da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados começou em 1995. Sua origem remonta ao Projeto de Resolução nº 231/1995 apresentado à Mesa Diretora da Câmara pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG), parlamentar com uma longa trajetória na defesa dos direitos humanos, que em 2003 passou a exercer o cargo de Secretário Especial de Direitos Humanos, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-deputado federal e jurista Helio Bicudo (PT-SP), que sucedeu Nilmário na presidência da comissão, também exerceu uma importante função para a criação da CDHM.

O PRC 231/1995 foi aprovado no Plenário no dia 31 de janeiro de 1995, e a Resolução foi publicada na sequência no Diário do Congresso Nacional com o número 80/1995. Com a criação da Comissão de Direitos Humanos, o art. 32 do Regimento Interno da Câmara, passou a valer com o acréscimo do seguinte inciso que menciona as competências da nova comissão:

XVI - Comissão de Direitos Humanos:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos a proteção dos direitos humanos;
- c) colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;
- d) pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- e) exercício das atribuições previstas nos incisos III a XIV do art. 24 deste regimento. (RESOLUÇÃO Nº 80 DE 1995, p. 3)

A Comissão de Direitos Humanos foi oficialmente instalada em 7 de março de 1995, início da 50ª Legislatura da Câmara. Com a criação deste órgão, passaram a ocupar ainda mais espaço as demandas que estavam presentes desde o processo de redemocratização, após o fim da ditadura militar, em 1985.

Através do estabelecimento da CDHM, o organismo passou a constituir instantaneamente um ponto de referência para a articulação de atores sociais que atuam na “defesa, promoção e a educação em direitos humanos”. Entre as atividades realizadas pela CDHM desde o momento da sua fundação, encontram-se os congressos nacionais sobre os

---

<sup>83</sup>Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/conheca-a-comissao/oquee.html>. Acesso em: 21 jul. 2015.

direitos humanos, caravanas temáticas que percorrem diversos estados, jornadas e audiências que auxiliam na elaboração de políticas públicas e a exposição de fatos recentes que envolvem o tema (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

A CDHM tem contribuído também no auxílio destinado à tramitação de proposições que se transformam em leis com o propósito de aperfeiçoar o conjunto jurídico, assim como o acompanhamento da aprovação de emendas oriundas do orçamento da União destinadas à garantia de recursos que tornam possível a execução de programas voltados para os direitos humanos. A CDHM também atua na publicação de obras, cartilhas, folhetos e relatórios que manifestam um caráter educativo (Idem).

De acordo com a página da Câmara dos Deputados, a CDHM recebe por ano uma média de 320 denúncias de violações dos direitos humanos. Dentre os tipos, destacam-se as violações de direitos de detentos, algumas sendo arbitrárias, violência no campo e também policial. Também surgiram nos últimos anos outros tipos de violações, que atingem grupos vulneráveis como os homossexuais, afrodescendentes, indígenas e imigrantes (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

No momento em que a CDHM recebe uma denúncia sobre algum tipo de violação, ela demanda ofícios e realiza o acompanhamento e a exigência da tomada de soluções cabíveis. Entre os diversos órgãos que recebem estes ofícios, está o Ministério Público Federal e Estadual, Poder Judiciário e também os governos estaduais, administrações de penitenciárias, policiais e outras autoridades. Diante de cada denúncia, é aberto um processo administrativo.

Todavia, o poder deliberativo da CDHM sobre proposições legislativas só foi assegurado a partir de 2004, quando ocorreram mudanças no regimento interno da Casa. Apesar de a ausência deste poder nunca ter paralisado os trabalhos da comissão, com a alteração do regimento, a CDHM passou a conquistar um status de igualdade perante as demais comissões permanentes no que diz respeito às tarefas de manifestar parecer de mérito sobre as proposições legislativas em tramitação. Com o poder deliberativo, a CDHM garantiu ainda mais importância enquanto comissão voltada para a formulação de propostas e plataformas destinadas aos direitos humanos. A comissão atua tanto como uma espécie de elo entre a instituição política e a comunidade legisladora, quanto como um órgão legislador.

Outro aspecto da CDHM é o seu desempenho árduo para que os direitos humanos possam ser entendidos na sua plenitude, como universais, indivisíveis e interdependentes (Idem). Para a comissão, todos os direitos humanos são importantes, sejam eles de ordem econômica, política, social, cultural ou civil, assim, todos merecem ser vigiados. Sobre as violações dos direitos humanos, a CDHM afirma que:

(...) continuam a ser praticadas, muitas vezes, pelos próprios agentes do Estado. Os dados indicam que o crescente processo de exclusão social envolve principalmente os jovens, negros e pobres. O brutal "apartheid" social e a concentração de renda que divide ricos e pobres, privilegiados e despossuídos, perpetua uma profunda situação de desigualdade, que concorre para restringir a representação e limitar as condições de participação política. As conquistas nos direitos humanos resultam de processos longos e por vezes dolorosos, sempre como fruto de muita luta. É preciso persistência e união com todos os parceiros potenciais para galgar cada passo nessa caminhada de toda a Humanidade. (HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

### 8.1.1 Estrutura interna e atribuições

Com relação à estrutura interna da CDHM, esta é formada por 18 parlamentares titulares e o mesmo número de parlamentares suplentes. A comissão também é composta por um corpo de assessores e servidores administrativos. O órgão constitui uma das 21 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados.

Entre as suas atribuições previstas no regimento da Casa estão: recebimento, avaliação e investigação de violações dos direitos humanos; discussão e votação de proposições oriundas do processo legislativo que envolvam temas relativos aos direitos humanos; fiscalização, acompanhamento e realização de programas governamentais do setor; colaboração com ONGs; execução de pesquisas e estudos voltados para o cenário atual dos direitos humanos em todos os países, inclusive favorecendo no fornecimento de aportes para as demais Comissões da Câmara; dedicação total aos assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, zelando especialmente pelas comunidades indígenas e também na preservação das demais culturas populares e étnicas do Brasil (Idem). Sobre a autoridade exercida pela CDHM, esta origina-se:

(...) da representação intrínseca dos mandatos de seus integrantes e do poder moral que os direitos humanos representam, como construção do processo civilizatório, legitimado por instituições e normas internacionais e nacionais. A Constituição Federal e a legislação ordinária brasileiras são relativamente avançadas na garantia dos direitos humanos, em que pesem os obstáculos que impedem a plena observância e cumprimento desses direitos. De qualquer forma, é possível afirmar que o Brasil avança na proteção dos direitos humanos. (HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Contribuir para a consolidação dos direitos humanos é o principal propósito da CDHM. O órgão legislativo entende que todo o indivíduo possui direitos básicos e inalienáveis que precisam ser protegidos pela sociedade, inclusive no plano internacional. Estes direitos humanos estão registrados em diversos tipos de documentos oficiais que foram elaborados através dos tempos, e servem de base para organizações como a ONU, com a

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; e a OEA, através da Declaração de Americana de Direitos Humanos, também de 1948. O Brasil é signatário desses e também de outros documentos no âmbito internacional, o que representa o reconhecimento do país e o compromisso com os direitos humanos diante da sociedade (Idem).

Feita esta exposição sobre o órgão que será analisado, ou seja, a CDHM, a seguir será apresentada a biografia do principal ator político que atuou neste cenário nos idos de 2013, o pastor e deputado Federal Marco Feliciano, primeira liderança pentecostal que assumiu a presidência dessa comissão.

## **8.2 Pastor Marco Antônio Feliciano**

A trajetória de Marco Feliciano na religião começou ainda na infância. Aos 8 anos de idade foi coroinha da Igreja Cristo Rei e aos 11 anos converteu-se ao pentecostalismo. Foi trabalhando numa loja de calçados que Feliciano estabeleceu o primeiro contato com dois jovens evangélicos que tiveram influência direta no seu processo de conversão (FELICIANO, 2001). Na Assembleia de Deus, Feliciano começou a realizar serviços voluntários e, com o tempo, garantiu crescimento e notoriedade dentro da estrutura da denominação. Sua primeira experiência como pregador surgiu através de um convite do pastor da igreja que frequentava e desempenhava a função de diácono. No seu livro (Idem), Feliciano relata que houve relutância no momento do convite, contudo, após um período de reflexão, oração e um suposto “contato” com Deus, decidiu desempenhar a tarefa, conforme aborda a citação abaixo:

A partir de hoje não és mais o mesmo homem! Levantei-me, então como um gigante, porém tonto. Não conseguia ficar de pé, até que aquele êxtase passou. Chamei a minha esposa, a qual se dirigiu em palavras a mim (mais tarde me confessou que quando abria a porta do quarto não parecia ser mais o seu marido. Eu estava transformado). Fui para o culto naquele domingo e Deus, em sua infinita misericórdia, trouxe muitos. A casa estava de novo cheia, acho que muitos vieram para ouvir o “novo” pastor. Fiquei na porta lateral esquerda da Igreja, com o braço esquerdo erguido como se estivesse abraçando alguém (e, de fato, estava. Eu podia sentir o Espírito Santo como uma pessoa ali do meu lado e de minha boca só se ouviam outras línguas). (FELICIANO, 2001, p.13-14).

Feliciano é natural de Orlândia, município do interior de São Paulo. De acordo com a sua página eletrônica, foi nesta cidade que o pastor estudou e iniciou a carreira profissional. Após a conversão ao pentecostalismo, Feliciano decidiu fazer o curso de teologia da Faculdade Teológica de Ciências Humanas e Sociais Logos (Faetel) em São Paulo, 1993, e pela Faculdade de Teologia de Boa Vista, Roraima, 2005. Feliciano é “doutor em Divindade”

e “Artes da Teologia” pelo *International Seminary Hosanna and Bible Scholl*, Estados Unidos<sup>84</sup>, 2005, Bacharel em Teologia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN), 2006, Doutor em Filosofia Cristã pela Faculdade de Educação Teológica de São Paulo, 2008, e também realizou Pós-Doutorado em Filosofia Cristã pela Faculdade de Teologia e Ensino Superior do Pará, em 2006<sup>85</sup>.

Com 26 anos de idade, Feliciano já pregava para multidões. O grande momento como pregador ocorreu em 1999 durante o Encontro Evangélico Gideões Missionários, em Santa Catarina, circunstância que reuniu mais de cem mil fiéis e também na Primeira Conferência Missionária, realizada em São Luiz, Maranhão, evento que também reuniu mais de cem mil pessoas. Também foi neste período que Feliciano começou a pregar em outros países. Na sua biografia intitulada *Chamada de Fogo*, o autor relata as viagens para Angola, Portugal e Inglaterra (Idem). Sobre o seu estilo de pregação, Feliciano relata que:

Os que já me viram, ou ouviram pregar, conhecem o meu estilo de pregação. Sou um pregador eloquente, de mensagens de avivamento e exortação. Sou um João Batista da vida e, confesso, espero não ter um ministério de apenas três anos e meio, como foi o caso de João. Todavia, prefiro ter a cabeça posta em uma bandeja de prata por falar a verdade, pois sei que, se a cortarem pela manhã, antes de chegar a noite, esta mesma cabeça terá uma coroa no Céu. Mas não pretendo ver a Igreja do Senhor padecer por falta de correção e mensagens que inflamem os corações. Sempre digo que gostaria que os líderes andassem um pouco mais, viajassem mais, conhecessem outros trabalhos e até mesmo outros ministérios. (FELICIANO, 2001, p.22).

Em 2008, Feliciano fundou a sua própria igreja em Orlândia, a Assembleia de Deus Catedral do Avivamento. Nesta denominação, acumula as funções de pastor e presidente do Ministério. Contudo, antes de criar a sua própria igreja, Feliciano tentou tornar-se pastor da Assembleia de Deus em Belém. A sua tentativa tornou-se frustrada no momento em que lideranças da igreja perceberam que Feliciano já desempenhava a função de pastor em outra denominação, o que é considerado uma espécie de estelionato religioso<sup>86</sup>.

Após a descoberta, Feliciano decidiu viajar para os Estados Unidos, onde, com 27 anos, manteve contato com o pastor Ouriel de Jesus, liderança evangélica que mora nos Estados Unidos e que já foi acusado de heresia por pastores da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), devido ao conteúdo do seu livro *O Triunfo Eterno da Igreja*.

---

<sup>84</sup> Fonte: <http://psc.org.br/psc-no-poder/deputados-federais.html>

<sup>85</sup> Fonte: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=160601](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160601)

<sup>86</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1247318-hoje-famoso-pastor-ja-foi-rejeitado-por-lideres-evangelicos.shtml>.

Ainda sobre a sua trajetória religiosa, Feliciano assume que já publicou 18 livros e também gravou CD's e DVD's, todos com conotação evangélica<sup>87</sup>. Atualmente a sua igreja é composta pela Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil (CEPIB), Instituto Teológico Carisma (ITC), Rádio Tempo de Avivamento, Gravadora Grata Music, Livraria Cristã Vida & Paz e a Revista Tempo de Avivamento. De acordo com o seu site, a denominação já possui seis templos.

### 8.2.1 O ingresso na política

A entrada de Marco Feliciano na política ocorreu em 2009, através da filiação ao Partido Social Cristão (PSC). No entanto, em entrevista cedida ao Jornal Gazeta Popular no dia 07 de outubro de 2009, e publicada no portal evangélico *Gospelmais*<sup>88</sup>, Feliciano admitiu que desde 1998 vinha recebendo convites para ingressar na carreira política:

Os partidos levantam fichas e quando chegam no meu nome constataam que sempre morei na mesma cidade, casado com a mesma e única mulher há quase duas décadas, reputação ilibada, vida pregressa com a ficha limpa e benquisto pelo povo evangélico. Como o meu histórico é excelente, os convites foram desde vereador até senador. A liderança evangélica, ciente disso, começou a pedir para eu sair a candidato. Porém, tão somente me filiei ao PSC, ato este que qualquer cidadão pode fazer, nada de alarmante. Não sou candidato a nada, aliás, ninguém é candidato a coisa alguma. (PASTOR MARCO FELICIANO DIZ QUE AINDA NÃO É CANDIDATO A DEPUTADO, MAS ASSUME QUE GOSTARIA. NOTÍCIAS. GOSPELMAIS.COM.BR, 07/10/2009).

Nessa época, Feliciano alegava que ainda não era candidato, mas que pretendia lançar candidatura. O próprio afirmou que sempre ocorreram especulações em torno do seu nome, como, por exemplo, em 2002, onde surgiram boatos que o mesmo seria candidato a deputado estadual, e em 2006, com os rumores sobre uma possível candidatura para deputado federal. Segundo Feliciano, sempre houve este boato sobre o seu nome na política, contudo, qualquer decisão sua seria instantaneamente divulgada nos seus meios de comunicação oficiais.

Em 2009, Feliciano alegou que a sua candidatura só poderia ser viável no momento em que o seu nome fosse indicado e aprovado através da convenção do PSC, junto com a aprovação das lideranças evangélicas em São Paulo:

---

<sup>87</sup> Fonte: <http://marcofeliciano2010.com.br/biografia/>.

<sup>88</sup> Disponível em: <http://noticias.gospelmais.com.br/pastor-marco-feliciano-diz-que-ainda-nao-e-candidato-a-deputado-mas-assume-que-gostaria.html>. Acesso em: 27 jul. 2015.

Se os pastores do Estado de São Paulo entenderem devido minha candidatura, com certeza sairei e, se eu sair a deputado federal, será com o apoio irrestrito e a bênção da liderança, pastores de campo, igreja e de congregação. Não sou de fazer promessa, vocês já me conhecem. O meu nome é ventilado no meio político devido à reputação, como já abordei, e pela representatividade na mídia, tanto secular como cristã. Não posso, como cidadão, negar minha influência. (Idem, 07/10/2009).

Feliciano pondera que com o seu “histórico” como pastor e cidadão em Orlandia, poderia ter um bom êxito também como parlamentar. A verdade é que sua candidatura como deputado federal foi a primeira experiência na política. O mesmo afirmou em diversas circunstâncias, sobretudo logo após a sua filiação ao PSC, que não domina os assuntos relacionados à política institucional, e que ainda “desconhece esse mundo”.

Com a sua candidatura lançada para deputado federal, Feliciano admitiu que em um primeiro momento aproximou-se de outro concorrente de Orlandia para o mesmo cargo, o ex prefeito da cidade Steven Eriksen Binnie (PPS-SP), mais conhecido como “Estevão”, e também de Maria Bernadete Vianna, vereadora do município pelo PSD e também frequentadora da igreja de Marco Feliciano. Estes dois nomes são citados com frequência por Feliciano no momento do seu ingresso na carreira política.

Após o lançamento da sua candidatura em 2009, Feliciano comentou que diversos políticos procuravam o mesmo para manter contatos, como a ligação do então presidente do PMDB, Orestes Quercia, que sondava a sua filiação no partido. Feliciano decidiu continuar no PSC, justificando que este é um partido que se identifica, inclusive pela nomenclatura “Cristão”<sup>89</sup>.

Na mesma entrevista cedida ao jornal Gazeta Popular em 2009, Feliciano comenta que almeja o Senado Federal, e que já surgiram oportunidades para sua candidatura para a câmara alta, através da procura de representantes de dois estados do norte do país. Diante da sua primeira experiência na política, ou seja, as eleições para deputado federal de 2010, Feliciano comentou sobre o seu nome e da outra candidatura de Orlandia, procurando conjecturar o cenário eleitoral da região e também os desafios lançados para a sua empreitada na política.

Acredito que se a cidade parar, olhar, fazer os cálculos, botar essa equação num papel e dizer calma aí, é possível a gente conseguir chegar lá. Mas se for preciso a gente traz. Acredito que com 80/90 mil votos pelo PSC, que é um partido médio já, não é mais um partido pequeno, só que também não é um partido grande como o PMDB, com 90 mil votos acredito que estou eleito. Vou ter que brigar por 90 mil votos. Orlandia tem aí, se não me falha a memória 22 mil eleitores, é claro, eu seria um maluco se acreditasse que a cidade toda, que pela primeira vez a cidade pode se unir ao redor de dois nomes, o meu e o do Estevão. O Estevão acho que precisa de 50, 60 mil votos e eu preciso de 90 mil. Imagina se sássemos aqui da cidade com 20 mil votos cada um. Já estaríamos aí com um gás para trabalhar pela vitória de fato.

---

<sup>89</sup> Fonte: <http://noticias.gospelmais.com.br/pr-marco-feliciano-entra-para-a-politica-e-quer-ser-senador-confira-a-entrevista-completa.html>. Acesso em: 27 jul. 2015.

O Estado de São Paulo no último censo do IBGE em 2005, apontou 11 milhões e 200 mil evangélicos, desses 11 milhões e 200 mil acredito que 9 milhões me conheçam, então vou ter que conquistar aí pelo menos 1% desse grupo evangélico para me apoiar, se 1% deles apoiar estamos dentro. Todo apoio nessa hora é bem vindo (sic). (PR MARCO FELICIANO ENTRA PARA A POLÍTICA E QUER SER SENADOR, CONFIRA A ENTREVISTA COMPLETA. GOSPELMAIS.COM.BR, 07/10/2009).

Ainda em 2009, Feliciano comentou a respeito do seu poder de mobilização dos eleitores. Naquele ano, foram diversas as ocasiões em que o pastor conseguiu realizar reuniões com milhares de participantes, especialmente nas cidades do interior de São Paulo. Sobre a oportunidade de escolha que é aberta com a entrada de um candidato evangélico na política, o pastor adverte que “então entre uma pessoa de fé, um cristão verdadeiro e uma pessoa que está lá, (...) que faz apologia às drogas, que faz apologia ao aborto, que faz apologia à homofobia, coisas assim, é claro que o nosso povo vai ficar sempre com aquele que é Cristão.” (Idem, 2009).

Feliciano foi eleito em 2010 para deputado federal pela coligação “Humanista Cristão (PSC/PHS)” com 211.855 votos<sup>90</sup>, superando bastante a sua expectativa de 90 mil votos no estado de São Paulo, e despontando como o 12º candidato mais votado entre os 70 eleitos na região. Membro de primeira hora da Frente Parlamentar Evangélica, Feliciano iniciou o seu mandato na 53ª Legislatura, apresentando questões de natureza religiosa, conforme apontam abaixo as seguintes proposições de sua autoria que tramitaram ainda no primeiro ano de exercício do cargo:

- Pedido de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), propondo a obrigatoriedade da oferta da disciplina de ensino religioso nas escolas públicas, sendo a matrícula facultativa, através do Projeto de Lei 309/2011 e também através do Programa Nacional “Papai do Céu na Escola”, apresentado no Projeto de Lei 1021/2011;
- Questionamento de conteúdos adultos e a sua disponibilidade aberta na página da internet UOL, sem indicação de faixa etária e advertência quanto ao conteúdo, através do Requerimento 97/2011 CSPCCO;
- Apresentação do PL 2756/2011 junto com outros parlamentares. O projeto procurava certificar aos clérigos o livre exercício dos atos litúrgicos de acordo com os respectivos ordenamentos religiosos, sem a interferência do poder público sobre a atividade sacerdotal, assegurando o direito das religiões estabelecidas de conduzirem os seus ritos;

---

<sup>90</sup> Fonte: [http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2010/Est\\_resultados/resultado\\_eleicao.html](http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2010/Est_resultados/resultado_eleicao.html)



- Exposição do REQ 505/2011. Pedido de voto de louvor à Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) pelo trabalho desempenhado através do Programa “A Bíblia para Pessoas com Deficiência”;
- Apresentação do Projeto de Lei 881/2011 que procura modificar a redação do artigo único da Lei nº 781 de 17/08/1949 que estabelece o Dia Nacional de Ação de Graças, dando uma nova redação tornando-o Dia Nacional de Ação de Graças e de Oração, incentivando ações ecumênicas de diversos credos.

Ainda no seu primeiro mandato, Feliciano esteve envolvido em torno de assuntos polêmicos que ocorreram fora da Câmara, mas que também ganharam repercussão no âmbito político. As questões envolvem conteúdos de cunho racista, machista e atitudes homofóbicas, que foram amplamente divulgadas nos canais de comunicação do parlamentar, entrevistas e também em vídeos realizados durante suas pregações.

Sobre o episódio da sua declaração racista, no dia 31 de março de 2011, Feliciano decidiu postar na sua conta do *Twitter* a seguinte mensagem: “*Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato*” (REVISTA ÉPOCA, 2011). Em seguida surgiram diversas manifestações contra o posicionamento de Feliciano, algumas alegando inclusive que o pastor já havia afirmado em outras ocasiões que os negros africanos sofrem com calamidades, pestes, fome e pobreza por descenderem de um ancestral amaldiçoado, identificado como um personagem que aparece na Bíblia, o neto de Noé. Em entrevista para a Revista *Época* em março de 2011<sup>91</sup>, Feliciano justificou o seu comentário afirmando que esta era uma indagação de natureza bíblica, onde o mesmo utilizou a sua conta para colocar uma pergunta para os seus alunos sobre o tema. Tentando se defender das acusações de racismo, Feliciano disse que a sua intenção não era atacar os negros, mas sim abordar que os povos africanos são amaldiçoados por possuírem uma religião diferente da cristã, ou seja, o pastor envolve-se novamente com argumentações polêmicas através da sua atitude que expressa intolerância religiosa.

Sobre a sua postura machista, homofóbica e antifeminista, Feliciano argumentou em entrevista cedida em 2012 (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 155), diante da indagação relacionada à igualdade de direitos entre homens e mulheres, que essa igualdade poderia contribuir para a formação de uma nova tendência que colocaria sob risco a família

---

<sup>91</sup> Matéria: “Deputado Marco Feliciano: “Não aceito as atitudes homossexuais em espaço público.”” Fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI222649-15223,00.html>

tradicional, onde mulheres optariam por não terem filhos, afetando, desta forma, a reprodução da espécie humana.

As feministas lutam pelo direito delas, o que é legítimo, o que a democracia permite, mas o que vem por trás de tudo isso, de maneira subliminar, é o que me assusta, porque quando você estimula uma mulher ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como ser mãe começa a ficar anulada, e pra que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família. (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 155).

Por fim, as declarações homofóbicas de Feliciano durante o 30º Congresso de Gideões Missionários da Última Hora<sup>92</sup>, em 2012, constituíram mais um momento onde o pastor esteve envolto em controvérsias. Durante a sua pregação no evento, divulgada em vídeo na página do Congresso, Feliciano argumentou que “*A AIDS é uma doença gay. A AIDS é uma doença que veio desse povo, mas se você falar vai colocar eles numa situação constrangedora, não vão conseguir verba*”<sup>93</sup>. Dessa forma, Feliciano utilizou das suas declarações e atitudes negativas em relação aos homossexuais, para convocar a mobilização dos fiéis contra o que ele considera o ativismo gay, que serve, segundo o pastor, somente aos “desígnios de Satanás”.

Em virtude dos seus comentários racistas e homofóbicos, foi movido em janeiro de 2013 um processo no Supremo Tribunal Federal, de autoria do Ministério Público Federal contra Marco Feliciano, o Inquérito 3590. A acusação ocorreu diante das manifestações de Feliciano, já citadas, na sua conta no *Twitter*, por possuírem natureza discriminatória com negros e homossexuais. De acordo com a denúncia, o deputado teria praticado o delito previsto no artigo 20, da Lei 7.716/1989 que descreve os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Todavia, no dia 12 de agosto de 2014, a denúncia foi rejeitada por unanimidade no STF.

Feliciano também respondeu a outros processos nesse órgão, como a Ação Penal 612<sup>94</sup>, movida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, em maio de 2011, por crimes

---

<sup>92</sup> O 30º Congresso ocorreu entre abril e maio de 2012 em Santa Catarina. O tema desta edição era “*Gideões: Unidos há três décadas na evangelização do mundo*”. O evento acontece todos os anos em Camboriú (SC), e reúne pastores e fiéis do Brasil e do exterior. Fonte: <http://www.gideoes.com.br/congresso-dos-gideoes-2012>

<sup>93</sup> Fonte: <http://www.gideoes.com.br/tv-gideoes/video/604>

<sup>94</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4084444>

contra o patrimônio e estelionato, e também com o Inquérito 3646<sup>95</sup>, de abril de 2013, movido pelo Ministério Público Federal, enquadrado como investigação penal. O réu havia criado uma empresa encarregada de promover campanhas publicitárias, estas campanhas teriam cometido crimes contra a honra dos defensores de Direitos Humanos. Também foi processado em virtude de supostas irregularidades na contratação de pastores vinculados à igreja do deputado que atuavam como servidores da Câmara dos Deputados. Feliciano foi absolvido da Ação Penal 612 do MP/RS em maio de 2014.

### 8.3 A chegada de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)

*Sr. Presidente, esta Comissão tem 18 anos. Nunca aconteceu isso aqui. Dep. Nilmário Miranda, PT - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 06/03/2013, Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Reunião de Instalação N°: 0060/13).*

A epígrafe acima, selecionada no pronunciamento do deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG) durante a sessão de votação para presidência da CDHM, esclarece, laconicamente, os dilemas em torno da eleição de Marco Feliciano na referida comissão. Justificando a seleção dessa sentença, certamente foram identificados outros pronunciamentos semelhantes ao posicionamento do deputado nesta mesma sessão, porém, a escolha deste trecho ocorreu devido ao papel desempenhado historicamente por Miranda, em prol dos direitos humanos no Brasil.

Feliciano já exercia a função de membro suplente da CDHM, através da vaga do PP, desde o início de 2012, porém, os episódios relacionados à chegada de Feliciano à comissão começaram em fevereiro de 2013, mais precisamente quando os líderes partidários definiriam em reunião as legendas que iriam dirigir as 21 comissões permanentes, dividindo estas entre as maiores bancadas na Câmara dos Deputados, de acordo com os critérios da proporcionalidade baseada no tamanho das mesmas. Nessa ocasião, o PT, que junto com o PMDB tinha a maior bancada, optou por abrir mão da CDHM que, historicamente, desde a sua fundação, mantinha vínculos para assumir a Comissão de Seguridade Social e Família<sup>96</sup>, assim, o espaço aberto pelo PT, visto que os partidos possuem a liberdade para trocar de comissões, contribuiu decisivamente para a chegada do PSC na presidência da CDHM.

---

<sup>95</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4391837>

<sup>96</sup> O PT também assumiu a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/436443-LIDERES-DEFINEM-PARTIDOS-QUE-VAO-COMANDAR-COMISSOES-PERMANENTES.html>

No dia 5 de março de 2013, o líder do partido na Câmara, deputado André Moura (PSC-SE), anunciou o nome de Marco Feliciano como presidente da CDHM, obedecendo aos critérios de proporcionalidade já mencionados. Diante dos protestos que surgiram com a nomeação de Feliciano para a CDHM dentro e fora da Câmara, que resultaram inclusive na criação de um abaixo-assinado com mais de 50.000 assinaturas contra a posse de Feliciano, o líder do PSC ponderou que isso não surtiria efeito em uma eventual rejeição do nome do pastor na CDHM, conforme demonstra a seguinte afirmação do deputado:

Eu não creio que o nome do pastor seja rejeitado, mesmo porque esta Casa tem demonstrado respeito a todos os outros procedimentos. Portanto, há de se respeitar decisões da liderança. Eu não tenho dúvida de que será da mesma maneira na escolha agora do PSC. Dep. André Moura, PSC-SE (CÂMARA NOTÍCIAS. PSC indica Pastor Feliciano para presidência da Comissão de Direitos Humanos<sup>97</sup>, 05/03/2013).

Antes da posse ocorreram diversas tentativas de eleição durante as sessões na CDHM, sempre interrompidas por ocasião dos protestos de manifestantes contrários e favoráveis ao nome de Feliciano na comissão. Diante das acusações de racismo e homofobia, Feliciano alegou que não colocaria obstáculos contra o que já estava sendo discutido na comissão, incluindo as pautas do movimento LGBT, no entanto, o parlamentar admitiu que a comissão deveria dar prioridade para outros temas, como questões voltadas para os povos indígenas. Nas seções seguintes deste capítulo serão exibidos os fatos que comprovam que Feliciano impôs, sim, obstáculos para as discussões das pautas LGBT, sendo que na maioria das ocasiões estas pautas foram eliminadas das discussões durante a sua presidência, ao contrário do que aconteceu com as questões relacionadas aos povos indígenas, que garantiram presença constante na CDHM. Feliciano antes da posse ponderou que a CDHM não estava resumida apenas ao movimento LGBT e, ainda sobre as acusações, utilizou o seguinte subterfúgio: “Eu não tenho, repito aqui, nem nunca tive origem de racista. Nunca tive antes, nunca terei depois. A forma de provar que eu não sou racista serão as ações que vão ser empregadas na Comissão de Direitos Humanos” (Idem). Para o parlamentar, a CDHM deveria dar atenção para outras áreas, como a já citada questão indígena, e os direitos dos quilombolas, assuntos—que, de acordo com Feliciano, há muito tempo não são debatidos na comissão, devido ao fato de que a mesma estaria concentrando o trabalho em algumas questões e esquecendo outras. Segundo o deputado, são as “outras minorias” que interessam.

---

<sup>97</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/436849-PSC-INDICA-PASTOR-FELICIANO-PARA-PRESIDENCIA-DA-COMISSAO-DE-DIREITOS-HUMANOS.html>. Acesso em: 30 jul. 2015.

A primeira tentativa de eleição de Feliciano na CDHM ocorreu no dia 06 de março de 2013. Diante de muitas manifestações na plateia, intervenções de parlamentares e tumulto no plenário, o presidente da CDHM naquela ocasião, deputado Domingos Dutra (PT-MA), decidiu encerrar a sessão, sem realizar a escolha da nova presidência.

A FPE reagiu, diante das circunstâncias, e pediu para o presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), a proteção para garantir o processo de escolha do novo presidente da CDHM. Na ocasião, o deputado André Moura (PSC-SE) pediu para que a reunião fosse restrita somente a deputados e assessores. Mesmo com as manifestações de defensores dos direitos humanos, e dos inúmeros pedidos para que o PSC indicasse outro nome, o partido resolveu manter Feliciano como presidente e o nome da deputada Antônia Lucia (PSC-AC) como vice. Sobre estes pedidos, cabe destacar o realizado por diversos pastores, pastoras, líderes religiosos de inúmeras igrejas evangélicas do Brasil, que fizeram, através de uma carta aberta, um apelo para que houvesse a indicação de outro parlamentar para a presidência, em virtude dos comentários de Feliciano sobre os negros e os homossexuais. A carta foi assinada por metodistas, luteranos, batistas, presbiterianos, e até mesmo por membros da Igreja Assembleia de Deus. Alegavam que a carta estava de acordo com outras petições oriundas de diversos setores, como a OAB e os movimentos sociais que atuam na defesa de minorias.

No entanto, o setor favorável à posse de Feliciano também se manifestou. A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), através de convenção realizada em Brasília em abril de 2013, que reuniu aproximadamente 24 mil pastores, decidiu aprovar uma moção de apoio pela permanência de Feliciano na CDHM. Por unanimidade, na Assembleia Geral Ordinária, pastores aprovaram em votação simbólica o apoio ao deputado. Feliciano agradeceu e informou que *“nunca houve uma comissão com tanta oração. Os pastores estão orando pela minha vida e pela comissão. Venceremos esta batalha. Quero agradecer essa moção.”* (PORTAL O ASSEMBLEIANO<sup>98</sup>, 10/04/2013, grifo nosso).

No dia 07 de março, Feliciano foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. A reunião ocorreu sob protestos de alguns deputados do PT, PSB e PSOL, que em seguida se retiraram da eleição<sup>99</sup>. Feliciano foi escolhido com 11 votos de 19 possíveis no total, sendo registrado apenas um voto em branco. Manifestantes foram impedidos de entrar

---

<sup>98</sup> Disponível em: <http://www.oassembleiano.com/2013/04/cgadb-aprova-mocao-de-apoio-ao-pr-marco.html>. Acesso em: 10 abr. 2015.

<sup>99</sup> Retiraram-se da sessão os seguintes deputados: Domingos Dutra (PT-MA), Erika Kokay (PT-DF), Padre Ton (PT-RD), Jean Wyllys (PSOL-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), Luiz Couto (PT-PB) e Janete Pietá (PT-SP).

na sessão, conforme a decisão do presidente da Câmara, Henrique Alves. Após a renúncia de Domingos Dutra da presidência da CDHM, passou a ser presidida provisoriamente pelo deputado evangélico Costa Ferreira (PSC-MA), que coordenou a reunião até o momento da posse de Feliciano.

A posição da FPE foi de total apoio ao parlamentar. Em nome da organização, o deputado e presidente da frente, João Campos (PSDB-GO) advertiu que a eleição de Feliciano na CDHM “obedeceu aos dois princípios principais: ao da legalidade, porque observou-se todo o rito regimental da Casa para aquela eleição; e obedeceu ao princípio da legitimidade, porque o Deputado teve a maioria absoluta dos votos” (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). A eleição com pouco quórum em um curto espaço de tempo tratou-se de um estratagema empregado pelos deputados da FPE e os demais favoráveis ao nome de Feliciano.

Entretanto, o parlamentar evangélico esteve envolvido em nova polêmica ainda no início dos trabalhos na CDHM. Durante um culto em um ginásio na cidade de Passo, Minas Gerais, Feliciano afirmou que a comissão era “dominada por Satanás” antes da sua chegada. No momento do culto, ocorria um protesto contra o seu nome na CDHM, do lado de fora do ginásio. Ao fazer comentários sobre os manifestantes, Feliciano declarou “*Essa manifestação toda se dá porque, pela primeira vez na história desse Brasil, um pastor cheio de espírito santo conquistou o espaço que até ontem era dominado por Satanás*<sup>100</sup>”. A declaração de Feliciano surtiu efeito inclusive dentro do próprio PSC. O líder do partido na Câmara, Deputado André Moura, afirmou que as declarações de Feliciano no culto foram infelizes e que precisam ser investigadas pelos membros da Mesa Diretora da Casa. Moura afirmou que as pregações do pastor causaram constrangimento para os membros do PSC, e que essas questões deveriam ser analisadas e resolvidas pela Executiva Nacional do partido. Diante das reações dos parlamentares, inclusive com as ameaças de abandono da vice-presidência da CDHM, deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), Feliciano pediu desculpas e afirmou que a expressão Satanás se referia aos adversários e não aos colegas da comissão<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1255290-feliciano-diz-que-comissao-era-dominada-por-satanas-antes-de-sua-chegada.shtml> Acesso em: 03 ago. 2015.

<sup>101</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1255961-lider-do-psc-defende-que-camara-analise-declaracao-de-feliciano-sobre-satanas.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2015.

### 8.3.1 A trama dos acontecimentos na CDHM

Para entender como ocorreram os embates na CDHM antes da posse de Marco Feliciano, é necessário descrever os fatos que antecederam no processo de escolha no interior da comissão. A reunião de instalação N° 0060/13 que aconteceu no dia 06 de março representou um momento *sui generis* para compreender esses episódios. Nesse dia, ocorreram discussões calorosas entre, de um lado, os parlamentares evangélicos e outros membros da comissão favoráveis à permanência de Feliciano, do outro, os parlamentares contrários à posse.

A conturbada reunião, ainda presidida pelo deputado Domingos Dutra (PT-MA), foi aberta após a verificação do número regimental. Dutra realizou a leitura do Regimento Interno sobre as eleições nas Comissões, e os requisitos que devem ser observados. Após a citação de Feliciano como candidato único, outros parlamentares também manifestaram o interesse em se candidatar, como foi o caso da deputada evangélica Liliam Sá (PR-RJ). Seu pedido foi negado, visto que, para se candidatar, o parlamentar precisava ser do mesmo partido, neste caso o PSC. Alguns deputados, em virtude das já anunciadas polêmicas em torno do nome de Feliciano, sugeriram que o PSC indicasse como presidente a deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), alegando inclusive questões de ordem religiosa, advertindo que a deputada também era evangélica, assim como o pretendido candidato. Antônia Lúcia rejeitou a possível candidatura, admitindo que a escolha deveria ser do PSC.

Os deputados do PT demarcaram oposição ao nome de Feliciano. A deputada Erika Kokay (PT-DF) defendeu que a candidatura de Feliciano é contrária ao que é defendido dentro na CDHM, representando um atentado aos direitos humanos e ao Regimento Interno da Casa. Em seguida Jean Wyllys (PSOL-RJ) questionou sobre o procedimento de eleição do deputado, sugerindo os votos em branco para opor-se à candidatura. Ivan Valente (PSOL-SP) afirmou durante a sessão que a CDHM precisava ser dirigida por um deputado que representasse a tolerância e a democracia, justificando que sua oposição ao deputado Feliciano não era pessoal, mas que o problema era político. Em seguida, o deputado André Moura (PSC-SE) afirmou que Feliciano possuía os seus pontos de vista, e que não deveria ocorrer qualquer tipo de pré-julgamento do seu mandato frente aos trabalhos da CDHM. Chico Alencar (PSOL-RJ) ponderou sobre as colocações da deputada Erika Kokay, e sugeriu que o processo de escolha deveria ser suspenso, devido aos comentários racistas e homofóbicos do candidato. Para Alencar, o impasse poderia ser superado através da indicação da deputada Antônia Lúcia para a presidência. Henrique Afonso (PV-AC) conduziu para o

debate justificações de natureza religiosa. Afirmou que era preciso defender a religião, e que apesar de o Estado ser laico, o Brasil representava uma nação cristã. Afirmou ainda que o objetivo daqueles que são contrários ao nome de Feliciano, era tachar os evangélicos de racistas. Sua fala foi encerrada defendendo o direito do PSC de indicar o “irmão” Marco Feliciano. Nilmário Miranda (PT-MG) comentou que a CDHM sempre foi o lugar de respeito à diversidade religiosa, e conclamou o deputado Feliciano para manifestar na comissão suas recentes declarações nas redes sociais. No final da sessão, Jean Wyllys convocou os demais colegas, aqueles que ele considerava comprometidos com os direitos humanos, para não votar, sugerindo para que todos e todas se retirassem da reunião. Por fim, o presidente Domingos Dutra advertiu que iria procurar o Presidente da Casa e os Líderes dos partidos para discutir a questão, excluindo-se da responsabilidade de conduzir uma eleição naquelas circunstâncias. Após manifestações na plateia, a sessão da CDHM foi encerrada sem eleger o seu presidente. A eleição de Feliciano ocorreu somente no dia seguinte, sem a presença de movimentos organizados, após a renúncia de Domingos Dutra do cargo de presidente e a consequente saída dos deputados contrários ao nome do pastor.

#### 8.4 Proposições apresentadas na CDHM durante a presidência de Feliciano

O período em que Feliciano esteve à frente da CDHM foi marcado por uma forte oposição de deputados contrários ao seu mandato, por protestos de organizações que atuam na defesa dos direitos humanos e também de baixa produção legislativa<sup>102</sup>. A maioria das proposições apresentadas nesse período foi arquivada. Nesta seção, serão apresentados os dados relativos aos conteúdos dessas proposições, os seus autores, a data de apresentação, a situação atual, e também, no caso daqueles deputados que são vinculados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE)<sup>103</sup>, as filiações religiosas mais ativas dentro da comissão.

Antes de ser empossado, Feliciano advertiu que o seu mandato frente ao órgão daria prioridade para outras questões, que no seu entender, não estavam sendo tratadas com a devida atenção na CDHM. É o caso da questão indígena e os direitos dos quilombolas<sup>104</sup>. De

<sup>102</sup> O retrocesso na produção legislativa foi identificado em comparação com os anos anteriores. Fonte: <http://oglobo.globo.com/brasil/com-feliciano-comissao-de-direitos-humanos-teve-retrocesso-11130426>. Acesso em: 03 ago. 2015.

<sup>103</sup> Os deputados evangélicos constituem a maioria dos autores das proposições identificadas.

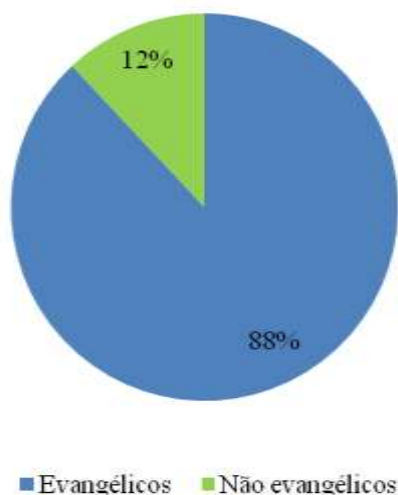
<sup>104</sup> O interesse dos parlamentares evangélicos pelos indígenas e quilombolas na CDHM pode ser justificado pelo crescente processo de evangelização que está sendo empregado pelas igrejas evangélicas com estes povos. Segundo os dados do IBGE do Censo de 2010, ocorreu um aumento de índios evangélicos nos últimos dez anos,



fato, ao longo da gestão, muitas matérias foram apresentadas por parlamentares evangélicos e não evangélicos mencionando os temas acima citados.

Contudo, outros assuntos também foram explorados no interior dessas proposições apresentadas, como temas relativos ao meio ambiente, segurança, saúde, criminalidade e exploração sexual. Todas estas temáticas compuseram a maioria das proposições que foram submetidas à apreciação nos trabalhos da comissão (Ver Apêndices E e F). Majoritariamente, essas matérias sujeitas à deliberação foram apresentadas na forma de requerimento. Embora em menor quantidade, também foram identificados outros modelos de proposição, tais como: Projeto de Decreto Legislativo, Proposta de Fiscalização e Controle e Projeto de Lei. Como os membros da FPE haviam obtido o domínio da CDHM, era de se esperar também o predomínio deles como autores de proposições apresentadas durante a presidência de Feliciano. O gráfico abaixo exhibe esta informação:

Gráfico 11 – Percentual de proposições apresentadas na CDHM (03/2013 – 02/2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Os parlamentares evangélicos apresentaram 146 proposições (88%), e os não evangélicos 20 proposições (12%). É importante recordar que muitos destes parlamentares

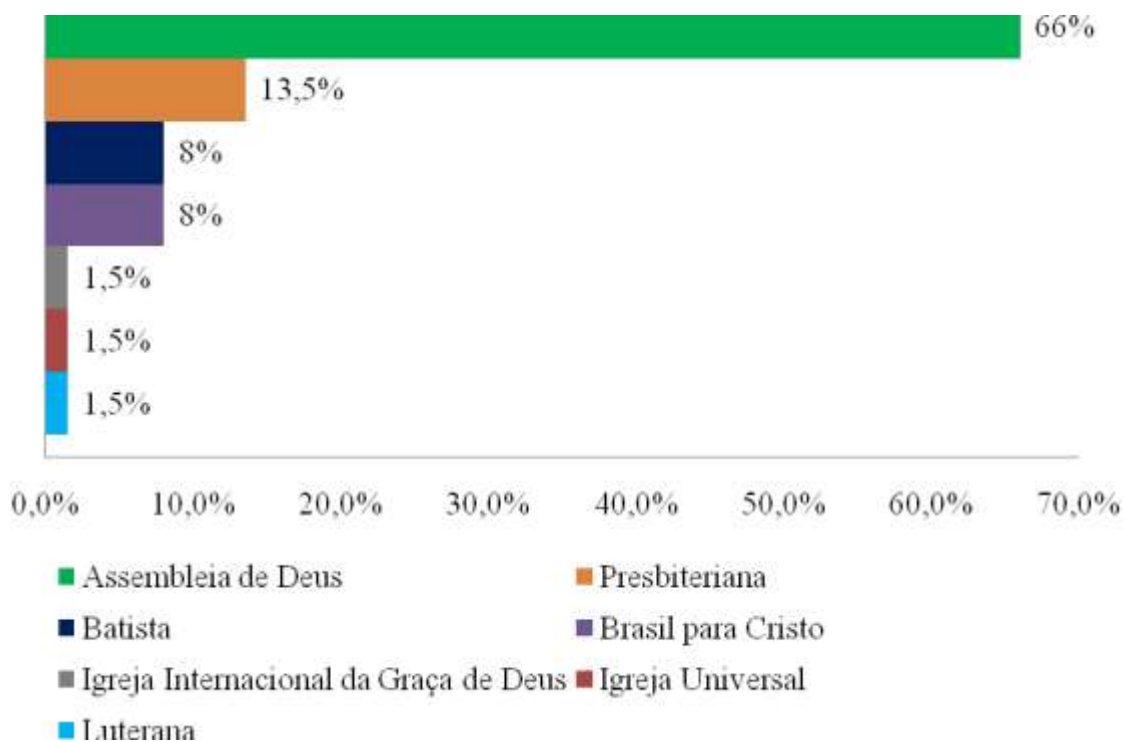
---

42%. Este aumento segue a tendência geral da população no Brasil. (FOLHA DE SÃO PAULO. Índios evangélicos aumentam 42% em 10 anos e já são 210 mil - 22/07/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/07/1123927-indios-evangelicos-aumentam-42-em-10-anos-e-ja-sao-210-mil.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2016). Nas comunidades quilombolas a presença evangélica também é notória, contudo, o trânsito religioso entre os quilombolas e o crescente sincretismo não significa uma maior aceitação dos membros das igrejas evangélicas com as religiões de matriz africana locais, pois em alguns casos essa relação ocorre em um ambiente hostil por parte dos evangélicos com as práticas dos quilombolas adeptos das religiões afro-brasileiras (CAMPOS, 2012).

não evangélicos, que permaneceram na comissão, eram correligionários de Marco Feliciano, e também das ideias defendidas e submetidas pelos membros da FPE para apreciação na CDHM, é o caso dos deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ), Severino Ninho (PSB-PE), Simplício Araújo (PPS-MA) e da deputada Keiko Ota (PSB-SP).

Com relação à filiação religiosa dos membros da CDHM naquele período, entre os parlamentares evangélicos que mais apresentaram proposições, destacam-se os membros da Assembleia de Deus, com 66% das matérias submetidas, ou seja, 96 proposições foram elaboradas pelos membros desta igreja, uma grande diferença para a denominação religiosa que aparece na segunda colocação, a Igreja Presbiteriana, com 19 proposições apresentadas (13,5%). O gráfico abaixo expõe detalhadamente estas informações:

Gráfico 12 – Percentual de proposições apresentadas por denominação religiosa na CDHM (03/2013 – 02/2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

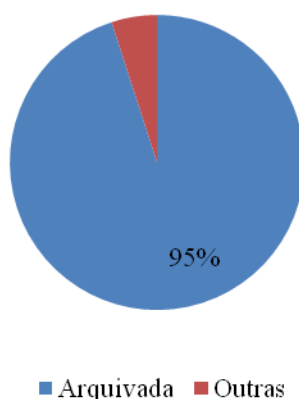
Apesar de todo o seu êxito político no meio neopentecostal e de configurar como terceira força evangélica na Câmara dos Deputados no período citado, a Igreja Universal não teve uma participação destacada dentro da CDHM, contabilizando apenas 1,5% das

proposições apresentadas<sup>105</sup>. Em comparação com as legislaturas anteriores, outras igrejas como a Batista e a Presbiteriana, refletindo o bom desempenho que tiveram com o crescimento de seus representantes na Câmara, submeteram mais proposições na comissão.

Entre os parlamentares evangélicos da Assembleia de Deus que mais apresentaram proposições, sobressaem-se os seguintes nomes: deputado Marco Feliciano (PSC-SP), com 20 proposições; deputado Marcos Rogério (PDT-RO), com 16 proposições; deputado Zequinha Marinho (PSC-PA), com 14 proposições; deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), com 11 proposições, e o deputado Pastor Eurico (PSC-PE) com 11 proposições. De outras denominações religiosas os mais destacados foram os seguintes nomes: da igreja Presbiteriana o deputado Henrique Afonso (PV-AC), com 12 proposições; da Igreja Brasil para Cristo o deputado Roberto de Lucena (PV-SP) também com 12 proposições, e da Igreja Batista o deputado Walter Tosta (PSD-MG), com 10 proposições.

As informações denotam o predomínio dos membros da Assembleia de Deus na CDHM, que souberam utilizar estrategicamente a comissão para promover, em algumas circunstâncias, suas pautas motivadas por valores religiosos ou por questões que também são tratadas no interior das igrejas, como a valorização da família, o combate à pornografia, tráfico e consumo de drogas e o aborto. Todavia, apesar dos esforços empreendidos pela FPE dentro da CDHM para favorecer a sua agenda política/confessional, os evangélicos não obtiveram um bom êxito em torno da tramitação das proposições na comissão. Quase todas as matérias encontram-se arquivadas, como indica o gráfico abaixo:

Gráfico 13 – Situação das proposições apresentadas na CDHM (03/2013 – 02/2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

<sup>105</sup> Apenas o deputado federal Otoniel Lima (PRB-SP), membro da Igreja Universal, apresentou proposições na CDHM.

O legado de Feliciano frente à CDHM demonstra que das 166 proposições apresentadas, 157 (95%) foram arquivadas. As nove proposições restantes, (5%), encontram-se em outras situações<sup>106</sup>. Os dados demonstram a ineficácia e o fracasso da sua gestão em comparação com os anos anteriores da mesma legislatura. Comparando com 2011 e 2012, ocorreu uma baixa em torno da votação de requerimentos. Também ocorreram menos eventos como palestras, seminários e audiências promovidas pela CDHM durante a presidência de Feliciano, algo que não é muito comum, em virtude do hábito da comissão de realizar atividades anualmente para discutir temas relacionados aos direitos humanos. Com Feliciano, este aspecto da CDHM foi desprezado. Ainda sobre a atuação do pastor no cargo, comparando com as gestões anteriores da CDHM durante a mesma legislatura, ou seja, a gestão de Manuela d'Ávila (PCdoB-RS) em 2011 e de Domingos Dutra (PT-MA) em 2012, Feliciano foi o menos atuante com relação à autoria de requerimentos apresentados (CUNHA, 2014)<sup>107</sup>.

No seu trabalho de análise sobre as ações executadas na CDHM durante a presidência de Feliciano, Magali Cunha (2014) constata que não ocorreram avanços em relação a proposições de leis ou outras matérias, atuação na defesa dos direitos humanos, ou até mesmo através da fiscalização dos atos do Executivo. Segundo Cunha (2014), o que ocorreu em 2013 na CDHM foi a tramitação de temas considerados questionáveis e irrelevantes. Feliciano, por exemplo, havia advertido que a CDHM não daria mais prioridade aos temas voltados para os direitos dos homossexuais. Trata-se de um discurso utilizado pelo parlamentar na tentativa de justificar a sua atuação contrária aos direitos desse segmento com o propósito de colocar obstáculos para as pautas LGBTs. Durante a sua presidência, Feliciano adotou manobras para barrar essas pautas, através da apresentação de proposições polêmicas (Cura *gay*) e na

---

<sup>106</sup> Em 07/08/2015, a legenda “outras” engloba as seguintes situações: aguardando parecer; tramitando em conjunto; aguardando designação do relator; pronta para pauta e aguardando providências internas. Alguns exemplos de proposições que se encontram nessas situações: PDC 1427/2013 de autoria do deputado Vilson Covatti (PP-RS), que procura sustar a Portaria n°388 de 2014 do Ministro de Estado da Justiça, que declara posse permanente do grupo indígena Kaingang a região Rio dos Índios no Rio Grande do Sul; PFC 149/2013 de autoria da CDHM, que propõe que a própria CDHM fique encarregada de fiscalizar os órgãos responsáveis por atender a população atingida pela contaminação de chumbo e outros metais pesados em todo o Brasil; PL 7103/2014 de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), cujo propósito é modificar o Estatuto da Igualdade Racial para inserir o quesito cor ou Raça nos prontuários, cadastros ou outros registros no Sistema de Informação em Saúde do SUS.

<sup>107</sup> Fonte: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1620>. Acesso em: 07 ago. 2015.

rejeição do Projeto de Lei 6297/2005<sup>108</sup>. Ainda sobre este aspecto da atuação da CDHM, Cunha (2014) constata que:

(...) a gestão de 2013 buscou marcar espaço em relação a projetos de leis, assumindo posições contrárias a reivindicações do movimento LGBT: exclusão do projeto sobre o direito de casais homossexuais à Previdência Social; disputas com o Conselho Federal de Psicologia no tema que ficou conhecido como “cura gay”; contestação da decisão do Conselho Nacional de Justiça favorável à realização de casamentos entre homossexuais em cartórios. Essas decisões serviram mais para dar visibilidade e espaço na mídia e não tiveram consequências concretas, pois representam apenas uma etapa do processo legislativo, estando todas paralisadas em outros colegiados da Câmara.

A próxima seção deste capítulo será destinada à análise discursiva dos excertos que envolvem alguns destes temas, assim como os discursos que ocorreram durante as sessões legislativas da CDHM que evidenciaram o grau de antagonismo entre os correligionários de Feliciano e os parlamentares contrários à sua permanência na comissão.

### 8.5 Análise discursiva dos pronunciamentos sobre Marco Feliciano

No espaço discursivo investigado nesta tese, três características sobre os discursos de parlamentares evangélicos que atuam na defesa de Marco Feliciano na CDHM se sobressaem: 1) as diversas formas utilizadas para identificar o “outro”, ou seja, os adversários que procuraram tolher a posse de Feliciano na CDHM 2) o grau de recorrência perene aos argumentos que procuram situar os evangélicos como vítimas, isto é, enquanto um segmento religioso que sofre constantemente incriminações, não somente na Câmara dos Deputados, mas em outros ambientes e 3) a frequente justificativa de que somente com a chegada de Feliciano na CDHM é que seriam discutidos os “verdadeiros direitos humanos”, segundo os evangélicos, gerando uma confusão em torno da utilização do termo, muitas vezes sendo aplicado em torno de temas que não têm nada a ver com os direitos humanos, fato este que contribuiu para o arquivamento de 95% das proposições apresentadas.

Além desses traços identificados durante a análise discursiva dos pronunciamentos dos deputados da FPE, outras características, em menor intensidade, também foram verificadas como, por exemplo, as constantes referências aos argumentos de guerra religiosa, ou seja, de uma luta travada entre o “bem” e o “mal” na CDHM; a reiteração constante de um discurso adulator em torno do nome de Marco Feliciano, exageradamente adjetivados; e o recurso de

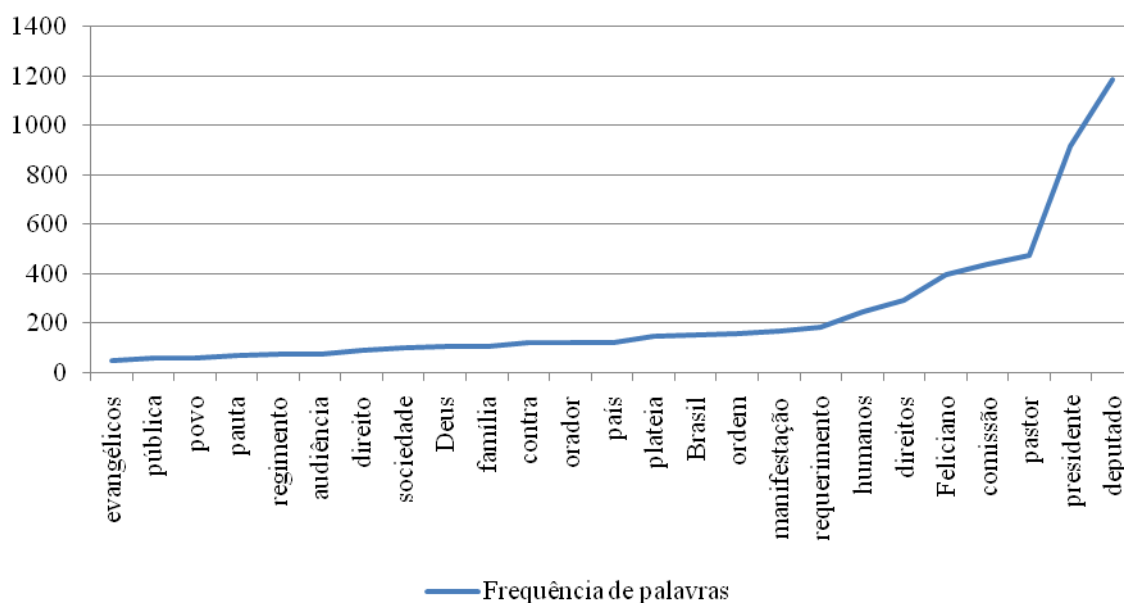
---

<sup>108</sup> O Projeto de Lei de autoria de Mauricio Rands (PT-PE) pretendia incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro ou companheira homossexual do segurado ou segurada do INSS e o companheiro ou companheira homossexual do servidor(a) público(a) civil da União.

enunciações delocutivas (CHARAUDEAU, 2013), isto é, a constante referência enquanto estratégia discursiva de uma terceira pessoa, neste caso, o desejo da “maioria do povo” que é cristão, para justificar a chegada de Feliciano na presidência da CDHM, isentando de responsabilidade os interlocutores pela suas afirmações, em virtude do tom assertivo e da autoridade de um discurso que representa “a” verdade absoluta, sem falhas, inatacável. A estratégia era calar os opositores por desqualificar qualquer argumento contrário.

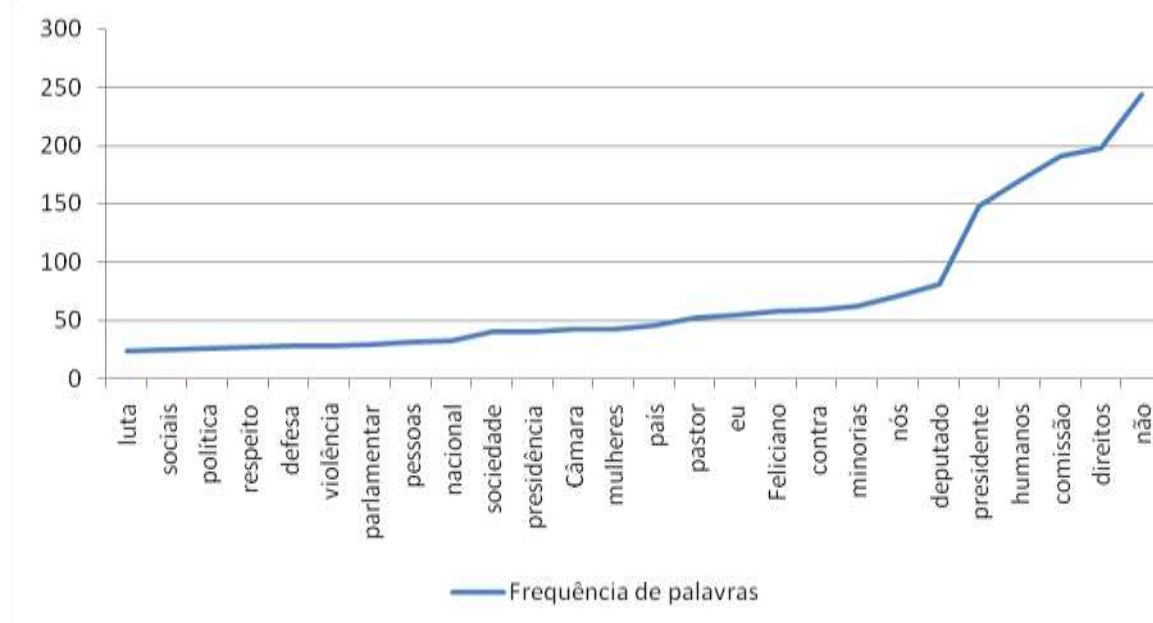
Essa seção estará concentrada em torno desses temas, que serão explorados a partir da análise dos discursos registrados durante o período que compreende a presidência de Feliciano. Contudo, antes de explorar estes assuntos que constituirão as seções, a seguir serão apresentadas os gráficos de frequência de termos elaborados a partir dos pronunciamentos constatados durante o período de análise.

Gráfico 14 – Frequência de termos (em números absolutos) identificados nos discursos de deputados favoráveis à permanência de Feliciano na presidência da CDHM



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Gráfico 15 – Frequência de termos (em números absolutos) identificados nos discursos de deputados contrários à permanência de Feliciano na presidência da CDHM



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Optou-se pela distinção entre os discursos de parlamentares evangélicos e não evangélicos, pois que havia uma superposição entre a afiliação religiosa e o apoio a Feliciano. Todavia, entre os pronunciamentos de evangélicos, encontram-se também fragmentos de discursos de deputados que não pertencem ao segmento religioso estudado nesta tese, por exemplo, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), em virtude da sua aproximação ideológica com os membros da FPE em torno dos principais assuntos tratados na CDHM, e também pela sua defesa intransigente de Marco Feliciano enquanto presidente da comissão.

Nos gráficos, três características podem ser identificadas através de uma rápida visualização. A primeira diz respeito ao uso constante da expressão de negação ou recusa “Não”, verificada no discurso dos opositores. Em diversas ocasiões os deputados contrários utilizaram orações que clarificam este recurso, como demonstram os fragmentos abaixo:

- “(...) a CDHM não pode ser presidida (...)”;
- “(...) eu não estaria fazendo qualquer oposição (...)”;
- “(...) não é possível que esta Casa simplesmente admita que uma pessoa que se caracterizou (...) por posturas homofóbicas ou posturas racistas possa assumir a Comissão de Direitos Humanos”;

- “(...) não podemos admitir que tenhamos que assistir à morte em vida desta Comissão (...)”;
- “(...) não tinha direito (...)”;
- “Não se pode colocar para presidir uma Comissão quem já tem uma ideia preconceituosa.”;
- “Será uma Presidência e uma Comissão, em 2014, de permanente crise, o que não ajuda este Parlamento.”;
- “(...) a Câmara dos Deputados não pode ficar, mais uma vez, de costas para o clamor da sociedade.” (Grifo nosso).

Os trechos citados compõem o espaço discursivo do polo oposto e demonstram a estratégia discursiva utilizada pelos deputados contrários ao parlamentar evangélico frente à CDHM, recorrendo constantemente à censura do nome de Feliciano, tentando desgastar a sua imagem através das atitudes de reprovação, tendo em vista os assuntos polêmicos em que Feliciano esteve envolvido.

A segunda característica está relacionada à utilização das palavras “mulher” e “minoría”, entendidas como termos que compõem o vocabulário das discussões sobre os direitos humanos. Percebe-se que entre os defensores de Feliciano, a palavra “mulher” não é mencionada<sup>109</sup>, diferenciando-se do que ocorre nos discursos dos deputados opositores, que discutiam questões em torno das violações dos direitos das mulheres e de outros grupos, conforme apontam os fragmentos abaixo:

- “(...) índices alarmantes de violência contra jovens, negros e negras, pobres, mulheres, comunidade LGBT”;
- “(...) a violência contra a mulher deve ser repudiada em especial.”;
- “(...) mais segurança às mulheres que denunciam seus agressores (...)”;
- “Não é em nome de Cristo, não é em nome de Cristo que se prega o ódio às pessoas, o ódio à comunidade LGBT, o ódio às mulheres, aos negros e africanos.” (Grifo nosso).

---

<sup>109</sup> Apesar de serem identificadas menções sobre a violência doméstica contra as mulheres em algumas proposições apresentadas na CDHM pelos deputados evangélicos, foram escassas as ocasiões que os membros da FPE se preocuparam em trazer à tona este tema.



O mesmo ocorre que o recurso da palavra “minoría”, explorada pelos deputados opositores através da lógica de defesa dos direitos das minorias, mas pouco mencionada pelos deputados evangélicos, ou quando mencionada, somente no momento em que os religiosos se autoproclamam enquanto uma minoria que é perseguida e sofre intolerância de modo a assumirem a posição de vítimas no conflito religioso no qual são aguerridos opositores de outras religiões.

A terceira característica identificada nos gráficos está relacionada à utilização de enunciações elocutivas, ou seja, os ditos que são proferidos com o recurso de pronomes pessoais de primeira pessoa seguidos de advérbios, verbos nodais e qualificativos que evidenciam o envolvimento do orador e a sua opinião (CHARAUDEAU, 2013). No gráfico elaborado com os discursos dos defensores de Feliciano, foram poucas as utilizações de enunciações elocutivas. Porém, no gráfico de termos dos opositores de Feliciano, foram encontrados diversos enunciados responsáveis pela manifestação de opiniões pessoais, conforme evidenciam os exemplos abaixo:

- “Eu pertenço a uma minoria estigmatizada (...)”;
- “Eu me oponho à presença de Feliciano (...)”;
- “Eu tenho visto vídeos que me chocam, e não apenas aquele de fazer mercado da fé (...)”;
- “Eu acho que esta Casa tem que ouvir a voz da sociedade (...)”;
- “Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, fomos perseguidos (...)”;
- “(...) o que nós vimos nesta Casa semana passada foi um atentado dos mais graves a uma Comissão (...)”;
- “(...) nós queremos uma Casa que dialogue com o povo.”;
- “(...) ou nós tomamos uma providência em relação a isso, ou vai ficar muito difícil resgatar a confiança e o respeito do povo brasileiro.”;
- “Ofendeu todos nós, recentemente, já no exercício do mandato (...)” (Grifo nosso).

Os excertos comprovam que os opositores da candidatura de Feliciano utilizaram como estratégia discursiva o recurso das enunciações elocutivas enquadradas dentro da

modalidade de rejeição, ou seja, recusando as ações do adversário. Aqui, seguindo o trabalho de Patrick Charaudeau (2013), a rejeição identificada nos discursos, invoca o que o autor entende como o etos de “sério”, que procura situar-se como o discurso que traz a verdade, que representa o combatente, que pretende esclarecer o povo sobre o que está acontecendo e atrai para si essa responsabilidade (CHARAUDEAU, 2013). O emprego do “nós”, enquanto enunciado elocutivo também transmite uma ideia de solidariedade entre os opositores de Feliciano, uma coesão em torno das opiniões e a certeza de que estão cumprindo com os seus deveres enquanto oposição na CDHM.

### 8.6 O polo antagônico: a identificação do “outro” na fronteira discursiva

Os parlamentares evangélicos não economizaram o uso de adjetivos, alguns pejorativos, para identificar os adversários que se opunham ao nome de Feliciano enquanto presidente da CDHM. Para compreender estas utilizações, será realizada a tentativa de aplicação dos conceitos de agonismo e antagonismo, examinados minuciosamente por Chantal Mouffe (2007, 2012, 2014), e também para entender a recorrência de um discurso baseado em preceitos morais, ou seja, que busca estabelecer o conflito religiosos maniqueísta entre o “bem” e o “mal”, este último representado pelos adversários dos evangélicos na CDHM e em outros âmbitos. Esse maniqueísmo é próprio dos fundamentalistas cristãos.

Desde as primeiras discussões sobre a chegada de Feliciano na CDHM, foi possível identificar, enquanto estratégia discursiva, este empenho empreendido para caracterizar o “outro”. Abaixo, alguns excertos coletados nas diferentes fases da sessão plenária da Câmara que evidenciam esse método utilizado pelos evangélicos:

Ocupo esta tribuna para tentar desatar o nó dado pelo movimento LGBT, que vem fazendo campanha contra a eleição do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Deputado Pastor Marco Feliciano. Não é de hoje que se criam argumentos para denegrir a imagem de alguém. Dep. Pastor Eurico, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 12/03/2013, Sessão: 029.3.54.O / GE).

O que se põe hoje é que uma minoria não permite que haja o debate. Simplesmente, com baderna, com algazarra, com a intenção de não permitir o debate, uma minoria quer calar os Parlamentares majoritariamente da Comissão. Dep. Arolde de Oliveira, PSD – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 26/03/2013, Sessão: 046.3.54.O / OD).

Não podemos ficar reféns aqui, Sr. Presidente, de baderneiros e ativistas que querem manipular a opinião pública. O pior é homens da envergadura de Deputados aqui da Casa irem na conversa dessa gente. Dep. Takayama, PSC – PR (Diário da Câmara dos Deputados, 26/03/2013, Sessão: 046.3.54.O / OD).

Agora, o que está ocorrendo na Comissão de Direitos Humanos e Minorias não é manifestação, é anarquia, é baderna, é ofensa ao Presidente, é xingamento. Quando o

Presidente vai usar a palavra, a turma de ativistas grita para lhe abafar. Ora, não dá! Democracia não se compatibiliza com baderna.” Dep. João Campos, PSDB – GO (Diário da Câmara dos Deputados, 04/04/2013, Sessão: 054.3.54.O / OD).

Se o sistema político legítimo elege alguém que não é do agrado dos modernos, eles acham que têm direito moral de subir nas tribunas das Comissões e exigir a renúncia do Presidente eleito. Os modernos têm uma compulsão em tentar fazer os outros adotarem a sua agenda. Quem não concorda com a visão de mundo deles corre o risco de ser perseguido e de ser humilhado por não se enquadrar na moral que defendem. (...) Hoje percebo alguma coisa parecida. Mesmo acreditando que o comportamento sexual dos adultos diga respeito somente a eles, uma vanguarda surge e exige que a política representativa se submeta à agenda dos militantes *gays*. Quem não concorda com a militância é acusado de homofóbico. Dep. Antônio Bulhões, PRB - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 09/04/2013, Sessão: 060.3.54.O / OD).

Assim são as esquerdas - sempre. Quando lhes convêm, usam toda e qualquer coisa para acusar de racismo os que ousam atrapalhar seus planos. Mas quando um esquerdista pratica real racismo, a operação-abafa é automática: nada de acusação nem crime e muito menos prisão inafiançável. No caso de Feliciano, que tem sangue negro, sua intenção não foi atacar nem debochar de seus irmãos de sangue. Dep. Takayama, PSC – PR (Diário da Câmara dos Deputados, 22/10/2013, Sessão: 331.3.54.O / OD).

Como palavras finais, após esses 4 anos, um pequeno resumo de toda a luta que aqui passei foi ver que parece que boa parte do País, ou boa parte dos intelectuais, ou mesmo boa parte da mídia, se incomoda com a presença de Deus dentro deste Parlamento. Dep. Marco Feliciano, PSC – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 03/09/2014, Sessão: 218.4.54.O / BC).

Nos excertos citados acima, é possível identificar os diversos adjetivos, alguns difamatórios, que os oponentes de Feliciano receberam, como: “minoria”, “baderneiros”, “turma de ativistas”, “modernos”, “essa gente”, “as esquerdas”, “intelectuais” e “parte da mídia”. Tudo isto constitui o arcabouço que forma o polo antagônico situado no campo discursivo desta análise.

Chantal Mouffe explica que é no domínio das identificações coletivas, aqui representadas pela FPE, que são identificadas as diferenças, criando um “nós” através da delimitação de um “eles”, sempre existindo:

(...) a possibilidade de que esta relação nós/eles se transforme em uma relação amigo/inimigo, quer dizer, que se converta na sede de um antagonismo. Isto se produz quando se começa a perceber o outro (...) como negação de nossa identidade e como questionamento de nossa existência. (MOUFFE, 1999, p. 15-16).

Percebe-se nos pronunciamentos dos parlamentares evangélicos que a presença desse outro é fundamental para a edificação dos seus discursos. A identificação de um “outro” é constituinte de um “nós”. Contudo é uma relação amigo *versus* inimigo, porque ela não dá margem para um consenso, ou seja, um acordo entre os polos. O que prevalece nos discursos dos parlamentares evangélicos é a relação antagônica, visto que os mesmos não se preocupam em entender o inimigo enquanto adversário. A posse de Feliciano e os discursos na CDHM

demonstraram que nem mesmo sequer ocorreram tentativas de diálogo pelos demais parlamentares evangélicos do PSC e de outros partidos. Cada iniciativa tomada pelos deputados contrários ao nome de Feliciano, em virtude do seu envolvimento em questões polêmicas, era rechaçada. A seguir, serão apresentados os discursos que compõem o polo oposto, ou seja, o “outro” na cadeia discursiva:

Ontem a credibilidade desta Casa foi mais uma vez colocada em xeque com a eleição do Deputado Pastor Marco Feliciano como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Uma Comissão de Direitos Humanos e Minorias não pode ser presidida por alguém que se põe publicamente contra as minorias (...). É bom que fique claro que a oposição a Marco Feliciano não se dá pelo fato de ele ser pastor cristão. Eu respeito os cristãos, fui formado no cristianismo e tenho amigos católicos e evangélicos. Se o Pastor Marco Feliciano fosse um pastor que seguisse a exortação de Jesus - amar ao próximo como a si mesmo -, respeitasse as minorias estigmatizadas e reconhecesse sua luta política por estima, eu não estaria fazendo qualquer oposição à sua presença na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Eu me oponho à presença de Feliciano na Presidência porque ele é um fundamentalista contrário a tudo isso. Dep. Jean Wyllys, PSOL – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 08/03/2013, Sessão: 026.3.54.O / CP).

A indicação do Deputado Pastor Marco Feliciano - contra o qual não temos nada pessoal, não temos amizade nem inimizade - gerou essa polêmica. E não por declaração de nenhum Deputado. Toda a reação foi de Parlamentares e da sociedade. Repito: não foi só dos movimentos sociais. Há mais de 400 mil manifestações nas redes sociais por conta das declarações do pastor. Nós somos a favor dos evangélicos. Eu, pessoalmente, tenho três irmãs que são evangélicas. Sou amigo de vários pastores no Maranhão, como o Pastor Bel, como o Pastor Sampaio. Não é isso o que está em julgamento. Não é se é pastor, se é evangélico, se é ator. O que está em discussão é a postura, é o preconceito, é o discurso do Pastor Feliciano. Por isso, não é a reação de um grupo específico, é a reação de milhares de brasileiros que não aceitam que a Comissão de Direitos Humanos seja presidida por um Deputado mais atrasado do que o Supremo. Dep. Domingos Dutra, PT – MA (Diário da Câmara dos Deputados, 12/03/2013, Sessão: 029.3.54.O / GE).

Por isso, Sr. Presidente, o PSOL quer desta tribuna pedir e continuar pedindo. Não se trata de tirar o direito sagrado do PSC de indicar proporcionalmente, no seu partido, na Comissão que lhe foi outorgada, mas se trata de entender que a divulgação nos meios de comunicação e nos meios eletrônicos de posições intolerantes, de posições que atentam contra os direitos humanos, é incompatível com a Comissão, com os seus objetivos, com a sua história, com o avanço democrático, com a luta contra a intolerância. Dep. Ivan Valente, PSOL – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 13/03/2013, Sessão: 030.3.54.O / OD).

(...) também quero me associar às palavras ditas aqui pelos membros da Comissão de Direitos Humanos, ou seja, que as teses que o Pastor Marco Feliciano tem defendido e defendeu são incompatíveis com a razão de existir da Comissão de Direitos Humanos. Então, é importantíssimo que haja um bom senso neste sentido e que o PSC possa alterar o seu nome, o nome que indicou para aquela Comissão. Porque o que é pior, além dessas teses incompatíveis, é uma tentativa de mudar a agenda da Comissão de Direitos Humanos. Isso é um retrocesso estúpido à defesa das minorias, ao combate à intolerância! Dep. Márcio Macêdo, PT – SE (Diário da Câmara dos Deputados, 14/03/2013, Sessão: 031.3.54.O / OD).

Nesses fragmentos é possível identificar claramente as tentativas empreendidas pelos parlamentares contrários ao nome de Feliciano para a presidência da CDHM, apresentando

como proposta a substituição do parlamentar pelo seu partido, no caso, o PSC. Também é possível verificar que a oposição se dá em virtude das opiniões polêmicas já citadas neste capítulo e não pela filiação religiosa do pastor. São discursos que apresentam um teor mais conciliatório, comparado com os discursos provenientes de parlamentares evangélicos.

O discurso evangélico, que atua na defesa de Feliciano, apesar de ser edificado em um espaço em comum com os opositores, o plenário da Câmara, não chega a constituir uma relação agônica, pois, ele não identifica o “outro” enquanto adversário, mas sim como inimigo. O demérito do opositor pelos evangélicos, no momento da elaboração de seus discursos é constante. Sobre este aspecto do discurso, Charaudeau explica que “é na estigmatização da origem do mal que é preciso inscrever também as estratégias de desqualificação do adversário, sendo este um dos polos constitutivos do discurso político” (CHARAUDEAU, 2013, p. 92). Substituindo apenas nessa citação que a desqualificação que ocorre é do inimigo e não do adversário, o raciocínio de Charaudeau coincide perfeitamente com o que é entendido neste capítulo como elemento constituinte do discurso evangélico, pois trata-se de um discurso que identifica o opositor como um mal, que precisa ser extirpado, basta lembrar a manifestação pública de Feliciano em um culto religioso que afirmou que a CDHM antes da sua chegada era “dominada por Satanás”.

### **8.7 Evangélicos na condição de “vítimas”: a estratégia discursiva**

A coleta dos pronunciamentos também identificou que os deputados evangélicos utilizaram de forma constante o argumento de que representam um grupo perseguido, que são vítimas de ataques de outros segmentos que não aceitam a inclusão dos evangélicos na política institucional. A seguir, alguns excertos que demonstram este recurso discursivo utilizado pelos membros da FPE no momento das discussões sobre a posse de Feliciano:

Assim, Sras. e Srs. Parlamentares, fica evidente que, por sermos pastores, cristãos, somos perseguidos, discriminados e desrespeitados por esses ativistas mentirosos, que agem como sofistas, enganando e induzindo a todos, sorrateiramente, ao passo que se apropriam do mais vergonhoso método de argumentação, a dialética erística, que visa apenas à discórdia e ao tumulto. Dep. Pastor Eurico, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 12/03/2013, Sessão: 029.3.54.O / GE).

(...) uma minoria quer calar os Parlamentares majoritariamente da Comissão. Essa foi a realidade que aconteceu lá. Fora disso, é... (*O microfone é desligado.*). No meu entendimento, está havendo, naquela Comissão, perseguição religiosa como de resto em todo o Brasil. Dep. Arolde de Oliveira, PSD – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 26/03/2013, Sessão: 046.3.54.O / OD, grifo do autor).

Alguém disse que a Bíblia é uma palhaçada, que as igrejas são um circo e que os evangélicos são uns palhaços. Tudo isso por causa da Comissão de Direitos Humanos, porque foi eleito um Presidente que é um pastor evangélico. Lamentamos o que está acontecendo. Dep. Pastor Eurico, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 11/04/2013, Sessão: 065.3.54.O / CP).

Nesta hora, em que precisamos unir forças, conclamo pessoas de todas as religiões para nos irmarmos por um ideal comum em defesa da família e da vida, pois o inimigo é ardiloso. Quando nos acusam de fundamentalistas, tentam desviar o foco de suas reais intenções, que são de tentar impor seus valores onde forças não tão ocultas, mas ardilosas, tal qual a serpente citada na Bíblia, tentam impor uma nova nomenclatura “gênero” ao se referir ao sexo masculino ou feminino, excluindo as palavras “pai” e “mãe”. Dep. Pastor Marco Feliciano, PSC – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 16/12/2013, Sessão: 416.3.54.O / CP).

Os fragmentos citados acima revelam que boa parte dos deputados evangélicos personifica o papel de vítima, afirmando que existem grupos, aqui entendidos como minorias, ativistas, que desrespeitam a orientação religiosa. No estabelecimento de um “nós”, ou seja, evangélicos entendidos enquanto vítimas, representantes dos verdadeiros valores da família tradicional, como está explícito no pronunciamento de Marco Feliciano acima, torna-se possível identificar o exato momento que entram nas discussões os argumentos de caráter moral, estimulando os embates entre o “bem” e o “mal”, abandonando os elementos que caracterizam as categorias políticas usuais em torno de posições antagônicas, ou seja, de disputa de projetos, entre esquerda e direita (MOUFFE, 1999).

Em decorrência do descrédito dos partidos e da extinção das fronteiras que movimentam a política, Mouffe observa que isso contribui para o surgimento de outros tipos de identidades coletivas, capazes de penetrar na política, como as religiosas, nacionalistas ou étnicas. Dessa forma, a autora verifica que:

(...) o que está acontecendo na atualidade não é o desaparecimento do político na sua dimensão adversária, mas sim algo diferente. O que ocorre é que atualmente o político se expressa em um *registro moral*<sup>110</sup>. Em outras palavras, ainda consiste em uma discriminação nós/eles, porém o nós/eles, em vez de ser definido mediante categorias políticas, se estabelece agora em termos morais. Em lugar de uma luta entre “esquerda e direita” nós enfrentamos uma luta entre “bem e mal”. (MOUFFE, 2007, p. 12-13).

De acordo com os discursos dos parlamentares evangélicos que atuam na defesa de Feliciano, o que ocorre na verdade não é o desaparecimento da dimensão antagônica, mas sim a sua manifestação através de outros caminhos, neste caso o religioso, que passa a ocupar a dimensão política no momento em que o enfrentamento democrático desaparece. Mouffe também analisa que o desenvolvimento de um discurso moralista e a consequente expansão de

---

<sup>110</sup> Grifo do autor.

vários tipos de fundamentalismo religioso são algumas das consequências decorrentes do vazio da vida política, e pela ausência de formas de identificação democráticas, orientadas por valores políticos rivais (MOUFFE, 2012). O caso investigado neste capítulo corrobora a tese de Mouffe, isto é, o discurso evangélico sobre Feliciano possui como característica a mobilização de argumentos moralistas, assim como o fato de que essas identidades religiosas, quando entram no jogo político, não pretendem abrir espaço para o diálogo com outros segmentos que discordam de suas teses, evidenciando, assim, um elevado grau de sectarismo em torno de suas posições, fato este que foi evidenciado nas sessões anteriores à posse de Feliciano na CDHM, com a atitude insolente dos membros da FPE diante da recusa de qualquer tentativa de diálogo com os seus opositores.

## 8.8 Direitos humanos na concepção dos parlamentares evangélicos

Outra característica identificada nos discursos que atuaram na defesa de Feliciano, mais precisamente a partir do momento que o mesmo assumiu os trabalhos na CDHM, foi a definição dada para os direitos humanos pelos deputados evangélicos. Ou por desconhecimento do que realmente representam os direitos humanos, ou pela simples tentativa de estabelecer um contraponto à forma como os direitos são entendidos, os evangélicos conduziram para o domínio político uma concepção bem diversa do que efetivamente se entende sobre estes direitos. Os trechos citados a seguir, procuram expor essa diversidade, demonstrando que os evangélicos se apresentam enquanto segmento incumbido de uma tarefa, a de defender os “verdadeiros direitos humanos”.

Apesar de tantos movimentos contrários, hoje à tarde tivemos uma reunião saudável, muito boa, produtiva, oito requerimentos foram aprovados. Estamos vendo começar a andar os verdadeiros direitos humanos nesta Casa. Dep. Pastor Eurico, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 03/04/2013, Sessão: 053.3.54.O / OD).

Nós entendemos, a Frente Parlamentar Evangélica, que a eleição do Deputado Marco Feliciano, mesmo havendo sobre ela divergência, que é própria do Parlamento, é um ganho para esta Casa e um ganho para a sociedade brasileira, porque a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a partir da eleição de S.Exa., tem a oportunidade de discutir direitos humanos em uma perspectiva mundial, sem estar subordinada a ideologias, a partidos ou a guetos ideológicos. A Comissão vai discutir agora direitos humanos em todas as suas vertentes. Isso é um ganho para esta Casa e para o Parlamento. Dep. João Campos, PSDB – GO (Diário da Câmara dos Deputados, 03/04/2013, Sessão: 053.3.54.O / OD).

No dia a dia, a defesa dos direitos humanos é feita pela Comunidade Evangélica por meio de ações e acolhimento e não apenas através de protestos, manifestações, eventos e seminários. Ela acolhe os excluídos deste País, oferece o trabalho de comunidades terapêuticas, disponibiliza abrigos para crianças e idosos e também

programas de educação e saúde aos ribeirinhos. Dep. Roberto de Lucena, PV – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 01/04/2013, Sessão: 049.3.54.O / CP).

A participação de agentes públicos que trabalham no combate e prevenção à prática do aborto em muito contribuirá para sabermos o que vem sendo feito para minimizar a prática do aborto no Brasil. Ao trazer à baila o assunto na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, entendemos que estamos defendendo aquele que sofre a mais injusta violação aos direitos humanos: a condenação à morte sem direito à defesa, sem discussão, de maneira covarde e cruel. Dep. Henrique Afonso, PV – AC (Diário da Câmara dos Deputados, 04/06/2013, Sessão: 0661/13 / CDHM)

Os fragmentos acima evidenciam a preocupação dos parlamentares evangélicos em trazer à discussão o que entendem por direitos humanos. Contudo, na forma como é utilizado o termo, é possível notar uma imprecisão no emprego. Os evangélicos, como demonstra o pronunciamento do deputado pastor Eurico, entendem que existem outros tipos de direitos humanos, constituindo “os verdadeiros”, diferentes daqueles que estavam sendo discutidos na comissão até então. Já o pronunciamento do deputado João Campos, demonstra que, com a chegada de Feliciano, os direitos humanos passariam a ser discutidos através de uma “perspectiva global”, sem a influência de ideologias ou partidos, porém, o parlamentar não esclarece o que seriam “todas as vertentes” que os direitos humanos estariam incluídos. Talvez, estas “outras vertentes” aludidas pelo parlamentar sejam aquelas explicitadas pelos deputados Roberto de Lucena e Henrique Afonso, citados acima respectivamente. O primeiro defende a forma como as comunidades evangélicas tratam da questão dos direitos humanos, ou seja, através de atividades filantrópicas; o segundo, tratando da questão do aborto, entende que os direitos humanos devem ser assegurados ao embrião, configurando assim em algo que não é comum no que diz respeito à discussão destes direitos. Porventura, a inovação que os evangélicos mencionam pode estar relacionada à introdução dessas discussões atípicas?

Durante os trabalhos legislativos na comissão, três temas explorados pelos parlamentares evangélicos apontam essas “inovações” no que diz respeito à utilização do termo direitos humanos. O primeiro assunto foi a discussão sobre a população contaminada por chumbo e outros metais no município de Santo Amaro da Purificação, na Bahia em março de 2013. A discussão do tema coincidiu com o período de protestos realizados nas cercanias da CDHM, contra a permanência de Feliciano na presidência. A proposta da CDHM sobre o assunto<sup>111</sup> buscava trazer soluções para os moradores da região atingida, bem como um trabalho de recuperação ambiental nas áreas degradadas pela contaminação, punindo a empresa responsável pelo lançamento de resíduos, assim como a identificação dos impactos

---

<sup>111</sup> Realizada através do Projeto de Fiscalização e Controle 149/2013, baseado no trabalho do GT Chumbo, coordenado pelo deputado evangélico Roberto de Lucena (PV-SP).



gerados. Os excertos abaixo demonstram a preocupação dos parlamentares evangélicos com o meio ambiente.

Temos visto com assombro o terrível rastro de degradação ambiental e afronta à dignidade humana dos cidadãos brasileiros expostos à contaminação por chumbo e outros metais pesados. Essas pessoas, sejam trabalhadores, sejam moradores dos perímetros das usinas de metalurgia do chumbo e de outros metais pesados, têm suportado, em total desamparo, as consequências de um modelo extrativo e industrial predatório e insustentável. (...) A Proposta de Fiscalização de Controle - PFC é o mecanismo constitucional por excelência para que o Parlamento brasileiro receba o apelo de cidadãos – como as vítimas de contaminação do chumbo e outros metais pesados –, e cobre do Estado as providências necessárias para a garantia de seus direitos humanos fundamentais, e para o exercício pleno de sua cidadania. Deputado Pastor Marco Feliciano, PSC – SP (Proposta de Fiscalização e Controle Nº 149/2013, p.02-03).

(...) o Regimento da Casa estabelece que ele pode pedir que os manifestantes saiam de plenário, mas o Presidente inverteu o processo: suspendeu a sessão e fomos para outro auditório, para realizarmos a audiência pública em que - aí, sim - tratamos de direitos humanos, das pessoas vitimadas pelo chumbo neste Brasil, principalmente na Bahia e em São Paulo. E lá pudemos ouvir representantes do Ministério da Saúde, representantes do Ministério do Trabalho. Dep. Pastor Eurico, PSB – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 27/03/2013, Sessão: 048.3.54.0 / CP)

Trata-se de um tema que pouco tem a ver com o que é discutido na CDHM, porque é um assunto que poderia ser discutido em outros espaços, por exemplo, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS. O próprio parlamentar Pastor Eurico, durante a sua fala, defendeu que o assunto não vinha sendo tratado na CDHM pelo fato de que a comissão se envolvia apenas com outros assuntos “menos importantes”, ou seja, as pautas particulares, e que os assuntos “mais importantes” estavam sendo deixados de lado, como a contaminação por chumbo. A comissão, para o deputado evangélico, não estava “andando” até o momento da chegada de Marco Feliciano, visto que estas pautas não ganhavam a devida atenção nas audiências.

O segundo assunto explorado pelos evangélicos na CDHM foi o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, de autoria do deputado evangélico João Campos, PSDB-GO. O projeto, que já se encontra arquivado, pretendia suspender a aplicação do parágrafo único do art.3º e o art.4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que determina as diretrizes de atuação para os psicólogos em relação ao tema da orientação sexual. A mudança seria em torno da Resolução nº1/1999, onde o documento apresenta a seguinte redação:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Para o autor, ao delimitar as funções dos psicólogos e o direito da pessoa de obter orientação profissional, o CFP excedeu o seu poder regulamentar. Além disso, no momento da criação e restrição de direitos através da resolução nº 1/1999, a CFP apoderou-se de uma competência que cabe ao Poder Legislativo, atitude caracterizada, segundo o parlamentar, de abuso de poder regulamentar, trazendo implicações para o plano jurídico. Os seguintes excertos apontam a importância dada pelos deputados evangélicos ao tema na CDHM.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado João Campos e dizer que esse projeto garante o direito ao homossexual de mudar a condição da orientação sexual e ser acolhido por um profissional. Nada é da forma colocada pela mídia. E aproveito a presença da imprensa aqui para deixar bem claro que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pela primeira vez na história desta Casa, está tratando de assuntos que englobam não um único movimento, mas sim as minorias, e defendendo realmente os direitos humanos. Dep. Anderson Ferreira, PR – PE (Diário da Câmara dos Deputados, 04/06/2013, Sessão: 0661/13 / CDHM).

(...) o que esse projeto traz, na verdade, é um benefício ao direito humano de a pessoa escolher o que ela quer. Dep. Pastor Marco Feliciano, PSC – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 04/06/2013, Sessão: 0661/13 / CDHM).

Se eu sou *gay* ou se eu não sou, se eu quero curar-me ou se eu não quero, é um problema meu, mas eu tenho o direito, sim, de procurar ajuda, se eu quiser. Se eu quiser, tem de haver alguém que possa ajudar-me. Eu não posso é ficar em conflito, eu não posso ficar sofrendo, eu não posso é ter problemas que vão acarretar, de repente, até a perda da vida. Deputada Liliam Sá, PR – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 04/06/2013, Sessão: 0661/13 / CDHM).

Os três fragmentos citados acima demonstram a preocupação dos evangélicos em promover a alteração da resolução do CFP, na tentativa de criar mecanismos que permitissem a promoção de tratamentos oferecidos pelos psicólogos para “curar a homossexualidade”, ou seja, a “cura *gay*” para aqueles homossexuais que se encontram insatisfeitos com a sua orientação sexual e que pretendem mudá-la. Aprovada na CDHM, a alteração na resolução 1/1999 representaria “um retrocesso jurídico tendo em vista a resolução que vigora desde maio de 1990 da Organização Mundial de Saúde (OMS), que retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças” (TADVALD, 2015, p.268). As terapias que promovem esse tipo de “tratamento” para mudança de orientação sexual são apontadas pelas comunidades científicas de diversos países como prejudiciais, e também como uma forma de fomentar a discriminação e o preconceito, assim, pode-se se dizer que o tema abordado no PDL 234/2011 não tem nada a ver com os direitos humanos.

O terceiro tema comentado na CDHM é a defesa da família. Assunto amplamente discutido pelos parlamentares evangélicos na comissão, a temática foi explorada por meio de diversos enfoques que dialogavam com os preceitos religiosos defendidos por este segmento, ou seja, através da defesa da “família tradicional”, da “família bíblica tradicional”, da “família cristã” e também da “família natural”. De várias formas os membros da comissão tentaram inserir a pauta da família nas discussões, em especial, por meio da apresentação de proposições que mencionam a matéria, como demonstram os trechos abaixo:

(...) hoje a família brasileira está passando por algumas alterações. Nós precisamos lutar. Eu estou vendo até com muita simpatia a Igreja Católica fazendo um movimento muito grande em prol da família, assim como os evangélicos e todos os segmentos sociais. (...) Eu apresentei esse requerimento justamente para que a gente possa ver realizados os anseios da família brasileira, no que concerne a políticas públicas, ao apoio para que ela não se estilhace, para que, pelo contrário, a família reencontre-se e reforce-se para continuar o seu verdadeiro papel como célula-mãe da sociedade. Dep Costa Ferreira, PSC – MA Diário da Câmara dos Deputados, 04/06/2013, Sessão: 0661/13 / CDHM).

Nós que fazemos parte, certamente, da maioria aqui no Parlamento temos compromisso com a defesa da família tradicional, da família natural, da família cristã. Dep. João Campos, PSDB – GO (Diário da Câmara dos Deputados, 04/06/2013, Sessão: 0661/13 / CDHM).

O requerimento a que se refere o deputado Costa Ferreira é o REQ 44/2013, que propõe a realização de audiências públicas para discutir e apresentar propostas de iniciativa privada bem como a elaboração de políticas públicas voltadas para a valorização e proteção da família. O documento foi arquivado, porém, ocorreram diversas investidas procurando a inserção de discussões sobre a família nas demais pautas que tramitaram na CDHM durante a gestão de Feliciano. Muitas dessas tentativas foram baseadas em preceitos bíblicos, em mais uma tentativa de conduzir o religioso para o político, com o propósito de afirmar que todas as discussões que passam pela comissão, precisam levar em consideração a proteção e o fortalecimento da família, por esta ser considerada uma instituição divina, criada por “Deus”, que representa a origem da sociedade. Ocorre que, assim como o tema da contaminação por chumbo e o projeto da “cura *gay*”, a exploração da temática da família, na forma como é examinada e defendida pelos deputados evangélicos, pouco tem a ver com o que é historicamente discutido e apresentado na CDHM. Aparentemente, a busca dos evangélicos por distinguir-se do que era debatido na comissão antes da chegada de Feliciano, trazendo o que consideram ser uma “nova forma” de trato dos direitos humanos, asseverou, sobremaneira, que os direitos defendidos pelos mesmos constituem os “verdadeiros” direitos humanos, revelou uma postura que pode ser caracterizada, em algumas circunstâncias, como intolerante, em razão da inversão das prioridades que entram na pauta da CDHM. Isso pode

ser constatado pelos pronunciamentos analisados, ao mesmo tempo em que é possível identificar posturas unilaterais equivocadas diante da tramitação de matérias associadas à inabilidade no trato das questões relacionadas aos direitos humanos no Brasil.

### **Considerações finais**

O episódio da escolha do pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 2013, extrapolou os limites do Poder Legislativo e garantiu o seu espaço na opinião pública através da forte exposição nos meios de comunicação. A onda de protestos no Brasil contra a posse de Feliciano, através de palavras de ordem que tomaram as redes sociais, como o enunciado “Feliciano não me representa”, constitui um elemento indicativo da pertinência deste tema. É preciso observar que ocorreram também manifestações de apoio à permanência do parlamentar na presidência da CDHM, evidenciando dois polos antagônicos, munidos de justificativas características de seus campos de atuação, mais precisamente entre os argumentos laicos e confessionais, ou seja, opositores e defensores, respectivamente.

Esta parte da tese demonstrou que a escolha de Feliciano para a presidência na CDHM representou um dos momentos de maior efervescência e polarização entre deputados evangélicos e não evangélicos no Congresso Nacional. O presente capítulo apresentou, por meio da análise do discurso, as diferentes posições dos parlamentares nos momentos de construção dos argumentos de defesa e de crítica da posse do parlamentar evangélico, assim como as implicações que repercutiram no andamento dos trabalhos na comissão durante o mandato de Feliciano, em virtude da baixa produção legislativa, rejeição de matérias e inversão de pautas. Diante dos fatos polêmicos que circundaram a gestão de Feliciano, foi um período marcado por uma forte oposição dentro da CDHM, algo incomum desde a fundação da referida comissão.

Para situar o tema de análise nesta tese, primeiramente este capítulo realizou um panorama histórico da CDHM, suas principais atribuições e objetivos, a forma como a comissão entende a questão dos direitos humanos, o conteúdo das matérias e os compromissos deste órgão legislativo. Também foi examinada a estrutura organizativa, a distribuição dos deputados federais e os procedimentos internos de escolha de seus membros.

De forma breve, o capítulo apresentou alguns dados da biografia do pastor e deputado Marco Feliciano, expondo a sua trajetória no âmbito religioso e político. Foram destinadas à análise as suas atuações no espaço legislativo, principalmente a sua influência dentro da

Frente Parlamentar Evangélica e a capacidade de persuasão com os não evangélicos em torno de seus interesses, assim como as suas atitudes polêmicas. O capítulo também ressaltou as desavenças que ocorreram durante o pleito de Feliciano, as resistências e os apoios oriundos de denominações religiosas e não religiosas, bem como os impactos e as primeiras ponderações que ocorreram diante da experiência singular de um evangélico exercendo o cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara. Também foram apresentadas as matérias sujeitas à deliberação na comissão durante o mandato de Feliciano, realçando o conteúdo das proposições, a situação em que se encontram e a autoria dos projetos.

Após essa exposição, foi realizada a análise discursiva e a tentativa de aplicação do corpo de conceitos que são utilizados na tese, dando destaque para os discursos identificados nas sessões do plenário e também durante as reuniões que ocorreram na CDHM. Os conceitos de agonismo e antagonismo, verificados no trabalho de Chantal Mouffe (2007, 2012, 2014), foram fundamentais para esta etapa da pesquisa, porquanto serviram como categorias de análise para compreender a recorrência de um discurso religioso apoiado em preceitos morais. Em outras palavras, naqueles discursos oriundos de parlamentares evangélicos que buscavam estabelecer uma relação conflitiva entre o “bem” e o “mal” em torno das disputas que estavam sendo travadas na CDHM.

As observações de Mouffe, mais precisamente sobre o discurso moralista, foram essenciais para entender o desenvolvimento deste tipo de discurso, aqui representado pelo posicionamento dos evangélicos na CDHM. As consequências podem ser identificadas com a expansão deste fundamentalismo religioso na esfera legislativa, situação que favoreceu a perda da vitalidade da vida política, um vazio, conforme sugere Mouffe (2012), assim como a consequente ausência de formas de identificação democráticas.

O arcabouço dessas discussões evidenciou o acirramento das disputas em torno do nome de Feliciano na CDHM, como também a intensidade dos debates entre opositores e defensores em um ambiente hostil, na maioria das vezes. O discurso de defesa de Marco Feliciano possui como característica o estímulo de argumentos moralistas, pelo fato de que estas identidades religiosas, quando penetram na arena política, não apresentam uma disposição para o diálogo com os grupos antagônicos. A ação desses parlamentares evangélicos evidenciou uma postura sectária e intransigente, pouco aberta para o consenso no momento da posse de Marco Feliciano na CDHM.

## CONCLUSÃO

O aumento da participação dos evangélicos na política exigiu e continua exigindo uma mudança na ação discursiva empreendida nos espaços de atuação do Poder Legislativo. Essas transformações ocorrem seja através das exigências do processo legislativo em si, mediante as regras e procedimentos que organizam a apresentação de propostas, fiscalização e aplicação de recursos, ou outra atividade de natureza representativa; seja pelas exigências que as próprias organizações religiosas exercem sobre os seus representantes, mais precisamente na cautela que os parlamentares devem desempenhar no momento em que são tratadas as questões relacionadas à defesa da família, da moral e dos bons costumes, associado ao compromisso que os evangélicos devem ter nas circunstâncias que estão em jogo os interesses corporativos. Respondendo à problemática desta pesquisa, a forma como esse segmento religioso vem atuando nas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados contribuiu para forjar um novo perfil de atuação parlamentar. Atentos aos tramites legislativos, nos momentos de sustentação de seus posicionamentos, esses parlamentares não poupam argumentos que buscam mesclar assuntos de conotação religiosa, com elementos provenientes de outros campos, tais como, o político, o científico e o jurídico.

É neste aspecto que a análise do discurso poderá contribuir para a visualização do novo perfil de atuação, ou seja, através da identificação de elementos responsáveis pela elaboração de uma agenda conservadora e na postura desempenhada frente aos temas que entram em tramitação no Congresso Nacional, é possível compreender a identidade política forjada por esse segmento religioso. Diante da emergência de assuntos políticos e da importância da participação nos canais de representação, os evangélicos abandonaram a postura sectária e arreada de outrora e passaram a adotar uma conduta cada vez mais atrelada aos temas e questões próprios da agenda política. No caso investigado nesta tese, verifica-se o cumprimento deste segmento religioso das funções constitucionais atribuídas ao Poder Legislativo e uma resultante ampliação de proposições que entram em tramitação e estão sujeitas à deliberação, assim como a participação em Comissões permanentes ou temporárias da Câmara dos Deputados, tomando como modelo a eleição do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) em 2013, tema explorado no oitavo capítulo desta tese.

As características estilísticas que constituem o discurso político estão cada vez mais presentes no estilo argumentativo dos deputados evangélicos, ou seja, as diferentes estratégias

de persuasão, os procedimentos expressivos que distinguem a vocalidade, como o “falar forte”, o “falar bem” e o “falar regional”, assim como os procedimentos enunciativos elocutivos, alocutivos e delocutivos (CHARAUDEAU, 2013). Esses elementos reforçam a tese de que as narrativas provenientes de parlamentares evangélicos pouco diferem dos discursos de políticos que não são evangélicos já que o universo sócio discursivo é o mesmo e, conseqüentemente, as estratégias retóricas utilizadas passam a identificar semelhanças. Muitos deputados da FPE procuram desenvolver uma atuação semelhante ao padrão adotado pelos deputados que compõem outros grupos de interesse da Câmara dos Deputados (MACHADO, 2015). Alguns adotam uma interpretação minimalista da política para buscar soluções. Com relação às táticas para lidar com as questões políticas, os evangélicos passaram a manifestar uma maior preocupação no aprendizado de temas que compõem a agenda de outros segmentos, por exemplo, com as mulheres e LGBTs, no momento em que são acionados, mais precisamente em cada ocasião específica que requer um conhecimento prévio da gramática e da semântica relacionada ao processo de organização de cada cultura pública (MONTERO, 2012).

Porém, é possível verificar que o discurso político dos membros da Frente Parlamentar Evangélica ainda recorre a uma retórica confessional. Isto é, uma característica da narrativa religiosa que provavelmente não será suplantada. O que vem ocorrendo, como foi possível verificar no capítulo destinado aos debates sobre o PLC 122/2006 e também no capítulo sobre o aborto enquanto tema na pauta legislativa, é a tentativa de mesclar os argumentos de natureza religiosa, utilizados na maioria das vezes para demarcar o polo contrário aos temas supracitados, com questões originárias de outros universos discursivos, que passam a constituir as diferentes formações discursivas que se entrecruzam dentro de uma determinada condição de produção. Assim, em diversas ocasiões estudadas e reproduzidas nesta tese, verificou-se a ocorrência de híbridos discursivos, através da atividade dialógica, capazes de aglutinar as referências às passagens bíblicas, opiniões da comunidade científica e argumentos jurídicos para a sustentação dos argumentos. Isso ocorre porque existem temáticas que vão além das discussões que são promovidas apenas na esfera pública. As formas de pensar as questões discutidas na esfera política remetem a outros campos, com outras visões de mundo, valores e regras. Os temas que abordam a vida, por exemplo, o aborto e os direitos do segmento LGBT, assuntos explorados nesta tese, a igualdade de gênero e as pesquisas com célula-tronco embrionárias, são temas que envolvem muito mais do que valores e sentimentos estritamente políticos ou cívicos, uma vez que nesses assuntos o discurso religioso é parte irredutível das discussões promovidas no âmbito público (BURITY, 2011). Os evangélicos

pretendem demarcar um espaço, intervir nos debates promovidos na esfera política, utilizando um vocabulário religioso próprio nas circunstâncias que exigem deliberações, negociações, construção de propostas e no estabelecimento de alianças com diferentes atores.

Ainda sobre este aspecto do discurso confessional e o envolvimento na política, Regina Novaes (2002) observa que diversos recursos do “fazer político” originam-se no campo religioso. Os símbolos religiosos quando utilizados de forma instrumental são inseridos nas discussões promovidas sobre questões humanas e também são mobilizados para fins políticos. Tanto na política quanto na religião, estão presentes razões, certezas, normas morais e sentidos para a vida, pois, ambas são capazes de despertar o entusiasmo, a “paixão”, que tanto a crença religiosa quanto a representação e participação na política pressupõem (NOVAES, 2002). O crescimento da força das religiões no espaço público perpassa por esse processo de politização das questões que são debatidas no meio pentecostal. Trata-se de um cenário de metamorfoses, de (re)configurações que expõem um segmento religioso maleável, sujeito a influências de diferentes formas de atuação provenientes de outros grupos de interesse que atuam na política. Esses elementos podem contribuir para o entendimento do novo perfil de ação dos políticos evangélicos que, para fazer valer as diferentes reivindicações inseridas em uma agenda conservadora, procuram transmutar a retórica.

Recapitulando sinteticamente as considerações parciais apresentadas ao longo dos quatro últimos capítulos desta tese, momentos destinados à discussão das quatro temáticas mais recorrentes submetidas à análise discursiva, verificou-se que os evangélicos buscam ampliar a influência política em torno das discussões que também mobilizam valores que são abordados no interior das igrejas. O tema discutido no quinto capítulo procurou demonstrar a recorrência de diferentes elementos religiosos, políticos, econômicos e históricos utilizados pelos parlamentares evangélicos diante da postura simpática à política externa de Israel. Foi possível verificar uma proximidade ideológica entre os pentecostais com as políticas empreendidas pelos israelenses no Oriente Médio, inclusive de supremacia bélica na região. A prevalência, segundo a maioria dos deputados evangélicos, deve ser respeitada, pois está contida na Bíblia a história do povo judeu.

A análise discursiva demonstrou como ambos os grupos, judeus e evangélicos, recorrem ao argumento vitimizante e se apresentam enquanto minorias perseguidas. Os judeus porque enfrentaram a Diáspora, as guerras e a ameaça da perda da identidade cultural; os evangélicos devido à resistência enfrentada desde os primórdios da fundação das primeiras igrejas pentecostais no Brasil pelas outras religiões, sobretudo a Igreja Católica. Ambos, judeus e evangélicos, dizem-se sujeitos perseguidos, minorias que são constantemente



atacadas e que precisam se defender. Por ser apontado como o povo “escolhido por Deus” e por toda a conjuntura de formação do Estado, Israel representa para os evangélicos um exemplo que deve ser seguido na política, na economia, no desenvolvimento de novas tecnologias e pela sua incumbência religiosa, através de um *etos* de guerra contra um adversário que quer impedir o seu avanço.

Sobre este tema, a análise discursiva empregada evidenciou como esses atores políticos evangélicos trazem, com certo êxito, elementos provenientes de textos religiosos, apoiados nas escrituras hebraicas, bem como outros componentes contidos neste sistema de crenças para a esfera política, demonstrando assim os padrões da intertextualidade, através da existência de um discurso dentro de outro discurso, no momento em que esses deputados evangélicos fazem uso de posições fundamentalistas para legitimar o posicionamento acerca do assunto.

Em algumas ocasiões, essa necessidade de ampliação da influência política é capaz de conceber conflitos, principalmente naqueles momentos em que os valores religiosos dividem opiniões, como foi possível identificar nas discussões sobre os assuntos relacionados aos direitos do segmento LGBT que entram em discussão no espaço legislativo, por exemplo, a tramitação do PLC 122/2006, tema do sexto capítulo desta pesquisa.

O caso explorado nesse capítulo revelou que, apesar dos evangélicos não representarem um grupo homogêneo, alguns temas que são caros ao discurso religioso possuem um potencial aglutinador de evangélicos e não evangélicos no espaço legislativo. Os pronunciamentos sobre o PLC 122 mostraram que os posicionamentos dos deputados federais evangélicos representam híbridos de justificativas que combinam argumentos confessionais ou laicos, uma vez que recorrem aos exemplos bíblicos, como o caso de Sodoma e Gomorra para justificar a argumentação hostil à homossexualidade, mas também valem-se de discursos que se intitulam “científicos”, cujo propósito é laicizar a atuação política desses atores religiosos. A análise efetuada no capítulo também demonstrou que o discurso evangélico centrado na tramitação do PLC 122 está implantado em um cenário de disputas agônicas, e é capaz de adquirir diferentes sentidos, que podem variar, dependendo do campo discursivo em que é citado.

O sétimo capítulo demonstrou como as opiniões sobre o aborto, provenientes de parlamentares evangélicos, perpassam o âmbito legislativo e “contagiam” os espaços de pregação religiosa e os meios de comunicação evangélicos de forma contundente. As discussões sobre o aborto entram na agenda política dos evangélicos na Câmara dos Deputados, sobretudo naqueles momentos em que algum projeto de lei, ou medida promovida

pelo Ministério da Saúde ou outro órgão executivo ou judiciário, pretende trazer novas resoluções sobre as leis que tratam do tema.

As discussões em torno do aborto no espaço legislativo evidenciaram o antagonismo de posições. Situar-se em dois polos que disputam os sentidos sobre a matéria, ou seja, os defensores da descriminalização do aborto, ativistas, lideranças políticas e organizações que tratam do assunto, inclusive algumas religiosas; e os opositores, na maioria os deputados federais evangélicos, os católicos da Pastoral Parlamentar Católica, CNBB e os integrantes de outras frentes parlamentares que se posicionam contra o aborto e que não estão vinculados com organizações parlamentares religiosas.

Mais precisamente sobre os posicionamentos dos deputados evangélicos, verificou-se que os discursos foram capazes de trazer elementos provenientes de diferentes campos discursivos e não só utilizaram justificativas de cunho confessional no momento da edificação dos assuntos, uma vez que foram identificados outra vez os argumentos oriundos de diferentes campos, como o jurídico, o científico e o político. Alguns campos aparecem imbricados no momento da edificação discursiva, outros recorrem somente a uma dimensão para tratar do aborto. As diversas maneiras de utilização dessas “narrativas”, que parecem distinguir-se em um primeiro instante, apresentam os mesmos pontos nodais, dependendo da circunstância e da forma como o tema aborto é mobilizado, ou seja, a defesa da vida e a defesa da família representam os momentos que indicam a unidade entre essas diferentes dimensões, visto que em todos os discursos foi mencionada ou a defesa da vida desde a concepção, ou a defesa da família, que, de acordo com os evangélicos, seria destruída através da legalização do aborto. Os pontos nodais “defesa da vida” e “defesa da família” representaram dentro da análise das formações discursivas encarregadas de mobilizar as diferentes dimensões que passaram a constituir os enunciados identificados em uma determinada fronteira discursiva, como um polo antagônico, que responde ao discurso que defende o aborto.

Para os evangélicos, o aborto é compreendido de diferentes maneiras, sobretudo como crime, representando um atentado à vida e à família, um desrespeito aos dogmas religiosos e que é capaz de conduzir a um aumento da prostituição. O parlamentar que atua contra o aborto, segundo os membros da FPE, é aquele que age de acordo com os pressupostos da frente, contudo, a contrariedade ao aborto, segundo os mesmos, parte de um princípio ético, de defesa daquilo que consideram o mais importante, a vida.

Por fim, o oitavo capítulo tratou da presença dos evangélicos na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), mais precisamente em torno da eleição do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da CDHM em 2013. Este foi o momento que

representou a maior polarização entre os membros da FPE defensores de Feliciano e deputados contrários.

Os evangélicos passaram a justificar a defesa como uma luta entre o “bem” e o “mal”, situação que exigia o discernimento dos inimigos, ou seja, aqueles que colocavam obstáculos à chegada de Feliciano na CDHM. Com este cenário declarado, foi possível verificar o instante onde as posturas conservadoras na Câmara tomavam forma, uma vez que o próprio deputado Marco Feliciano se apresentou enquanto uma alternativa conservadora, um político encarregado de defender a “família brasileira” e os valores religiosos. Feliciano obteve destaque pelas suas declarações racistas e homofóbicas enquanto pregava.

Diante das polêmicas que envolviam o nome de Feliciano, os evangélicos resolveram adotar um discurso vitimista, pois os mesmos entendiam que estavam sendo perseguidos pelos opositores de Feliciano frente à CDHM. As consequências foram verificadas através da expansão do fundamentalismo religioso na esfera legislativa. O argumento de defesa de Marco Feliciano possui como característica central o incitamento de narrativas moralistas, assim como o fato de que estas identidades pentecostais, no momento do ingresso no espaço político, não apresentaram uma disposição para o diálogo com os grupos identificados como antagonicos. A ação discursiva dos membros da FPE evidenciou uma atitude sectária e inflexível, pouco aberta para o consenso na época da posse do Pastor Marco Feliciano para a presidência da CDHM, gerando situações que beiravam a hostilidade na maioria das vezes.

Feita esta exposição das conclusões parciais desta tese, é possível confirmar ou refutar as hipóteses provisórias expostas no desenvolvimento desta pesquisa. A primeira hipótese se refere à ação estratégica desempenhada pelos evangélicos no momento em que estes procuram ampliar a inserção nos canais políticos. Esta pode ser confirmada, já que os deputados evangélicos buscaram “politizar” o discurso em algumas circunstâncias investigadas nesta pesquisa, trocando assim a retórica religiosa de matriz confessional empregada. A politização consiste em um investimento nesses espaços legislativos que implica em uma transmutação do discurso religioso, já que isolado ele se torna insuficiente pela obsolescência, por exigir uma maior habilidade no trato de questões que, de acordo com os evangélicos, atacam os valores da família tradicional, a moral e aos “bons costumes”. Trata-se de investidas que buscam estabelecer novos “contornos”, em termos de significados, atribuindo novas características sobre os temas mais recorrentes que são mencionados no Legislativo, valendo-se não somente de enunciados de natureza política, mas também jurídica e científica.

A segunda hipótese, que também foi confirmada, refere-se aos traços particulares verificados no interior do discurso evangélico ao ser estimulado, mais precisamente nas circunstâncias de tramitação de propostas legislativas, execução de políticas públicas, envolvimento nos debates no Plenário e durante as deliberações. Uma característica muito particular deste segmento religioso, confirmada no desenvolvimento da investigação é a forma como mobilizam os seus posicionamentos, ou seja, quase sempre como esforço de reação, onde é possível identificar um empenho dos evangélicos para demarcar oposição às iniciativas provenientes de agendas políticas de outros grupos. Em poucas ocasiões o discurso evangélico configura-se como um discurso propositivo. Frequentemente, ele procura somente responder a determinadas reivindicações que passam a ser percebidas pelos evangélicos como ultrajantes e hostis à liberdade religiosa, à família tradicional, à vida, à ética e à moral. Também foi possível verificar a estratégia dos políticos evangélicos de utilizar com determinada frequência o argumento que se posiciona enquanto segmento ameaçado, método empregado para arregimentar apoiadores em torno de suas demandas e sensibilizar os seus eleitores.

Diante dessas afirmações, é possível verificar que a contingência é um elemento constitutivo do discurso político evangélico, já que o mesmo possui a capacidade de mudar, adquirir novos contornos, transitando de um lado para o outro diante das fronteiras antagônicas que são estabelecidas no processo de produção dos sentidos discursivos. A ação política e o discurso político estão inerentemente vinculados (CHARAUDEAU, 2013). A política depende da ação discursiva e se manifesta nos espaços de circulação das narrativas, lugar onde as mesmas adquirem sentidos. Nesta tese, o objeto de pesquisa foram os discursos provenientes dos deputados evangélicos no Congresso Nacional desde a fundação da Frente Parlamentar Evangélica. Foram verificadas as relações conflituosas, as formações discursivas, incongruências e hesitações, priorizando as relações que estabelecem com seus outros no discurso pela via do antagonismo ou do agonismo. As análises empreendidas nos últimos capítulos revelaram a ação discursiva desempenhada pelos evangélicos, demonstrando suas particularidades e as semelhanças com as estratégias empregadas por outros grupos de interesse que atuam no processo legislativo. A Análise do Discurso (AD) aplicada no desenvolvimento desta pesquisa representou um importante método para compreender as diferentes formas como os temas foram tratados pelos membros da FPE e também as composições ideológicas e as práticas adotadas pelos religiosos em um ambiente laico.

Os variados espaços do discurso pesquisados ao longo desta tese evidenciaram as múltiplas características que o sentido de um determinado enunciado pode adquirir, seja ele

proferido no interior de uma igreja ou no plenário da Câmara. O significado do discurso será modelado através da forma como ele é recebido e entendido pelo outro. A prática da análise discursiva se torna pertinente para este tipo de pesquisa porque ela não pretende apenas interpretar, ou seja, ela não está atrás de um sentido único e verdadeiro, pela simples fato de que não existe uma verdade oculta atrás do texto. Assim, por meio das discussões elencadas neste trabalho, entre Política e Religião, mais precisamente a ação das igrejas evangélicas nas democracias recentes, esta tese procurou demonstrar que as diferentes formas de atuação dos atores políticos evangélicos precisam ser estudadas, pois que a participação política e eleitoral deste segmento religioso é cada vez mais constante no Brasil contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A universalização do Reino de Deus. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 44, p. 12-23, mar. 1996.
- AMARAL, B. Questões latentes sobre o aborto no Brasil: Uma análise da ADPF N. 54/DF e a inércia do legislativo perante o tema aborto. *Revista de Estudos Jurídicos – UNESP*, São Paulo, v. 18, n. 27, p. 1-17, 2014.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoievski*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1986.
- BAPTISTA, S. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BASTIAN, J. P. Los nuevos partidos políticos confesionales evangélicos y su relación con el Estado en América Latina. *Estudios Sociológicos*, vol. 17, n. 49, p. 153-173, 1999.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- \_\_\_\_\_. Pluralismo global y religión. *Revista de Estudios Públicos*, Chile, n. 98, p. 05-18, 2005.
- \_\_\_\_\_. *The desecularization of the world: resurgent religion and world politics*. Washington, EUA: Ethics and public Policy Center, 1999.
- \_\_\_\_\_. Secularization and desecularization In: PARTRIDGE, C.; WOODHEAD, L.; KAWANAMI, H. (Org.). *Religions in the Modern World: Traditions and Transformations*. London: Routledge, 2001.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008. p.191-200.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia Sagrada*. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.
- BIRMAN, P. Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, P. (Org.). *Fiéis & Cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 59-86.
- BRINT, S.; ABRUTYN, S. Who's Right About the Right? Comparing Competing Explanations of the Link Between White Evangelicals and Conservative Politics in the United

States. *Journal for the Scientific Study of Religion*. Ohio, Estados Unidos, n. 49 (2), p. 328-350, 2010.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C (Org.). *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 173-213.

\_\_\_\_\_. Religião e Cidadania: alguns problemas de mudança sociocultural e de intervenção política. In: *Religião e cidadania*. ANDRADE, P.; BURITY, J. (Orgs.). São Cristovão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011. p.113-144.

CAMPOS, J. M. S. Religião no Quilombo: Relações entre candomblecistas e evangélicos em Mangueiras (MG). 2012. Disponível em: <[www.abant.org.br/file?id=664](http://www.abant.org.br/file?id=664)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CAMPOS, L. S. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. (Org.) *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 29-89.

CANCELLI, E. Para Esconder a Memória do Anti-semitismo. Textos de História. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 18-31, 1993.

CASANOVA, J. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Rethinking secularization: A global comparative perspective. *Religion, globalization and culture*, The Hedgehog Review, v. 6, p. 07-22, 2007.

CAZARIN, E. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva na análise de discurso. In: ZANDWAIS, A. (Org.) *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 132-147.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2013.

CONGRESSO NACIONAL. Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”. Poder Legislativo, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Comissoes/CPI/RelatorioFinalCorreios.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Revista da Frente Parlamentar Evangélica. Poder Legislativo, Brasília, DF, Ano 1, n. 1, Nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Parecer da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 122, de 2006 (PL n.º 5.003, de 2001, na Casa de origem). Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/69390.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

DEMANT, P. Identidades Israelenses e palestinas: questões ideológicas. In: *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. (Org.) DUPAS, G.; VIGEVANI, T. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DIJK, T. A. v. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

\_\_\_\_\_. Ideology and discourse analysis. *Journal of Political Ideologies*. UK, v. 11(2), p. 115-140, 2006.

DWORKIN, R. *El dominio de la vida: Una discusión acerca del aborto, la eutanasia y la libertad individual*. Barcelona: Editora Ariel, 1998.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London/New York: Routledge, 2003.

FELICIANO, M. *Chamada de fogo*. Minas Gerais: Editora Missão & Vida, 2001.

FERNANDES, R. C. et al. *Novo Nascimento. Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

FERREIRA, O. Ação política, ideologia e religião. In: *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. (Org.) DUPAS, G.; VIGEVANI, T. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 313-322.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 161-193.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

FOLHA UNIVERSAL. “Difícil decisão: O aborto é a solução para a gravidez indesejada?”. Fev. 2011, p. 8.

\_\_\_\_\_. “Quem decide?”. Jul. 2011, p.24.

FONSECA, A. B. *Surge uma nova força política: A Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições de 1994*. Rio de Janeiro: mimeo, 1996.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FRESTON, P. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment. 1993, 303f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.



FRESTON, P. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.

GALEOTTI, G. *História do aborto*. Lisboa: Edições 70, 2007.

GATTAZ, A. *A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*. 2. ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GERTZ, R. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, n. 6, p. 9-33, 2001.

GOMES, E. A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto. In: DUARTE, L.F.D...[et al]. (Org.). *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 45-69.

GOMES, E.; NATIVIDADE, M.; MENEZES, R. A. Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. In: DUARTE, L.F.D...[et al]. (Org.). *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 15-44.

GRANADOS, J. G. *Assim nasceu Israel. Nos bastidores da ONU: a votação que levou à criação do Estado Judeu*. São Paulo: Editora Sêfer, 2008.

GRIERA, M.D.M; GARRELL, A. C. *Peter L. Berger: La sociologia com a forma de consciència*. Barcelona: Editorial UOC, 2013.

JAKOBSEN, J.; BERNSTEIN, E. Religion, Politics and Gender Equality. *Country Report: USA*. United Nations Research Institute For Social Development. Geneva, Switzerland, 2009.

JESUS FALA SOBRE O ABORTO. *Blog da Universal*. Disponível em: <http://blogs.universal.org/bispomacedo/2010/09/03/jesus-fala-sobre-o-aborto/>. Acesso em: 29 mai. 2015.

LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1993.

\_\_\_\_\_; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LEHMANN, D. Fundamentalismo y globalismo. *Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales*, Madrid, n. 3, p. 81-120, 2000.

\_\_\_\_\_. Religion as heritage, religion as belief: shifting frontiers of secularism in Europe, the USA and Brazil. *International Sociology*, v. 28, n. 6, p. 645-662, 2013.

LUNA, N. A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p. 237-275, 2014.

LUNA, N. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. Brasília, *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.14, p. 83-109. 2014.

MACEDO, E.; OLIVEIRA, C. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, M. D. C. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Cultura y Religion*, v. 7, n. 2, p. 48-68, 2013.

\_\_\_\_\_. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015.

\_\_\_\_\_; BURITY, J. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n.3, p. 601-631, 2014.

\_\_\_\_\_; PICCOLLO, F. D. (Org.). *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MAFRA, C. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANO, R. *Neopentecostalismo: Os pentecostais estão mudando*. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, H. (Org.). *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. 1 ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010, p. 101-124.

\_\_\_\_\_. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARIZ, C.; MACHADO, M. D. C. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. *Antropolítica*, Niterói, v. 5, p. 21-43, 1998.

\_\_\_\_\_. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. *Religião e sociedade*, v. 21, n. 1, p. 25-39, 2001.

MENSAGEIRO DA PAZ. “Lei da Palmada é aprovada e governo libera abortos pelo SUS”. Jul. 2014, p.5.

\_\_\_\_\_. “Proposta contra a família, vida e valores pode ser aprovada já em outubro”. Set. 2012, p. 4-5.

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MOUFFE, C. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

\_\_\_\_\_. *La Paradoja democrática: El peligro del consenso em la política contemporánea*. Barcelona: Gedisa editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. *El retorno de lo político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós, 2014.

\_\_\_\_\_. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p.165-175, 2006.

NATIVIDADE, M. ; LOPES, P. V. L. Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In: DUARTE, L.F.D.[et al]. (Org.). *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.71-99.

NOLL, M. Protestant Evangelicals and Recent American Politics. *The Journal of American and Canadian Studies* [Sophia University, Japan], n. 25, p.3-18, 2007.

NORMA TÉCNICA. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. 2ª ed. atual. e ampl. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. 68 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 6).

NOVAES, R. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, L. C (Org.). *Política e cultura, século XXI*. Rio de Janeiro: ALERJ/Relume Dumará, 2002. p. 63-98.

\_\_\_\_\_. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, São Paulo, n.49, p. 60-81, mar./mai. 2001.

\_\_\_\_\_. Apresentação In: FERNANDES, R. C. (Org.) *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998. p.07-10.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORO, A. P. Religião e Política no Brasil. In: ORO, A. P. (Org.). *Religião e Política no Cone-sul, Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial, 2006, p. 75-156.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL – REFORMA DO CÓDIGO PENAL. Senado Federal, DataSenado, 2012.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 11, p.104-132, 1989.

\_\_\_\_\_; MARIANO, R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, p. 92-106, 1992.

PIMENTEL, J. V. O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (Org.). *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 287-302.

REVISTA ALIANÇA. Rio de Janeiro: Assembleia de Deus Vitória em Cristo, n. 16, ab/ jun. 2013.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.

\_\_\_\_\_. *Teoria da interpretação: o Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa: Edições 70, 2013.

RIOS, R. R. Laicidade e direitos sexuais e reprodutivos: reflexões a partir dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a pesquisa com células-tronco, anencefalia e homofobia. In: VITAL, C. C.; LOPES, P. V. L.(Org.). *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. p. 222-227.

SANTOS, N. B. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (Org.). *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 263-285.

TADVALD, M. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015.

TODOROV, T. *Mikhail Bakhtin. The Dialogical Principle*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

TRAGTENBERG, M. (Org.). Max Weber. Textos selecionados. *Coleção os economistas*. São Paulo. Nova Cultural, 1997.

UNNEVER, D. J. God Imagery and Opposition to Abortion and Capital Punishment: A Partial Test of Religious Support for the Consistent Life Ethic. *Sociology of Religion*, Oxford University Press. n. 71:3, p. 307-322, 2010.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/ISER, 2012.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.

WEBER, M. *Sociología de la Religión*. Madrid: Ediciones ISTMO, 1997.

WELLMAN, J.; KEYNES, M. Portable Politics and Durable Religion: The Moral Worldviews of American Evangelical Missionaries. *Sociology of Religion*, Oxford University Press. n. 68:4, p. 383-406, 2007.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R.C.L. (Org) *A aventura antropológica, Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125.

ŽIŽEK, S. Beyond Discourse Analysis. In: LACLAU, E (Org.). *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990.

**APÊNDICE A – Roteiro de perguntas**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

Filiação religiosa: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

1. Comente sobre a sua trajetória.
2. Você pertencia a alguma religião antes? Como foi a conversão?
3. Qual é o papel da Igreja?
4. Como ocorre a relação entre os pastores, bispos, diáconos ou obreiros com a vizinhança?
5. Quais são os principais assuntos discutidos durante os cultos?
6. Como é realizado o trabalho de formação religiosa (evangelização) dos fiéis?
7. Dentro da Igreja, como é tratada a questão das desigualdades sociais?
8. Como são discutidas as questões relacionadas à mulher com os fiéis? Quais são as funções que as mulheres desempenham dentro da Igreja?
9. Como são realizadas as discussões sobre temas como aborto, sexo, homossexualidade com os fiéis? Existem membros da denominação que se enquadram nesses temas (Ex: algum crente que já relatou a prática do aborto ou assumiu a homossexualidade). Como a igreja lida com isto?
10. Existe algum projeto político da Igreja?
11. Qual é o papel da religião na política brasileira? Como é realizado o “voto evangélico”?
12. Existe algum processo de escolha interna das candidaturas?
13. Qual é a sua opinião sobre a atuação política dos evangélicos?
14. Os temas que são discutidos pelos deputados evangélicos no Congresso são discutidos também durante os cultos? Vocês acompanham o mandato?
15. Como são repassadas as principais demandas da Igreja para os seus representantes políticos?
16. Você poderia fazer um breve panorama sobre a denominação nos últimos anos? O que mudou e o que continuou?

**APÊNDICE B** – Tabela 14. Distribuição dos evangélicos da FPE na 52ª Legislatura (2003-2007)

<b>Deputado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Filiação partidária</b>	<b>Estado</b>
Adelor Vieira	Assembleia de Deus	PMDB	SC
Agnaldo Muniz	Assembleia de Deus	PPS	RO
Almeida de Jesus	Igreja Universal	PMDB	CE
Almir Moura	Igreja Internacional da Graça de Deus	PL	RJ
André Zacharow	Batista	PPB	PR
Bispo João Mendes de Jesus	Igreja Universal	PL	RJ
Bispo Vieira Reis	Igreja Universal	PMDB	RJ
Bispo Wanderval Santos	Igreja Universal	PL	SP
Cabo Júlio	Assembleia de Deus	PST	MG
Carlos Nader	Assembleia de Deus	PFL	RJ
Carlos Rodrigues	Igreja Universal	PL	RJ
Carlos William	Igreja do Evangelho Quadrangular	PST	MG
Costa Ferreira	Assembleia de Deus	PSC	MA
Dr. Antônio Cruz	Assembleia de Deus	PMDB	MS
Edna Macedo	Igreja Universal	PTB	SP
Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ
Gerson Gabrielli	Batista	PFL	BA
Gilberto Nascimento	Assembleia de Deus	PSB	SP
Gilmar Machado	Batista	PT	MG
Heleno Silva	Igreja Universal	PL	SE
Henrique Afonso	Presbiteriano	PT	AC
Isaías Silvestre	Assembleia de Deus	PSB	MG
Jefferson Campos	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSB	SP
João Batista	Igreja Universal	PFL	SP
João Campos	Assembleia de Deus	PSDB	GO
João Paulo Gomes da Silva	Igreja Universal	PL	MG
José Rajão	Igreja Cristã Maranata	PSDB	DF
Josué Bengtson	Igreja do Evangelho Quadrangular	PTB	PA
Lincoln Portela	Igreja Vale da Benção	PSL	MG
Luis Carlos Heinze	Igreja Luterana	PPN	RS
Milton Barbosa	Assembleia de Deus	PSC	BA
Milton Cardias (Suplente)	Assembleia de Deus	PTB	RS
Neucimar Fraga	Batista	PL	ES
Neuton Lima	Assembleia de Deus	PFL	SP
Nilton Capixaba	Assembleia de Deus	PTB	RO
OnyxLorenzoni	Igreja Luterana	PFL	RS
Pastor Amarildo	Assembleia de Deus	PPB	TO
Pastor Francisco Olímpio	Assembleia de Deus	PSB	PE
Pastor Frankembergen	Assembleia de Deus	PPB	RR
Pastor José Divino	Igreja Universal	PMDB	RJ
Pastor Marcos Abramo	Igreja Universal	PFL	SP
Pastor Marcos de Jesus	Igreja Universal	PL	PE
Pastor Oliveira Filho	Igreja Universal	PL	PR
Pastor Paulo Gouvêa	Igreja Universal	PL	RS
Pastor Pedro Ribeiro	Assembleia de Deus	PMDB	CE
Pastor Reginaldo Germano	Igreja Universal	PFL	BA
Pastor Reinaldo	Igreja do Evangelho Quadrangular	PTB	RS
Philemon Rodrigues	Assembleia de Deus	PL	PB
Raimundo Santos	Assembleia de Deus	PL	PA
Silas Brasileiro	Assembleia de Deus	PMDB	MG
Silas Câmara	Assembleia de Deus	PTB	AM

Takayama	Assembleia de Deus	PSB	PR
Walter Pinheiro	Batista	PT	BA
Wasny de Roubé	Batista	PT	DF
Zequinha Marinho	Assembleia de Deus	PSC	PA
Zelinda Novaes	Igreja Universal	PFL	BA
Zico Bronzeado	Batista	PT	AC

Fonte: Frente Parlamentar Evangélica.

**APÊNDICE C** – Tabela 15. Distribuição dos evangélicos da FPE na 53ª Legislatura (2007-2011)

<b>Deputado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Filiação Partidária</b>	<b>Estado</b>
Andréia Zito	Maranata	PSDB	RJ
Arolde de Oliveira	Batista	DEM	RJ
Bispo Antônio Bulhões	Igreja Universal	PMDB	SP
Bispo Gê Tenuta	Renascença	DEM	SP
Bispo Rodovalho	Sara Nossa Terra	DEM	DF
Carlos William	Maranata	PTC	MG
Cleber Verde	Assembleia de Deus	PRB	MA
Dona Iris de Araújo Rezende	Cristã Evangélica	PMDB	GO
Dr. Antônio Cruz	Assembleia de Deus	PP	MS
Dr. Nechar	Assembleia de Deus	PV	SP
Edinho Montemor	Batista	PSB	SP
Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ
Filipe Pereira	Assembleia de Deus	PSC	RJ
Flávio Bezerra	Igreja Universal	PMDB	CE
Francisco Rossi	Igreja Evangélica Cristo Volta	PMDB	SP
George Hilton	Igreja Universal	PP	MG
Gilmar Machado	Batista	PT	MG
Henrique Afonso	Presbiteriana	PT	AC
Jefferson Campos	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSB	SP
João Campos	Assembleia de Deus	PSDB	GO
João Oliveira	Assembleia de Deus	DEM	TO
Jorge Tadeu Mudalen	Internacional da Graça de Deus	DEM	SP
Jurandy Loureiro	Assembleia de Deus	PSC	ES
Léo Vivas	Igreja Universal	PRB	RJ
Leonardo Quintão	Presbiteriana	PMDB	MG
Manato	Cristã Maranata	PDT	ES
Marcos Antônio	Metodista	PRB	PE
Mário de Oliveira	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSC	MG
Milton Barbosa (suplente)	Assembleia de Deus	PSC	BA
Natan Donadon	Batista	PMDB	RO
Neucimar Fraga	Batista	PL	ES
OnyxLorenzoni	Luterana	DEM	RS
Pastor Lincon Portela	Batista	PL	MG
Pastor Manoel Ferreira	Assembleia de Deus	PTB	RJ
Pastor Pedro Ribeiro (suplente)	Assembleia de Deus	PL	CE
Paulo Roberto Pereira	Igreja Universal	PTB	RS
Sabino Castelo Branco	Assembleia de Deus	PTB	AM
Silas Brasileiro (suplente)	Assembleia de Deus	PMDB	MG
Silas Câmara	Assembleia de Deus	PTB	AM
Simão Sessim	-	PP	RJ
Takayama	Assembleia de Deus	PMDB	PR
Walter Pinheiro	Batista	PT	BA



Zequinha Marinho	Assembleia de Deus	PSC	PA
------------------	--------------------	-----	----

Fonte: Câmara dos Deputados; Frente Parlamentar Evangélica; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

**APÊNDICE D** – Tabela 16. Distribuição dos evangélicos da FPE na 54ª Legislatura (2011-2015)

Deputado	Igreja	Filiação Partidária	Estado
Acelino Popó Freitas	Igreja Batista Caminho das Árvores	PRB	BA
Adilson Soares	Internacional da Graça de Deus	PR	RJ
Agnaldo Ribeiro	Batista	PP	PB
Anderson Ferreira	Assembléia de Deus	PR	PE
André Zacharow	Batista	PMDB	PR
Andréia Zito	Maranata	PSDB	RJ
Antônia Lúcia	Assembléia de Deus	PSC	AC
Antônio Bulhões	Universal do Reino de Deus	PRB	SP
Arolde de Oliveira	Batista	DEM	RJ
Aureo	Metodista	PRTB	RJ
Audifax Barcelos	Batista	PSB	ES
Benedita da Silva	Presbiteriana	PT	RJ
Bruna Furlan	Cristã do Brasil	PSDB	SP
Cleber Verde	Assembléia de Deus	PRB	MA
Delegado Francischini	Assembléia de Deus	PSDB	PR
Davi Alves Junior (suplente)	-	PR	MA
Dona Iris de Araujo Rezende	Cristã Evangélica	PMDB	GO
Dr. Adilson Soares	Batista	PR	RJ
Dr. Grilo	Internacional da Graça de Deus	PSL	MG
Edinho Araújo	Presbiteriana	PMDB	SP
Edmar Arruda	Presbiteriana	PSC	PR
Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ
Edvaldo Holanda Junior	Batista	PTC	MA
Erivelton Santana	Assembléia de Deus	PSC	BA
Fátima Pelaes	Assembléia de Deus	PMDB	AP
Filipe Pereira	Assembléia de Deus	PSC	RJ
Francisco Floriano	Mundial do Poder de Deus	PR	RJ
Garotinho	Presbiteriana	PR	RJ
George Hilton	Universal do Reino de Deus	PRB	MG
Gilmar Machado	Batista	PT	MG
Henrique Afonso	Presbiteriana	PV	AC
Jefferson Campos	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSB	SP
João Campos	Assembléia de Deus	PSDB	GO
Jhonatan de Jesus	Universal do Reino de Deus	PRB	RR
Jorge Tadeu Mudalen	Internacional da Graça de Deus	DEM	SP
Jorge Pinheiro (suplente afastado)	Ex-Universal do Reino de Deus	PRB	GO
Josué Bengtson	Igreja do Evangelho Quadrangular	PTB	PA
Laércio Oliveira	Presbiteriana	PR	SE
Lauriete Rodrigues	Assembléia de Deus	PSC	ES
Leonardo Quintão	Presbiteriana	PMDB	MG
Liliam Sá	Presbiteriana	PR	RJ
Lincoln Portela	Batista	PR	MG
Lindomar Garçon	Assembléia de Deus	PV	RO
Lourival Mendes	Batista	PTdoB	MA
Manato	Cristã Maranata	PDT	ES

Marcelo Aguiar	Igreja Renascer	PSC	SP
Márcio Marinho	Universal do Reino de Deus	PRB	BA
Marco Feliciano	Assembléia de Deus	PSC	SP
Mário de Oliveira	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSC	MG
Missionário José Olimpio	Mundial do Poder de Deus	PP	SP
Natan Donadon	Batista	PMDB	RO
Neilton Mulim	Batista	PR	RJ
Nilton Capixaba	Assembléia de Deus	PTB	RO
OnyxLorenzoni	Luterano	DEM	RS
Otoniel Lima	Universal do Reino de Deus	PRB	SP
Oziel de Oliveira	Batista	PDT	BA
Pastor Eurico	Assembléia de Deus	PSB	PE
Pastor Heleno Silva	Universal do Reino de Deus	PRB	SE
Pastor Paulo Freire	Assembléia de Deus	PR	SP
Ricardo Quirino (suplente)	Universal do Reino de Deus	PRB	DF
Roberto de Lucena	Brasil para Cristo	PV	SP
Romero Rodrigues	-	PSDB	PB
Ronaldo Fonseca	Assembléia de Deus	PR	DF
Ronaldo Nogueira	Assembléia de Deus	PTB	RS
Rosinha da Adefal	Sara Nossa Terra	PTdoB	AL
Ruy Carneiro	-	PSDB	PB
Sabino Castelo Branco	Assembléia de Deus	PTB	AM
Sérgio Brito	Batista	PDT	BA
Silas Câmara	Assembléia de Deus	PSC	AM
Sueli Vidigal	Batista	PDT	ES
Takayama	Assembléia de Deus	PSC	PR
Vaz de Lima	Presbiteriana	PSDB	SP
Vitor Paulo	Universal do Reino de Deus	PRB	RJ
Walney Rocha	Metodista	PMDB	RJ
Walter Tosta	Batista	PMN	MG
Washington Reis	Nova Vida	PMDB	RJ
Zé Vieira	Assembléia de Deus	PR	MA
Zequinha Marinho	Assembléia de Deus	PSC	PA

Fonte: Radiografia do Novo Congresso DIAP – Legislatura 2011/2015 e site da Frente Parlamentar Evangélica: <http://www.fpebrasil.com.br/bancadaatual.htm>

**APÊNDICE E - Tabela 17. Proposições apresentadas por parlamentares evangélicos na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano (2013-2014)**

Deputado/Partido/UF	Proposição	Assunto(s) geral(is)	Data
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-2/2013 CDHM	Saúde	9/3/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-3/2013 CDHM	Meio ambiente	11/3/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-4/2013 CDHM	Políticas públicas	12/3/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-5/2013 CDHM	Exploração sexual	12/3/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-6/2013 CDHM	Trabalho / Discriminação	12/3/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-7/2013 CDHM	RI / Criminal / Esportes	12/3/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-8/2013 CDHM	Sistema prisional / maus-tratos	12/3/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-9/2013 CDHM	RI / Criminal / Esportes	13/3/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-10/2013 CDHM	Homofobia	13/3/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-13/2013 CDHM	Inclusão social	13/3/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-14/2013 CDHM	Questão indígena	20/3/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-15/2013 CDHM	Questão indígena	20/3/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-16/2013 CDHM	Exploração sexual	26/3/2013

Liliam Sá (PSD-RJ)	REQ-17/2013 CDHM	Questão indígena / Violência	27/3/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-18/2013 CDHM	Meio ambiente	1/4/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-19/2013 CDHM	RI / Criminal / Esportes	2/4/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-20/2013 CDHM	Meio ambiente	2/4/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-21/2013 CDHM	Questão indígena	2/4/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-23/2013 CDHM	Questão indígena	4/4/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-24/2013 CDHM	Saúde	9/4/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-25/2013 CDHM	Questão indígena	9/4/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-26/2013 CDHM	Imigração	9/4/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-27/2013 CDHM	Processo adotivo	10/4/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-28/2013 CDHM	Imigração	10/4/2013
Liliam Sá (PSD-RJ)	REQ-30/2013 CDHM	Religião / trabalho humanitário	12/4/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-31/2013 CDHM	Questão indígena	17/4/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-32/2013 CDHM	Redução da Maioridade Penal	22/4/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-33/2013 CDHM	Religião / trabalho humanitário	22/4/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-34/2013 CDHM	Sistema prisional / Saúde	22/4/2013
Liliam Sá (PSD-RJ)	REQ-35/2013 CDHM	Educação	23/4/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-36/2013 CDHM	Saúde	23/4/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-38/2013 CDHM	Inclusão social	24/4/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-39/2013 CDHM	Cultura / Quilombos	26/4/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-40/2013 CDHM	Questão indígena / Criminal	30/4/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-41/2013 CDHM	Redução da Maioridade Penal	30/4/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-42/2013 CDHM	Maioridade Penal	3/5/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-43/2013 CDHM	Jurídico	7/5/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-44/2013 CDHM	Família	7/5/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-45/2013 CDHM	Direitos humanos do nascituro	14/5/2013
Anderson Ferreira (PR-PE)	REQ-46/2013 CDHM	Cultura	22/5/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-47/2013 CDHM	Cultura	24/5/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-48/2013 CDHM	Desemprego	4/6/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-50/2013 CDHM	Erotização nos meios de com.	13/6/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-51/2013 CDHM	Sistema prisional	18/6/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-52/2013 CDHM	Assédio moral / trabalho	18/6/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-53/2013 CDHM	Meio ambiente	27/6/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-55/2013 CDHM	Questão racial	18/7/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-56/2013 CDHM	Sistema prisional / tortura	5/8/2013
Liliam Sá (PR-RJ)	REQ-57/2013 CDHM	Criminal	5/8/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-58/2013 CDHM	Questão indígena	6/8/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-59/2013 CDHM	Criminal	6/8/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-60/2013 CDHM	Questão indígena	6/8/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-61/2013 CDHM	Acessibilidade /deficientes audi.	6/8/2013
Dr. Grilo (PSL-MG)	REQ-62/2013 CDHM	Direitos humanos /OAB	7/8/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-63/2013 CDHM	Religião / Questão indígena	15/8/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-64/2013 CDHM	Jurídico	20/8/2013
Luis Carlos Heinze (PP-RS)	PDC-1261/2013	Questão indígena	4/9/2013
Luis Carlos Heinze (PP-RS)	PDC-1260/2013	Questão indígena	4/9/2013
Liliam Sá (PR-RJ)	REQ-65/2013 CDHM	Proteção crianças/adolescentes	4/9/2013
Dr. Grilo (PSL-MG)	REQ-66/2013 CDHM	Saúde	5/9/2013

Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-67/2013 CDHM	Saúde	10/9/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-71/2013 CDHM	Religião	13/9/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-72/2013 CDHM	Moeda / Sistema de leitura	16/9/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-73/2013 CDHM	Reforma agrária	17/9/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-74/2013 CDHM	Plebiscito maioria penal	17/9/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-75/2013 CDHM	Criminal	17/9/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-76/2013 CDHM	Criminal / Abuso sexual	18/9/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	REQ-79/2013 CDHM	Saúde	1/10/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-81/2013 CDHM	Criminal	15/10/2013
Lourival Mendes (PTdoB-MA)	REQ-82/2013 CDHM	Criminal	15/10/2013
Lourival Mendes (PTdoB-MA)	REQ-83/2013 CDHM	Criminal	16/10/2013
Otoniel Lima (PRB-SP)	REQ-84/2013 CDHM	Assédio moral / Polícia	17/10/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-85/2013 CDHM	Exploração sexual / Saúde	18/10/2013
Henrique Afonso (PV-AC)	REQ-86/2013 CDHM	Meio ambiente	29/10/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-87/2013 CDHM	Reforma agrária	29/10/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-88/2013 CDHM	Perseguição política	29/10/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-89/2013 CDHM	Aborto	29/10/2013
Otoniel Lima (PRB-SP)	REQ-90/2013 CDHM	Preconceito / Questão social	4/11/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-91/2013 CDHM	Adoção	12/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-92/2013 CDHM	Malha rodoviária	13/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-93/2013 CDHM	Questão indígena	13/11/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-94/2013 CDHM	Educação	13/11/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-95/2013 CDHM	Violência “virtual”	13/11/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-96/2013 CDHM	Segurança pública	13/11/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-97/2013 CDHM	Cidadania	13/11/2013
CDHM	PFC-149/2013	Meio ambiente	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-98/2013 CDHM	Família / gay / aborto	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-99/2013 CDHM	Prostituição	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-100/2013 CDHM	Educação	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-101/2013 CDHM	Gênero	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-102/2013 CDHM	Data comemorativa	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-103/2013 CDHM	Questão indígena	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-104/2013 CDHM	Educação	14/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-106/2013 CDHM	Esportes	19/11/2013
Walter Tosta (PSD-MG)	REQ-107/2013 CDHM	Emprego / Saúde	19/11/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-118/2013 CDHM	Saúde	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-108/2013 CDHM	Ditadura militar	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-109/2013 CDHM	Habitação	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-110/2013 CDHM	Pobreza	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-111/2013 CDHM	Habitação	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-112/2013 CDHM	Pobreza	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-113/2013 CDHM	Prostituição infantil	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-114/2013 CDHM	Criminal	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-115/2013 CDHM	(PEC) Servidores públicos	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-116/2013 CDHM	Ditadura militar	20/11/2013
Zequinha Marinho (PSC-PA)	REQ-117/2013 CDHM	Questão indígena	21/11/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-124/2013 CDHM	Questão indígena	25/11/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-123/2013 CDHM	Questão indígena	25/11/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-122/2013 CDHM	Lei de Execução Penal	25/11/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-121/2013 CDHM	Segurança pública	25/11/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-120/2013 CDHM	Crédito rural	25/11/2013
Costa Ferreira (PSC-MA)	REQ-119/2013 CDHM	Normas de equidade S. Público	25/11/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-125/2013 CDHM	Missão oficial CDHM	28/11/2013

Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-144/2013 CDHM	Segurança no trabalho	3/12/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-143/2013 CDHM	Segurança no trabalho	3/12/2013
Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	REQ-142/2013 CDHM	Código Penal	3/12/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-141/2013 CDHM	Direitos humanos	3/12/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-140/2013 CDHM	Família	3/12/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-139/2013 CDHM	Segurança	3/12/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-138/2013 CDHM	Questão racial	3/12/2013
Pastor Eurico (PSB-PE)	REQ-137/2013 CDHM	Trabalho	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-126/2013 CDHM	Trabalho / Assédio moral	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-127/2013 CDHM	Idosos	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-128/2013 CDHM	Trabalho escravo	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-129/2013 CDHM	Sistema prisional	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-130/2013 CDHM	Educação	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-131/2013 CDHM	Saúde / Hospitais	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-132/2013 CDHM	Questão agrária / Criminal	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-133/2013 CDHM	Inclusão social / Drogas	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-134/2013 CDHM	Igrejas / Drogas	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-135/2013 CDHM	Questão racial	3/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-136/2013 CDHM	Pornografia	3/12/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-146/2013 CDHM	Drogas	4/12/2013
João Campos (PSDB-GO)	REQ-145/2013 CDHM	Segurança pública	4/12/2013
Liliam Sá (PROS-RJ)	REQ-148/2013 CDHM	Maternidade	9/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-149/2013 CDHM	Energia elétrica	10/12/2013
Marcos Rogério (PDT-RO)	REQ-150/2013 CDHM	Transportes	10/12/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-156/2013 CDHM	Segurança pública	11/12/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-155/2013 CDHM	Questão racial	11/12/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-154/2013 CDHM	Conduta sexual	11/12/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-153/2013 CDHM	Questão racial	11/12/2013
Takayama (PSC-PR)	REQ-152/2013 CDHM	Questão racial	11/12/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-151/2013 CDHM	Saúde	11/12/2013
Roberto de Lucena (PV-SP)	PFC-149/2013	Meio ambiente	17/12/2013
Antônia Lúcia (PSC-AC)	REQ-157/2013 CDHM	Criminal	17/12/2013
Benedita da Silva (PT-RJ)	PL-7103/2014	Questão racial	11/2/2014

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

**APÊNDICE F - Tabela 18. Proposições apresentadas por parlamentares não evangélicos na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano (2013-2014)**

Deputado/Partido/UF	Proposição	Assunto(s) geral(is)	Data
Colbert Martins (PMDB-BA)	REQ-11/2013 CDHM	Concurso público	13/3/2013
Arnaldo Jordy (PPS-PA)	REQ-12/2013 CDHM	Saúde	13/3/2013
Arnaldo Jordy (PPS-PA) Rubens Bueno (PPS-PR)	REQ-22/2013 CDHM	Esportes / Ditadura Militar	2/4/2013
Jair Bolsonaro (PP-RJ)	REQ-29/2013 CDHM	Homossexualidade	11/4/2013
Keiko Ota (PSB-SP)	REQ-37/2013 CDHM	Datas comemorativas	24/4/2013
Colbert Martins (PMDB-BA)	REQ-49/2013 CDHM	Criminal	6/6/2013
Severino Ninho (PSB-PE)	REQ-54/2013 CDHM	Segurança / ABIN	12/7/2013
Keiko Ota (PSB-SP)	REQ-68/2013 CDHM	Campanha pela paz	10/9/2013
Severino Ninho (PSB-PE)	REQ-69/2013 CDHM	Segurança	10/9/2013
Severino Ninho (PSB-PE)	REQ-70/2013 CDHM	Segurança	11/9/2013
Arnaldo Jordy (PPS-PA) Simplicio Araújo (PPS-MA) Severino Ninho (PSB-PE)	REQ-77/2013 CDHM	Saúde	19/9/2013

Jair Bolsonaro (PP-RJ)	REQ-78/2013 CDHM	Forças Armadas	26/9/2013
Chico Alencar (PSOL-RJ)	PL – 6500/2013	Manifestações / Direitos humanos	3/10/2013
Severino Ninho (PSB-PE)	REQ-80/2013 CDHM	Segurança / Polícia	10/10/2013
Jair Bolsonaro (PP-RJ)	REQ-105/2013 CDHM	Forças Armadas / Ditadura Militar	19/11/2013
Renato Simões (PT-SP) Janete Rocha Pietá (PT-SP) Vicentinho (PT-SP)	PL - 6832 /2013	Segurança / ABIN	26/11/2013
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	PL – 6500/2013	Manifestações / Direitos humanos	3/10/2013
Simplício Araújo (PPS-MA)	REQ-147/2013 CDHM	Saúde	4/12/2013
Vilson Covatti (PP-RS)	PDC - 1427/2013	Questão indígena	11/12/2013
Padre Ton (PT-RO)	REQ-1/2014 CDHM	Segurança pública	26/2/2014

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS.